UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ – UNIVALI
VICE-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO, EXTENSÃO E CULTURA – PROPPEC
CENTRO DE EDUCAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E JURÍDICAS – CEJURPS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM CIÊNCIA JURÍDICA – PPCJ
CURSO DE DOUTORADO EM CIÊNCIA JURÍDICA – CDCJ
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: CONSTITUCIONALIDADE, TRANSNACIONALIDADE E PRODUÇÃO DO DIREITO

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE: DEMOCRACIA OU INSTABILIDADE POLÍTICO-INSTITUCIONAL?! UMA ANÁLISE COMPARATIVA DO REGIME DEMOCRÁTICO LIBERAL MULTIPARTIDÁRIO EM CABO VERDE, NAS SEYCHELLES E EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE (1991-2016)

SALUSTINO DAVID DOS SANTOS ANDRADE

Itajaí-SC
2018

UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ – UNIVALI
VICE-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO, EXTENSÃO E CULTURA – PROPPEC
CENTRO DE EDUCAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E JURÍDICAS – CEJURPS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM CIÊNCIA JURÍDICA – PPCJ
CURSO DE DOUTORADO EM CIÊNCIA JURÍDICA – CDCJ
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: CONSTITUCIONALIDADE, TRANSNACIONALIDADE E PRODUÇÃO DO DIREITO

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE: DEMOCRACIA OU INSTABILIDADE POLÍTICO-INSTITUCIONAL?! UMA ANÁLISE COMPARATIVA DO REGIME DEMOCRÁTICO LIBERAL MULTIPARTIDÁRIO EM CABO VERDE, NAS SEYCHELLES E EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE (1991-2016)

SALUSTINO DAVID DOS SANTOS ANDRADE

Tese submetida ao Curso de Doutorado em Ciência Jurídica da Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Ciência Jurídica.

Orientador: Professor Doutor César Luiz Pasold
Co-orientadores: Professor Doutor Orlando Zanon
Professor Doutor Maurizio Oliviero

Itajaí-SC
2018

AGRADECIMENTOS

A Deus seja dado toda honra e louvor.

Agradeço a Deus por chegar ao fim deste Doutorado. Até aqui, o Senhor me ajudou, dando-me força interior para vencer as barreiras, abrindo veredas nos momentos de incertezas e contrariedades.

Agradeço ao Governo Federal do Brasil pela concessão da bolsa, através da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, que me permitiu suportar os encargos financeiros.

Agradeço à Universidade Vale do Itajaí (Brasil) e à Università Degli Studi di Perugia (Itália), aos servidores técnicos e administrativos, aos bibliotecários e aos professores pela inestimável contribuição na minha formação acadêmica.

Agradeço aos meus orientadores brasileiros, ao professor Dr. Cesar Luiz Pasold, orientador e Orlando Zanon, coorientador, pela paciência, tempo disponibilizado, atenção e suporte que deram na realização desta pesquisa.

Agradeço ao meu coorientador italiano professor Dr. Maurizio Oliveiro, por acolher-me em Perugia no período de pesquisa e por toda a liberdade para dialogar, expor ideias e estimular o meu conhecimento na vida acadêmica.

Agradeço a meu amor, Elisabete, esposa, companheira, amiga e mãe dos meus queridos filhos, sem a qual, essa realidade não passaria de um sonho.

Enfim, agradeço a todas as pessoas que de alguma forma contribuíram, muito ou pouco, consciente ou inconscientemente, para o desenvolvimento deste trabalho, que me deram tanto sobre o que refletir, ânimo para continuar e sentido para terminar.

Obrigado, gente! Valeu!

PEDIDO DE DESCULPAS

Peço desculpa a minha esposa e aos meus três filhos que suportaram a minha ausência e impaciência por estar envolvido neste Doutorado e na escrita desta Tese a quem subtraí atenção durante muitos dias, inclusive nos de descanso.

A minha esposa, peço imensas desculpas, por todas as madrugadas que tive de deixar o nosso leito para poder pesquisar e escrever esta Tese.

DEDICATÓRIA

Dedico esta pesquisa a todos que acreditam em um São Tomé e Príncipe politicamente estável e próspero.

Dedico ainda a minha esposa, Elisabete, e aos meus três filhos, Liliana, Leonardo e Liríssalete.

TERMO DE ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Declaro, para todos os fins de direito, que assumo total responsabilidade pelo aporte ideológico conferido ao presente trabalho, isentando a Universidade do Vale do Itajaí, a Coordenação do Curso de Doutorado em Ciência Jurídica, a Banca Examinadora e o Orientador, de toda e qualquer responsabilidade acerca do mesmo.

Itajaí-SC, 11 de abril de 2018

SALUSTINO DAVID DOS SANTOS ANDRADE
Doutorando

Esta Defesa de Tese foi julgada APTA para a obtenção do título de Doutor em Ciência Jurídica e aprovada, em sua forma final, pela Coordenação do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciência Jurídica – PPCJ/UNIVALI.

Professor Cesar Luiz Pasold
Orientador

Professor Doutor Paulo Márcio da Cruz
Coordenador/PPCJ

Apresentada perante a Comissão Examinadora composta pelos Professores

Doutor Cesar Luiz Pasold (UNIVALI) – Presidente

Doutor Maurizio Oliviero (UNIVERSIDADE DE PERUGIA, ITÁLIA) – Membro
Coorientador

Doutor Ferdinando Treggiari (UNIVERSIDADE DE PERUGIA, ITÁLIA) – Membro

Doutor Carlo Calvieri (UNIVERSIDADE DE PERUGIA, ITÁLIA) – Membro

Doutor Orlando Luiz Zanon Junior (UNIVALI) - Membro

Doutor Rafael Padilha dos Santos (UNIVALI) - Membro

Itajaí(SC), 11 de abril de 2018.

Rol de Abreviaturas e Siglas	
ADI	Partido Ação Democrática Independente
ampl.	Ampliada
atual.	Atualizada
CÓDÓ	Coligação Democrática de São Tomé e Príncipe/Partido CÓDÓ
DP	Partido Democrático
ed.	Edição
et al.	e outros
EUA	Estados Unidos da América
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
JMLSTP	Juventude do Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe
LDS	Seychellois Democratic Alliance
LOPE	Lei de Organização Política do Estado
MDFM/PCD	Coligação Movimento Democrático Força de Mudança/Partido de Convergência Democrática
MDFM-PL	Movimento Democrático/Força da Mudança-Partido Liberal
MLSTP/PSD	Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social Democrata
MpD	Movimento para Democracia
n.	Número
OMSTP	Organização das Mulheres de São Tomé e Príncipe
ONTSTP	Organização Nacional dos Trabalhadores de São Tomé e Príncipe
ONU	Organização das Nações Unidas

OPSTP	Organização dos Pioneiros de São Tomé e Príncipe
org.	Organização
OUA	Organização da Unidade Africana
p.	Página
PAICV	Partido Africano para Independência de Cabo Verde
PAIGC	Partido Africano para Independência de Guiné e Cabo Verde
PCD	Partido de Convergência Democrática
PCD-GR	Partido de Convergência Democrática-Grupo de Reflexão
PEI	Pequenos Estados Insulares
PEIA	Pequenos Estados Insulares Africanos
PEID	Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento
PIB	Produto Interno Bruto
PP	Partido Popular
PPP	Partido Popular de Progresso
PRD	Partido de Renovação Democrática
PRS	Partido de Renovação Social
PSD	Partido Social Democrata
PTS	Partido de Trabalho e Solidariedade
reimp.	Reimpressão
rev.	Revisão
SDN	Sociedade das Nações
SNP	Parti National Seselwa
SPPF	Frente Popular Progressista de Seychelles
STP	São Tomé e Príncipe
UA	União Africana
UCID	União Cabo-verdiana Independente e

	Democrática
UDD	Partido da União dos Democratas para Cidadania e Desenvolvimento
UÊ KÉDADJI	Coligação das Forças Democráticas
UNDP	Partido União Nacional para a Democracia e Progresso
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
ZEE	Zona Económica Exclusiva

ROL DE CATEGORIAS

Constituição – conjunto de regras e princípios escritas e de estruturas institucionais conformadas num determinado sistema jurídico, político e social no qual se declaram as liberdades e os direitos dos cidadãos e se fixam os limites do poder político.[1]

Democracia – trata-se de um regime em que há uma minoria (executivo e legislativo) que é eleita, no sufrágio universal, para um determinado período de tempo, por uma maioria de cidadãos eleitores. Essa minoria decide por toda sociedade, devendo promover melhorias das condições de vida da população e respeitando os seus direitos fundamentais.[2]

Democracia Liberal – trata-se de um regime em que há uma minoria (executivo e legislativo) que tomam suas decisões sem vínculo de mandato. Nela, o direito de voto é uma mera aparência e não há uma distribuição de poder econômico concomitante com os direitos civis e políticos.[3]

Democracia Socialista – trata-se de um regime em que há uma minoria (executivo, legislativo e judiciário) que tomam suas decisões por meio de delegados cujos mandatos vinculados estão sujeitos à revogação. Objetiva a mais equânime distribuição do poder econômico, promove a maior igualdade entre os homens e dá atenção particular aos direitos sociais.[4]

---

[1] Conceito operacional por composição do Doutorando, baseado na obra CANOTILHO, J.J. Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. 7.ed.5.reimp. Edições Almedina Coimbra Portugal, 2003. p. 52-53.

[2] Conceito operacional por composição do Doutorando, baseado nas obras de KELSEN, Hans. **A Democracia**. Tradução de Vera Barkow et al. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. 35; MIGLINO, Arnaldo. **A Cor da Democracia**. Coleção Jacinto Nelson de Miranda Coutinho. São Paulo: Editorial Conceito. Centro de Estudos Jurídicos, 2010. p. 120; BOBBIO, Norberto; Mario Bussi (org.). **Qual democracia?** Tradução de Marcelo Perine. 2.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013. (Coleção leituras filosóficas) Título original: *Quale democrazia?* p. 13.

[3] Conceito operacional por composição Doutorando, baseado nas obras de KELSEN, Hans. **A Democracia**. Tradução de Vera Barkow et al. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. 35; BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e Democracia.** Tradução: Marco Aurélio Nogueira. 6.ed. 1994. 4.reimp. 2000. São Paulo: Brasiliense, 2000. Título original: *Liberalismo e democrazia.* p. 83.

[4] Conceito operacional por composição Doutorando, baseado nas obras de KELSEN, Hans. **A Democracia**. Tradução de Vera Barkow et al. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. Títulos originais: *Vom wesen un wert demokratie; Des problem des parlamentarismus; Foudations of democracy; Der begriff des staates um die sozialpsychologie, mit besonderer*

Estabilidade Político-Institucional – acontece quando um determinado país consegue evitar a crise político, social e econômica por um determinado período de tempo, mantendo o ordenamento jurídico-constitucional sem grandes alterações. Ocorre ainda quando um indivíduo ou grupos de indivíduos permanecem num cargo governamental pelo período da legislatura (Sistema de Governo Parlamentar e ou Misto) e/ou pelo tempo do Executivo (Sistema de Governo Presidencial).[5]

Estado – é uma comunidade criada pela ordem jurídica de um determinado país, dotada de instituições políticas e públicas que objetiva satisfazer todas as necessidades e demandas do povo situado em determinado território. Resulta de uma realidade social, é um ente da Sociedade.[6]

Estado de Direito Constitucional – é uma comunidade criada pela ordem jurídica de um determinado país, dotada de instituições políticas e públicas com limites de poder e que preconizam satisfazer as necessidades proeminentes (saúde, educação e segurança pública e social) da população. Objetiva ainda promover a liberdade dos cidadãos (expressão, associação e religião).[7]

---

berücksichtigung von freuds, theorie der masse; Absolutisme and relativism in philosophy and politics. p. 35; BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e Democracia.** Tradução: Marco Aurélio Nogueira. 6.ed. 1994. 4.reimp. 2000. São Paulo: Brasiliense, 2000. Título original: *Liberalismo e democrazia.* p. 83 e 84.

[5] Conceito operacional por composição do Doutorando, baseado na obra de SANTOS, Wanderley G.**O cálculo do conflito:** estabilidade e crise na política brasileira. Belo Horizonte: Editora UFMG, Rio de Janeiro: Iuperj, 2003. p. 105; e no http://conceito.de/estabilidade#ixzz4FRm4in3A Acesso 05 de jul de 2016

[6] Conceito operacional por composição do Doutorando, baseado nas obras de CANOTILHO, J.J. Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. 7.ed.5.reimp. Edições Almedina Coimbra Portugal, 2003. p. 89-90; KELSEN, Hans. **Teoria geral do direito e do estado.** Tradução de Luís Carlos Borges. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.Título original: *General theory of law and state.* p. 262; BERCOVICI, Gilberto. As possibilidades de uma Teoria do Estado.*In* LIMA Martonio Mont'Alverne et ALBUQUERQUE, Paulo Antônio de Menezes. (org.). **Democracia, Direito e Política:** estudos internacionais em homenagem a Friedrich Müller. Florianópolis: Fundação Boiteux/Conceito Editorial, 2006. p. 331; DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. 2. Edição, atualizada. Editora Saraiva, 1998. p. 45; BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política.**10.edição, revista e atualizada. 9 tiragem. Malheiros Editora, 2000.p. 79

[7] Conceito operacional por composição do Doutorando, baseado nas obras de CANOTILHO, J.J. Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. 7.ed.5.reimp. Edições Almedina Coimbra Portugal, 2003. p. 93; PASOLD, Cesar Luiz. **Função Social do Estado Contemporâneo.** 4.ed.rev. e amp. Itajaí/SC: UNIVALI, 2013. p. 24. E-book http://siaiapp28.univali.br/LstFree.aspx; BERCOVICI, Gilberto. As possibilidades de uma Teoria do Estado.*In* LIMA Martonio Mont'Alverne et ALBUQUERQUE, Paulo Antônio de

Executivo – é a instituição política do Estado, composta por um conjunto de indivíduos que definem e determinam a orientação político-econômica de uma determinada sociedade. No presidencialismo, o Executivo é dirigido pelo Presidente da República que é chefe de Estado e chefe do Governo, enquanto que no Sistema de Governo Misto, rege o princípio de coabitação governativa entre o Presidente da República, chefe de Estado e o Primeiro-Ministro, chefe do Governo.[8]

Instabilidade Político-Institucional – é a incapacidade dos indivíduos e das instituições políticas e públicas no Estado de Direito Democrático ultrapassar as suas divergências, fazendo com que haja mudança sucessiva de indivíduos no cargo governamental. É confronto político constante entre o Executivo e o Parlamento no Sistema de Governo Presidencialista e entre o Presidente da República e o Primeiro-Ministro no Sistema de Governo Parlamentar, bem como no Sistema de Governo Misto.[9]

Liberalismo – é uma doutrina na qual o Estado e o Governo têm poderes e funções limitadas. Nele o Estado tem a menor interferência e intervenção possível no que tange à satisfação das necessidades proeminentes e demandas da população.[10]

Menezes. (org.). **Democracia, Direito e Política:** estudos internacionais em homenagem a Friedrich Müller. Florianópolis: Fundação Boiteux/Conceito Editorial, 2006. p. 331; KELSEN, Hans. **Teoria geral do Direito e do Estado.** Tradução de Luís Carlos Borges. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.Título original: *General theory of law and state.* p. 262-263.

[8]Conceito operacional por composição do Doutorando, baseado nas obras de CRUZ, Paulo Márcio. **Parlamentarismo em Estados Contemporâneos:** os modelos da Inglaterra, de Portugal, da França e da Alemanha. 2.ed. rev. Itajaí: UNIVAL; Blumenau: FURB, 1999. p. 18; BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política.** Tradução de Carmen C. Varriale et al. Brasília: editora Universidade de Brasília, 1.ed. 1998. Título original:*Dizionario di politica.* p. 555; SARTORI, Giovanni. **Ingeniería Constitucional comparada**. Una investigación de estruturas, incentivos y resultados.Tradução de Roberto Reyes Mazzoni. 2 ed. Fondo de Cultura Economica, México 2001. Título original: *Comparative Constitucional eginering an inquiry into structure, incentives and outcomes.* p. 97-99; LOBO, Marina Costa e NETO, Octávio Amorim (organizadores). **O Semipresidencialismo nos Países de Língua Portuguesa.** Imprensa de Ciências Sociais. Lisboa, 2009. p. 273.

[9] Conceito operacional por composição do Doutorando, baseado nas obrasALESINA, Alberto; OZLER, Sule; ROUBINI, Nouriel; SWAGEL, Phillip; (1992); *Political Instability and Economic Growth;* Working Paper series Vol. Nº W4173; National Bureau of Economic Research Cambridge, Massachusetts, *In:* PACHECO, Carlos. **Avaliação das consequências da instabilidade político e econômica na imagem de Portugal** – Dissertação de Mestrado. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 2012.

[10]Conceito operacional por composição do Doutorando, baseado na obra de BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e Democracia.** Tradução: Marco Aurélio Nogueira. 6.ed. 1994. 4.reimp. 2000. São Paulo: Brasiliense, 2000. Título original: *Liberalismo e democrazia.* p. 7, 17 e 88.

Ordenamento Jurídico-constitucional – é um conjunto de normas legais e princípios jurídico-constitucional estabelecido por forças políticas num determinado Estado, marcando a ruptura com o regime anterior e objetivando a satisfação dos anseios da Sociedade.[11]

Governo – é a instituição política do Estado, composta por um conjunto de indivíduos que definem e determinam a orientação político-econômica de uma determinada sociedade. Trata-se da função que goza de maior destaque no contexto das instituições políticas e públicas do Estado.[12]

Parlamentarismo – é o Sistema de Governo em que a única instituição política legitimada democraticamente é o Parlamento. Traduz-se em Governos de legislatura e a estabilidade governativa depende da continuidade e confiança do Parlamento.[13]

Presidencialismo – é o Sistema de Governo em que são legitimados democraticamente o Presidente da República – chefe de Estado e do Executivo – e o Parlamento. O Executivo não pode ser derrubado no Parlamento por meio de votação, durante o período do mandato presidencial. Proporciona maior estabilidade governativa que outros Sistemas de Governo.[14]

---

[11]Conceito operacional por composição do Doutorando, baseado na obraBOBBIO, Norberto. **Teoria do Ordenamento Jurídico.** Tradução: Maria Celeste Cordeiro Leite dos Santos. Brasília: editora Universidade de Brasília, 6.ed. 1995. p. 22, 37 e 67.

[12]Conceito operacional por composição do Doutorando, baseado nas obras de CRUZ, Paulo Márcio. **Parlamentarismo em Estados Contemporâneos:** os modelos da Inglaterra, de Portugal, da França e da Alemanha. 2.ed. rev. Itajaí: UNIVAL; Blumenau: FURB, 1999. p. 18; BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política.** Tradução de Carmen C. Varriale et al. Brasília: editora Universidade de Brasília, 1.ed. 1998. Título original:*Dizionario di politica*. p. 555.

[13] Conceito operacional por composição do Doutorando, baseado nas obras de CRUZ, Paulo Márcio. **Parlamentarismo em Estados Contemporâneos:** os modelos da Inglaterra, de Portugal, da França e da Alemanha. 2.ed. rev. Itajaí: UNIVAL; Blumenau: FURB, 1999. p. 55; LINZ, Juan. Democracia Presidencial o Parlamentaria: ¿Qué diferencia implica? In: LINZ, Juan J. y VALENZUELA, Arturo (comps.) **Las crisis del presidencialismo.** Perspectivas comparativas. Alianza Universidad. p. 32; MAINWARING, Scott y SUGHART, Matthew Soberg. **Presidencialismo y democracia en América Latina.**Traducción de María Inês Pousadela. 1.ed. Paidós, Buenos Aires, 2002. Título original: *Presidentialism and Democracy in Latin America*. p. 63.

[14] Conceito operacional por composição do Doutorando, baseado na obra de SARTORI, Giovanni. **Ingeniería Constitucional comparada**. Una investigación de estruturas, incentivos y resultados.Tradução de Roberto Reyes Mazzoni. 2 ed. Fondo de Cultura Economica, México 2001. Título original: *Comparative Constitucional eginering an inquiry into structure, incentives and outcomes.* p. 97-99.

Processo Democrático – é um processo que inicia com adoção de um conjunto de medidas por um determinado Estado, no sentido de transitar do Regime Democrático Socialista Monopartidário e/ou regime ditatorial para um Regime Democrático Liberal Multipartidário. Trata-se de um processo contínuo que objetiva atingir o Estado de Direito Constitucional.[15]

Regime Democrático Liberal Multipartidário – é o regime no qual o Estado tem muito pouca interferência e intervenção possível no que tange à satisfação das necessidades proeminentes e demandas da população. As funções e os poderes do Estado são limitados. A economia é descentralizada e o mercado é livre, mantendo o Estado apenas como o regulador. Destaca-se nesse regime a funcionalidade dos direitos civis e políticos do cidadão.[16]

Regime Democrático Socialista Monopartidário – é o regime em que o Estado é demasiado paternalista e, não obstante, ser denominado de democrático, reúne características do regime autoritário e autocrático. Destaca-se nesse regime a distribuição do poder econômico com uma economia planificada, centralizada e dirigida pelo Estado, a promoção da igualdade entre os homens e a valorização dos direitos sociais.[17]

Sistema de Governo – é um conjunto de regras, normas e princípios previstos no Ordenamento Jurídico-Constitucional, que determina a forma de governação

---

[15] Conceito operacional por composição do Doutorando, baseado na obra de ÉVORA, Roselma. **Cabo Verde: A abertura política e a transição para a democracia.** Spleen Edições. Cidade de Praia, 2004. p. 34.

[16]Conceito operacional por composição Doutorando, baseado nas obras de KELSEN, Hans. **A Democracia**. Tradução de Vera Barkow et al. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. Títulos originais: *Vom wesen un wert demokratie; Des problem des parlamentarismus; Foudations of democracy; Der begriff des staates um die sozialpsychologie, mit besonderer berücksichtigung von freuds, theorie der masse; Absolutisme and relativism in philosophy and politics.*p. 35; BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e Democracia.** Tradução: Marco Aurélio Nogueira. 6.ed. 1994. 4.reimp. 2000. São Paulo: Brasiliense, 2000. Título original: *Liberalismo e democrazia.* p. 83; DAHL, Robert A. **Sobre a Democracia.** Tradução de Beatriz Sidou. Brasília: editora Universidade de Brasília, 2001. Título original: *On democracy*.p. 175.

[17]Conceito operacional por composição Doutorando, baseado nas obras de KELSEN, Hans. **A Democracia**. Tradução de Vera Barkow et al. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. Títulos originais: *Vom wesen un wert demokratie; Des problem des parlamentarismus; Foudations of democracy; Der begriff des staates um die sozialpsychologie, mit besonderer berücksichtigung von freuds, theorie der masse; Absolutisme and relativism in philosophy and politics.* p. 35; BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e Democracia.** Tradução: Marco Aurélio Nogueira. 6.ed, 1994. 4.reimp. 2000. São Paulo: Brasiliense, 2000. Título original: *Liberalismo e democrazia.* p. 83 e 84.

de um determinado Estado de Direito Constitucional.[18]

Sistema de Governo Misto – é um conjunto de regras, normas e princípios previstos no Ordenamento Jurídico-Constitucional, que determina a forma de governação de um determinado Estado de Direito Constitucional. Destaca-se nesse Sistema a liderança bicéfala, podendo ser de pendor Presidencial, Parlamentar e/ou Equilibrado. Trata-se de um Sistema demasiado frágil e bastante dispare.[19]

Sistema de Governo Presidencial – mesmo que Presidencialismo.

Sistema de Governo Parlamentar – mesmo que Parlamentarismo.

Sistema de Governo Misto Semipresidencial ou Semipresidencialismo – é o Presidente da República – chefe de Estado –, quem controla o Executivo, nomeando e demitindo o Primeiro-Ministro, enquanto o último é reduzido à situação de puro chefe do estado-maior do Presidente da República.[20]

Sistema de Governo Misto Semiparlamentar ou Semiparlamentarismo – é o Primeiro-Ministro, nomeado pelo Presidente da República, quem chefia o Executivo. O Governo é escrutinado pelo Parlamento, enquanto o Presidente da República – chefe de Estado –, cumpre funções meramente simbólicas.[21]

Sistema de Governo Misto Diárquico ou de Equilíbrio – é o sistema em que há um equilíbrio de poder tangível no Executivo entre o Presidente da República

---

[18] Conceito operacional elaborado por composição do Doutorando, baseado nas obras de LOBO, Marina Costa e NETO, Octávio Amorim (organizadores). **O Semipresidencialismo nos Países de Língua Portuguesa.** Imprensa de Ciências Sociais. Lisboa, 2009. p. 273; SARTORI, Giovanni. **Ingeniería Constitucional comparada.** Una investigación de estruturas, incentivos y resultados. Tradução de Roberto Reyes Mazzoni. 2.ed. Fondo de Cultura Economica, México 2001. Título original: *Comparative Constitucional eginering an inquiry into structure, incentives and outcomes*. p. 138, 142 e 155.

[19] Conceito operacional elaborado por composição do Doutorando, baseado nas obras de SARTORI, Giovanni. **Ingeniería Constitucional comparada.** Una investigación de estruturas, incentivos y resultados. Tradução de Roberto Reyes Mazzoni. 2.ed. Fondo de Cultura Economica, México 2001. Título original: *Comparative Constitucional eginering an inquiry into structure, incentives and outcomes*. p. 138, 142 e 155.

[20] Conceito operacional por composição do Doutorando, baseado na obra de LOBO, Marina Costa e NETO, Octávio Amorim (organizadores). **O Semipresidencialismo nos Países de Língua Portuguesa.** Imprensa de Ciências Sociais. Lisboa, 2009. p. 273.

[21] Conceito operacional por composição do Doutorando, baseado na obra de LOBO, Marina Costa e NETO, Octávio Amorim (organizadores). **O Semipresidencialismo nos Países de Língua Portuguesa.** Imprensa de Ciências Sociais. Lisboa, 2009. p. 273.

e o Primeiro-Ministro. Registra-se uma ausência de hierarquia no Executivo, destacando-se a autoridade governamental bastante competitiva entre estes dois órgãos.[22]

Sistema Eleitoral - é o conjunto de normas e regras, elaboradas de acordo ao contexto histórico, social e político de um Estado de Direito Constitucional, que definem e estruturam o processo eleitoral, impactando a orientação política e a transferência do poder.[23]

Sistema de Partidos - é o conjunto de normas e regras que, em um Estado de Direito Constitucional, rege à formação dos partidos políticos, define sua estruturação, bem como, permite conhecer as determinantes histórico, sócio-econômico e cultural estiveram na origem da constituição de uma força política.[24]

Sistema Judiciário - é o conjunto de órgãos que formam o Poder Judiciário, estabelecidos e regidos por dispositivos constitucionais e legais que, em um Estado de Direito Constitucional, compete administrar a justiça em nome do povo.[25]

Socialismo – é o sistema econômico caracterizado pela nacionalização, pelo controle público dos meios e processos de produção e distribuição, pela centralização e planificação econômica, implicando uma restrição econômica e

---

[22] Conceito operacional por composição do Doutorando, baseado na obra de LOBO, Marina Costa e NETO, Octávio Amorim (organizadores). **O Semipresidencialismo nos Países de Língua Portuguesa.** Imprensa de Ciências Sociais. Lisboa, 2009. p. 273.

[23]Conceito operacional por composição do Doutorando, baseado nas obras deNOHLEN, Dieter. **Sistemas Electorales y Partidos Políticos.** Sección de Obras de Política y Derecho. 1. édicion. Universidad Nacional Autónoma de México. Fondo de Cultura Económica. México, D.F. 1994. p. 34; BALDINI, Giafranco y PAPPALARDO, Adriano. **Sistemi elettorali e partiti nelle democrazie contemporanee.**Editori Laterza. Roma, 2004. p. 3 e 4; BASEDAU, Matthias. Princípios básicos e fórmulas de diferentes sistemas eleitorais: funções e efeitos teóricos e práticos. *In*: Sistemas e Processos Eleitorais: Funções, Implicações e Experiências. Editor Universidade Católica de Angola. Faculdade de Direito/Fundação Friedrich Ebert, Representação em Angola. Luanda, 2002.p. 36.

[24]Conceito operacional por composição do Doutorando, baseado nas obras deNOHLEN, Dieter. **Sistemas Electorales y Partidos Políticos.** Sección de Obras de Política y Derecho. 1. édicion. Universidad Nacional Autónoma de México. Fondo de Cultura Económica. México, D.F. 1994. p. 34; DUVERGER, Maurice. **Los Partidos Políticos.** Traducción Julieta Campos, Enrique González Pedrero. 22. reimpresión. Sección de Obras de Política y Derecho. Fondo de Cultura Económica. México, D. F. 2012. Título original. *Les Partis politiques.* p. 231 e 232

[25]Conceito operacional por composição do Doutorando, baseado nas Constituições de Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Seychelles.

um incisivo controle da vida econômica.[26]

Sociedade – é o ente que cria e conserva o Estado que, por sua vez, deve tudo fazer para satisfazer as necessidades proeminentes e demandas da população que a integra.[27]

[26] Conceito operacional por composição do Doutorando, baseado na obra de *In:* KELSEN, Hans. **A Democracia.** Tradução de Vera Barkow et al. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. Títulos originais: *Vom wesen un wert demokratie; Des problem des parlamentarismus; Foudations of democracy; Der begriff des staates um die sozialpsychologie, mit besonderer berücksichtigung von freuds, theorie der masse; Absolutisme and relativism in philosophy and politics.*p. 253.

[27] Conceito operacional por composição do Doutorando, baseado nas obras PASOLD, Cesar Luiz. **Função Social do Estado Contemporâneo.**4.ed.rev. e amp. Itajaí/SC: UNIVALI, 2013. p. 73. E-book http://siaiapp28.univali.br/LstFree.aspx; PASOLD, Cesar Luiz. **Prática da Pesquisa Jurídica**: Ideias e Ferramentas Úteis para o Pesquisador do Direito. 8.ed. Florianópolis: OAB/SC, 2003. p. 200-201.

SUMÁRIO

RESUMO 21
RESUME 22
RIASSUNTO 23
INTRODUÇÃO 24

CAPÍTULO 1. A DEMOCRACIA E O ESTADO DE DIREITO DEMOCRÁTICO 28
1.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS 28
1.2. A DEMOCRACIA 30
1.3. O ESTADO DE DIREITO CONSTITUCIONAL 51
1.4. O SISTEMA DE GOVERNO 61
1.4.1. O Presidencialismo 65
1.4.2. O Parlamentarismo 70
1.4.3. O Sistema de Governo Misto: O Semipresidencialismo, o Semiparlamentarismo e o Diárquico 74
1.4.4. O Sistema de Governo Diretorial 80

CAPÍTULO 2. DA FORMAÇÃO DO ESTADO/NAÇÃO AO PROCESSO DEMOCRÁTICO EM ÁFRICA 82
2.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS 82
2.2. A FORMAÇÃO DO ESTADO/NAÇÃO NA ÁFRICA 84
2.3. A INDEPENDÊNCIA DE ÁFRICA 95
2.4. A HERANÇA COLONIAL E OS NOVOS ESTADOS AFRICANOS ..103
2.5. OS REGIMES DITATORIAIS DO PÓS-INDEPENDÊNCIA 108
2.6. O PROCESSO DEMOCRÁTICO NA ÁFRICA..... 117

CAPÍTULO 3. O REGIME DEMOCRÁTICO LIBERAL E O ORDENAMENTO JURÍDICO-CONSTITUCIONAL 133
3.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS 133
3.2. O REGIME DEMOCRÁTICO LIBERALMULTIPARTIDÁRIO 135
3.3. A INSTABILIDADE POLÍTICO-INSTITUCIONAL 143
3.4. O ORDENAMENTO JURÍDICO-CONSTITUCIONAL 151
3.4.1. O Sistema Eleitoral 152
3.4.2. O Sistema de Partidos 164
3.4.3. O Sistema Judiciário 171

CAPÍTULO 4. O PROCESSO DEMOCRÁTICO EM TRÊS PEQUENOS ESTADOS INSULARESAFRICANOS 176
4.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS 176
4.2. OS PEQUENOS ESTADOS INSULARES EM DESENVOLVIMENTO 178
4.3 AS CARACTERÍSTICAS COMUNS DE TRÊS PEQUENOS ESTADOS INSULARES AFRICANOS 184
4.3.1. Cabo Verde: características geográficas e sócio-histórica 193
4.3.2. São Tomé e Príncipe:características geográficas e sócio-

histórica 199
4.3.3. Seychelles: características geográficas e sócio-histórica 204
4.4. O PROCESSO DEMOCRÁTICO EM CABO VERDE, SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE E NAS SEYCHELLES 208
4.4.1. Cabo Verde:O Regime Democrático Liberal 215
4.4.1.1. A Constituição 218
4.4.1.2. O Sistema de Governo 225
4.4.1.3. O Sistema Eleitoral e o Sistema de Partidos 227
4.4.1.4. O Sistema Judiciário 231
4.4.2. São Tomé e Príncipe: O Regime Democrático Liberal ... 236
4.4.2.1. A Constituição 247
4.4.2.2. O Sistema de Governo 255
4.4.2.3. O Sistema Eleitoral e o Sistema de Partidos 257
4.4.2.4. O Sistema Judiciário 262
4.4.3. Seychelles: O Regime Democrático Liberal 267
4.4.3.1. A Constituição 270
4.4.3.2. O Sistema de Governo 275
4.4.3.3. O Sistema Eleitoral e o Sistema de Partidos 276
4.4.3.4. O Sistema Judiciário 278

CONCLUSÕES 281

REFERÊNCIAS DAS FONTES CITADAS 285

RESUMO

A presente Tese está inserida na linha de pesquisa Principiologia Constitucional e Política do Direito do Curso de Doutorado em Ciência Jurídica, é um estudo sobre a Democracia e o Estado do Direito Constitucional. Nela analisa-se a Democracia desde a Grécia Antiga até os dias atuais. Investiga-se a instituição Estado desde o Estado patrimonial ao Estado de Direito Constitucional. Discorre-se sobre os diferentes modelos do Sistema de Governo num Estado de Direito Constitucional. A Formação do Estado/Nação na África, o processo da Independência, as mazelas da Herança Colonial e impacto nos novos Estados Africanos, os Regimes Ditatoriais e o Processo Democrático na África também são analisados. O Regime Democrático Liberal, a Instabilidade Político-Institucional e o Ordenamento Jurídico-Constitucional como instrumento essencial para se processar e consolidar a Democracia e que funciona como mecanismo garantidor de estabilidade em qualquer Estado de Direito Democrático,é abordado. Faz-se um panorama geral sobre os Pequenos Estados Insulares no mundo, destacando três pequenos estados insulares africanos. Examina-se o Processo Democrático nos três, aborda-se as similitudes, destacando o Regime Democrático Liberal Multipartidário. As razões que levaram à transição e as determinantes de carácter interno e internacional que estavam por detrás da mudança do regime são escrutinados. Enfatiza-se, a Constituição e a importância dos sistemas políticos e institucionais.

Palavras-chave: Democracia, Processo Democrático, Ordenamento Jurídico-Constitucional, Instabilidade Político-Institucional

RÉSUMÉ

La thèse présente est insérée dans la ligne de recherche Principiologie constitutionnelle et politique juridique du cours doctoral en sciences juridiques, est une étude sur la Démocratie et l'État de Droit Constitutionnel. Nous avons fait une analyse de la Grèce antique à nos jours. Nous avons enquêté sur l'institution «État» de l'État patrimonial à l'État de droit constitutionnel. Les différents modèles du système gouvernemental dans un État de droit constitutionnel sont abordés. La Formation de l'État/de la Nation en Afrique, le processus de l'Indépendance, les flambées de l'Héritage Colonial et l'impact sur les nouveaux États Africains, les Régimes Dictatoriaux et le Processus Démocratique en Afrique sont également analysés.Le Régime Démocratique Libéral, l'Instabilité Politique-Institutionnelle et l'Ordonnance Juridique-constitutionnelle en tant qu'instrument essentiel pour la transformation et la consolidation de la Démocratie et qui fonctionne comme un mécanisme de garantie de la stabilité dans tout État de Droit Démocratique, étant étudié. Un panorama général sur les Petits États Insulaires du monde, mettant en relief trois petits États Insulaires africains. Analysant le Processus Démocratique sur ces trois Petits États examiné, en indexant les similitudes, en soulignant le Régime Démocratique Libéral de plusieurs partis politiques. Les raisons qui ont conduit à la transition et aux déterminants internes et internationaux qui sous-tendent le changement du régime, sont examinées. Nous avons mis l'accent sur la Constitution et sur l'importance des systèmes politiques et institutionnels.

Mots-clés: Démocratie, Processus démocratique, Ordonnance juridique-constitutionnelle, Instabilité politique et institutionnelle

RIASSUNTO

La presente Tesi è inserita nella linea di ricerca Principiologia Costituzionale e Politica del Diritto, per il Corso di Dottorato in Scienze Giuridiche, è uno studio sulla Democrazia e sullo Stato costituzionale di diritto. Nella presente viene analizzata la Democrazia a partire dall'Antica Grecia sino ai nostri giorni. Viene investigata l'istituzione Stato sin dallo Stato patrimoniale fino allo Stato costituzionale di diritto. Si prendono in esame i diversi modelli del Sistema di governo in uno Stato costituzionale di diritto. Sono anche analizzati la Formazione dello Stato/Nazione in Africa, il processo di Indipendenza, le ferite dell'Eredità coloniale e l'impatto sui Nuovi Stati africani, i Regimi dittatoriali e il Processo democratico in Africa. Inoltre, si analizza il Regime democratico liberale, l'Instabilità politico-istituzionale e l'Ordinamento giuridico-costituzionale come strumento essenziale per il processo di consolidamento della Democrazia e che funziona come meccanismo garante della stabilità in qualsiasi Stato democratico di diritto. Viene fatto un panorama generale sui piccoli Stati insulari nel mondo, mettendo in evidenza i tre piccoli Stati insulari africani. È esaminato il Processo democratico dei tre Stati per quanto riguarda le similitudini ed evidenziando il Regime democratico liberale multipartitico. Vengono, inoltre, analizzate le ragioni che hanno portato alla transizione e ai fattori determinanti di carattere interno e internazionale che erano dietro il cambiamento del regime. Infine, viene enfatizzata la Costituzione e l'importanza dei sistemi politici e istituzionali.

Parole chiave: Democrazia, Processo democratico, Ordinamento giuridico-costituzionale, Instabilità politico-istituzionale.

INTRODUÇÃO

O objeto da presente Tese de Doutorado em Ciência Jurídica é refletir sobre a Democracia e o Estado de Direito Constitucional e analisar os problemas decorrentes da Formação do Estado/Nação e do Processo Democrático na África, discorrendo sobre o Processo Democrático em três Pequenos Estados Insulares Africanos: Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Seychelles.

O objetivo institucional desse relatório de pesquisa é uma Tese de Doutorado para a obtenção do título de Doutor pelo Curso de Doutorado do PPCJ, em Ciência Jurídica da Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI.

O objetivo científico é proceder uma análise comparativa do Regime Democrático Liberal Multipartidário e do Ordenamento Jurídico-Constitucional em Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e nas Seychelles no contexto dos sistemas spolítico e institucionais,procurando apresentar uma solução para a instabilidade político-institucional em São Tomé e Príncipe.

Os objetivos específicos, por sua vez, consistem em: a) caracterizar e analisar os principais fatores da instabilidade político-institucional em São Tomé e Príncipe; b) demonstrar que, apesar da crise no Regime Democrático Liberal Multipartidário, não é o fim da Democracia; c) apresentar experiências positivas do Processo Democrático nas ilhas de Cabo Verde e das Seychelles, que poderão contribuir para proporcionar estabilidade político-institucional em São Tomé e Príncipe.

O problema da pesquisa é caracterizado pelo seguinte questionamento: "Quais são as causas de instabilidade político-institucional em São Tomé e Príncipe e quais elementos presentes nas Seychelles e em Cabo Verde, que poderiam proporcionar uma maior estabilidade político-institucional a São Tomé e Príncipe?"

Para a resolução do problema são levantadas as seguintes hipóteses:

a) o Regime Democrático Liberal Multipartidário em estados que têm uma cristalização em torno do Presidencialismo, quando modificados para Semiparlamentarismo, tornam-se instáveis;

b) a governação no Estado de Direito Democrático é influenciada pelo Ordenamento Jurídico Constitucional;

c) as causas da Instabilidade Político-Institucional em São Tomé e Príncipe são: a constituição, a legislação e a elite política;

d) a adoção de um Sistema de Governo em que não há partilha de poder no Executivo, proporcionaria maior Estabilidade Político-Institucional em São Tomé e Príncipe.

Os resultados do trabalho de exame das hipóteses estão expostos na presente Tese, e são aqui sintetizados, conforme se descreve, brevemente, por meio dos conteúdos de seus capítulos.

O Capítulo 1 destina-se a relatar a Democracia e o Estado do Direito Constitucional. Nele analisa-se a Democracia desde a Grécia Antiga até aos nossos dias. Trata-se da instituição Estado desde o Estado patrimonial ao Estado de Direito Constitucional. Discorre-se sobre os diferentes modelos do Sistema de Governo num Estado de Direito Constitucional. Far-se-á uma reflexão sobre as origens, as vantagens e desvantagens de cada um dos Sistemas de Governo.

No Capítulo 2, abordar-se-á o processo da Formação do Estado/Nação no continente berço da humanidade, para depois se discorrer nos meandros da sua Independência. Adentra-se nas mazelas da Herança Colonial e no seu impacto nos novos Estados Africanos. Passa-se em revista os Regimes Ditatoriais e por fim pesquisa o Processo Democrático na África.

O Capítulo 3 é dedicado ao Regime Democrático Liberal e o Ordenamento Jurídico-Constitucional. O Ordenamento Jurídico-Constitucional, como instrumento essencial para se processar e consolidar a Democracia e que funciona como mecanismo garantidor de estabilidade em qualquer Estado de Direito Democrático,será abordado. A Instabilidade Político-Institucional, bem

como os sistemas políticos e institucionais determinantes na Democracia pluralista e representativa, são examinados.

O Capítulo 4 examina-se o Processo Democrático em três Pequenos Estados Insulares Africanos. Apresenta-se um panorama geral sobre os Pequenos Estados Insulares no mundo, prossegue-se especificando os três PEIA em análise. Aborda-se as semilitudes entre eles. Estuda-se o Processo Democrático neles incidindo sobre o Regime Democrático Liberal Multipartidário. As razões que levaram a transição e as determinantes de carácter interno e internacional que estavam por detrás da mudança do regime, serão escrutinados. Enfatiza-se, por fim, a Constituição e a importância dos sistemas políticos e institucionais.

A presente Tese se encerra com as conclusões, aonde são apresentadas os pontos conclusivos dos estudos e das reflexões realizadas sobre a Democracia e o Estado de Direito Constitucional, da Formação do Estado/Nação, bem como do Processo Democrático nos três PEIA, ressaltando a inovação e a singularidade na investigação e no relato, e as contribuições que trazem à comunidade científica, jurídica e política africana.

O método utilizado na fase de Investigação foi o Método Indutivo e na fase de Tratamento dos Dados operou-se com o Método Analítico. No Relatório da Pesquisa, que é a presente Tese, utiliza-se a lógica indutiva.

Foram empregues as técnicas do Referente[28], da Categoria[29], dos Conceitos Operacionais[30], da Pesquisa Bibliográfica[31]e do Fichamento[32], e da

---

[28] "[...] explicitação prévia do motivo, objetivo e produto desejado, delimitando o alcance temático e de abordagem para uma atividade intelectual, especialmente para uma pesquisa". *In.* PASOLD, Cesar Luiz. **Metodologia da Pesquisa Jurídica.** 13.ed.rev.atual. e ampl. Florianópolis: Conceito Editorial, 2015. p. 217.

[29] "[...] palavra ou expressão estratégica à elaboração e/ou à expressão de uma ideia. *In.* PASOLD, Cesar Luiz. **Metodologia da Pesquisa Jurídica.** 13.ed.rev.atual. e ampl. Florianópolis: Conceito Editorial, 2015. p. 205.

[30] "[...] definição estabelecida ou proposta para uma palavra ou expressão, com o propósito de que tal definição seja aceita para os efeitos das ideias expostas." *In.* PASOLD, Cesar Luiz. **Metodologia da Pesquisa Jurídica.** 13.ed.rev.atual.e ampl. Florianópolis: Conceito Editorial, 2015. p. 205.

[31] "Técnica de investigação em livros, repertórios jurisprudenciais e coletâneas legais." *In.* PASOLD, Cesar Luiz. **Metodologia da Pesquisa Jurídica.** 13.ed.rev.atual. e ampl. Florianópolis: Conceito Editorial, 2015. p. 215.

[32] "Técnica que tem como principal utilidade otimizar a leitura na Pesquisa Científica, mediante a

Análise para ilustração.

Nessa Tese, as categorias principais estão grafadas com a letra inicial em maiúscula e os seus conceitos operacionais são apresentados no glossário inicial, no texto e em rodapé, conforme sua importância e pertinência.

reunião de elementos selecionados pelo Pesquisador que registra e/ou resume e/ou reflete e/ou analisa de maneira sucinta, uma Obra, um Ensaio, uma Tese ou Dissertação, um Artigo ou uma Aula, segundo Referente previamente estabelecido." *In.* PASOLD, Cesar Luiz. **Metodologia da Pesquisa Jurídica.** 13.ed.rev.atual.e ampl. Florianópolis: Conceito Editorial, 2015. p. 209.

CAPÍTULO 1

A DEMOCRACIA E O ESTADO DE DIREITO DEMOCRÁTICO

1.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Democracia é uma categoria cujo conceito conheceu e continua conhecendo diversas interpretações controversas, desfigurando, deformando e até mesmo criando caricaturas em relação a outros conceitos dentro da teoria e da prática política. É assim que o professor MBATA constata que dentro do tempo e do espaço, a Democracia tem vindo a adquirir significados diferentes e, inclusive, contraditórios. A Democracia sofreu mais com os seus leais seguidores do que com os seus inimigos ferozes[33].

Com efeito, a definição mais conhecida de Democracia é geralmente atribuída ao Presidente Abraham LINCOLN, que, sem defini-lo, se referia à Democracia como "governo do povo para povo e pelo povo" (num discurso memorável proferido à Gettysburg, em 19 de novembro de 1863). A maior dificuldade com esta definição é que ela está bem longe de ser uma realidade.

Combinando "o governo para o povo" a exigência "do governo do povo", a alternância torna uma competência suprema, uma faculdade política que o povo detém no sistema político democrático. Permite que povo possa afirmar com total responsabilidade a sua soberania e legitimidade. A partir de então, só pode obrigar os governantes a se responsablilizar por sua ação, colocando constantemente a possibilidade de censura, um dos elementos

[33] MBATA, Betukumesu Mangu A. **Perspectives du constitutionalisme et de la démocratie en République démocratique du Congo sous l'empire de la constitution du 18 février 2006.** *In:* SAYEMAN BULA-BULA, (dir.). Pour l'épanouissement de la pensée juridique congolaise, (Liber Amicorum Marcel Antoine Lihau). Bruxelles-Kinshasa:Bruylant PUK, 2006. p. 85-224.

fundamentais da Democracia.

O Estado do Direito Constitucional é outro tema tratado nesse capítulo. Pode-se verificar ao longo deste subcapítulo que a instituição Estado passou por várias fases até que chegasse ao Estado do Direito Constitucional que representa o patamar mais elevado dessa instituição.

Começou-se por Estado patrimonial, em que havia enormes dificuldades de diferenciar o poder público dos direitos patrimoniais. Em seguida, passou-se para o Estado polícia em que a presença do Estado se verificava nas finanças, justiça, segurança/defesa e diplomacia. A partir de 1789, a instituição Estado herda dos ingleses, franceses e americanos normas, regras, princípios e valores que conduzem a formação do Estado de Direito. Durante o século XX, com o fim do colonialismo e término da segunda Guerra Mundial, o Estado de Direito incorpora algumas funções sociais e atividades econômicas, vindo a constituir o que chamamos de Estado de Direito Democrático.

Entretanto, existem também o Estado Confessional, em que o poder político encontra-se intrinsecamente ligado a uma determinada religião; o Estado da Democracia Socialista, em que há uma economia planificada e centralizada; o Estado autoritário, em que um grupo, uma elite e um indivíduo detém o poder absoluto. Atualmente, todos os Estados, quer seja Confessional, Democracia Socialista ou de Direito Democrático, exercem sua administração embasada em três funções: executivo, legislativo e judiciário.

Por sua vez, o Estado na África também conheceu três fases: o Estado pré-colonial em que tem-se pouca ou nenhuma informação; o Estado colonial em que os territórios africanos (Estado-colónia) integravam o Estado Império; e a terceira fase, em que se está vivendo atualmente. Em que todos os Estados Africanos encontram introduzindo melhorias no seu Ordenamento Jurídico-Constitucional, no sentido de se adaptarem as exigências do mundo globalizado e sejam enquadrados como Estado de Direito Constitucional.

Distribuídos entre formas, regimes e sistemas, neste subcapítulo vai-se debruçar essencialmente sobre o Sistema de Governo. Diversos são os Sistemas de Governo no Estado de Direito Constitucional, competindo-lhe

exercer um conjunto de funções visando viabilizar a ordem jurídica, econômica, social e cultural num determinado Estado.

Dentre inúmeros Sistemas de Governo que pulverizam o mundo, quatro são marcadamente conhecidos: o presidencialismo, o parlamentarismo, o misto (semipresidencialismo e semiparlamentarismo) e o diretorial. Com exceção do último que é exclusivo da Suiça, todos os outros originaram vários outros Sistemas de Governo. No presidencialismo, o executivo não é responsável perante o parlamento, contrariamente ao que se verifica no parlamentarismo e no misto (semipresidencialismo ou semiparlamentarismo). Outrossim, no presidencialismo o parlamento não pode demitir o executivo, de mesmo modo que o executivo não pode dissolver o parlamento.

No parlamentarismo e semiparlamentarismo, o chefe do Governo concentra todo o Poder Executivo em detrimento do chefe do Estado que é relegado a figura representativa e de magistratura moral[34]. Enquanto no semipresidencialismo reina o princípo de coabitação, onde o Governo é responsável perante o chefe de Estado e o Parlamento. O semipresidencialismo é dualista, há repartição das tarefas executivas entre o chefe do Governo e o chefe do Estado, ambos atores são essenciais na vida política[35], pois juntos estão no Poder Executivo.

1.2. A DEMOCRACIA

A Democracia, antes de ser um regime político ou um sistema de valor, apareceu como uma forma de governo determinada pela regra do maior número. Poderia-se, seguindo AVRIL e GICQUEL, defini-lo idealmente como um regime político no qual as pessoas têm soberania[36].

Daí que, quando se aborda o tema Democracia, vem a mente, questões que têm a ver com o poder e/ou as instituições políticas do Estado.

---

[34] SAINT-JAMES, Virginie. **Droit constitutionnel.** 5ème éd. Collection Lexifac Droit. Paris: Édition Bréal, 2014. p. 67.
[35] BAUDE, F. **Droit constitutionnel**. Foucher. 3ème éd. Paris. Édition Foucher, 2015. p. 56.
[36] AVRIL, P. et GICQUEL, J. **Lexique de droit constitutionnel.**Paris: PUF, 2003. p. 42.

Faz-se reflexão sobre as eleições, o Chefe de Estado, o Parlamento, o Governo, a oposição, a liberdade de expressão, a comunicação social, dentre outros. Mas nem sempre foi assim. Não obstante, atualmente, a Democracia ser tudo isso e muito mais.

Na sua concepção clássica, a Democracia baseia-se na soberania popular. De acordo ao Dicionário Constitucional "la démocratie, dans le monde moderne, tend à dèsigner un lien social placé sous le signe de l'égalite et une politique susceptible d'exprimer l'idéal de liberté et d'autonomie du gouvernement humain"[37].

Sabe-se, por exemplo, que em Atenas e outras *polis* da Grécia Antiga, os cidadãos atenienses e os gregos de uma forma geral tinham uma ideia da Democracia completamente diferente da que se tem hoje."Falando de Democracia, pensavam em uma praça pública ou então em uma assembleia na qual os cidadãos eram chamados a tomar eles mesmos as decisões que lhes diziam respeito"[38].

Essa Democracia[39] foi interrompida, banalizada, suplantada e impedida de se espalhar pelo mundo durante séculos pelos imperadores e senhores das monarquias absolutistas que se seguiram com o fim do domínio grego pelo mundo de então.

Ressurgiu com a Revolução Francesa e a Revolução Americana no século XVIII, mas na Europa voltou sucumbir na segunda década do século XX com a instauração de regimes totalitários. Depois desses regimes terem sido destruídos com o fim da Segunda Guerra Mundial, a Democracia passou a ser um bem comum a todos os povos e países[40].

---

[37] DUHAMEL, O. et MÉNY, Y. **Dictionnaire constitutionnel**. Paris: PUF, 2003. p. 3.

[38]BOBBIO, Norberto. **Teoria Geral da Política: a filosofia política e as lições dos clássicos.** 9. tiragem. Tradução: Daniela Beccaccia Versiani. Rio de Janeiro: Editora Elvesier, 2000. Título original: *Teoria generale della politica.* p. 11.

[39]Après l'Antiquité, la démocratie connut une longue période d'oubli, pendant laquelle le mot n'a été utilisé que pour évoquer le régime des anciennes cités grecques et de la république romaine, alors qu'il avait disparu du vocabulaire décrivant les institutions contemporaines, à part quelques cantons suisses. *In:* PAPADOPOULOS, Yannis. **Démocratie Directe**. Editora Economica, 1998. p. 12.

[40]**Les Regimes Politiques Ocidentaux.**Paris: Éditions du Seuil, 1986. p. 7.

Não obstante o ressurgimento da Democracia, no mundo moderno ela não tem quase nada a ver com aquela que os gregos vivenciaram nos séculos VI e IV a. C, nem tão pouco com a que foi idealizada com a Revolução Francesa e a Revolução Americana. Muito menos ainda com ideais democráticos preconizados com o fim da Segunda Guerra Mundial.

A expressão "Democracia", que é uma palavra de origem grega[41] *Demokratía*[42] em que "*demos*" tem vários significados, dentre os quais se destacam: "o povo como um todo", "corpo de cidadãos" e "pessoas comuns", enquanto que "*krátos*" significa "poder" e ou "Governo"[43]. Literalmente a "Democracia" significava poder do "*demos*", e não, como hoje, poder dos representantes do "*demos*".[44]

Dessa forma, fica caracterizado, que, enquanto os gregos vivenciavam uma Democracia direta, no mundo contemporâneo vivencia-se uma Democracia representativa. Onde os cidadãos já não decidem diretamente sobre assuntos que lhes dizem respeito, mas elegem representantes para o fazer. O povo verdadeiramente jamais governou ele próprio. São esses representantes ou grupo de pessoas que governam ou pretentem governar em nome do povo, mas na verdade para servir seus próprios interesses que eles tendem a confundir

---

[41] GEORGOPOULOS, Constantin L. assevera que "«démocratie» [...] provenant de la combinaison de deux racines, à savoir «demos» qui signifie le peuple, et «kratos» qui signifie le pouvoir, il sert à indiquer tout régime politique dans lequel le peuple est le titulaire du Pouvoir."*In:* GEORGOPOULOS, Constantin L. **Contribution a la Classification des Regimes Politiques.**Paris: Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, 1987. p. 131 e 132.

[42] Para MIGLINO "A palavra democracia deriva da palavra *Demokratía*, do grego antigo, que, por sua vez, deriva de *demos*, que significa povo, e *krátos*, que significa poder."*In*: MIGLINO, Arnaldo. A Cor da Democracia.Coleção Jacinto Nelson de Miranda Coutinho. São Paulo: Editorial Conceito. Centro de Estudos Jurídicos, 2010. p. 11; Segundo a Enciclopedia del Diritto "Etimologicamente l'espressione "democrazia" vuol signiticativa la constatazione che praticamente tutti gli ordinamenti statali contemporanei evoluti si appellano ad essa e conseguentemente si autodefiniscono "democratici". Tuttavia è pure agevolmente constatabile come la menzionata nozione venga oggidi intesa con dei significati spesso notevolmente diversi. Di modo che, se sussiste nella moderna "dottrina dello Stato" un pressoché universale accordo verbale sull'accettazione della democrazia, non può negarsi un parimenti diffuso profondo contrasto sul suo contenuto." *In*: **Enciclopedia del Diritto X**, Giuffrè Editore, 1962. p. 110.

[43] FINLEY, Moses I. **Democracia Antiga e Moderna.**Tradução: Waldéa Barcellos. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. p. 25 e 26. Título original: *Democracy ancient and modern.*

[44] BOBBIO, Norberto. **Teoria Geral da Política: a filosofia política e as lições dos clássicos.**9. tiragem. Tradução: Daniela Beccaccia Versiani. Rio de Janeiro: Editora Elvesier, 2000. p. 372.Título original: *Teoria generale della politica.*

com os do povo[45].

Pelo menos três pensadores gregos de renome, a saber Platão, Aristóteles e Políbio, distinguiram várias formas de *"krátos",* tendo como referência principal o número dos indivíduos que governavam.

Dessa maneira, a classificação das formas de poder embasavam no número dos governantes: monarquia ou Governo de um, aristocracia ou Governo de poucos e Democracia ou Governo de muitos.[46]

Platão[47] defendeu existir pelo menos seis formas de "*krátos"*: aristocracia - Governo dos melhores, uma minoria -, monarquia - Governo de um -, timocracia, oligarquia - Governo de alguns, Democracia - Governo de muitos, Governo do povo - e tirania. Para esse pensador da Grécia Antiga, apenas a aristocracia e monarquia proporcionavam uma boa governação. Todo o resto, inclusive a Democracia, não servia[48].

Aristóteles[49] distinguiu a partir de um estudo comparativo de 150 cidades gregas, três tipos de Governo bom, mas que ao degenerar, cada um daria lugar há um Governo desvirtuado. Para ele, enquanto a monarquia, a aristocracia e a oligarquia permanecerem observando as regras e princípios éticos de cada uma forma de poder enunciado, se estaria perante sua manifestação ideal. Todavia, quando essas regras e princípios fossem violadas, surgiriam outras três formas de poder: a monarquia, que tornaria em tirania; a aristocracia, que desvirtuaria em oligarquia.[50]

---

[45] MBATA, Betukumesu Mangu A. **Suprématie de la constitution, indépendance du pouvoir judiciare et gouvernance démocratique en RDC.***In:* Bakandeja wa Mpungu G. Mbata Betukumesu Mangu A. et Kienge Kienge Intudi R. (Dir.). Participation et responsabilité des acteurs dans un contexte d'émergence démocratique en République Démocratique du Congo (Actes des Journées scientifiques de la Faculté de Droit de l'UNIKIN 18-19 juin 2007). Kinshasa: PUK, 2007. p. 394-406.

[46]BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo, Sociedade: para uma teoria geral da política.**Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 104.

[47] BOBBIO, Norberto. **La teoría de las formas de gobierno en la historia del pensamiento político. Año académico 1975-1976.** trad. de José F. Fernández Santillán. 2.ed. México: FCE, 2001. p. 21-32. Título original: *La teoria delle forme di overno nella storia del pensiero político.*

[48]CICCO, Cláudio de e GOZANGA, Alvaro de Azevedo. **Teoria Geral do Estado e Ciência Política.** 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

[49]**Les Regimes Politiques Occidentaux.**Paris: Éditions du Seuil, 1986. p. 16.

[50]GEORGOPOULOS, Constantin L. **Contribution a la Classification des Regimes Politiques.**

Para Aristóteles[51], sendo a Democracia uma forma de poder em que muitos tomavam parte na governação, ela poderia ser ainda distinguida em duas: politéia e demagogia. Politéia[52], quando a Democracia não está desvirtuada, é considerada como bom Governo de muitos; e quando está degenerada, é demagogia[53].

No fundo, tanto Aristóteles quanto Platão identificaram na Grécia Antiga seis formas de poder, tendo divergido no que concerne ao Governo bom e mau. Para Platão, a Democracia era um mau Governo, enquanto que para Aristóteles, era bom, sobretudo quando caraterizada como politéia.

Todavia, o ajuste entre carácter quantitativo e qualitativo das diferentes formas de poder apresentada por Aristóteles, foi a distinção que prevaleceu durante séculos[54].

Políbio[55], historiador grego do século II a. C., a semelhança dos seus

---

Paris: Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, 1987. p.132.

[51]BOBBIO, Norberto. **La teoría de las formas de gobierno en la historia del pensamiento político. Año académico 1975-1976.** trad. de José F. Fernández Santillán. 2.ed. México: FCE, 2001. p. 33-43. Título original: *La teoria delle forme di overno nella storia del pensiero político.*

[52]BOBBIO ensina: "[...] a politéia ... (é o nome que Aristóteles dá à forma boa do governo de muitos) em democracia." *In*: BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo, Sociedade: para uma teoria geral da política.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 104.; BOBBIO ressalta: "Para apreciar cuán grande es la diferencia entre el esquema general de las seis formas de gobierno y el análisis particular, nada mejor que ver más de cerca la forma llamada, a falta de otra denominación más de cerca la forma llamada, a falta de otra denominación más apropiada, *'politia'*. En el esquema la *politia* corresponde a la tercera forma, es decir, debería ser la constitución caracterizada por el poder de muchos que se ejerce en función del interés común; mas si uno lee la definición que Aristóteles da de ella, se comprueba que es algo totalmente distinto: En general la *politia* es una mezcla entre la oligarquía y la democracia; y comúnmente se suelen llamar *politias* los gobiernos que tieden más bién a la democracia y aristocracia que aquellos que se orientan a la oligarquía (1293b). *In:* BOBBIO, Norberto. **La teoría de las formas de gobierno en la historia del pensamiento político. Año académico 1975-1976.** trad. de José F. Fernández Santillán. 2.ed. México: FCE, 2001. p. 40. Título original: *La teoria delle forme di overno nella storia del pensiero político.*

[53]GEORGOPOULOS, Constantin L. **Contribution a la Classification des Regimes Politiques.** Paris: Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, 1987. p.132.

[54]"[…] durante la Edad Media prevaleció la clasificación tripartita griega. Polibio y Cicerón hablaron de monarquía, aristocracia y democracia, según que el gobierno de todas las cosas esté en manos de uno que mande más por la razón que por la violencia, de algunos hombres justos y prudentes escogidos, o bien del mismo pueblo que hace prevalecer el sentimiento del mayor número." *In:* BADIA, Juan Ferrando (Coordinador). **Regimes Políticos Actuales.** Madrid: Editora Tecnos. 3. Edición, 1995. p. 41.

[55]BOBBIO, Norberto. **La teoría de las formas de gobierno en la historia del pensamiento político. Año académico 1975-1976.** trad. de José F. Fernández Santillán. 2.ed. México: FCE, 2001. p. 44-56. Título original: *La teoria delle forme di overno nella storia del pensiero político.*

conterrâneos considerou existir seis formas de poder, tendo demonstrado na sua defesa muito mais próximo a Aristóteles. Esse pensador grego não apenas identifica seis formas de poder, como classifica-os igualmente em três bons e três maus. Todavia, ele ressaltou que cada uma dessas formas de poder se sucediam umas às outras[56].

Pode-se concluir, então, que a Democracia é uma das mais antigas formas de poder e que tem prevalecido, embora sob diversas maneiras.

Para os europeus[57], a Democracia surgiu na Europa (Grécia Antiga e Roma republicana)[58], particularmente na cidade de Atenas[59], enquanto os norte-americanos[60] atribuem-lhes esse feito quando da organização dos Estados Unidos de América.

O fim do colonialismo na África tem permitido o avanço de pesquisa em algumas regiões do continente berço da humanidade, o que tem levado

---

[56]CICCO, Cláudio de e GOZANGA, Alvaro de Azevedo. **Teoria Geral do Estado e Ciência Política**. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011. p. 79.

[57] "Os sistemas de governo que permitiam a participação popular de um significativo número de cidadãos foram estabelecidos pela primeira vez na G'récia clássica e em Roma, por volta do ano 500 a.C., em bases tão sólidas que resistiram por séculos, com algumas mudanças ocasionais. *In:* DAHL, Robert A. **Sobre a Democracia.**Tradução de Beatriz Sidou. Brasília: editora Universidade de Brasília, 2001. p. 21. Título original: *Ondemocracy*.

[58] DAHL, Robert A. **Sobre a Democracia.** Tradução de Beatriz Sidou. Brasília: editora Universidade de Brasília, 2001.p. 17. Título original: *Ondemocracy*.

[59]DAHL, Robert A. **Sobre a Democracia**. Tradução de Beatriz Sidou. Brasília: editora Universidade de Brasília, 2001. p. 21.Título original: *On democracy*.

[60]LIJPHART assevera que "el presidente Bill Clinton en 1993, segurando que Estados Unidos es «la democracia más antigua del mundo» […] *In:* LIJPHART, Arend. **Modelos de Democracia.** Formas de gobierno y resultados em treinta y seis países. Traducción de Carmen Castellnou. 1.ed. Editorial Ariel, SA. Barcelona, 2000. Título original: *PatternsofDemocracy.* p. 62; DAHL leciona que "Muitos norte-americanos e outros acreditam que a Democracia começou há duzentos anos, nos Estados Unidos. Outros, cientes de suas raízes clássicas, afirmariam que ela teria começado na Grécia ou na Roma antiga". *In:* DAHL, Robert A. **Sobre a Democracia.** Tradução de Beatriz Sidou. Brasília: editora Universidade de Brasília, 2001. p. 17.Título original: *On democracy*.

alguns pensadores[61] e pesquisadores[62]a assegurarem que os africanos, sobretudo ao sul do Sahara, já viviam em Democracia quando os europeus chegaram nessa parte do continente.

A falta de consenso em torno da Democracia não fica apenas na sua origem. Vê-se a falta de consenso na sua definição, fazendo com que haja várias correntes teóricas e filosóficas procurando definir a Democracia.

Desse modo, porque a Democracia é um tema muito abrangente, pode-se registar Democracia econômica[63], Democracia social[64], Democracia socialista, Democracia liberal, Democracia industrial, Democracia organizacional. Todavia, a Democracia que nos propormos tratar nessa pesquisa é a Democracia como forma de governo, ou seja, Democracia[65]que objetiva

---

[61]GONIDDEC ensina que "[...] au stade initial de la communauté «primitive», les systèmes politiques africains étaient parfaitement démocratiques, même si les inégalités sociales, fondées notamment sur l'âge et le sexe, n'étaient pas absentes. [...] Ainsi, on peut dire que, à ce stade, le constitutionnalisme ne faisait qu'exprimer le fait que les sociétés an-étatiques pratiquaient un certain type de démocratie qui était en harmonie avec les caractéristiques socio-économiques de ces sociétés. Le caractère démocratique de ces sociétés résultait de l'absence de distinction entre les gouvernants et les gouvernés. Sans doute, «Pour des gens venus de pays où l'existence d'une autorité pouvant imposer l'obéissance aux sujets apparaît comme un phénomène naturel, il est difficile de comprendre un corps politique sans autorité établie»". *In*: GONIDDEC, Pierre-François. **Les Systèmes Politiques Africains: Les nouvelles démocraties.**Libraire Générale de Droit et de Jurisprudence, EJA. Paris, 1997.p.15.

[62] Disponível em: http://www.pordentrodaafrica.com/cultura/o-kongo-vivia-em-democracia-quando-osportugueseschegaram-no-seculo-xv-diz-patricio-batsikama Acesso 30 de maio 2016

[63]Para SARTORI, "Democracia económica, [...], é uma noção multifacetada e, por fim, escorregadia. Mas a lógica que conduz a esse construto é bem clara, e é a seguinte: como a democracia política se restringe no geral à igualdade política e jurídica, e como a ênfase da democracia social é a igualdade de status, segue-se daí que democracia económica é, ou reflete, uma preocupação com a equalização da riqueza. Portanto, uma primeira definição de democracia econômica pode ser que a expressão denota uma democracia cuja meta política é a redistribuição da riqueza e a equalização das condições e oportunidades econômicas." *In:* SARTORI, Giovanni. **A Teoria da Democracia Revisitada.** O debate contemporâneo. Vol. 1. Tradução: Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Editora Ática, 1994. p. 26 e 27. Título original: *The theory of democracy revisited*.

[64] Ensina SARTORI que "O elemento característico de uma democracia social não é apenas sua existência no plano social, como também, e muito mais, sua espontaneidade, sua natureza endógena. É desse último ângulo que melhor se aprecia a natureza extrapolítica de uma democracia social e a razão que a torna inteiramente diferente de uma democracia socialista, de um programa político imposto à sociedade por um Estado socialista. Enquanto uma democracia social se organiza de baixo para cima, uma democracia socialista organiza-se de cima para baixo. A democracia social é antes de mais nada um estilo de vida, enquanto a democracia socialista é sobretudo um estilo de governo." *In:* SARTORI, Giovanni. **A Teoria da Democracia Revisitada.** O debate contemporâneo. Vol. 1. Tradução: Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Editora Ática, 1994. p. 26. Título original: *The theory of democracy revisited*.

[65]Assevera SARTORI que "[...] a questão de como se relacionam com a democracia política tem

governar como resultado de escolha feita pelo povo.

O economista SCHUMPETER, quando trata da teoria democrática na sua obra "Capitalismo, a Democracia e o Socialismo" defende uma nova definição para Democracia, afirmando que:

> La democracia es un método político, es decir, un cierto tipo de concierto institucional para llegar a las decisiones políticas - legislativas y administrativas -, y por ello no puede constituir un fin en sí misma, independientemente de las decisiones a que dé lugar en condiciones históricas dadas.[66]

Para SCHUMPETER a Democracia não constitui um fim em si mesmo, porque é um método político que emprega acordos institucionais visando alcançar decisões legislativas e administrativas.

SARTORI analisando as diferenças entre a Democracia real e a Democracia ideal, adverte que:

> [...] devemos lembrar-nos então, de que (a) o ideal democrático não define a realidade democrática e, vice-versa, que uma verdadeira democracia não é, e não pode ser, o mesmo que uma democracia ideal; e que (b) a democracia resulta de interações entre seus ideais e sua realidade e é modelada por elas: pelo impulso de um deve ser e pela resistência de um é.[67]

Prosseguindo, esse autor faz uma revisão na abordagem da Democracia moderna ensinando que:

> [...] as democracias modernas dependem de: (a) poder limitado da maioria; (b) procedimentos eleitorais; e (c) a transmissão do poder dos representantes. Isso implica que, no seio do povo como um todo, uma parcela do povo conta mais, outra parcela conta menos; que o mesmo povo que constitui um maioria eleitoral vitoriosa não exerce realmente o poder; e que muito do que é chamado de "vontade" do povo soa mais como um "consenso" do povo.[68]

---

uma resposta direta: democracia no sentido político é uma macrodemocracia de larga escala, enquanto a democracia centrada no grupo e a democracia centrada na fábrica são microdemocracias de pequena escala. É o mesmo que dizer que a democracia política - na acepção do termo que persistiu durante cerca de vinte e cinco séculos - é a democracia soberana supra-ordenada, enquanto as outras democracias são, inevitavelmente, democracias subordinadas. *In:* SARTORI, Giovanni. **A Teoria da Democracia Revisitada.** O dabate contemporâneo. Vol. 1. Tradução: Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Editora Ática,1994. p. 28. Título original: *The theory of democracy revisited*.

[66] SCHUMPETER, J. A. **Capitalismo, Socialismo y Democracia II**. Barcelona: Ediciones Folio, 1996. p. 312. Título original: *Capitalism, Socialism and Democracy.*

[67] SARTORI, Giovanni. **A Teoria da Democracia Revisitada.**O debate contemporâneo. Vol. 1. Tradução: Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Editora Ática, 1994. p. 24. Título original: *The theory of democracy revisited*

[68] SARTORI, Giovanni. **A Teoria da Democracia Revisitada.**O debate contemporâneo. Vol. 1. Tradução: Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Editora Ática, 1994. p. 52. Título original: *The theory of democracy revisited*

SARTORI exorta-nos a não confundirmos verdadeira Democracia com Democracia ideal, porque a Democracia real é a fusão do ideal e real. Ensina-nos que três são os principais pontos da Democracia moderna.

DAHL nos apresenta uma nova definição para a Democracia, chamando-a de Poliarquia, ensinando que:

> [...] nenhum grande sistema no mundo real é plenamente democratizado [...] As poliarquias podem ser pensadas então como regimes relativamente (mas incompletamente) democratizados, ou, em outros termos, as poliarquias são regimes que foram substancialmente popularizados e liberalizados, isto é, fortemente inclusivo e amplamente abertos à contestação pública.[69]

Esse autor sublinha na sua obra "Sobre a Democracia" que esse termo é demasiado relativo, uma vez que "[...] 'Democracia' tem significados diferentes para povos diferentes em diferentes tempos e diferentes lugares."[70]

Tanto HABERMAS quanto BOBBIO referem a uma concorrência na Democracia. HABERMAS na sua análise do modelo concorrencial constata que:

> [...] as democracias atualmente existentes, fundadas na concorrência, podem ser entendidas como sistemas de ação, nos quais o procedimento democrático foi realmente implementado, não somente na forma nominal de direitos políticos de participação e comunicação, mas também na forma de práticas, quase sempre selectivas.[71]

BOBBIO reforça essa linha de pensamento, da concorrência e selectividade quando afirma que:

> A democracia, como autogoverno do povo, é um mito que a história desmente continuamente. Em todos os Estados, quem governa – e aqui falamos de 'governar' no sentido de tomar as decisões últimas que se impõem a todos os membros de um grupo – é sempre minoria, um pequeno grupo, ou alguns grupos minoritários em concorrência entre si.[72]

A selectividade analisada por HABERMAS tem sustentáculo do

---

[69]DAHL, Robert A. **Poliarquia: Participação e Oposição.** Tradução: Celso Mauro Pacionik. 1. ed. 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005. p. 31. Título original: *Polyarchy: Participation and Opposition.*

[70]DAHL, Robert A. **Sobre a Democracia.**Tradução: Beatriz Sidou. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. p. 13. Título original: *On democracy.*

[71]HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia: Entre facticidade e validade**. Vol. 2. Tradução: Flávio BenoSiebeneichler. 4. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. p. 43. Título original: *Faktizitãtund Geltung. Beiträgezur Diskurstheorie des Rechitsund des demokratische Rechistaats.*

[72]BOBBIO, Norberto; Mario Bussi (org.). **Qual democracia?**Traduçãode Marcelo Perine. 2.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013. p. 23. (Coleção leituras filosóficas) Título original: *Quale democrazia?*

SCHUMPETER quando este último defende que "[...] el pueblo no gobierna nunca de hecho, pero puede convenirse en que gobierna por definición"[73]; e MIGLINO quando refere que em Democracia "as decisões incubem a todos, e aquelas que não podem ser tomadas directamente pelo povo são confiadas a pessoas por ele controladas."[74]

As pessoas a quem são confiadas a responsabilidade de tomar decisões que o cidadão[75] não pode tomar de fato são selecionadas pelo próprio cidadão por meio das eleições.

Quando em Democracia um pequeno grupo toma decisão em nome da maioria, como resultado das eleições, a Democracia perde o sentido etimológico da palavra, uma vez que o "demos" já não decide diretamente, passa a selecionar ou escolher quem vai decidir em seu lugar.

Entretanto, BOBBIO nos ensina que:

> Na passagem da democracia direta para a democracia representativa (da democracia dos antigos para a democracia dos modernos), desaparece a praça, mas não a exigência de "visibilidade" do poder, que passa a ser satisfeita de outra maneira, com a publicidade das sessões do parlamento, com a formação de uma opinião pública através do exercício da liberdade de imprensa, com a solicitação dirigida aos líderes políticos de que façam suas declarações através de comunicação de massa.[76]

Importa ressaltar que a Democracia direta[77] e a Democracia

---

[73] SCHUMPETER, J. A. **Capitalismo, Socialismo y Democracia II**. Barcelona: Ediciones Folio, 1996. p. 317. Título original: *Capitalism, Socialism and Democracy.*

[74]MIGLINO, Arnaldo. **A Cor da Democracia.**Coleção Jacinto Nelson de Miranda Coutinho. São Paulo: Editorial Conceito. Centro de Estudos Jurídicos, 2010. p. 12.

[75]Para BOBBIO "Na democracia moderna, o soberano não é o povo, mas são todos os cidadãos. O povo é uma abstração, cômoda, mas também, como já dissemos, falaciosa; os indivíduos, com seus defeitos e seus interesses, são uma realidade. Não é por acaso que como fundamento das democracias modernas estão as Declarações dos Direitos do Homem e do Cidadão, desconhecidas da democracia dos antigos. A democracia moderna repousa em uma concepção individualista da sociedade.*In:* BOBBIO, Norberto. **Teoria Geral da Política: a filosofia política e as lições dos clássicos.**Tradução: Daniela Beccaccia Versiani. 9ª tiragem. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000. p. 380. Titulo original: *Teoria generale della politica.*

[76]BOBBIO, Norberto. **Teoria Geral da Política: a filosofia política e as lições dos clássicos.** Tradução: Daniela Beccaccia Versiani. 9ª tiragem. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000. p. 387.Titulo original: *Teoria generale della politica.*

[77]"La démocratie direct est le régime dans lequel les citoyens exercent directement au sein d'assemblées populaires le pouvoir législatif et celui d'administration. Ce système postule donc une complète identité entre gouvernants et gouvernés et implique l'absence d'organes étatiques et la confusion entre les pouvoirs." *In*: LAUVAUX, Philippe et LEPETIT, Jean-Paul. **Les grandes démocraties contemporaines.** Collection Droit Fondamental. Classiques. 3e édition. Paris: Presses Universitaires de France, 2004.p. 91.

representativa[78] são duas formas de Democracia que podem prevalecer no Regime Democrático[79].

KELSEN sublinha que:

> A democracia do Estado moderno é a democracia indireta, parlamentar, em que a vontade geral diretiva só é formada por uma maioria de eleitos pela maioria dos titulares dos direitos políticos. Os direitos políticos – isto é, a liberdade – reduzem-se a um simples direito de voto.[80]

Para BOBBIO[81] a Democracia é o instrumento que visa humanizar a política, consequentemente não é o governo para o povo, mas governo do povo. Sendo governo do povo, ele defende que a Democracia não pode restringir exclusivamente ao sufrágio universal. O cidadão deve participar em outros momentos da governação.

Todavia, apenas na Democracia existe uma participação do "demos" na escolha dos seus governantes. Dai a política ser realmente humanizada pela Democracia, quando abre a possibilidade dos cidadãos intervirem na governação, o que não acontece noutras formas, sobretudo os que ainda persistiram no século XX, está se referindo a Aristocracia e Autocracia.

---

[78]"[...] la démocratie représentative exclut toute intervention directe du peuple autre que celle de la désignation de représentants. [...] un régime représentatif est celui dans lequel les gouvernants, ou une partie d'entre eux du moins, exercent le pouvoir non pas en tant que titulaires d'un droit propre mais en vertu de leur qualité de représentants qu'ils tiennent généralement d'une élection. [...] la démocratie représentative est le régime dans lequel la désignation des représentants - du moins de ceux qui siègent dans la Chambre basse du Parlement - procède de l'élection directe au suffrage universel." *In*: LAUVAUX, Philippe et LEPETIT, Jean-Paul. **Les grandes démocraties contemporaines.** Collection Droit Fondamental. Classiques. 3e édition. Paris: Presses Universitaires de France, 2004.p.92

[79]Partant de la considération que la démocratie constitue un principe universel de légitimité, nombre de constitutionnalistes contemporains on en effet considéré deux types de régimes démocratiques: les démocraties occidentales ou libérales et les démocraties orientales ou marxistes. *In*: LAUVAUX, Philippe et LEPETIT, Jean-Paul. **Les grandes démocraties contemporaines.** Collection Droit Fondamental. Classiques. 3e édition. Paris: Presses Universitaires de France, 2004.p. 39

[80]KELSEN, Hans. **A Democracia.** 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. 43. Tradução dos originais em alemão: Vera Barkow; dos originais em inglês: Jefferson Luiz Camargo, Marcelo Brandão Cipolla; dos originais em italiano: Ivone Castilho Benedetti. Títulos originais: *Vom wesen un wert demokratie; Des problem des parlamentarismus; Foudations of democracy; Derbegriffdes staates un die sozialpsychologie, mit besonderer berücksichtigung von freuds, theorie der masse; Absolutisme and relativism in philosophy and politics.*

[81]BOBBIO, Norberto; Mario Bussi (org.). **Qual democracia?**Traduçãode Marcelo Perine. 2.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013. (Coleção leituras filosóficas). Título original: *Quale democrazia?* p. 47.

Compreende-se então porque tanto KELSEN[82] quanto FINLEY[83] ensinam que a Democracia é uma forma de Estado e de Sociedade, que é a melhor forma de Governo e que, em Democracia, a vontade geral é realizada por quem está submetido a ordem, ou seja, o cidadão. Cabe ao cidadão decidir sobre as políticas que serão adotadas por um determinado período de tempo.

O cidadão, através do sufrágio universal, direto e secreto – a eleição é o ponto nevrálgico[84] da Democracia –, escolhe os governantes, geralmente, um punhado de Homens, uma minoria que governará o Estado, por um determinado período de tempo.

Para Dworkin considerar a Democracia como sendo "governo do povo" ou "governo da maioria" é uma premissa que não é totalmente correta, pois a Democracia não se resume apenas na tomada de decisão pela maioria do povo, mas também tratar todos os membros da comunidade com igual cuidado e respeito.[85]

Deste modo, este autor americano classifica a Democracia em duas concepções: a maioritária e a comunitária. Sendo que a Democracia majoritária se baseia na ideia de que a decisão política deve refletir a vontade da maioria, enquanto que a Democracia comunitária preconiza que os indivíduos de determinada Sociedade, ao tomarem suas decisões políticas decidirão pensando na comunidade como um todo, e não apenas em uma maioria.

Por seu turno, GIDDENS classifica a Democracia como um sistema que envolve competição efetiva entre indivíduos e partidos políticos por cargos de poder político, defendendo que um dos pilares da Democracia deve ser

---

[82]KELSEN, Hans. **A Democracia**. Tradução de Vera Barkow et al. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. Títulos originais: *Vom wesen un wert demokratie; Des problem des parlamentarismus; Foudations of democracy; Der begriff des staates um die sozialpsychologie, mit besonderer berücksichtigung von freuds, theorie der masse; Absolutisme and relativism in philosophy and politics.* p. *35.*

[83]FINLEY, Moses I. **Democracia Antiga e Moderna.** Tradução: Waldéa Barcellos. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. Título original: *Democracyancientandmodern*. p. 22.

[84]HUNTINGTON, Samuel P. **A Terceira Onda:** A democratização no final do século XX. Tradução Sérgio Goes de Paula. Editora Ática S.A., 1994. Título original: *The thirdwave: democratization in the late twenteith*century. p. 261.

[85] DWORKIN, Ronald. **Freedom's Law The Moral Reading of the American Constitution.** Cambridge: Harvard University Press, 1996. p.17.

eleições regulares e limpas onde todo o povo pode participar.[86]

A escolha de um candidato ou a votação em um partido político em detrimento de um outro candidato ou partido político ocorre mediante uma competição bastante intensa, com trocas de acusações, roçando por vezes a violência verbal, em que cada um esgrime seu ponto de vista no intuito de convencer o maior número de cidadão eleitor a votar na sua candidatura. As eleições não são democráticas, mas sim aristocráticas, tendo em conta a introdução de um elemento da escolha reflexiva, onde se seleciona os melhores, os *aristoi* em vez do *demos*.[87]

Daí se compreender que GIDDENS não considera que a Democracia seja eleição, mas, sim, o direito de participação democrática em que são acompanhados por liberdades civis e que a Democracia não é "oito ou oitenta", que há diferentes formas e níveis de democratização.[88]

Para MARITAIN, toda filosofia política autêntica deve servir como base para dar a possibilidade às doutrinas democráticas de passar a vida social. Ora, é aqui que falta às sociedades modernas quando o homem é reduzido a um simples meio e não como objeto da política, incluindo a impossibilidade de superar a exploração do homem pelo homem[89]. Assim, importa redefinir o papel do governo e do Estado para evitar arbitrariedades.

A participação democrática na Democracia moderna convencionou-se chamar de eleição, é o momento em que o povo[90], mormente, o cidadão eleitor[91] tem a oportunidade de emitir opinião sobre políticas públicas e que

---

[86] GIDDENS, Anthony. **Mundo em Descontrole**: o que a globalização está fazendo de nós.Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. 4.ed. Rio de Janeiro: Record, 2005. Título original: *Runaway World.* p. 78.

[87]FINLEY, Moses I. **Democracia Antiga e Moderna.** Tradução: Waldéa Barcellos. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. Título original: *Democracyancientandmodern*. p. 32.

[88] GIDDENS, Anthony. **Mundo em Descontrole:** o que a globalização está fazendo de nós. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. 4.ed. Rio de Janeiro: Record, 2005. Título original: *Runaway World*. p. 78.

[89] MARITAIN, J. **Cristianismo e democrazia.** Milano, 1977. p. 23-24.

[90] Para MÜLLER o "[...] 'povo' não é um
conceito simples nem um conceito empírico; povo é um conceito artificial, composto, valorativo; mais ainda, é e sempre foi um conceito de combate."*In:* MÜLLER, Friedrich. **Quem é o Povo?** A questão fundamental da democracia**.** Tradução de Peter Naumann. 3.ed. São Paulo: Editora Max Limonad, 2003. p. 118. (Sem o título original no exemplar utilizado).

[91] MÜLLER sublinha que "Nem a todos os cidadãos é permitido votar. Nem todos os eleitores

indivíduo ou grupo de indivíduos deverá materializá-las num determinado período de tempo.[92]

Na lição de FERRAJOLI é nos ensinado que:

> […] "poder del pueblo" o "democracia" quiere decir en realidad el poder de una parte del pueblo, que sea también mayoritaria, sobre el pueblo entero y, por tanto, también sobre esa parte que no es la mayoría y que, incluso, se encuentra en oposición y en conflicto con respecto a ella. Y es justamente para impedir que este poder sea absoluto por lo que la democracia política, para no contradecirse a sí misma, debe incorporar "contra-poderes" de todos, incluso de la minoría, orientados a limitar los poderes de la mayoría. Estos contra-poderes, que no se advierte por qué no deban ser configurados también ellos como "poderes del pueblo" (o "democráticos"), son precisamente los derechos fundamentales, gracias a los cuales todos y cada uno están tutelados de las invasiones y de los arbitrios de una parte del pueblo sobre las otras.[93]

A Democracia preconiza um conjunto de institutos jurídicos que balanceiam o poder político (Executivo e Legislativo), permitindo que haja alternância política a cada quatro ou cinco ou mais anos, sem grandes sobressaltos. O cidadão eleitor não transfere o poder para os eleitos (executivo e legislativo), mas sim concede-o por um determinado período de tempo, podendo ser revogado ou reconduzido.[94]

CRUZ e BODNAR defendem que a Democracia deve atender a um equilíbrio de poder. Que deve haver uma legitimação que toque na votação, nas iniciativas de base e no conhecimento técnico-profissional, ressaltando que a verdade democrática não pode residir tão-somente num domínio, que se registra variação e que se promova a defesa dos princípios democráticos.[95]

O equilíbrio de poder acima referido enaltece um conjunto de fontes

---

votam efetivamente." *In*: MÜLLER, Friedrich. **Quem é o Povo?** A questão fundamental da democracia. Tradução de Peter Naumann. 3.ed. São Paulo: Editora Max Limonad, 2003. p. 49 (Sem o título original no exemplar utilizado); DAHL adverte que "Hoje, pressupõe-se que a democracia assegure virtualmente a todo o cidadão adulto o direito de voto."*In:* DAHL, Robert A. **Sobre a Democracia.** Tradução de Beatriz Sidou. Brasília: editora Universidade de Brasília, 2001. Título original: *Ondemocracy*. p. 13.

[92]MIGLINO, Arnaldo. **A Cor da Democracia**. Coleção Jacinto Nelson de Miranda Coutinho. São Paulo: Editorial Conceito. Centro de Estudos Jurídicos, 2010. p. 124.

[93]FERRAJOLI, Luigi. **Democracia y Garantismo.** Tradução de Perfecto A. Ibáñes et al. Edicion Miguel Carbonell. Madrid: Editorial Trotta, 2008. p. 87. (Sem o título original no exemplar utilizado)

[94]BOBBIO, Norberto; Mario Bussi (org.). **Qual democracia?** Tradução de Marcelo Perine. 2.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013. (Coleção leituras filosóficas) Título original: *Qualedemocrazia?* p. 13.

[95] CRUZ, Paulo Márcio e BODNARD, Zenildo. **Globalização, Transnacionalidade e Sustentabilidade.** Itajaí: UNIVALI, 2012. *e-book* http://www.univali.br, p. 88.

que interferem na organização e governação do Estado, na forma do Governo, afastando a exclusividade de legitimação democrática pela via de votação. Ou seja, a votação é um dos princípios democráticos, mas não é o único.

Destaca-se que a Democracia é o direito de cada indivíduo participar e influenciar a Sociedade, bem como as instituições públicas no intuito de promover melhorias das suas condições de vidas. Trata-se de uma participação que se crê de todo povo, visando atingir metas específicas e que vão acrescendo novas metas à medida que outras vão sendo atingidas, tendo como pano de fundo sempre o respeito pela dignidade humana.[96]

Depois da Segunda Guerra Mundial e com o fim da colonização europeia em vários países da África e da Ásia nos anos 50 e 60 do século XX, a Democracia passou a ser almejada por muitos povos e países.

Duas questões marcaram a agenda política internacional entre os anos 50 e 90 do século XX: descolonização – conduziu a independência nacional de vários territórios que se constituíram em novos Estados – e a democratização – ou Processo Democrático.

Entretanto, a falta de consenso na conceituação da Democracia, no contexto político mundial, permitiu que ao longo desse período houvesse dois grupos de países que se titulavam democráticos: os democratas liberais e os socialistas democratas[97], para fim desse estudo respectivamente Regime Democrático Liberal Multipartidário e o Regime Democrático Socialista Monopartidário.

Os países do Regime Democrático Liberal Multipartidário denominavam-se apenas de “República” e havia a liberdade de associação,

---

[96]MIGLINO, Arnaldo. **A Cor da Democracia**. Coleção Jacinto Nelson de Miranda Coutinho. São Paulo: Editorial Conceito. Centro de Estudos Jurídicos, 2010. p. 120 e 136.

[97] Segundo KELSEN, Lênin declara que a ditadura do proletariado “é uma imensa expansão da Democracia, pois esta se torna Democracia para os pobres, Democracia para o povo, e não [como no caso da Democracia burguesa] democracia para os ricos” e “a Democracia socialista não se coloca, de modo algum, em contradição com o governo individual [...]”. *In:*KELSEN, Hans. **A Democracia**. Tradução de Vera Barkow et al. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. Títulos originais: *Vom wesen un wert demokratie; Des problem des parlamentarismus; Foudations of democracy; Der begriff des staates um die sozialpsychologie, mit besonderer berücksichtigung von freuds, theorie der masse; Absolutisme and relativism in philosophy and politics.* p. 146 e 147.

podendo os cidadãos eleitores constituírem partidos políticos, possuía uma economia aberta e de mercado.

Por sua vez, os países[98] do Regime Democrático Socialista Monopartidário intitulavam-se de “República Democrática”, “República Popular”, “República Popular Socialista”, “República Democrática Popular” e “República Socialista” e o povo não gozava da liberdade de associação. Cabia ao partido no poder, como única força política dirigir a Sociedade, determinar a orientação política do Estado.

Outrossim, algumas características da Democracia moderna aceita como universal, já tinham sido uma realidade no Regime Democrático Liberal Multipartidário mormente nos Estados[99] considerados democráticos, enquanto que no Regime Democrático Socialista Monopartidário, quando comparando com as caraterísticas da Democracia moderna, apenas a garantia dos Direitos Sociais era uma realidade.

No Regime Democrático Socialista Monopartidário havia uma forte interferência do Estado nas atividades econômicas. A economia era planificada, centralizada e dirigida pelo Estado. A liberdade de expressão e de associação estavam condicionadas, enquanto no Regime Democrático Liberal Multipartidário, o povo usufruía de vários direitos e liberdades. Promoveu-se uma associação entre o capitalismo e a democracia liberal, a ponto de se classificar como estados democráticos, apenas os que praticavam uma economia de mercado.[100]

Não obstante, a economia capitalista[101] de mercado prejudica

---

[98] Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Rep%C3%BAblica_popular Acesso 01 de jul de 2016

[99] Áustria, Canada, Dinamarca, Finlândia, Luxemburgo, Noruega, Reino Unido, Austrália, Bélgica, Islândia, Itália, Japão, Países Baixos, Nova Zelândia, Estados Unidos da América, Suíça, Irlanda, Alemanha, Israel, Costa Rica, Colômbia, França, Venezuela, Trinidade e Tobago, Jamaica, Botswana (África), Barbados, Malta, Bahamas, Grécia, Maurícias (África), Portugal, Espanha, Índia, Papua Nova Guiné. *In:* LIJPHART, Arend. **Modelos de Democracia**. Formas de gobierno y resultados en treinta y seis países. Traducción de Carmen Castellnou. 1.ed. Editorial Ariel, SA. Barcelona, 2000. Título original: *Patterns of Democracy.* p. 61

[100] DAHL, Robert A. **Sobre a Democracia.** Tradução de Beatriz Sidou. Brasília: editora Universidade de Brasília, 2001. Título original: *Ondemocracy*.p. 175.

[101] KELSEN leciona “Por capitalismo entendemos um sistema econômico caracterizado pela propriedade privada dos meios de produção, a livre iniciativa e a concorrência; portanto, um

seriamente a igualdade política – cidadãos, econômica e financeiramente desiguais, são politicamente desiguais -, associou-se o desenvolvimento socioeconômico e a manutenção das instituições democráticas à economia de mercado[102], ideia que foi ganhando terreno e espaço na área política internacional com a globalização[103].

Todavia, o Regime Democrático, independe da estrutura das relações econômicas à qual se aplica. O Regime Democrático é compatível tanto com o Liberalismo quanto com o Socialismo. O democrata liberal considera fundamental e não limitável a liberdade econômica, enquanto o social democrata limita ou elimina (mesmo que nunca totalmente) a liberdade econômica, instaurando a coletivização.[104]

A Democracia, enquanto sistema político, não está necessariamente vinculada a nenhum sistema econômico específico.[105] Existem países democratas com economia centralizada bem como países democratas com uma intervenção mínima do Estado na economia.

Tanto o Liberalismo quanto o Socialismo contribuíram com seus princípios e ideais para a construção da Democracia atual. PECES-BARBA assevera que:

> La democracia será el punto de encuentro del liberalismo y del socialismo. En el

---

sistema econômico que pressupõe a liberdade econômica, ou seja, ausência de intervenção governamental direta na vida econômica."*In:*KELSEN, Hans. **A Democracia**. Tradução de Vera Barkow et al. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. Títulos originais: *Vom wesen un wert demokratie; Des problem des parlamentarismus; Foudations of democracy; Der begriff des staates um die sozialpsychologie, mit besonderer berücksichtigung von freuds, theorie der masse; Absolutisme and relativism in philosophy and politics*.p. 253.

[102] DAHL, Robert A. **Sobre a Democracia**. Tradução de Beatriz Sidou. Brasília: editora Universidade de Brasília, 2001.Título original: *Ondemocracy.* p. 175.

[103] Segundo GIDDENS "A globalização está por trás da expansão da democracia. Ao mesmo tempo, paradoxalmente, ela expõe os limites das estruturas democráticas mais conhecidas, isto é, as estruturas da democracia parlamentar."*In*: GIDDENS, Anthony. **Mundo em Descontrole:** o que a globalização está fazendo de nós. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. 4 ed. Rio de Janeiro: Record, 2005. Título original: *Runaway World.* p. 16.

[104]KELSEN, Hans. **A Democracia**. Tradução de Vera Barkow et al. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. Títulos originais: *Vom wesen un wert demokratie; Des problem des parlamentarismus; Foudations of democracy; Der begriff des staates um die sozialpsychologie, mit besonderer berücksichtigung von freuds, theorie der masse; Absolutisme and relativism in philosophy and politics.* p. 14.

[105] KELSEN, Hans. **A Democracia**. Tradução de Vera Barkow et al. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. Títulos originais: *Vom wesen un wert demokratie; Des problem des parlamentarismus; Foudations of democracy; Der begriff des staates um die sozialpsychologie, mit besonderer berücksichtigung von freuds, theorie der masse; Absolutisme and relativism in philosophy and politics.* p. 297.

> proceso de generalización, frente al liberalismo conservador – que se cierra en posiciones reduccionistas de los derechos y que no acepta la democracia representativa – y frente al socialismo totalitario del marxismo-leninismo – que se cierra en una negación total de la misma categoría de los derechos y que tampoco acepta la democracia representativa. Para esos liberales democráticos, el socialismo, como expresión del movimiento obrero, no es una realidad a destruir, sino un fenómeno positivo a integrar. Para esos socialistas democráticos, el Estado de Derecho, el sistema parlamentario representativo y los derechos fundamentales, no son instituciones esencialmente burguesas, sino de origen histórico burgués, y son adecuadas para realizar desde ellas los ideales socialistas.[106]

Apesar de tanto liberais quanto socialistas reconhecerem ideais democráticos em cada um dos Regimes, até meados da década 80, do século XX, havia ainda dois regimes que autoproclamavam democráticos. Só em finais dessa década, mormente no início dos anos 90 do século passado, o Regime Democrático Socialista Monopartidário entra em colapso.

Esse colapso deveu-se à crises cíclicas diversas: subversão jurídico-constitucional com derrubes de Governo; golpes de Estado; guerra civil; resultados econômicos desastrosos em virtude de política econômica aplicada, o que motivou o enfraquecimento do Regime, fazendo com que quase todos os seus seguidores padecessem de crise sócio-econômico-financeira num mesmo período de tempo.

Em consequência da crise sócio-econômico-financeira que o Regime vivenciou, conduziu a queda do Muro de Berlim e a unificação da Alemanha Democrática a Alemanha Federal e o arremate da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

O fim do bloco socialista foi o começo do fim do Regime Democrático Socialista Monopartidário, dando assim o início a um novo ciclo democrático para muitos países, ou seja, o Processo Democrático. O Processo Democrático, que se tornou quase mundial, não atravessou somente os países em que imperavam aquele Regime, mas também os países em que reinavam o sistema ditatorial, não importando se se tratavam de ditadura militar ou não.

O falhanço da política econômica centralizada praticada pelos países do Regime Democrático Socialista Monopartidário e a situação sócio-

---

[106]PECES-BARBA, Gregorio. **Cursos de Derechos Fundamentales:** teoría general. Madrid: Universidad Carlos III de Madrid, 1995. p. 164.

econômica-financeira em que se encontravam com o fim do Regime, obrigou-os a recorrerem à ajuda financeira internacional das instituições de *Bretton Woods,* visando relançar a economia.[107]

Persuadidos e condicionados pela administração das instituições financeiras[108] de *Bretton Woods* a efetuarem reformas nas políticas sob pena de não receberem as ajudas financeiras, pouco tempo depois, os princípios e instituições democráticas do Regime Democrático Liberal Multipartidário passaram a ser realidade em muitos desses países, pelo menos no Ordenamento Jurídico-Constitucional.

Uma nova "onda de democratização"[109] tomou conta do mundo nos

---

[107] Ensina TEIXEIRA RIBEIRO que "Ao mesmo tempo os ventos democratizantes, associados ao reordenamento mundial, varriam a África. Regimes de partido único eram substituídos, frente a pressões internas e externas, por sistemas liberal-democráticos multipartidários; Estados em guerra civil como Angola (maio de 1991) e Moçambique (outubro de 1992) assinavam acordos de paz e demais regimes marxistas eram derrubados, como na Etiópia, em maio de 1991. A própria África do Sul anunciou, em fevereiro do mesmo ano, o fim do *Apartheid*, após a libertação do líder negro Nelson Mandela no ano anterior. O liberalismo econômico era acompanhado pelo liberalismo político. A renegociação dos acordos econômicos, como a renovação da Convenção de Lomé, os empréstimos do FMI e os programas de ajuda estavam condicionados às reformas democratizantes, respeito à oposição e à realização de eleições livres multipartidárias. Governos socialistas derrotados militarmente, ou impossibilitados de receber ajuda externa, foram substituídos (Etiópia) ou se adaptaram às novas regras (Angola e Moçambique), geralmente se aliando a Washington. *In*: VISENTINI, Paulo Fernandes, TEIXEIRA RIBEIRO, Luiz Dario et PEREIRA, AnalúciaDanilevicz. **História da África e dos africanos.** 2 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013. p.147.

[108] KERR assevera que "Os governos esgotaram as divisas estrangeiras e foram forçados a pedir ajuda ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao Banco Mundial só para pagar os juros dos empréstimos correntes, empréstimos esses que os governos não tinham qualquer expectativa de conseguir pagar. O pagamento dessas enormes dividas trouxe grandes problemas. O estabelecimento de condições prévias [...]" *In*: KERR, Gordon. **Uma Breve História de África:** Das origens da raça humana à primavera árabe. Tradução de Pedro Carvalho. 1 ed. Bertrand Editora, Lisboa 2013. p. 172. Título original: *A Short HistoryofAfrica – FromtheOriginsoftheHumanRacetotheArab Spring*; SELLIER ensina que "No início dos anos 1990, com o fim da Guerra fria, as potências ocidentais e os financiadores, Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, exerceram pressões para que fosse restaurado o pluripartidarismo (que, na altura da independência, estava, pleo menos em princípio, em vigor). Os efeitos dessas pressões variavam consideravelmente de um Estado para outro. Alguns processos democráticos consolidaram-se, como no Mali, no Senegal e no Gana, por exemplo, enquanto que outros regimes autoritários se mantêm." *In*: SELLIER, Jean. **Atlas dos Povos de África.** Tradução de Isabel Gentil. Lisboa: Editora Campo da Comunicação, 2004. p. 30. Título original. *Atlas des Peuples d'Africa*.

[109] HUNTINGTON leciona que "Uma onda de democratização é um grupo de transições de regimes não democráticos para democráticos, que ocorrem em um período de tempo específico e que significativamente são mais numerosas do que as transições na direção oposta durante tal período. Uma onda normalmente envolve também liberalização ou democratização parcial nos sistemas políticos que se tornam completamente democráticos."*In*: HUNTINGTON, Samuel P. **A Terceira Onda:** A democratização no final do século XX. Tradução de Sérgio Goes de Paula. Editora Ática S.A., 1994. Título original: *The*

anos que seguiram como consequência de política neoliberal praticada pelas potências ocidentais, sendo que o Regime Democrático Liberal Multipartidário saiu reforçado com a adoção da democracia liberal por quase todos os países.

Em África, São Tomé e Príncipe[110] liderou o Processo Democrático, tendo promovido reformas no Ordenamento Jurídico-Constitucional visando a implementação de ideais democráticos praticados nos países de Democracia liberal.

Por toda África[111], os dirigentes políticos imbuídos pelo Processo Democrático deram início conversações entre as fações políticas que se guerreavam, promoveram abertura política com reformas das instituições públicas, negociaram reconciliações políticas, assinaram acordos de paz e realizaram eleições gerais.

Na Europa, todos os países do bloco socialista, inclusive as antigas Repúblicas Soviéticas, adotaram princípios e instituições democráticas vigentes na Democracia liberal, sendo que alguns desses países, anos depois, passaram a integrar a União Europeia.[112]

Na América Latina, embora a grande maioria dos países desse

---

thirdwave: democratization in the late twent eith century. p. 23.

[110] SEIBERT assevera que "Em 1989, São Tomé e Príncipe tornou-se o primeiro país africano lusófono a anunciar a abolição do regime de partido único. Menos de dez anos depois da introdução do monopartidarismo e do sistema de economia centralizada, a república insular registou uma outra mudança no sistema político e econômico. *In*: SEIBERT, Gerhard. **Camaradas, Clientes e Compadres.** Colonialismo, Socialismo e Democratização em São Tomé e Príncipe. Tradução de Ferreira Marques et al. Coleção: Documenta Histórica. Vega e Autor, 2.ed. 2002. Título original: *Comrades, ClientsandCousins. Colonialism, Socialism and Democratization in São Tomé and Príncipe*. p. 192

[111] Leciona TEIXEIRA RIBEIRO que: "Regimes autoritários pró-ocidentais também foram pressionados a promover mudanças democráticas, muito mais por pressão norte-americanas e, de fato, vários foram derrotados nas urnas (Quénia), enquanto outros mantiveram o poder por manipulação eleitoral ou intimidação da oposição (Gâmbia, Zaire e Malauí). *In:* VISENTINI, Paulo Fernandes, TEIXEIRA RIBEIRO, Luiz Dario *et* PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **História da África e dos africanos.** 2.ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013. p. 147.

[112] "La caída del Muro de Berlín se produjo el 9 de noviembre de 1989. Poco menos de un año después, el 3 de octubre, entraba en vigor el Tratado de reunificación de Alemania. De esta forma se producía una ampliación de las Comunidades Europeas"; A República Checa, a Polônia, a Hungria e a Eslováquia e as ex-Repúblicas Soviéticas (Estônia, Letônia, Lituânia) aderiram ao Tratado da União Europeia a 1 de Maio de 2004; a Bulgária e Romênia aderiram a 1 de janeiro de 2007. *In:* NAVRETE, Donato Fernández et EGEA, Rosa María Fernadez (Colaboración). **Historia de la Unión Europea:** España como Estado Miembro. Editora Delta Publicaciones Universitarias. 2.ed. Madrid, 2013. p. 164, 202-203 e 359-375

continente não tivessem adoptado o Regime Democrático Socialista Monopartidário, também não estavam integrados no Regime Democrático Liberal Multipartidário uma vez que viviam numa ditadura (militar ou não) e nesta onda da democratização, os governantes introduziram reformas no Ordenamento Jurídico-Constitucional que permitiu adoção de democracia liberal.[113]

Um pouco, por todo mundo, o vento da Democracia agitou e deixou cair Regime Democrático Socialista Monopartidário, regimes ditatoriais (militar ou não), promovendo em seu lugar a instauração do modelo de Democracia liberal com realização do sufrágio universal, a alternância política.

Assim, a Democracia está em vigor em quase todos os países, uma vez que "[...] o sistema democrático, além de garantir certos direitos, tem o objetivo global de promover melhores condições de vida material e cultural dos cidadãos, por vezes explicitamente previstos nos textos constitucionais"[114].

A Reunião da União Interparlamentar, realizada na cidade do Cairo, Egito, em 1997, sob égide das Nações Unidas produziu a Declaração Universal da Democracia, tendo a cláusula terceira o seguinte teor:

> Como ideal, a democracia destina-se essencialmente a preservar e promover a dignidade e os direitos fundamentais do indivíduo; alcançar a justiça social; e fomentar o desenvolvimento econômico e social da coletividade, reforçando a coesão social e a tranquilidade da nação, proporcionando o equilíbrio interno, para criar um ambiente favorável à paz internacional. Como forma de governo, a democracia é a melhor forma de se alcançarem esses objetivos e também o único sistema político que tem a capacidade de promover sua correção.[115]

Pode-se considerar que esse é o conceito da Democracia moderna, tendo em conta que foi definido pelos diferentes Estados[116], a União Inter-

---

[113] México, 2000; Equador, 1979; Brasil, 1985, Peru, 1980; Bolívia, 1982; Paraguai, 1989; Chile, 1990; Uruguai, 1985; Argentina, 1983; Guatemala, 1985; Salvador, 1980; Honduras, 1981; Nicarágua, 1990 e Panamá, 1989. Disponível em: http://anphlac.fflch.usp.br/redemocratizacao-apresentacao Acesso 04 de jul de 2016

[114] MIGLINO, Arnaldo. **A Cor da Democracia**. Coleção Jacinto Nelson de Miranda Coutinho. São Paulo: Editorial Conceito. Centro de Estudos Jurídicos, 2010. p. 118.

[115] Nações Unidas. Assembleia Geral.**Declaração Universal da Democracia**: resolução A/62/7 daAssembleia Geral da Organização das Nações Unidas – ONU, setembrode 2007. – Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoraçãoe Publicações, 2012. p.7.

[116] Participaram da conferência do Cairo delegações parlamentares dos seguintes países: África do Sul, Albânia, Alemanha, Argélia, Andorra, Angola, Argentina, Armênia, Austrália, Áustria, Azerbaijão, Bangladesh, Belarus, Bélgica, Benim, Bolívia, Botsuana, Brasil, Bulgária, Burquina Faso, Camboja, Camarões, Canadá, Cabo Verde, Cazaquistão, Chile, China, Cingapura, Colômbia, Coreia do Norte, Costa Rica, Croácia, Cuba, Chipre, Coreia do Sul,

parlamentar e as Nações Unidas.

Numa Democracia pluralista, o respeito às leis justas, o respeito à Constituição que deve garantir a liberdade do povo, devem ser cumpridas e observadas como o credo político. Esse credo deve prever normas contra recursos à violência, ou à arbitrariedade e/ou golpe de Estado como meios de mudança de governo.

Numa sociedade que é verdadeiramente livre e regida por leis, a maioria ou a minoria da população no poder não pode suscitar medo, traumatismo, ou outra coisa qualquer, sobretudo quando as leis são iguais para todos.

Por tudo que foi dito e escrito, tanto em termos históricos, quanto em termos teóricos, conclui-se que a Democracia é um regime em que os dirigentes políticos (minoria) são escolhidos pelos cidadãos eleitores, votantes, (minoria em termos populacionais) por meio de sufrágio universal, para num determinado período de tempo dirigir o Estado.

A minoria eleita deve governar em prol de toda Sociedade, primando pela melhoria das condições de vida da população, respeitando os direitos fundamentais, e prestar contas da sua ação governativa.

1.3. O ESTADO DE DIREITO CONSTITUCIONAL

A complexidade do ente Estado, faz com que não haja consenso entre

---

Dinamarca, Djibuti, Equador, Egito, El Salvador, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Etiópia, Fiji, Filipinas, Finlândia, França, Gabão, Geórgia, Gana, Grécia, Guatemala, Guiné, Hungria, Iêmen, Islândia, Índia, Indonésia, Inglaterra, Irã, Iraque, Irlanda, Israel, Itália, Iugoslávia, Japão, Jordânia, Kuwait, Letônia, Líbano, Líbia, Lituânia, Luxemburgo, Macedônia, Malauí, Malásia, Mali, Malta, Mauritânia, Maurícia, México, Moldávia, Mônaco, Mongólia, Marrocos, Moçambique, Namíbia, Nepal, Países Baixos, Nicarágua, Níger, Noruega, Nova Zelândia, Paquistão, Panamá, Papua Nova Guiné, Paraguai, Peru, Polônia, Portugal, Quirguistão, República Checa, Romênia, Rússia, Ruanda, São Marino, Senegal, Sri Lanka, Sudão, Suriname, Suécia, Suíça, Síria, Tajiquistão, Tailândia, Tanzânia, Togo, Tunísia, Turquia, Uganda, Uruguai, Uzbequistão, Venezuela, Vietnã, Zâmbia, Zimbábue.*In:* Nações Unidas. Assembleia Geral. **Declaração Universal da Democracia:** resolução A/62/7 da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas – ONU, setembro de 2007. – Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2012. p. 14.

os doutrinadores no que tange a sua conceituação, pois fazem parte deste ente elementos jurídicos e não jurídicos.

Todavia, um dos conceitos que tem sido aceite por um bom número de acadêmicos é que o Estado é uma ordem jurídica soberana que tem por finalidade o bem comum do povo situado em determinado território e que foi sendo organizado e estruturando ao longo de vários séculos.[117]

Segundo Biscarretti[118] até 1918, quando terminou a Primeira Guerra Mundial, os pensadores daquela época defendiam três formas fundamentais do Estado: o Estado patrimonial, o Estado de polícia e o Estado de direito.

O Estado patrimonial foi uma organização típica da época feudal e não se poderia considerar de Estado como tal, porque se verificava uma confusão tremenda entre os poderes públicos e os direitos patrimoniais, a falta de garantia para as liberdades, o pacto de vassalagem, etc.

Enquanto isso, o Estado de polícia se alastrou por toda Europa desde o Renascimento até a Revolução Francesa. A época do Estado polícia coincide com o período dos "Estados absolutos". A sua intervenção se limitava a quatros pilares fundamentais de autoridade pública – finanças, justiça, segurança e defesa/diplomacia – e à proteção da liberdade e da propriedade privada contra a prepotência e arbitrariedade do soberano.

Com a Revolução Francesa de 1789, nasce o Estado propriamente dito, ou seja, o Estado de Direito. A partir daquele momento foram lançadas as bases que identificava o Estado do Direito Democrático: Governo constitucional, divisão de poder, plena garantia dos direitos públicos subjectivos, etc.

O Estado de Direito herdou princípios, normas e regras dos ingleses, dos franceses e dos norte-americanos que o conduziram ao Estado de Direito Democrático. Foram contribuições extremamente marcantes a saber: Da

---

[117] DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos da Teoria Geral do Estado.** 2. Edicao, atual. Editora Saraiva, 1998. p. 45; BONAVIDES, Paulo. **Ciencia Politica.**10.edicao, revista e atualizada. 9 tiragem. Malheiros Editora, 2000. p. 79

[118]BADIA, Juan Ferrando (Coordinador). **Regimes Políticos Actuales.** Editora Tecnos. 3. Edición, 1995. Madrid. p. 43 e 44.

Inglaterra, o Estado de Direito recebeu a experiência de uma monarquia constitucional, um parlamento com duas câmaras, um chefe de Estado irresponsável e liberdades civis dotadas de tutela jurisdicional; da França chegou para o Estado de Direito a doutrina da divisão dos poderes e o postulado de soberania nacional; dos Estados Unidos de América o Estado de Direito ganhou o controle judicial da constitucionalidade das leis e uma estrutura federal do Estado[119].

O Estado de Direito, no século XX, incorporou novas funções sociais (educação, saúde, cultura, previdência e assistência social) e novas atividades econômicas (a produção e gestão de determinados bens e serviços essenciais, a regulação do sistema econômico e financeiro interno, a definição de uma política monetária cambial e o estabelecimento de relações comerciais internacionais).

Assim, a comunidade internacional tem convivido com pelo menos quatro formas de Estado: o Estado de Direito Democrático, o Estado autoritário, o Estado de Democracia Socialista e o Estado Confessional.

O Estado de Direito Democrático repousa sobre o princípio do auto governo, em que há uma plena identificação de quem são os governantes e os governados. Registra-se eleições livres e justas, o governo da maioria deve respeitar os direitos da minoria e o texto constitucional prevalece acima de qualquer outra legislação. Conhecido como Democracia ocidental, a grande maioria dos países adotaram-na, tendo a maior aderência ocorrida em finais do século XX.

O Estado da Democracia Socialista assenta no dogma de fatores socioeconômicos que têm um primado absoluto sobre as normas jurídicas. O direito constitucional do Estado de Democracia Socialista tem um valor secundário: é um simples instrumento para realizar revolução social. Com o fim do bloco soviético na década 90, do século XX, apenas a China, a Cuba e a Correia do Norte persistem na defesa do Estado de Democracia Socialista.

---

[119]BADIA, Juan Ferrando (Coordinador). **Regimes Políticos Actuales.** Editora Tecnos. 3. Edición, 1995. Madrid. p. 43 e 44.

No Estado autoritário, algumas minorias (elites) são consideradas superiores ao povo. Nesse tipo de Estado, o chefe possui qualidades excepcionais acima de todos os cidadãos. Há uma concentração de poderes no chefe. Abole-se os procedimentos eleitorais e suas garantias; reduz-se a liberdade, etc. O princípio jurídico do Estado autoritário é o seguinte: o interesse da coletividade, interpretado autoritariamente pelo mais capaz, deve prevalecer sobre os interesses singulares.[120]

O Estado confessional, o princípio constitucional são interpretados tendo em conta as normas religiosas, por exemplo, os Estados islâmicos. Os países que constituem os Estados islâmicos[121] são sobretudo os que a secularização jamais conseguiu penetrar.

Para que haja reconhecimento de um Estado por parte da comunidade internacional, é preciso que o 'novo' Estado tenha pelo menos três elementos: o povo, o território e a soberania.[122]

SCHMITT defende a tese de que "O conceito de Estado pressupõe o conceito do político. Estado é, segundo o uso da linguagem hodierna, o *status* político de um povo organizado numa unidade territorial."[123]

A Sociedade politica[124] chamada de Estado é uma organização política, social e jurídica que ocupa um determinado território, possuindo uma

---

[120]BADIA, Juan Ferrando (Coordinador). **Regimes Políticos Actuales.** Editora Tecnos. 3. Edición, 1995. Madrid. p. 44.

[121]Para BOBBIO "O Estado confessional reapareceu sob a forma de Estado doutrinal, isto é, de Estado que tem uma doutrina sua (por exemplo, o marxismo-leninismo) à base da qual é proposta a distinção entre ortodoxos e heréticos (ou “renegados”, que é expressão típica da linguagem religiosa), para não falar dos Estados islâmicos, surgidos porém em países onde a secularização jamais ocorrera ou havia sido imposta à força." *In*: BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo, Sociedade: por uma teoria geral da política.**Tradução: Marco Aurélio Nogueira. 1.ed.1986. Rio Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 125. Título original: *Stato, governo, società: per una teoria generale della politica.*

[122]BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo, Sociedade: por uma teoria geral da política.**Tradução: Marco Aurélio Nogueira. 1.ed.1986. Rio Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 94. Título original: *Stato, governo, società: per una teoria generale della politica.*

[123]SCHMITT, Carl. **O Conceito do Político.** Tradução: Alexandre Franco de Sá. Lisboa: Edições 70, 2015. p. 41. Título original: *Der Begriffdes Politischen.*

[124] CICCO e GOZANGA asseveram que "a sociedade política chamada Estado tem por finalidade específica não o seu bem próprio, mas estabelecer as condições básicas de paz e segurança social que possibilitam às outras sociedades, grandes e pequenas, atingirem cada uma delas o seu fim específico." *In*:CICCO, Cláudio de e GOZANGA, Alvaro de Azevedo. **Teoria Geral do Estado e Ciência Política.** 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011. p. 41.

Constituição que funciona como sua lei maior. Esse território é administrado por um Governo soberano que deve ser reconhecido tanto no âmbito nacional quanto no âmbito internacional. Esse Governo deve manter autoridade, controlando as instituições e pessoas, cabendo-lhe exclusivamente o uso da força e da coerção.[125]

Qualquer Estado de Direito tem três funções que se derivam da clássica divisão de poderes: o legislativo, que analisa e vota legislação e programas de governação; a justiça, que dirime os conflitos; e o executivo, que é responsável pela administração, cabendo-lhe implementação de leis.[126]

PASOLD, na sua obra “Função Social do Estado Contemporâneo”[127], assevera que a Sociedade é progenitora do Estado. Leciona ainda que o Estado, buscando satisfazer às exigências da Sociedade, alcançou um crescimento exponencial ao ponto de as funções do Estado serem confundidas com as ações do Governo.

CRUZ ensina que não se pode confundir o Governo com o Estado, porque o Governo é aparelho do poder do Estado que intervém na Sociedade satisfazendo os seus anseios como instrumento fundamentalmente do equilíbrio democrático. Sublinha ainda que as funções do Governo não são as mesmas do Estado, uma vez que o Governo nasce das Sociedades democráticas, da vontade do povo, tornando com certeza a sua proeminência perante os poderes estatais.[128]

Entretanto, em cada Estado, o Governo se organiza de determinada forma para materializar as suas ações. As diferentes formas de estrutura governativa vem consagrada nos textos constitucionais como lei maior do

---

[125]CICCO, Cláudio de e GOZANGA, Alvaro de Azevedo. **Teoria Geral do Estado e Ciência Política**. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011. p. 46 e 47.

[126]HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia: Entre facticidade e validade**, Vol 1. Tradução: Flávio Beno Siebeneichler. 4. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. p. 232. Título original: *Faktizitätund Geltung. Beiträgezur Diskurs theorie des Rechitsund des demokratische Rechistaats.*

[127]PASOLD, Cesar Luiz. **Função Social do Estado Contemporâneo**. 4.ed.rev. eamp. Itajaí/SC: Univali, 2013. E-book http://siaiapp28.univali.br/LstFree.aspx . p. 24.

[128]CRUZ, Paulo Márcio. **Parlamentarismo em Estados Contemporâneos:** os modelos da Inglaterra, de Portugal, da França e da Alemanha. 2.ed.rev. Itajaí: UNIVAL; Blumenau: FURB, 1999. p. 18 e 22

Estado.

CRUZ assevera que “o Sistema de Governo determina certa ordem e certos comportamentos”[129] no Estado e, consequentemente, na Sociedade. Quando o Governo executa alguma ação em benefício e/ou em detrimento da Sociedade, é o Estado como um todo que sai enaltecido.

O Estado dispõe de vários mecanismos constitucionais para materializar as funções jurisdicional, legislativa e executiva, promovendo ações nas mais diversas áreas, como bem destaca HABERMAS:

> O Estado é necessário como poder de organização, de sanção e de execução, porque os direitos têm que ser implantados, porque a comunidade de direito necessita de uma jurisdição organizada e de uma força para estabilizar a identidade, e porque a formação da vontade política cria programas que têm que ser implementados.[130]

BERCOVICI lembra que “o Estado não se limita ao aparelho burocrático administrativo, mas é uma figura política abstrata que encarna a soberania”[131] e KELSEN sublinha que deve-se destacar "a unidade específica de uma multiplicidade de indivíduos”[132] como determinante na diferenciação de um Estado de Direito.

GOMES CANOTILHO, ao revisar sobre a teoria constitucional, refere sobre a ligação entre a Democracia e o Estado de Direito, aborda as qualidades e a estrutura do Estado e frisa a questão do constitucionalismo.

> "O Estado constitucional democrático de direito procura estabelecer uma conexão interna entre democracia e Estado de direito" e "[...] o constitucionalismo procurou

---

[129]CRUZ, Paulo Márcio. **Parlamentarismo em Estados Contemporâneos:** os modelos da Inglaterra, de Portugal, da França e da Alemanha. 2.ed.rev. Itajaí: UNIVAL; Blumenau: FURB, 1999. p. 34.

[130]HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia: Entre facticidade e validade**, Vol 1. Tradução: Flávio BenoSiebeneichler. 4. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. p. 171. Título original: *Faktizitätund Geltung. Beiträgezur Diskurs theorie des Rechitsund des demokratische Rechistaats.*

[131]BERCOVICI, Gilberto. **As possibilidades de uma Teoria do Estado.***In*: LIMA Martonio Mont’Alverne et ALBUQUERQUE, Paulo Antônio de Menezes. (organizadores). **Democracia, Direito e Política: estudos internacionais em homenagem a Friedrich Müller.** Florianópolis: Fundação Boiteux/Conceito Editorial, 2006. p. 326 e 327.

[132]KELSEN, Hans. **A Democracia.** 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. 303. Tradução dos originais em alemão: Vera Barkow; dos originais em inglês: Jefferson Luiz Camargo, Marcelo Brandão Cipolla; dos originais em italiano: Ivone Castilho Benedetti. Títulos originais: *Vom wesen un wert demokratie; Des problem des parlamentarismus; Foudationsof democracy; Derbegriffdes staates um die sozialpsychologie, mit besonderer berücksichtigung von freuds, theorie der masse; Absolutisme and relativism in philosophy and politics.*

> justificar um Estado submetido ao direito, um Estado regido por leis, um Estado sem confusão de poderes. Numa palavra: tentou estruturar um Estado com qualidades, as qualidades que fazem dele um Estado Constitucional. O Estado Constitucional, para ser um estado com as qualidades identificadas pelo constitucionalismo moderno, deve ser um Estado de direito democrático. Eis aqui as duas grandes qualidades do Estado constitucional: Estado de direito e Estado democrático.[133]

Percorreu-se um longo caminho até que chegássemos ao Estado de Direito Constitucional. Registrou-se avanços e houve recuos. Todavia, o recuo não fora capaz de debelar o progresso dos novos ideais carregados de normas e princípios no que tange às novas gerações de direitos e sua adoção como padrão fundamental na formação do Estado.

O autor italiano FERRAJOLI escreve que

> La Democracia constitucional es una construcción jurídica y a la vez una construcción política y social, confiada por un lado a la elaboración y a la proyección teóricas y, por otro, a la práctica política y las luchas sociales. Al igual que el derecho, que es el lenguaje en el que pensamos las formas y las técnicas de garantía, la democracia constitucional es una construcción artificial de cuya proyección, defensa y garantía todos, como juristas y como ciudadanos, somos responsables.[134]

Um tema que deve ser ressaltado e está em complemento com a fala acima citada, mantendo uma profunda ligação entre os temas abordados, é a lição que o LUÑO faz, sublinhando que

> As três gerações de Estados de Direito correspondem, portanto, às três gerações de direitos fundamentais. O Estado liberal, que representa a primeira geração ou fase do Estado de Direito, é o marco em que se afirmam os direitos fundamentais de primeira geração, ou seja, as liberdades de signo individual. O Estado social, que evidencia a segunda geração do Estado de Direito, será o âmbito jurídico-político em que se postulam os direitos econômicos, sociais e culturais. O Estado constitucional, enquanto Estado de Direito de terceira geração. Delimitará normativamente o meio espacial e temporal de paulatino reconhecimento dos direitos de terceira geração.[135]

PASTOR e DALMAU também compactuam que o Estado de Direito que hoje se vive é fruto da transformação do Estado liberal.

---

[133]CANOTILHO, J.J. Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição.** 7. ed. 5. reimp. Coimbra: Edições Almedina, 2003. p. 93.

[134]FERRAJOLI, Luigi. **Democracia y Garantismo.**Tradução de Perfecto A. Ibáñes et al. Edicion Miguel Carbonell. Madrid: Editorial Trotta, 2008. p. 109.(Sem o título original no exemplar utilizado)

[135] PASTOR, Roberto Viciano et DALMAU, Rubén Martínez. O Processo Constituinte Venezuelano no Marco do Novo Constitucionalismo Latino-Americano**.***In*: LUNO, António Henrique Pérez. **Perspectivas e Tendências Atuais do Estado Constitucional**. Tradução de José Luís Bolzan de Morais e Valéria Ribas do Nascimento. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012. p. 10. (Sem o título original no exemplar utilizado)

> [...] com a progressiva transformação do Estado liberal de direito, primeiro em Estado democrático e posteriormente em Estado democrático e social de direito, os povos europeus reivindicaram o conceito de Constituição que lhes tinha sido arrebatado durante o século nominalista, e foi através desses novos textos constitucionais que o princípio democrático adquiriu sua maior expressão na história da humanidade até o momento.[136]

A grande guinada acontece com a superação do Estado de Direito e Social para o Estado de Direito Constitucional que incorpora as funções do Estado Liberal e as do Estado Social, aportando também os direitos e garantias pessoais e individuais.

Em artigo publicado numa obra em homenagem ao Friedrich Müller, BERCOVICI afirma que

> [...] o Estado constitui um fato claro e determinado em contraposição aos grupos e esferas não políticos, ou seja, o Estado mantém o monopólio do político, encontrando-se separado e acima da Sociedade. A extensão e amplitude do sufrágio e da democracia, no entanto, derrubaram a separação Estado/Sociedade. [...] o Estado deve satisfazer todas as necessidades e demandas da população, intervindo nos domínios econômico e social, abandonando, assim, os postula, dos da neutralidade e não-intervenção estatais. Na medida em que o Estado e a Sociedade se interpenetram reciprocamente, gerando a identidade entre Estado e Sociedade (o Estado Total), todos os domínios passam a ser políticos, ou seja, não há mais como distinguir o político [...][137]

Por sua vez, KELSEN considera o Estado como resultado de uma comunidade criada pela ordem jurídica de um determinado país. Ele categoriza o Estado como fruto de uma realidade social, logo o Estado é um ente da Sociedade.[138]

Para PASOLD[139], o Estado é criação da Sociedade enquanto que para

---

[136] WOLKMER, António Carlos e MELO, Milena Petters (org.) **Constitucionalismo Latino-Americano.** Tendências Contemporâneas. Curitiba: Juruá, 2013. p. 46.

[137] BERCOVICI, Gilberto. **As possibilidades de uma Teoria do Estado**.*In* LIMA Martonio Mont'Alverne et ALBUQUERQUE, Paulo Antônio de Menezes. (org.). **Democracia, Direito e Política:** estudos internacionais em homenagem a Friedrich Müller. Florianópolis: Fundação Boiteux/Conceito Editorial, 2006. p. 331.

[138] KELSEN, Hans. **Teoria geral do Direito e do Estado.** Tradução de Luís Carlos Borges. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.Título original: *General theoryof law andstate.* p. 262-263.

[139] Para PASOLD "o Estado constitui uma criação do Homem, mais especificamente do Homem, vivendo em Sociedade. Tal criatura (o Estado) se submete a um ordenamento jurídico e a uma estruturação de procedimento, os quais crescem e ampliam sua abrangência, na medida em que as Sociedades vão aumentando em suas múltiplas complexidades, tais como as demográficas, sanitárias, educacionais, habitacionais, econômicas, culturais, ambientais. Com isso, amplia-se também o espectro político porque as relações de Poder crescem em quantidade, qualidade e diversidade. Em muitos casos, o Estado hipertrofia-se, adquire a condição de ente "tentacular", na busca do atendimento das metas que os seus administradores estabelecem e, em muitas vezes, metas de governo são confundidas com as finalidades do Estado, e o arbítrio se instala afastando a Democracia. Os atos dos homens

BERCOVICI, o Estado e a Sociedade têm apenas uma identidade, os dois, são apenas um.

O Estado de Direito Constitucional é um Estado mínimo no que tange à intervenção na Sociedade – devendo satisfazer as necessidades proeminentes (saúde, educação e segurança pública e social) –, é um Estado que promove a liberdade dos cidadãos (expressão, associação e religião), e ainda é um Estado que limita o poder (executivo, legislativo e judicial).

Leciona GOMES CANOTILHO que "O Estado constitucional – realce-se desde já – é mais um ponto de partida do que um ponto de chegada. É o produto do desenvolvimento constitucional no atual momento histórico."[140]Trata-se de um ponto de partida para consolidação democrática, para materialização dos direitos fundamentais, para promoção da inclusão e coesão social e quiçá para o desenvolvimento e bem-estar da Sociedade.

O Estado de Direito Constitucional é onde vive-se em paz, onde há justiça entre o povo e os políticos, há amizade civil e reina o ideal de fraternidade, a liberdade religiosa, a tolerância e o respeito reciproco entre as diversas comunidades espirituais e as escolas de pensamento, dever cívico e amor a Pátria, o respeito à história e à herança do país em lugar de o ocultar, à compreensão das diferentes tradições que podem contribuir para criar e unir ainda mais o país na sua diversidade.

É preciso que as balizas do Estado de Direito Constitucional estejam consagradas tanto na legislação quanto no texto constitucional. Todavia, não se pode dizer que a partir do momento que se tem as balizas do Ordenamento Jurídico-Constitucional demarcadas, as coisas vão funcionar totalmente bem.

Na Africa, por exemplo, continuam a existir questões deveras

---

do governo são identificados com os do Estado, e os julgamentos não escapam às identificações. O Estado assume-se como macro-máquina num primeiro estágio e, em seguida, tutela a Sociedade e os seus integrantes, gerando a falsa expectativa de vir a fundir-se nela e a confundir-se com ela. *In:* PASOLD, Cesar Luiz. **Função Social do Estado Contemporâneo.**4.ed.rev. eamp. Itajaí/SC: UNIVALI, 2013. p. 24. E-book http://siaiapp28.univali.br/LstFree.aspx

[140] GOMES CANOTILHO, J.J. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição.**7.ed.5.reimp. Editora: Edições Almedina. Coimbra, 2003. p. 87.

importantes e que estão pendentes – a balcanização dos Estados africanos – e que dificultarão, com certeza, a formação de um Estado de Direito Constitucional.

Na luta pela autodeterminação e autoafirmação, as diferentes nações africanas, muito embora balcanizadas, porque tinham um denominador comum, que era a libertação de África de jugo colonial, puseram-se de acordo e conseguiram conquistar a independência. HABERMAS defende que o mesmo deve passar na construção do Estado constitucional democrático, é necessário que a classe política se ponha de acordo e que seja um desejo e vontade expressa do povo, pois só assim teria uma sustentabilidade forte e fosse legitimada.[141]

Para melhor se compreender o Estado Africano, deve-se questionar, sobre que forma essa instituição foi-se organizando, primeiramente no mundo ocidental para depois chegarmos à África. HAURIOU frisa que o direito administrativo desempenhou um papel fundamental na construção do Estado, ligando-o imediatamente com o fenômeno centralização na administração do Estado[142].

Para HAURIOU, o direito administrativo e a administração de Estado estão tão interligados que torna-se difícil formular em algumas linhas a construção empírica do Estado no mundo ocidental, considerando o "Estado" no início do Século XX, onde se analisa algumas características fundamentais do desenvolvimento da instituição Estado[143]: sua gênese, os instrumentos de sua aplicação sobre o território, sua ideologia.

Embasado nesses conceitos e seguindo uma lógica no direito público ocidental, HAURIOU apoia sua teoria de construção acelerada dos Estados Africanos, em permanente mutação, classificando em pelo menos três períodos.

O primeiro período que foi abandonado pela doutrina jurídica, cobre

---

[141] HABERMAS, Jürgen. O Estado nacional tem futuro?*In* HABERMAS, Jürgen. **A inclusão do outro** – estudos de teoria política. Tradução de George Sperber et al. 2.ed. São Paulo: Loyola, 2004. Título original: *Die Einbeziehung dês Anderen – StudienzurpolitischenTheorie*. p. 135.

[142] HAURIOU, M. **Précis de droit administratif et de droit public**. 8ème éd. L. Lorese et L. Tenin (dir.). Librairie de la société du recueil Sirey, 1914. p. 2.

[143]CHEVALIER, J. et LOSCHAK, D. **Science administrative,** I - Théorie générale de l'institution administrative, L.G.D.J., Paris, 1977. p. 200.

as situações de construção do Estado pré-colonial, situado em África. A antiga doutrina publicista poderia integrá-los em suas análises se o poder, naquele período, tivesse permitido que as colônias não fossem apenas fornecedoras de bem ao império colonial, funcionando como reservatórios, ou seja, uma periferia capaz de sustentar a potência colonial.

O segundo período, que se desenvolve como "Estado colonial" em que a África é incluída como parte integrante de vários Estados europeus, não foi tratado como tal pela doutrina. Entende-se que os autores analisaram bem, durante a primeira metade do século, a questão de expansão da administração europeia nos territórios africanos do império colonial, mas apenas emitiu timidamente a ideia de "Estado" (a colônia) dentro do Estado (Império, o Estado metropolitano), e pior ainda, do futuro território africano separado ou independente.

O terceiro período, é o Estado Africano atual, emergente. Poderia-se ter aplicado a análise de construção acelerada da instituição Estado ao caso dos Estados Africanos nos anos 60, do século XX. Segundo HAURIOU, nesse período, registrou-se um desenvolvimento precipitado dos Estados Africanos independentes, do intervencionismo e do seu direito público.

Apesar de estarmos a viver num tempo em que tudo é possível, mas nada é factível “el Estado constitucional de derecho es un factor de garantía de los sujetos más débiles contras las tendencias conservadoras de las mayorías.”[144]

Num mundo que se quer globalizado, onde se pretende que as fronteiras não sejam um empecilho à circulação de pessoas e bens, é preciso que os Estados sejam, todos eles, Estados de Direitos Democráticos.

Acresce dizer, que segundo BOBBIO "Os Estados só poderão se tornar todos democráticos em uma sociedade internacional democratizada. Mas uma sociedade internacional democratizada pressupõe que todos os Estados

[144]FERRAJOLI, Luigi. **Democracia y Garantismo.**Tradução de Perfecto A. Ibáñes et al. Edicion Miguel Carbonell. Madrid: Editorial Trotta, 2008. p. 316. (Sem o título original no exemplar utilizado)

que a compõem sejam democráticos"[145], restam-nos agora colher os resultados após um longo caminho de sacrifícios de todos e cada um.

1.4. O SISTEMA DE GOVERNO

O Dicionário da Política[146] define o “Governo como o conjunto de pessoas que exercem o poder político e que determinam a orientação política de uma determinada Sociedade”. Reza ainda esse Dicionário que “Governo está normalmente associado à noção do Estado”, que “Governo é o complexo dos órgãos que institucionalmente têm o exercício de poder” constituindo assim parte do Estado.

O Governo é o conjunto organizado das funções[147] do Estado com a incumbência de defender a ordem jurídica, econômica e social.[148] O termo "Governo" é suscetível de vários sentidos, podendo designar o conjunto das instituições e órgãos dirigentes do Estado (parlamento, ministros, tribunais, chefe de Estado), opondo dessa forma ao termo "Administração", que designa os órgãos subordinados do Estado.[149]

Deve-se salientar também que “Governo” reflete a relação entre o governante e o governado. Esta relação é muito mais marcante quando se refere a forma de Governo, onde pode-se verificar que a intervenção do governado difere do Regime Democrático para o não democrático.

Independentemente de que no Regime Democrático haja uma maior participação do governado nas questões do seu dia a dia, ainda assim cabera

---

[145]BOBBIO, Norberto. **Teoria Geral da Política:** a filosofia política e as lições dos clássicos. Tradução: Daniela Beccaccia Versiani. 9. tiragem. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000. p. 386. Titulo original: *Teoria generale della politica.*

[146]BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política.** Tradução de Carmen C. Varriale et al. Brasília: editora Universidade de Brasília, 11.ed. 1998. Título original:*Dizionario di politica.* p. 555.

[147] "As funções são representadas pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. *In*: CICCO, Cláudio de e GOZANGA, Alvaro de Azevedo. **Teoria Geral do Estado e Ciência Política.** 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011. p. 50.

[148] CICCO, Cláudio de e GOZANGA, Alvaro de Azevedo. **Teoria Geral do Estado e Ciência Política.** 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011. p. 74.

[149]BADIA, Juan Ferrando (Coordinador). **Regimes Políticos Actuales.** Madrid: Editora Tecnos. 3. Edición, 1995. p. 39.

sempre aos governantes traçar as diretrizes que visam promover o desenvolvimento socioeconômico do Estado, bem como manter os direitos civis, liberdades e garantias dos governados aplicaveis.

Deste modo, o governante sempre ocupa uma posição acima do governado, cabendo este último por meio de voto no momento da prestação de contas (eleição) decidir sobre a permanência ou não do governante em funções.

Atendendo que o termo "Governo" é passível de diferentes contextos, importa distinguir três critérios dos mais difundidos a saber: formas de Governo, Regime do Governo e do Sistema de Governo.

Desse modo, as formas de Governo são reduzidas a duas, conforme defendeu Maquiavel[150]: Principado/Monarquia e República. Dentro de cada uma delas, existem diversas manifestações.

Na Monarquia, por exemplo, existe a Monarquia Parlamentar, a Monarquia Absoluta e a Monarquia Eletiva. Na Monarquia Parlamentar apenas o Executivo é resultado das eleições.[151]Mas tanto em Monarquia Parlamentar quanto na Monarquia Absoluta, o chefe de Estado é monocrático, hereditário e irresponsável politicamente. Entretanto a Monarquia Eletiva difere de outras duas, pois apesar do Rei ser monocrático e irresponsável politicamente, ele é eleito.[152]

Por sua vez, na República existe Governo Democrático e Governo

---

[150]BADIA, Juan Ferrando (Coordinador). **Regimes Políticos Actuales.** Madrid: Editora Tecnos. 3. Edición, 1995. p. 42.; MAQUIAVEL, Nicolau. O príncipe e dez cartas. 3 ed. Brasília: UNB, 1996. p. 12: "Todos os Estados existentes e que já existiram são e foram repúblicas ou monarquias".

[151] Para CICCO e GOZANGA "A Monarquia parlamentar é aquela em que o rei não exerce sua função de governo, mas, sim, de chefe de Estado exercendo as funções políticas que a Constituição lhe atribuir. Nesse caso, o poder executivo é exercido por um Conselho de Ministros (gabinete) responsável perante o Parlamento. O melhor exemplo da atualidade seria o caso inglês." *In:* CICCO, Cláudio de e GOZANGA, Alvaro de Azevedo. **Teoria Geral do Estado e Ciência Política.** 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011. p. 84.

[152] Na Monarquia Eletiva o monarca pode ser eleito pelo monarca anterior ou por um corpo de eleitores restrito. Historicamente tem-se o Sacro Império Romano Germânico. Atualmente vigora na Samoa, no Vaticano, nos Emiratos Árabes Unidos, no Reino de Camboja e na Malásia. Disponiveis em: http://pgl.gal/a-monarquia-em-bodino-e-rousseau/; https://pt.wikipedia.org/wiki/Monarquia_eletiva; https://www.meusdicionarios.com.br/monarquia Acesso 12 de abril de 2017

não Democrático. Quando numa República o Governo é Democrático, os governantes são escolhidos por meio das eleições, por um período de tempo e devem prestar conta da gestão da coisa pública. Nessa forma de Governo, todo poder emana do povo através das eleições que podem ser direta ou indireta.[153]O chefe de Estado não é hereditário, tem um mandato temporário, presta conta aos cidadãos eleitores e instituições superiores de controlo, isto quando se está em Regime Democrático. Quando se está em Regime Totalitário, ainda que se tratando de uma República, o chefe de Estado é vitalício.[154]

Ambas as formas do Governo (Monarquia e República) nas suas diversas manifestações políticas (Monarquia Eletiva, Monarquia Absoluta, Monarquia Parlamentar ou Constitucional, República Democrática, República não Democrática) visam atingir de maneira eficaz os objetivos a que são propostos alcançar pelo Estado que é, dentre vários, o desenvolvimento socioeconômico da nação e a paz.[155]

Entende-se por Regime de Governo, a maneira em que cada sociedade se estrutura para exercer o poder político[156], ou seja, as diversas manifestações políticas de governação. Assim, pode-se classificar os Regimes em Democráticos e não Democráticos (Totalitários) que podem vigorar tanto numa monarquia quanto numa república.

Um Regime Totalitário ocorre quando num determinado país, os governantes estão convencidos de que apenas eles sabem o melhor para o Estado, não admitindo qualquer espécie de pluralismo de ideias.[157]

Ou seja, pode existir um Regime Democrático numa República ou numa Monarquia, do mesmo modo, que pode existir um Regime Totalitário numa

---

[153]CICCO, Cláudio de e GOZANGA, Alvaro de Azevedo. **Teoria Geral do Estado e Ciência Política.** 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011. p. 85.

[154]CARVALHO, Manuel Proença de. **Manual de Ciência Política e Sistemas Políticos e Constitucionais.** 2.ed. atual. e ampl. Lisboa: Quid Juris - Sociedade Editora, 2008. p. 71

[155]CICCO, Cláudio de e GOZANGA, Alvaro de Azevedo. Teoria Geral do Estado e Ciência Política: 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011. p. 80.

[156]CARVALHO, Manuel Proença de. **Manual de Ciência Política e Sistemas Políticos e Constitucionais.** 2.ed. atual. e ampl. Lisboa: Quid Juris - Sociedade Editora, 2008. p. 71.

[157]CARVALHO, Manuel Proença de. **Manual de Ciência Política e Sistemas Políticos e Constitucionais.** 2.ed. atual. e ampl. Lisboa: Quid Juris - Sociedade Editora, 2008. p. 72.

Monarquia, bem como numa República.

A grande diferença entre os Regimes Democráticos (monárquicos ou republicanos) e os Totalitários (monárquicos ou republicanos) está na participação dos cidadãos eleitores na governação. Enquanto no Regime Democrático os cidadãos eleitores participam ativamente, por meio de eleições, na governação, no Regime Totalitário há uma usurpação dos direitos dos cidadãos por parte dos governantes ou do governante.

Entende-se como Sistema de Governo, as formas políticas em que a responsabilidade política, o controle e a interdependência entre os vários órgãos políticos, mormente, o chefe de Estado, o Parlamento, o Executivo, e o Primeiro-Ministro têm as suas atribuições devidamente plasmadas no Ordenamento Jurídico-Constitucional[158].

Esse Sistema é essencialmente classificado em três modalidades: o executivo monocrático, em que apenas um manda (monarquia absoluta, ditadura, presidencialismo, etc.); executivo dual ou bicéfalo, em que há um chefe de Estado (Presidente da República ou Rei) e um chefe de Governo (Primeiro-Ministro, Chanceler, Presidente de Conselho) e ainda um Parlamento; executivo directorial ou de comitê, Governo de Assembleia, como na Suíça.[159]

Logo, pode-se listar os seguintes Sistemas de Governo: o Sistema de Governo Presidencial ou Presidencialismo; o Sistema de Governo Parlamentar ou Parlamentarismo; o Sistema Misto (Semipresidencial, Semiparlamentar e Diárquico) e o Sistema Diretorial.

O Sistema Parlamentar e o Sistema Misto é caraterizado pela existência de três órgãos políticos, a saber: chefe de Estado, Parlamento e Governo. Uma caraterística bastante importante desses sistemas é a existência da figura do Primeiro-Ministro. No Sistema Parlamentar, apenas dois órgãos (Parlamento e Governo) são politicamente ativos, enquanto que o órgão

---

[158]CARVALHO, Manuel Proença de. **Manual de Ciência Política e Sistemas Políticos e Constitucionais.** 2.ed. atual. e ampl. Lisboa: Quid Juris - Sociedade Editora, 2008. p. 84

[159]BADIA, Juan Ferrando (Coordinador). **Regimes Politicos Actuales.**Madrid: Editora Tecnos. 3. Edición, 1995. p. 39.

(Presidente da República ou Rei) é eminentemente nominal.[160]

No Sistema Misto, o Primeiro-Ministro aparece, em alguns casos, como chefe de Governo e noutros, o Presidente da República acumula as funções de chefia do Estado e de chefia do Governo.

No Sistema Diretorial, a governação do Estado é feito por um Governo diretorial, não havendo um chefe de Governo propriamente dito.

1.4.1. O PRESIDENCIALISMO

O Sistema de Governo Presidencial teve a sua origem nos Estados Unidos da América quando as 13 colônias britânicas no Novo Mundo decidiram tornar-se independentes da Grã-Bretanha e adotaram um Sistema de Governo diferente do praticado na potência colonial.

Passado pouco mais de trezentos anos, além dos Estados Unidos da América, esse Sistema de Governo tem vingado com diversos ajustes em quase toda América Latina[161], e em alguns Estados africanos[162], asiáticos[163] e na Europa[164].

SARTORI apresenta na sua obra "*Ingeniería Constitucional comparada*" um conjunto de critérios que, na sua ótica, permitem determinar se um Estado está ou não na forma de Governo Presidencial.

Assevera que o primeiro critério para que um Estado seja classificado como tendo o Sistema de Governo Presidencial, é a forma que o chefe de Estado

---

[160]CARVALHO, Manuel Proença de. **Manual de Ciência Política e Sistemas Políticos e Constitucionais.** 2.ed. atual. e ampl. Lisboa: Quid Juris - Sociedade Editora, 2008. p. 92

[161] Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Salvador, Equador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Peru, República Dominicana e Uruguai. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Presidencialismo Acesso 04 de jul de 2016.

[162]África do Sul, Angola, Libéria, Malawi, Moçambique, Nigéria, Quênia, Ruanda, Seychelles, Serra Leoa, Sudão, Sudão do Sul, Tanzânia, Uganda, Zâmbia e Zimbabué. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Presidencialismo Acesso 04 de jul de 2016

[163] Afeganistão, Cazaquistão, Coreia do Sul, Filipinas, Indonésia, Irão e Tajiquistão. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Presidencialismo Acesso 04 de jul de 2016

[164]Bielorrússia e Chipre. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Presidencialismo Acesso 04 de jul de 2016

é eleito. O segundo critério é que o Executivo não pode ser derrubado no Parlamento por meio de votação, durante o período do mandato presidencial. O terceiro e último critério é que o Executivo é chefiado pelo chefe do Estado, ou seja, o Presidente da República é o chefe de Estado e chefe do Governo.[165]

Para LINZ, duas são características que se destacam num Sistema de Governo Presidencial que é a legitimidade democrática dual e a rigidez do sistema presidencial.[166]

Enquanto SARTORI apresenta três critérios para definir o que é Sistema de Governo Presidencial, LINZ apresenta duas características, mas conforme pode-se verificar, há uma analogia pelo menos entre um critério e uma característica. Para ambos autores, o chefe do Executivo no Sistema de Governo Presidencial deve sair de uma eleição popular – entendendo a eleição popular como sufrágio universal livre, justo, direto e secreto ou como colégio eleitoral.

LINZ, na sua análise, vai mais longe que SARTORI quando caracterizando o Sistema de Governo Presidencial, refere que tanto o Presidente da República (chefe de Estado e chefe do Executivo) quanto o Parlamento (podendo ser bicameral ou não) são eleitos por um período fixo, são dispares na duração de tempo, gozam de independência – não podendo haver interferência de um poder no outro no sentido de colmatar o tempo de atuação.

O Sistema de Governo Presidencial consagra constitucionalmente dois órgãos[167] com atributos dispares, com missão de corroborarem entre si para proporcionar a consolidação do Estado de Direito Democrático.

Para MAINWARING e SUGHART, tanto o chefe do Executivo como o Legislativo (deputado e senadores – quando houver) devem ser eleitos pelo

---

[165]SARTORI, Giovanni. **Ingeniería Constitucional comparada**. Una investigación de estruturas, incentivos y resultados.Tradução de Roberto Reyes Mazzoni. 2.ed. Fondo de Cultura Economica, México 2001. Título original: *Comparative Constitucional egineringaninquiryintostructure, incentives andoutcomes.* p. 97-99.

[166] LINZ, Juan. Democracia Presidencial o Parlamentaria: ¿Qué diferencia implica? *In:* LINZ, Juan J. y VALENZUELA, Arturo (comps.) **Las crisis del presidencialismo.** Perspectivas comparativas. Alianza Universidad. p. 32.

[167]LINZ, Juan. Democracia Presidencial o Parlamentaria: ¿Qué diferencia implica? *In:* LINZ, Juan J. y VALENZUELA, Arturo (comps.) **Las crisis del presidencialismo**. Perspectivas comparativas. Alianza Universidad. p. 32.

sufrágio universal secreto e direto. Sublinham ainda que mesmo quando as eleições ocorram em colégio eleitoral, o Sistema continua sendo Presidencial, pois esta forma não desvia o significado essencial que é a eleição popular.[168]

LINZ ressalta que "los regímenes presidenciales están basados en una legitimidad democrática dual y que ningún principio democrático puede decidir quién representa la voluntad popular en principio"[169], tese que é contrariada pelo SARTORI quando afirma que "un Sistema Presidencial puro no permite ninguna clase de 'autoridad dual' que se interponga entre él y su gabinete"[170].

Talvez o autor SARTORI não tivesse dado conta na sua pesquisa, ou por lapso, não faz menção, é que não obstante a existência de uma dualidade de autoridade legitimada democraticamente, nenhuma das duas autoridades eleitas têm competência para fazer outra cair. O que LINZ chama de "rigidez democrática" e é o próprio SARTORI quem assinala num dos critérios que o Governo não pode ser derrubado por votação no Parlamento.

Trata-se de dois poderes com atribuições e funções dissemelhantes – o Executivo e o Legislativo –, ambos com legitimidade democrática, logo está-se naturalmente em presença de uma dualidade de autoridade.

SARTORI, escrevendo sobre o Sistema de Governo Presidencial, ensina que o Sistema prevê é um conjunto de normas e princípios que funcionam como travão, peso e contrapeso na governação.[171]

O Executivo não controla o Parlamento no Sistema Presidencial, pelo

---

[168]MAINWARING, Scott y SUGHART, Matthew Soberg. **Presidencialismo y democracia en América latina**. Traducción de María Inês Pousadela. 1.ed. Paidós, Buenos Aires, 2002. Título original: *Presidentialism and Democracy in Latin America*. p. 22 e 24.

[169] LINZ, Juan. Democracia Presidencial o Parlamentaria: ¿Qué diferencia implica? *In:* LINZ, Juan J. y VALENZUELA, Arturo (comps.) **Las crisis del presidencialismo**. Perspectivas comparativas. Alianza Universidad. p. 35.

[170] SARTORI, Giovanni. **Ingeniería Constitucional comparada.** Una investigación de estruturas, incentivos y resultados. Tradução de Roberto Reyes Mazzoni. 2.ed. Fondo de Cultura Economica, México 2001. Título original: *Comparative Constitucional egineringaninquiryintostructure, incentives andoutcomes.* p. 98.

[171] MAINWARING, Scott y SUGHART, Matthew Soberg. **Presidencialismo y democracia en América Latina.** Traducción de María Inês Pousadela. 1.ed. Paidós, Buenos Aires, 2002. Título original: *Presidentialism and Democracy in Latin America*. p. 48.

que é obrigado naturalmente a negociar com a maioria parlamentar a votação com vista à aprovação de programas e políticas públicas que tenciona materializar. No entanto, não obstante o Executivo ter que ajustar o seu programa e políticas públicas com o Parlamento, este último não goza de competências que permite fazer cair o Executivo.

A "rigidez democrática", ou seja, a limitação das competências do Executivo em relação ao Parlamento e vice-versa, a dualidade na legitimação democrática dos poderes Executivo e Legislativo, e a chefia do Executivo que é feita pelo Presidente da República, são referenciados como qualidades bastante boas e saudáveis para a funcionalidade do jogo democrático sob o prisma do Governo Presidencialista, levando alguns autores a argumentarem em vantagens deste Sistema de Governo em detrimento de outros.

LINZ identificou um conjunto de atributos imprescindíveis que pode levar a distinguir um Sistema de Governo Presidencial do de Parlamentar.[172]

MAINWARING e SUGHART ensinam que uma das vantagens do Sistema Presidencial acontece no período das eleições, ou seja para prestação de contas pelo Executivo, o cidadão eleitor saberá a quem pedir contas. Nos países em que há reeleição, o chefe do Executivo pode ser reconduzido ou não em função da sua governação.[173]

Para LINZ, o Sistema de Governo Presidencial proporciona uma estabilidade governativa, sobretudo quando se compara a instabilidade governativa que o Sistema de Governo Parlamentar tem experimentado, com crises frequentes, mudança da chefia do Governo quase sempre, Governos que não chegam a terminar uma legislatura, especialmente nas democracias europeias multipartidárias.[174]

---

[172] LINZ, Juan. Democracia Presidencial o Parlamentaria: ¿Qué diferencia implica? *In:* LINZ, Juan J. y VALENZUELA, Arturo (comps.) **Las crisis del presidencialismo**. Perspectivas comparativas. Alianza Universidad. p. 41.

[173] MAINWARING, Scott y SUGHART, Matthew Soberg. **Presidencialismo y democracia en América latina.** Traducción de María Inês Pousadela. 1.ed. Paidós, Buenos Aires, 2002. Título original: *Presidentialism and Democracy in Latin America.* p. 40-41 e 45.

[174] LINZ, Juan. Democracia Presidencial o Parlamentaria: ¿Qué diferencia implica? *In:* LINZ, Juan J. y VALENZUELA, Arturo (comps.) **Las crisis del presidencialismo.** Perspectivas comparativas. Alianza Universidad. p. 38.

Ensina CRUZ[175] que “O Presidencialismo, como está concebido em muitos países subdesenvolvidos, tem se mostrado uma verdadeira usina geradora de regimes ditatoriais e autoritários [...]” que acabam gerando arbitrariedade, pondo em causa a liberdade, proporcionando distúrbios e golpes de Estado.

Depois de MAINWARING e SUGHART lecionaram que os Sistemas Presidenciais não possuem meios que possam proporcionar ao Presidente da República mecanismos de apoio com uma maioria parlamentar confortável, ministram “que el presidencialismo tiene algunas ventajas que contrarrestan parcialmente sus desventajas, y que por medio de una atención cuidadosa al diseño constitucional e institucional sus ventajas pueden ser maximizadas y reducidas sus desventajas”.[176]

Notadamente, tanto o Sistema de Governo Presidencial quanto os restantes Sistemas de Governo, poderão conduzir a instabilidade político-institucional e governativa com todas as consequências que poderão advir. Todavia o Presidencialismo conta com um desenho constitucional e institucional que pode maximizar as vantagens e reduzir as desvantagens.

Por isso, é imperioso que os agentes políticos, não obstante as divergências políticas que possam existir, cumpram com as normas consagradas constitucionalmente.

1.4.2. O PARLAMENTARISMO

O Estado de Direito Democrático tem convivido e sobrevivido sob diversos Sistemas de Governo, que vão desde o Sistema de Governo Presidencial puro (Estados Unidos da América), passando por Sistema de

---

[175]CRUZ, Paulo Márcio. **Parlamentarismo em Estados Contemporâneos:** os modelos da Inglaterra, de Portugal, da França e da Alemanha. 2.ed.rev. Itajaí: UNIVAL; Blumenau: FURB, 1999. p. 37.

[176]MAINWARING, Scott y SUGHART, Matthew Soberg. **Presidencialismo y democracia en América latina.** Traducción de María Inês Pousadela. 1.ed. Paidós, Buenos Aires, 2002. Título original: *Presidentialism and Democracy in Latin America*. p. 38 e 62.

Governo Parlamentar Clássico (Grã-Bretanha)[177] e Sistema de Governo Misto que podem ser Semipresidencial (França)[178]e Semiparlamentar (Alemanha)[179].

O Sistema de Governo Parlamentar teve a sua origem na Grã-Bretanha[180], marcando assim o fim da monarquia absoluta e o começo da monarquia constitucional[181].

Desde logo, a diferença entre o Sistema Presidencial e o Sistema Parlamentar é que no primeiro ambos são independentes, ou seja, a queda do Executivo não obriga a dissolução do Parlamento.

---

[177] Segundo CRUZ o "Governo parlamentar clássico (surgido no século XVIII, na Inglaterra, em sua forma pura) tende, ao contrário da divisão clássica dos poderes, a manter uma constante colaboração entre o Legislativo e o Executivo, tratando de equilibrar suas respectivas autoridades pelos chamados votos ou moções de censura ou desconfiança, formulados pelo Parlamento e o poder de dissolução dos mesmos pelo Chefe de Estado."*In:*CRUZ, Paulo Márcio. **Parlamentarismo em Estados Contemporâneos:** os modelos da Inglaterra, de Portugal, da França e da Alemanha. 2.ed.rev. Itajaí: UNIVAL; Blumenau: FURB, 1999. p. 40.

[178] Para CRUZ "Na França, o Presidente da República nomeia o Primeiro-Ministro considerando o quadro parlamentar, mas dispõe de vastos poderes executivos, chegando ao ponto de, como acontece frequentemente naquele país, manter governos sem maioria parlamentar, enquanto o Parlamento não manifeste expressamente sua desconfiança.[...] eleição por sufrágio universal atribuiu ao Presidente uma influência nova. Ele não é um Chefe de Estado parlamentar em seu aspecto puro, sem prestígio, nem poderes, mas sim o chefe maior do Governo, exercendo efetivamente as funções que a Constituição lhe atribui, em vez de limitar-se um papel de moderação política, como acontece onde a racionalização do parlamentarismo é mais equilibrada."*In:* CRUZ, Paulo Márcio. **Parlamentarismo em Estados Contemporâneos:** os modelos da Inglaterra, de Portugal, da França e da Alemanha. 2.ed.rev. Itajaí: UNIVAL; Blumenau: FURB, 1999. p. 39 e 108.

[179] CRUZ escreve que "O Presidente da República Federal da Alemanha é um Chefe de Estado típico de um sistema parlamentarista com funções de representação e não exerce, na opinião majoritária da doutrina, nenhum poder executivo efetivo. Entretanto, os poderes de intervenção que possui lhe conferem uma influência considerável na vida política alemã."*In:*CRUZ, Paulo Márcio. **Parlamentarismo em Estados Contemporâneos:** os modelos da Inglaterra, de Portugal, da França e da Alemanha. 2.ed.rev. Itajaí: UNIVAL; Blumenau: FURB, 1999. p. 133.

[180] Defende CRUZ que "O Parlamentarismo foi formado ao longo da história, resultado de uma longa sucessão de fatos e acontecimentos, o que atendeu a determinadas necessidades. Certamente que o processo de retirada do poder dos monarcas não se deu de imediato e sem resistências. O mesmo aconteceu com o Presidencialismo, que tendo surgido por conta de fatores absolutamente novos, rompendo de forma definitiva com a monarquia, não foi imediatamente compreendido e aceito, com muitos estudiosos da época, acusando-o de ser apenas um disfarce do antigo sistema."*In:*CRUZ, Paulo Márcio. **Parlamentarismo em Estados Contemporâneos:** os modelos da Inglaterra, de Portugal, da França e da Alemanha. 2.ed.rev. Itajaí: UNIVAL; Blumenau: FURB, 1999. p. 34.

[181] Assevera CRUZ diz que "O Parlamentarismo é uma criação inglesa, devido às circunstancias especiais da evolução daquele povo e formado paulatinamente, empiricamente, por obra de experiências muito próprias da Inglaterra e não elaborado no laboratório cerebral da doutrina. Esta forma de concepção torna muito difícil a determinação de datas para o surgimento da prática parlamentar de Governo."*In:*CRUZ, Paulo Márcio. **Parlamentarismo em Estados Contemporâneos:** os modelos da Inglaterra, de Portugal, da França e da Alemanha. 2.ed.rev. Itajaí: UNIVAL; Blumenau: FURB, 1999. p. 45.

Escrevendo sobre as instituições políticas do Sistema de Governo Parlamentar Clássico, CRUZ esclarece que “existem três órgãos políticos – o chefe de Estado (Rei ou Presidente), o Parlamento e o Governo –, onde o chefe de Estado ou é puramente simbólico ou as suas competências são muito condicionadas ou, para serem exercidas, precisam de referendo ministerial”.[182]

Para SARTORI tem que se ter cautela quando se utiliza o termo Parlamentarismo, porque o funcionamento da governação no Parlamentarismo é tão díspar e que se pode observar essa diferença no relacionamento institucional dentro do Estado, entre o Executivo e o Parlamento.[183]

O austríaco KELSEN distingue o Parlamentarismo dos outros Sistemas de Governo, ensinando que “O Parlamentarismo Democrático caracteriza-se pelo sufrágio universal, livre e secreto, pela competição de partidos, pelo método eleitoral proporcional, pelo princípio de maioria simples, pela relação dialética entre maioria e minoria.”[184]

LINZ ensina que no Sistema Parlamentar de Governo o parlamento é a única instituição legitimada democraticamente.[185]

Quando conjugamos os ensinamentos de KELSEN e LINZ, em que este último frisa que nos Sistemas Parlamentares a única instituição democrática é o Parlamento, e o primeiro advoga que o sufrágio universal, livre e secreto, é uma das qualidades essenciais do “parlamentarismo democrático”, naturalmente, que estariam aludindo ao Parlamentarismo Clássico e não ao

---

[182]CRUZ, Paulo Márcio. **Parlamentarismo em Estados Contemporâneos**: os modelos da Inglaterra, de Portugal, da França e da Alemanha.2.ed.rev. Itajaí: UNIVAL; Blumenau: FURB, 1999. p. 41.

[183]SARTORI, Giovanni. **Ingeniería Constitucional comparada.** Una investigación de estruturas, incentivos y resultados. Tradução de Roberto Reyes Mazzoni. 2.ed. Fondo de Cultura Economica, México 2001. Título original: *Comparative Constitucional egineringaninquiryintostructure, incentives andoutcomes.* p. 116.

[184]KELSEN, Hans. **A Democracia**. Tradução de Vera Barkow et al. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. Títulos originais: *Vom wesen un wert demokratie; Des problem des parlamentarismus; Foudations of democracy; Der begriff des staates um die sozialpsychologie, mit besonderer berücksichtigung von freuds, theorie der masse; Absolutisme and relativism in philosophy and politics*. p. 13.

[185] LINZ, Juan. Democracia Presidencial o Parlamentaria: ¿Qué diferencia implica? In: LINZ, Juan J. y VALENZUELA, Arturo (comps.) **Las crisis del presidencialismo.** Perspectivas comparativas. Alianza Universidad. p. 32.

Parlamentarismo Misto (Semiparlamentarismo ou Semipresidencialismo.)

No Parlamentarismo Puro ocorre uma única eleição destinada a escolha dos legisladores, saindo dela o chefe do Executivo, enquanto que no Misto, tanto o chefe do Estado quanto do Parlamento são legitimados democraticamente.

Para MAINWARING e SUGHART, uma das desvantagens do Sistema Parlamentar é ser multipartidário, onde a estabilidade governamental depende da confiança do parlamento. Mesmo que o cidadão eleitor tenha uma noção clara sobre que partido deve ser penalizado por falhas na governação, ainda assim não tem como excluí-lo de uma coligação governamental. Depois das eleições legislativas, ocorrem normalmente mudanças e quem era poder pode passar a ser oposição. Os partidos que perdem eleição e têm uma redução de mandato de deputados no Parlamento podem ser convidados a fazer parte de uma coligação governamental.[186]

Quer dizer que no Parlamentarismo, não obstante o partido político ter sido penalizado pelos cidadãos eleitores, ele poderá continuar fazendo parte do Governo.

Uma mudança de liderança[187] num determinado partido que faz parte de uma coligação governamental, pode obrigar a se fazer remodelação governamental ou a dissolução do Parlamento, no caso de não se registar consenso. Por isso, torna-se necessário que os partidos políticos tenham uma liderança forte e que seja respeitada por todos.

A disciplina partidária muito evocada e defendida pelos apoiantes do Parlamentarismo funciona como uma espada de dois gumes. Por um lado, enclausura os legisladores que pertencem a um determinado partido político, sobretudo os que suportam o Executivo a votarem sempre de acordo a vontade

---

[186]MAINWARING, Scott y SUGHART, Matthew Soberg. **Presidencialismo y democracia en América latina**. Traducción de Maria Inês Pousadela. 1.ed. Paidós, Buenos Aires, 2002. Título original: *Presidentialism and Democracy in Latin America*. p. 42 e 63.

[187]LIJPHART, Arend. **Modelos de Democracia.** Formas de gobierno y resultados en treinta y seis países. Traducción de Carmen Castellnou. Editorial Ariel, SA. Barcelona, 2000. Título original: *Patterns of Democracy*. p. 108.

da liderança partidária; por outro lado, inibe que haja uma participação ativa dos legisladores nas ações de fiscalização e controle das atividades governativas, deixando essa responsabilidade para oposição, que sendo minoria, raras vezes terá seus projetos de leis, inquéritos, questionamentos e outras demandas aprovadas.

Deve-se sublinhar a oportunidade ímpar que o Sistema de Governo Parlamentar proporciona no surgimento de novos líderes[188]. Nos Estados de Direito Democrático, o Parlamento é a casa da Democracia. Este órgão atua como o centro da política e os legisladores fazendo uso da "função tribunícia e função controlo"[189] vão se destacando quando esgrimem posições frente as decisões do Executivo. O candidato derrotado a chefia do Executivo e os novos pretendentes a esse cargo ou outro qualquer na governação devido as suas intervenções no Parlamento, vão se destacando e tornando-se em potenciais líderes.

A consolidação e estabilidade democrática está intrinsecamente relacionado com o Sistema de Governo. Entretanto, vincular o fim do Parlamentarismo ao fim da Democracia, como pretende KELSEN[190], torna-se bastante difícil de compreender.

É notório que a Democracia tem sido uma realidade nos países com Sistema de Governo Presidencial, Semipresidencial e inclusive Semiparlamentar, por um lado e por outro, o Parlamentarismo Clássico está restrito a apenas a Grã-Bretanha.

A introdução da figura do Presidente da República eleito popularmente no Sistema de Governo Parlamentar originou a formação de um

---

[188]LINZ, Juan. Democracia Presidencial o Parlamentaria: ¿Qué diferencia implica? *In:* LINZ, Juan J. y VALENZUELA, Arturo (comps.) **Las crisis del presidencialismo**. Perspectivas comparativas. AlianzaUniversidad. p. 88-89.

[189] FREIRE, André; ARAÚJO, António; LESTON-BANDEIRA, Cristina; LOBO, Marina Costa et MAGALHÃES, Pedro. **O Parlamento Português:** uma reforma necessária. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Assembleia da República, Lisboa, 2002. p. 24.

[190]KELSEN, Hans. **A Democracia**. Tradução de Vera Barkow et al. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. Títulos originais: *Vom wesen un wert demokratie; Des problem des parlamentarismus; Foudations of democracy; Der begriff des staates um die sozialpsychologie, mit besonderer berücksichtigung von freuds, theorie der masse; Absolutisme and relativism in philosophy and politics.* p. 46.

terceiro Sistema de Governo Misto[191] que não é nem o Parlamentarismo Clássico nem tão pouco o Presidencialismo puro.

1.4.3. O SISTEMA DE GOVERNO MISTO: O SEMIPRESIDENCIALISMO, O SEMIPARLAMENTARISMO E O DIÁRQUICO

O Sistema de Governo Misto tem sido alternativa ao Sistema de Governo Presidencial e o Sistema de Governo Parlamentar, sobretudo nos Estados que iniciaram o Processo Democrático recentemente. Justificam que no Sistema de Governo Presidencial, o Presidente da República encarna a figura do chefe do Executivo e chefe do Estado, fazendo com que a governação fique muito personalizada. No Parlamentarismo clássico, a situação não é muito diferente, sobretudo quando o partido político ou a coligação que governa conta com apoio de uma maioria absoluta expressa no Parlamento.

Nota-se que qualquer um dos dois Sistemas de Governos tem apresentado disfunções na governabilidade, na consolidação democrática, o que tem conduzido a que em determinados momentos haja situação de crises e conflitos.

DALLARI *apud* CRUZ[192]ensina que “precisamos aceitar, portanto, que o Parlamentarismo e o Presidencialismo já não são fundamentais para a formação de um Governo. É comum que o demasiado apego às fórmulas consagradas, à tendência de formar as coisas segundo um figurino já conhecido, ou mesmo o temor de ser excessivamente inovador, conduzem à aceitação passiva dos modelos consagrados. Este comportamento muitas vezes é nocivo, quando se trata de um Sistema de Governo, porque condiciona as novas

---

[191] SARTORI, Giovanni. **Ingeniería Constitucional comparada.** Una investigación de estruturas, incentivos y resultados. Tradução de Roberto Reyes Mazzoni. 2.ed. Fondo de Cultura Economica, México 2001. Título original: *Comparative Constitucional egineringaninquiryintostructure, incentives andoutcomes*. p. 116-117 e CRUZ, Paulo Márcio. **Parlamentarismo em Estados Contemporâneos:** os modelos da Inglaterra, de Portugal, da França e da Alemanha. 2.ed.rev. Itajaí: UNIVAL; Blumenau: FURB, 1999. p. 39.

[192]CRUZ, Paulo Márcio. **Parlamentarismo em Estados Contemporâneos:** os modelos da Inglaterra, de Portugal, da França e da Alemanha. 2.ed.rev. Itajaí: UNIVAL; Blumenau: FURB, 1999. p. 34. O autor não teve acesso a obra do Dallari.

tendências a limites de sistemas antigos".

Quando o Sistema de Governo Misto reúne mais atributos do Presidencialismo, são chamados de Semipresidencialismo[193]. Neste, os valores do Presidencialismo são reforçados, muito embora também se constata as qualidades do Parlamentarismo.

Entretanto, quando o Sistema de Governo Misto possui mais características do Parlamentarismo, são chamados de Parlamentarismo racionalizado[194]ou Semiparlamentar. Neste, os elementos comuns do Parlamentarismo são muitos fortes e os do Presidencialismo são minguados.

No Sistema de Governo Misto (Semipresidencial[195]ou Semiparlamentar), o Presidente é chefe do Estado eleito pelo sufrágio universal, secreto e direto ou de um colégio eleitoral, e o Primeiro-Ministro é o chefe do Executivo, nomeado pelo Presidente da República, tendo em conta os resultados eleitorais ou conforme o Parlamento estiver constituído.

Importa todavia frisar que no Sistema Semipresidencial[196] é o

---

[193]Para SARTORI "El denominador común del presidencialismo y del semipresidencialismo es un presidente electo popularmente, o al menos, un presidente que no es electo en y por el Parlamento. Pero más allá de esta base común las dos formas se alejan radicalmente la una de la otra, porque el semipresidencialismo es "semi" precisamente porque divide en dos al presidencialismo al sustituir una estructura monocéntrica de autoridad con una autoridad dual."*In:* SARTORI, Giovanni. **Ingeniería Constitucional comparada.** Una investigación de estruturas, incentivos y resultados. Tradução de Roberto Reyes Mazzoni. 2.ed. Fondo de Cultura Economica, México 2001. Título original: *Comparative Constitucional egineringaninquiryintostructure, incentives andoutcomes.* p. 136.

[194] Para CRUZ "Já nos ditos parlamentarismos racionalizados, também são três os órgãos políticos ativos – não só o Parlamento e o Governo – mas também o Chefe de Estado."*In:*CRUZ, Paulo Márcio. **Parlamentarismo em Estados Contemporâneos:** os modelos da Inglaterra, de Portugal, da França e da Alemanha.2.ed.rev. Itajaí: UNIVAL; Blumenau: FURB, 1999. p. 41.

[195]SARTORI assevera que "[…] el sistema semipresidencialista funciona basado en el poder compartido: el presidente debe compartir el poder con un primer ministro; a su vez, el primer ministro debe conseguir un apoyo parlamentario continuo." *In:* SARTORI, Giovanni. **Ingeniería Constitucional comparada.** Una investigación de estruturas, incentivos y resultados. Tradução de Roberto Reyes Mazzoni. 2.ed. Fondo de Cultura Economica, México 2001. Título original: *Comparative Constitucional egineringaninquiryintostructure, incentives andoutcomes*. p. 136.

[196]Para LOBO e NETO "O Semipresidencialismo, na sua matriz francesa e tal qual originalmente teorizado por Duverger (1980), é talvez a grande novidade do constitucionalismo do século XX. Trata-se do tipo de Executivo adoptado hoje por 55 países do mundo (Elgie 2007, 9) e do sistema de governo prevalecente na Europa, berço do parlamentarismo (Amorim Neto e Strom 2006)."*In:* LOBO, Marina Costa e NETO, Octávio Amorim. Um modelo lusófono de semipresidencialismo? *In:* LOBO, Marina Costa e NETO, Octávio Amorim (organizadores). **O Semipresidencialismo nos Países de Língua Portuguesa.** Imprensa de Ciências Sociais.

Presidente da República quem tem primazia na chefia do Executivo, enquanto que no Sistema Semiparlamentar é o Primeiro-Ministro quem tem primazia na chefia do Executivo.[197]

Existe uma terceira via em que nenhum dos dois poderes têm primazia sobre o outro. Há um equilíbrio entre o Presidente – chefe de Estado e o Primeiro-Ministro – chefe do Governo.

Segundo CRUZ[198], o tratadista português Antônio Fernandes designa o Sistema Misto de Governo como "Sistema Misto Semipresidencialista" e esclarece que "o Semipresidencialismo é uma mescla de Presidencialismo e de Parlamentarismo. O esquema institucional do Semipresidencialismo é muito parecido com do Sistema Parlamentar, pois também existe um chefe de Governo e um chefe de Estado, e o Executivo só pode governar se tiver a confiança do Parlamento."

O Sistema de Governo Misto herda do Presidencialismo a legitimidade democrática do chefe do Estado e do Parlamento[199].

Entretanto, o chefe do Estado acumula as funções formais que teria no Parlamentarismo clássico e ainda são lhe conferidas as competências como nomear o Primeiro-Ministro – que chefia o Executivo –, dissolver o Parlamento, conduzir a política externa, comandar as Forças Armadas e convocar referendos.

Além das funções formais e competências referidas acima, o

Lisboa, 2009. p. 261.

[197]Ensina SARTORI que "Shugart y Carey merecen el reconocimiento de haber hecho el primer intento sistemático y serio por definir las formas políticas, y su propuesta para el semipresidencialismo rechaza este nombre y lo divide en dos tipos de regímenes: a) premier-presidencial, y b) presidencial-parlamentario (1992, pp. 18-27 y *passim*). El primero se caracteriza por la primacía del primer ministro sobre el presidente, y el segundo por la primacía del presidente." *In:* SARTORI, Giovanni. **Ingeniería Constitucional comparada.** Una investigación de estruturas, incentivos y resultados. Tradução de Roberto Reyes Mazzoni. 2.ed. Fondo de Cultura Economica, México 2001. Título original: *Comparative Constitucional egineringaninquiryintostructure, incentives andoutcomes.* p. 149.

[198]CRUZ, Paulo Márcio. **Parlamentarismo em Estados Contemporâneos:** os modelos da Inglaterra, de Portugal, da França e da Alemanha. 2.ed.rev. Itajaí: UNIVAL; Blumenau: FURB, 1999. p. 41.

[199] Para CRUZ "o Chefe de Estado e o Parlamento têm o mesmo grau de legitimidade, pois ambos são eleitos por voto popular. Ambos têm legitimidade democrática, proveniente de sua eleição por sufrágio universal."*In:* CRUZ, Paulo Márcio. **Parlamentarismo em Estados Contemporâneos**: os modelos da Inglaterra, de Portugal, da França e da Alemanha. 2.ed.rev. Itajaí: UNIVAL; Blumenau: FURB, 1999. p. 86.

Parlamentarismo Clássico transfere para o Sistema de Governo Misto, os mecanismos que permitem a substituição do Executivo sem que haja colapso democrático e ou crise institucional longa.

O chefe de Estado pode substituir o Primeiro-Ministro se este entender que o último não está governando bem e pode também dissolver o Parlamento, convocando novas eleições se houver uma crise institucional em que os partidos políticos com assento Parlamentar não consigam formar ou manter em funcionamento um Governo.

Uma das principais, senão a principal, característica do Sistema de Governo Misto é liderança bicéfala[200]. Num poder bicéfalo a personalidade das autoridades envolvidas conta muito para implementação dos princípios e normas constitucionais. Não basta estar no Ordenamento Jurídico-Constitucional previsto, é preciso que os líderes conheçam os limites das suas competências.

Qualquer Ordenamento Jurídico-Constitucional que adote uma Constituição tendo o Sistema de Governo Misto Semipresidencial ou adote o Semipresidencialismo, deverá estabelecer, de alguma maneira, uma diárquia entre um Presidente da República que é chefe de Estado e um Primeiro-Ministro que encabeça o Governo.[201]

Apesar de já se ter descrito ao longo deste capítulo as qualidades essenciais do Sistema de Governo Misto, traz-se para a baila a doutrina de ELGIE apresentada por LOBO e NETO no "Um modelo lusófono de Semipresidencialismo?"[202] em que escrevem:

> 1. a dinâmica parlamentarista: os partidos controlam permanentemente o

---

[200]SARTORI ensina que "un sistema bicéfalo, cuyas dos cabezas son desiguales, pero esa desigualdad oscila del uno al otro. Para decirlo más claramente, la "primera cabeza" es por costumbre (las convenciones constitucionales) el presidente, pero por ley (el texto escrito de la Constitución) lo es primer ministro, y las oscilaciones reflejan el estatus mayoritario respectivo de uno sobre el otro. *In:* SARTORI, Giovanni. **Ingeniería Constitucional comparada.** Una investigación de estruturas, incentivos y resultados. Tradução de Roberto Reyes Mazzoni. 2.ed. Fondo de Cultura Economica, México 2001. Título original: *Comparative Constitucional egineringaninquiryintostructure, incentives andoutcomes*. p. 138.

[201] SARTORI, Giovanni. **Ingeniería Constitucional comparada**. Una investigación de estruturas, incentivos y resultados. Tradução de Roberto Reyes Mazzoni. 2.ed. Fondo de Cultura Economica, México 2001. Título original: *Comparative Constitucional egineringaninquiryintostructure, incentives andoutcomes.* p. 137.

[202]LOBO, Marina Costa e NETO, Octávio Amorim (organizadores). **O Semipresidencialismo nos Países de Língua Portuguesa.** Imprensa de Ciências Sociais. Lisboa, 2009. p. 273.

executivo e a assembleia, reduzindo o chefe de Estado a funções meramente simbólicas, apesar dos poderes que as constituições atribuem a este, como num regime parlamentar puro;
2. a dinâmica diárquica ou de equilíbrio: pode significar a demarcação de áreas distintas de governo para o presidente e para o primeiro-ministro ou a ausência de uma hierarquia clara entre os dois ramos do executivo, gerando uma competição pela autoridade governamental entre o chefe de Estado e o chefe do governo;
3. a dinâmica presidencialista: o presidente controla de tal maneira o poder executivo – o que significa a redução do premier à condição de mero chefe do estado-maior do presidente – que o regime, na prática, funciona como um sistema presidencialista puro.

Assim sendo, o Sistema de Governo Misto tem uma série de características próprias, destacando um conjunto múltiplo de qualidades especificas herdadas do Presidencialismo e do Parlamentarismo, que determinam a inter-relação e separação de poder, constituindo deste modo um novo arquétipo de governação.

Estes arquétipos que dependem das dinâmicas dos interlocutores são classificados da seguinte forma: Semipresidencialismo, quando possuem uma dinâmica presidencialista; Semiparlamentarismo, quando a dinâmica é parlamentarista e Sistema de Governo Misto Diárquico, quando há um equilíbrio.

Qualquer um dos três modelos acabam ainda reunindo outros atributos, fazendo com que no universo, por exemplo, do Semipresidencialismo, haja mesmo entre eles ligeiras diferenças. O mesmo acontece com o Semiparlamentarismo, inclusive no Sistema de Governo Misto Diárquico.

Na busca pela caracterização do Sistema Governo Misto, concordamos com SARTORI quando ensina que “el semipresidencialismo resulta ser un conjunto de sistemas dispares que es imposible definir”[203] e que “El semipresidencialismo deja muchos problemas sin resolver. Además, no niego que el semipresidencialismo es un sistema algo frágil”[204].

Com Sistemas de Governo de difícil definição e frágeis na sua

[203] SARTORI, Giovanni. **Ingeniería Constitucional comparada.**Una investigación de estruturas, incentivos y resultados. Tradução de Roberto Reyes Mazzoni. 2.ed. Fondo de Cultura Economica, México, 2001. Título original: *Comparative Constitucional egineringaninquiryintostructure, incentives andoutcomes.* p. 142.

[204]SARTORI, Giovanni. **Ingeniería Constitucional comparada**. Una investigación de estruturas, incentivos y resultados. Tradução de Roberto Reyes Mazzoni. 2.ed. Fondo de Cultura Economica, México, 2001. Título original: *Comparative Constitucional egineringaninquiryintostructure, incentives andoutcomes*. p. 155.

aplicação, torna-se bastante complicado encontrar um Sistema que satisfaça todas as exigências de um Estado de Direito Democrático, uma vez que cada um está inserido em Sociedades com culturas políticas próprias.

Tratando-se do Sistema de Governo ideal para um Estado, NOHLEN escreve "que los tipos ideales como tales no existen en forma pura ni son 'bueno' ni 'malos' por su correspondiente conformación. Constituyen un marco de características en el cual se agrupa la gran multiplicidad de sistemas concretos".[205]

Doutrina confirmada por CRUZ, quando assevera que "o que vale na determinação dos sistemas de Governo em cada Estado é a especificidade de cada Sociedade."[206]

1.4.4. O SISTEMA DE GOVERNO DIRETORIAL

Para além da Suiça que utiliza o Sistema de Governo Diretorial em todos os níveis políticos-administrativos a saber: federal, cantonal e municipal, existe alguns pequenos Estados em que também vigora este Sistema. São os casos de São Marino, Bósnia e Hergovina e Andora onde têm um governo colegiado que exerce as funções do chefe de Estado.[207]

No caso da Suiça, o Conselho Federal é o órgão tutelar deste Estado, e é composto por sete membros que são eleitos pela Assembleia Federal – órgão representativo bicameral, cujo mandado é de 4 anos. O Conselho Federal tem um líder que tem as funções de representativade como chefe de Estado – o Presidente da Confederação Helvética. Como já se referiu, os níveis políticos-administrativos na Suiça são três, cabendo-lhes proceder a governação deste Estado de uma maneira compartilhada.[208]

---

[205] NOHLEN, Dieter. Presidencialismo VS. Parlamentarismo en America Latina. (notas sobre el debate actual desde una perspectiva comparada). *In*: **Revista de Estudios Políticos (Nueva Epoca)** Núm. 74, Octubre-Deciembre 1991. p. 45.

[206] CRUZ, Paulo Márcio. **Parlamentarismo em Estados Contemporâneos**: os modelos da Inglaterra, de Portugal, da França e da Alemanha. 2.ed.rev. Itajaí: UNIVAL; Blumenau: FURB, 1999. p. 73.

[207] Disponivel: https://pt.wikipedia.org/wiki/Sistema_diretorial#Su%C3%AD%C3%A7a Acesso 12 de abril de 2017

[208] Disponivel: https://www.eda.admin.ch/aboutswitzerland/pt/home/politik/uebersicht/politisches-system-der-schweiz---fakten-und-zahlen.html Acesso 12 de abril de 2017

Este Sistema de Governo foi constituído como consequência de diversos fatores ocorridos e vivenciados ao longo do tempo no Estado Helvético. Dentre os quais, se destacam as determinantes históricas (guerras entre os cantões suíços), étnicos (diferentes grupos linguísticos) e constitucionais (natureza confederativa do Estado)[209].

O Conselho Federal é o Governo helvético e tem uma natureza colegial, sendo eleito pelo legislativo e não é responsável perante ele[210]. Esse órgão de poder político suíço é eleito por um período de quatro anos, conta com sete membros, sendo que um deles é eleito Presidente do colégio e goza de um mandato de apenas um ano.

O capítulo que agora se encerra, demonstra que apesar das mazelas, a Democracia continua sendo o melhor regime de governação. Que não há uma Democracia ideal, mas sim Democracia circunstancial, porque tem significados diferentes para povos diferentes, em diferentes tempos e lugares[211]. Que a Democracia enquanto sistema político não vincula a nenhum sistema económico específico[212]. Que a instituição Estado teve uma evolução, até que se chegasse ao Estado de Direito Constitucional.

Em África viveu-se o Estado pré-colonial, o Estado colonial, em que os territórios africanos eram Estado (colônia) dentro de outro Estado (Império colonial) e, atualmente, os Estados Africanos encontram-se no terceiro período que se pode considerar do Estado de Direito Constitucional Africano. Que existem quatro principais Sistemas de Governo que podem sobreviver em regime democrático ou não, sendo que geralmente todos, pelo menos, tencionam de uma maneira eficaz, atingir os desideratos de melhor qualidade de

---

[209]BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política.** Tradução de Carmen C. Varriale et al. Brasília: editora Universidade de Brasília, 11.ed. 1998. Título original:*Dizionario di politica.* p. 521.

[210]BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo, Sociedade: para uma teoria geral da política.**Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 110.

[211]DAHL, Robert A. **Sobre a Democracia**. Tradução de Beatriz Sidou. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.Título original: *On democracy.* p. 13.

[212]KELSEN, Hans. **A Democracia**. Tradução de Vera Barkow et al. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. Títulos originais: *Vom wesen un wert demokratie; Des problem des parlamentarismus; Foudations of democracy; Der begriff des staates um die sozialpsychologie, mit besonderer berücksichtigung von freuds, theorie der masse; Absolutisme and relativism in philosophy and politics.*p. 297.

vida para a população.

CAPÍTULO 2

DA FORMAÇÃO DO ESTADO/NAÇÃO AO PROCESSO DEMOCRÁTICO NA ÁFRICA

2.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Quão difícil é dissociar o Estado da Nação quando se trata do continente berço da humanidade. Sendo que a Nação é um grupo de indivíduos com características comuns (língua, costumes, religião, território), o Estado é instituição que pressupõe proporcionar um determinado comportamento a esse grupo de indivíduos.

Assim sendo, o aparelho de Estado (executivo, legislativo e judiciário) foi usado pelos governantes africanos a fim de poderem padronizar comportamentos, criando condições e usando as Nações africanas num determinado território estabelecendo o Estado (país).

Outrossim, importa, ressaltar que a Nação na África ultrapassa as fronteiras estabelecidas pelo colonizador e que são as atuais fronteiras

geográficas políticas da grande maioria dos Estados Africanos, uma vez que os indivíduos que povoam esses Estados são provenientes de várias Nações africanas (tribos, povos, etnias e línguas diferentes).

Em 1963, 32 territórios africanos haviam conquistado a independência e formaram novos Estados soberanos, tendo em 25 de Maio daquele ano, em Addis Abeba (Etiópia), constituído a OUA. Volvidos pouco mais de 60 anos, África conta atualmente com pelo menos 54 Estados soberanos, quase todos vivendo sobre os princípios do Estado de Direito Constitucional.

Os Estados Africanos herdaram das antigas potências coloniais o traçado fronteiriço que constituiu até hoje o floco de tensão neste continente. A separação de tribos, povos, etnias e línguas, a mestiçagem e a segregação, são temas bastante escaldantes que os africanos receberam conjuntamente com a independência política. As mazelas deixadas pela colonização atravessou todo o tecido social africano, perfurou as teias econômicas e infestou as estruturas políticas.

O pluralismo político que parecia florescer no alvor da independência foi substituído pelo regime ditatorial. Os Estados Africanos sonhavam viver em democracia pluralista, mas os movimentos independentistas enfrentaram diversas condicionantes impostas pelo mundo de então, o que os obrigou a mudarem de rumo. Os governantes, mormente, os chefes de Estado, endureceram a governação, personalizaram o poder, diminuíram as liberdades dos cidadãos, alegando criar condições para o desenvolvimento do Estado e promoção da estabilidade político governativa.

O regime ditatorial inibiu o homem africano de ser criativo, assim sendo, havia a necessidade imperativa da Democracia ser restaurada. Cerca de trinta anos depois das independências, os governantes retornaram aos ideais pluralistas que havia sido extintos da Constituição. Vários Estados Africanos realizaram conferências nacionais no intuito de alcançarem consenso em torno das alterações ao Ordenamento Jurídico-Constitucional.

Porém, depois de duas décadas de convivência democrática, a Democracia tem tido dificuldade em enraizar numa região em que o regime

ditatorial está extremamente cristalizada. Sabe-se que grande parte dos africanos viveram por mais de cinco séculos sob regime ditatorial entre o colonial e o partido único. Desse modo, os trâmites que usaram para restabelecer os regimes democráticos, estão sendo usados para eternizar no poder.

Revisões constitucionais têm sido referendadas, visando prolongar mandatos dos chefes de Estado, diminuindo competências do legislativo e do judiciário, terminando com o equilíbrio, a separação e a interdependência entre o Poderes do Estado. A Democracia está sob o fio da navalha, aplicando os seus próprios princípios.

Entretanto, existem Estados Africanos em que o Processo Democrático está-se consolidando, tem-se realizado eleições periódicas, com os resultados eleitorais sendo aceites tanto pelo vencedor como pelo vencido. Reconhece-se, porém, que o espaço entre a Democracia universal e a Democracia que se vive, hoje, na África, estão bastante distantes, mas nada que os africanos não poderão alcançar se assim almejarem, nem que para isso tenham que refundar a Democracia africana.

2.2. A FORMAÇÃO DO ESTADO-NAÇÃO NA ÁFRICA

A conceitualização da "Nação" tem vindo a ser discutida durante muitos anos, primeiramente na Europa e muito recentemente na África[213].

[213] MAZRUI e WONDJI ensinam que "O combate político travado pela África desde o início da era colonial funda se sobre duas aspirações primordiais: o constante desejo em dar maior coerência à nação africana e um igual desejo em conferir maior estabilidade ao Estado africano. A crise da nação consiste naquela de uma identidade coletiva insuficiente. A crise do Estado diz respeito à instabilidade da autoridade. Os dois combates estão ligados, mas cada qual possui a sua própria lógica. A maioria dos países africanos independentes é de Estados criados sob o regime colonial que lutam para tornarem se nações mais coerentes. Um país como a Somália,em contrapartida, é essencialmente uma nação que luta para transformar se emum Estado mais estável e melhor integrado. Entretanto, em razão de existir,no século XX, uma relação de reciprocidade entre a nação e o Estado, todos ospaíses pertencentes a uma ou outra categoria continuam a viver as duas crisesgêmeas, de identidade e de autoridade, na época pós colonial." *In*: MAZRUI, Ali. A. e WONDJI, Christophe. África desde 1935. *In:* **História geral da África,** VIII. Tradução de Luís Herman de Almeida Prado Mendoza. Brasília: UNESCO, 2010. Título Original: *General History, VIII: Africasince 1935*. p. 159.;Por seu turnoBOAHEN leciona que "Os campeões do nacionalismo africano entre as duas guerras (wanasiasa, como são chamados em swahili) eram essencialmente considerados como pan africanistas, e não nacionalistas no sentido europeu. Efetivamente, o movimento nacionalista seguia curso inverso ao da evolução

Etimologicamente, Nação provêm da palavra *natio* que significa "nascimento" e faz apelo à origem comum.[214]

Procurando destacar as diferenças que existem entre a nação e a população, alguns pensadores[215] defendem que a nação é um agrupamento humano, enquanto que a população é um conjunto de individuos. Para esses pensadores, a nação tem duas concepções: a subjetiva e a objetiva.

Na concepção subjetiva da nação, define as jurídicas, literárias e inclusive poéticas. Enquanto que na concepção objetiva, apresentam como elementos preponderantes o território, a língua, a religião e a raça.

A Declaração Francesa dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 é um dos primeiros instrumentos jurídicos, senão o primeiro, que procurou estabelecer uma equação única para Nação, Povo e Estado ao declarar que "Cada povo é independente e soberano, qualquer que seja o número de indivíduos que o compõem e a extensão do território que ocupa. Esta soberania é inalienável."[216]

Os franceses que elaboraram a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, consideraram que o Povo é soberano, que a Nação tem que ter um território e o Estado é o ente com atributos de dirigir o povo soberano num determinado território. Vincularam "Nação", "Povo" e "Estado".

Daí que o principal significado de Nação passou a ser jurídico-político e este ficou, por sua vez, associado à ideia de “povo”, de “terra comum”, de “bem-

---

registrada na Europa. Ao contrário do que se passara naquele continente, o Estado havia sido criado antes que as nações culturais que lhe emprestassem significado de comunidade política tivessem cimentado sua unidade." *In*: BOAHEN, Albert Adu. Africa sob dominação colonial, 1880-1935. *In:* **História geral da África,** VII. 2.ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010. Título original: *General History of Africa, VII: Africa under colonial domination, 1880-1935.* p. 658.

[214] HOBSBAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780:** programa, mito e realidade. Tradução de Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. Título original: *Nations and Nationalism since 1780 - Programme, myth, reality.* p. 20.

[215] DEBBASCH, Charles; PONTIER, Jena-Marie; BOURDON, Jacques et RICCI, Jean-Claude. **Droit Constitutionnel et Institutions Politiques.** Paris: Editora Economica, 1983. p. 16.

[216] HOBSBAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780:** programa, mito e realidade. Tradução de Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. Título original: *Nations and Nationalism since 1780 - Programme, myth, reality.* p. 32

estar público", ou seja, algo que apenas o Estado pode proporcionar.

Por seu turno, o autor VISCONTI ensina que:

> La nación, entonces, es un acto de creación, ni falso ni verdadero, simplemente diferente según las Sociedades. Dicha creación implica la construcción de una comunidad homogénea que se reconoce en un 'nosotros' imaginado, compuesto y vivido como real bajo las representaciones simbólicas que la comunidad ha elaborado para distinguirse como grupo y diferenciarse de los 'otros'.[217]

Não muito diferente do que escreveu VISCONTI, o Dicionário de Política ensina, a dada altura, que "Nação coincide com os grupos que teriam em comum determinadas características, tais como a língua, os costumes, a religião, o território, etc."[218]

Esse Dicionário[219]estabelece ainda que "A função da ideia de Nação, é a de criar e manter um comportamento de fidelidade dos cidadãos em relação ao Estado" para depois referir que "A Nação seria a ideologia do Estado burocrático centralizado".

Depois que os franceses vincularam o termo Nação ao termo jurídico-político, os pensadores e autores que se seguiram, não obstante, cada um procurar diferenciar um tanto ou quanto da Declaração Francesa, destacando uma ou outra questão nas suas definições, todos relacionavam Nação com Estado, com cultura e com línguas. Seguiram sempre numa perspectiva subjetiva da Nação.

Até STALIN[220]foi influenciado pelos franceses na sua conceitualização da Nação. O político russo do século passado apontou cinco características necessárias para se constituir uma Nação, a saber: deve ser uma comunidade estável e permanente, deve ter linguagem comum, território próprio

---

[217] VISCONTI, Ximena Picallo. **Identidades narradas: las redes textuales del nacionalismo afrikáner.**Estudios de Asia y África, vol. XXXVI, núm. 2, mayo-agosto, 2001, pp. 251-271,El Colegio de México. p. 255. Disponível em: http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=58636203. Acesso

[218]BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política.** Tradução de Carmen C. Varriale et al. Brasília: editora Universidade de Brasília, 11.ed. 1998. Título original:*Dizionario di politica.* p. 795.

[219]BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política.** Tradução de Carmen C. Varriale et al. Brasília: editora Universidade de Brasília, 11.ed. 1998. Título original:*Dizionario di politica.* p. 796

[220]BOTTOMORE, Tom; HARRIS, Laurence; KIERNAN, V.G.; MILIBAND, Ralhp. **Dicionário do Pensamento Marxista**. editora ZAHAR. p. 433. Sem título original.

e coesão econômica, deve possuir um carácter coletivo e assumir a forma política positiva como Estado.

HOBSBAWN[221], na sua obra "Nações e nacionalismo desde 1780", produz uma análise sobre os pequenos Estados europeus e aponta três características para que um determinado povo fosse considerado como Nação: possuir um passado histórico com elo a qualquer Estado já constituído, possuir cultura e língua própria e ter uma competência própria para vencer desafios.

Ainda nessa obra, o autor assevera que já em 1842 a *Revue des Deux Mondes* frisava que "as verdadeiras fronteiras naturais não são determinadas por montanhas e rios, mas sim pela língua, pelos costumes, pelas lembranças, por tudo aquilo que distingue uma nação da outra"[222].

MAZRUI E WONDJI[223]*apud* GURALNIK classificam a Nação em três grupos: 1. "uma comunidade estável historicamente evoluída de pessoas tendo em comum um território, uma vida econômica, uma cultura que os distingue e uma língua"; 2. "as pessoas habitantes de um território unificado sob autoridade de um governo único"; ou seja, "um país e ainda um Estado"; 3. "um povo ou uma tribo".

Entretanto, tratando-se de "uma comunidade estável historicamente evoluída de pessoas tendo em comum um território [...]" ser considerada uma Nação, encontra-se exemplos deste por quase toda África, apesar da deslocação forçada da população pelos colonizadores. Pode-se falar de Nação a propósito dos ibo, dos yoruba ou dos hawsa fulbe da Nigéria, dos kikuyu ou dos luo do Quênia, dos hutu do Burundi, dos tswana do Botsuana, dos zulus na África do Sul, dos tutsis no Ruanda e dos madingas, dos fulas e papéis na Guiné

---

[221] HOBSBAWN, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780:** programa, mito e realidade. Tradução de Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. Título original: *Nations and Nationalism since 1780 - Programme, myth, reality.* p. 118.

[222] HOBSBAWN, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780:** programa, mito e realidade. Tradução de Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. Título original: *Nations and Nationalism since 1780 - Programme, myth, reality.* p. 118.

[223]MAZRUI, Ali. A. e WONDJI, Christophe. África desde 1935. *In:* **História geral da África,** VIII. Tradução de Luís Herman de Almeida Prado Mendoza. Brasília: UNESCO, 2010. Título Original: *General History, VIII: Africasince 1935.* p. 522.

Bissau.[224]

Depreende-se então, que o termo Nação, quando aplicado na África, deve ser visto na sua concepção objetiva, em que há vários indivíduos com língua, cultura e religião própria, formando uma Nação, sem ser descurado a sua perspectiva subjetiva que são os valores jurídicos.

No que tange à Nação ser caracterizada como "um povo ou uma tribo", não se deve esquecer que o "critério mais prático para distinguir um povo continua sendo língua"[225], pelo que dentro dos atuais Estados africanos existem vários povos ou várias nações. A existência de tantas nações e línguas dentro das fronteiras legadas pelos colonizadores, faz com que na África nao haja os Estados-Nação.

Quanto a classificar Nação como onde “as pessoas habitantes de um território unificado sob a autoridade de um governo único” é vista como um país ou Estado é o que atualmente acontece nos Estados africanos. Trata-se de um processo de construção do Estado-Nação[226] em um Estado único, democrático e estável.

---

[224]MAZRUI, Ali. A. e WONDJI, Christophe. África desde 1935. *In*:**História geral da África,** VIII. Tradução de Luís Herman de Almeida Prado Mendoza. Brasília: UNESCO, 2010. Título Original: *General History, VIII: Africa since 1935.* p. 523.

[225]SELLIER, Jean. **Atlas dos Povos de África.** Tradução de Isabel Gentil. Lisboa: Editora Campo da Comunicação, 2004. Título original. *Atlas des Peuples d'Africa*. p. 15.

[226] MAZRUI e WONDJI defendem que "Quando nós falamos de edificação da nação, evocamos duas dimensões daidentidade. Uma está estreitamente associada à construção do Estado. Trata seda progressiva aceitação, pelos membros da entidade organizada pré existente,da legitimidade de um governo central e da identificação com este governo central,devidamente qualificado como símbolo da nação. Isto concerne à dimensãovertical da edificação da nação, em outros termos, não há somente um Estado,mas igualmente existem indivíduos a aceitarem a sua autoridade (e não simplesmentea sua potência coercitiva) e a virem em seu governo a representaçãosimbólica da sua comunidade política. Sob essa ótica, as tentativas de secessãoque tiveram lugar na Nigéria, na Etiópia, no Sudão e no Zaire (atual RDC)constituíram desafios à autoridade do governo central e uma rejeição ao sentimentode identidade comum. O fim da guerra civil na Nigéria não somentesignificou a renovada aceitação do Estado nigeriano pelos seus cidadãos, masigualmente, a aceitação, pelos nigerianos, do fato que o governo central devessesimbolizar a nação nigeriana em nascimento.No sentido horizontal, a edificação da nação implica que cada um aceite aigualdade dos outros membros do corpo cívico, como membros de uma naçãojuridicamente constituída – isto significa que cada um reconheça aos outros odireito de compartilhar uma história comum, os recursos, os valores morais eos outros aspectos do Estado; esta aceitação é sustentada pelo sentimento depertinência a somente uma e única comunidade política. *In*:MAZRUI, Ali. A. e WONDJI, Christophe. África desde 1935. *In:* **História geral da África,** VIII. Tradução de Luís Herman de Almeida Prado Mendoza. Brasília: UNESCO, 2010. Título Original: *General History, VIII: Africasince 1935.* p. 524.

Neste processo de construção, as diferentes nações conservam as suas características dentro das fronteiras estatais, mais passam a ser dirigidas por um Governo, que seja Governo de todos independentemente das origens tribais dos governantes.

Analisando os diferentes critérios empregues por políticos, pensadores e autores visando conceituar a Nação, verifica-se que deve haver algo em comum para que os indivíduos que povoam um determinado território seja considerado Nação.

Acontece que os Estados africanos que se tornaram independentes depois de 1945 possuem num só território, vários grupos de indivíduos que reúnem as características apontadas acima. Ou seja, num mesmo território, há mais de cinco povos[227], possuindo cada um deles, cultura, religião e costumes próprios. As lembranças são diferentes, porque vieram de territórios diferentes, mas o passado recente é comum, pois todos foram vítimas do colonialismo e lutaram juntos pela conquista da liberdade.

Ensina o filósofo e sociólogo alemão HABERMAS que:

> Quando as antigas colônias, pela desistência de suas metrópoles, foram 'dispensadas' para a independência, o problema consistiu em que esses territórios, na realidade surgidos artificialmente, ganharam uma soberania externa sem contar de modo imediato com um efetivo poder de Estado. Em muitos casos, os novos governos, após a retirada das administrações coloniais, só puderam afirmar sua soberania interna com muitas dificuldades.[228]

---

[227]Para SELLIER "Em África, talvez mais do que em qualquer outro sítio, o conceito de «povo» deve ser cautelosamente manejado. [...] Para distinguir os povos uns dos outros, o critério mais prático continua a ser o da língua, pelo menos como regra geral: apresenta a dupla vantagem de ser relativamente objetivo e visto como significativo pelos próprios interessados. No entanto, é possível recensear-se em África cerca de 1500 línguas diferentes: será que se deve distinguir igual número de povos? Em princípio, sim, mas podemos concentrar a atenção sobre os numericamente mais importantes, sabendo-se que numerosas línguas só são faladas por grupos muitos restritos e muito localizados." *In*: SELLIER, Jean. **Atlas dos Povos de África.** Tradução de Isabel Gentil. Lisboa: Editora Campo da Comunicação, 2004. Título original. *Atlas des Peuples d'Africa*. p. 15; Enquanto que para MÜLLER o "[...] 'povo' não é um conceito simples nem um conceito empírico; povo é um conceito artificial, composto, valorativo; mais ainda, é e sempre foi um conceito de combate."*In:* MÜLLER, Friedrich. **Quem é o Povo?** A questão fundamental da democracia**.** Tradução de Peter Naumann. 3.ed. Editora Max Limonad. São Paulo, 2003. p. 118. (Sem o título original no exemplar utilizado)

[228]HABERMAS, Jürgen. O Estado nacional tem futuro? *In:* HABERMAS, Jürgen. **A inclusão do outro –** estudos de teoria política. Tradução de George Sperber, Paulo AstorSoethe e Milton Camargo Mota. 2.ed. São Paulo: Loyola, 2004, especificamente p. 127 a 190. Título original: *Die Einbeziehung dês Anderen – StudienzurpolitischenTheorie*, p. 181

Daí que, logo após as independências, os africanos usaram o aparelho do Estado para organizarem a defesa dos interesses do Estado-Nação no território liberto, sem ter em conta os diferentes povos que formavam assim esse novo Estado-Nação africano.

Entretanto, HABERMAS sublinha que:

> Uma nação de cidadãos é composta de pessoas que, devido a seus processos sociais, encarnam simultaneamente as formas de vida dentro das quais se desenvolveu sua identidade – e isso ocorre mesmo quando, como adultos, eles se libertaram das tradições da sua origem.[229]

Os habitantes dos Estados-Nação na África são povos de origem diversa[230] em que o colonialismo os obrigou a viverem juntos primeiramente e depois a luta pela independência aproximou-os ainda mais, uma vez que lutavam por um objetivo comum: alcançar a independência dos territórios[231] nos quais agora habitavam, conquistar a liberdade e usavam a língua do colonizador como

---

[229]HABERMAS, Jürgen. **O Estado nacional tem futuro?** In HABERMAS, Jürgen. **A inclusão do outro –** estudos de teoria política. Tradução de George Sperber, Paulo AstorSoethe e Milton Camargo Mota. 2.ed. São Paulo: Loyola, 2004, especificamente p. 127 a 190. Título original: *Die Einbeziehung dês Anderen – StudienzurpolitischenTheorie*, p. 171.

[230] SEILLER defende que "Os povos africanos, ou pelo menos, os principais de entre eles, são apresentados em duas formas sucessivas: uma, histórica, por grandes zonas (vale do Nilo, Magrebe, Oeste Africano, África Banto...), a outra, geográfica, de acordo com os Estados hoje edificados." *In*: SELLIER, Jean. **Atlas dos Povos de África.** Tradução de Isabel Gentil. Lisboa: Editora Campo da Comunicação, 2004. Título original. *Atlas des Peuples d'Africa*. p.18; Por sua vez MORAL escreve "De hecho, el mapa africano actual es una sucesión de perfectas líneas rectas trazadas con minucioso cinismo. Las fronteras segaron Estados y reinos preexistentes y comunidades y grupos étnicos. Muchas familias quedaron separadas a lado y lado de fronteras con nacionalidades diferentes. Dentro de los Estados hallamos una mezcla de pueblos cuya lengua, cultura y tradiciones son diferentes entre ellas, lo cual ha alimentado querellas fronterizas y movimientos secesionistas. Puede darse el caso de que una persona comparta lengua y tradición con gente del país vecino y, en cambio, no con gente de su propio país. El ejemplo de Senegal es ilustrativo al respecto. Los pueblos del suroeste del país tienen más en común con los habitantes del noroeste de Guinea Bissau que con los senegaleses del norte." *In:* MORAL, EricGarcia. **Breve historia del África Subsahariana.** Madrid: Ediciones Nowtilus, 2016. p. 265. Disponível em: https://pt.scribd.com/read/335662308/Breve-historia-del-Africa-subsahariana

[231] HOBSBWM escreve que [...] os movimentos com orientação territorial para a libertação não podiam escapar de se alicerçarem sobre elementos comuns que tinha sido fornecidos por poder ou poderes coloniais a seus territórios, uma vez que, com frequência, isso era o único carácter nacional, e de unidade, que o futuro país possuía. A unidade imposta pela conquista e pela administração muitas vezes pode, na longa corrida, produzir um povo que se vê como uma "nação", assim como a existência de Estados independentes terá algumas vezes criado um senso de cidadania patriótica. A Argélia não tinha nada em comum enquanto país exceto a dominação francesa desde 1830 e, mais especificamente, a luta contra essa dominação, mesmo que se imaginasse que seu carácter como nação fosse ao menos tão bem estabelecido hoje como aquele das unidades políticas "históricas" de Magreb, Tunísia e Marrocos. *In:*HOBSBAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780:** programa, mito e realidade. Tradução de Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. Título original: *Nations and Nationalism since 1780 - Programme, myth, reality.* p. 166.

veiculo de comunicação.

Diante disso, realmente "uma nação de cidadãos é composta de pessoas" com tradições e origens diferentes que passaram a constituir "um só povo e uma só Nação". Os indivíduos que viviam nas ex-colônias constituíram um novo Estado[232], mas não conseguiram "libertar das tradições da sua origem".

Como bem ensina GELLNER em sua obra "Naciones y nacionalismo" que:

> [...] el nacionalismo es esencialmente la imposición general de una cultura desarrollada a una sociedad en que hasta entonces la mayoría, y en algunos casos la totalidad, de la población se había regido por culturas primarias. Esto implica la difusión generalizada de un idioma mediatizado por la escuela y supervisado académicamente, codificado según las exigencias de una comunicación burocrática y tecnológica módicamente precisa.[233]

Com efeito, os Estados africanos tiveram que aceitar a imposição da língua do colonizador como fator de união. Destarte, as Sociedades africanas passaram a ser multi-étnicas[234], multiculturais, multilingue, ao mesmo tempo que se registrou uma socialização entre os africanos e os europeus.

GELLNER sublinha que:

> [...] el establecimiento de una sociedad anónima e impersonal, con individuos atomizados intercambiables que mantiene unidos por encima de todo una cultura común del tipo descrito, en lugar de una estructura compleja de grupos locales previa sustentada por culturas populares que reproducen local e idiosincrásicamente los propios microgrupos.[235]

---

[232] KELSEN ensina que "Assim como o Estado tem apenas um território, ele tem apenas um povo, e, como a unidade do território é jurídica e não natural, assim o é a unidade do povo. Ele é constituído pela unidade da ordem jurídica válida para os indivíduos cuja conduta é regulamentada pela ordem jurídica nacional, ou seja, é a esfera pessoa de validade dessa ordem." *In:*KELSEN, Hans. **Teoria geral do direito e do estado.**Tradução de Luís Carlos Borges.3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.Título original: *General theoryoflawandstate*.p. 334.

[233] GELLNER, Ernest. **Naciones y nacionalismo.**Version Espanhola de Javier Seto. Alianza Editorial, S. A., Madrid 2001. Título original: *Nations and Nationalism.* p. 82.

[234]DUSSEL leciona que "[...] en África, las etnias adquieren la fisonomía o las características de "tribus" (que deben considerarse etnias, pero, además, con clara organización guerrera y política, porque usaron los metales casi al mismo tiempo que el continente euroasiático y han gobernado a su comunidad durante largo tiempo, hasta bien entrado el siglo XIX)." *In:* DUSSEL, Enrique. **El nacionalismo.** Sobre la condicionesde su aparición (hacia una teoría general). Madrid, 1992. p. 330 e 331; SACCO, Rodolfo, GUADAGNI, Marco e outros. **Trattato di Diritto Comparato: Il Diritto Africano.**UTET, p. 161.

[235] GELLNER, Ernest. **Naciones y nacionalismo.**Version Espanhola de Javier Seto. Alianza Editorial, S. A., Madrid 2001. Titulo original: *Nations and Nationalism.* p. 82.

Até 1945, na África, só havia quatro Estados[236] independentes, sendo que todo o resto do continente fazia parte dos impérios[237] britânico, francês, português, belga, italiano e espanhol. Não havia um cidadão de nacionalidade africana[238].

Conquistada a independência, importava primeiramente atribuir um nome ao território liberto do colonialismo e consequentemente dar uma nova nacionalidade aos indivíduos que habitavam nesse espaço geográfico.

Nota-se que, em alguns casos, os governantes africanos mantiveram os nomes atribuídos pelas antigas potências coloniais e, noutros, procederam a alteração visando proporcionar um nome que mais se aproximava com a identidade africana.

A mudança de nomes dos territórios também transmitia uma ideia de autodeterminação, de instauração de um Estado soberano e de liberdade.

Assim, a Costa de Ouro, quando tornou independente, passou a chamar-se de Ghana; a Rodésia do Norte e do Sul passaram a chamar-se de Zâmbia e Zimbabué, respectivamente; o Niassalândia passou a ser o Malawi; a Tanganica mudou para a Tanzânia[239];o Sudão francês passou a ser Mali; a Daomé passou a ser o Benin; a Guiné portuguesa passou a chamar-se de Guiné-Bissau; a Guiné Francesa mudou para Guiné Conacri; o Congo Belga passou a

---

[236] SELLIER assevera: "Aquando da fundação da Organização das Nações Unidas, em 1945, quatro Estados africanos são independentes: a Libéria, a União Sul-Africana, o Egipto e a Etiopia (liberta pelos Britânicos em 1941)". *In*: SELLIER, Jean. **Atlas dos Povos de África.** Tradução de Isabel Gentil. Lisboa: Editora Campo da Comunicação, 2004. Título original. *Atlas des Peuples d'Africa*. p. 29.

[237]Para SELLIER "Durante a Primeira Guerra Mundial, os Aliados conquistaram as colônias alemãs. Na sequência disso, elas tornaram-se territórios sob mandato da Sociedade das Nações, repartidas entre quatro potências: A Grã-Bretanha (Togo, Camarões e Tanganica), a França (Togo e Camarões), a Bélgica (Ruanda-Urundi) e a União Sul-Africana (Sudoeste Africano)." *In*: SELLIER, Jean. **Atlas dos Povos de África.** Tradução de Isabel Gentil. Lisboa: Editora Campo da Comunicação, 2004. Título original. *Atlas des Peuples d'Africa*. p. 29.

[238]MORAL ensina que "Tras liberarse, al menos en apariencia, del yugo de la metrópolis, los nacionalistas africanos se encontraron en una extraña situación: al frente de Estados sin nación. Nadie se definía en los años cincuenta como senegalés, keniano, ghanés o nigeriano. El pueblo había luchado por su patria, sino que lo había hecho por su libertad." *In*:MORAL, EricGarcia. **Breve historia del África Subsahariana.** Madrid: Ediciones Nowtilus, 2016. p. 265. Disponível em: https://pt.scribd.com/read/335662308/Breve-historia-del-Africa-subsahariana.

[239] A fusão da Tanganica e do Zanzibar.

ser Zaire e o Congo Brazzaville mudou para República Popular do Congo.

Os governantes africanos entendiam que "[...] a edificação de uma sociedade isenta da exploração do homem pelo homem, a consolidação da unidade dos povos africanos e o fortalecimento da amizade e solidariedade com todos os povos do mundo"[240]seria alcançado quando houvesse nacionais de cada território independente. Importa sublinhar que na África "O Estado antecedeu à existência de uma nação"[241].

Com efeito, o fim da colonização gerou vários Estados-Nação que, por sua vez, originou as diversas nacionalidades africanas[242], como o zimbabueano, o zambiano, o zairenese, o maliano, o tanzaniano, o beninense, o bissau-guineense, dentre outros.

Na África, a semelhança da Europa e do resto do mundo, as nacionalidades são heterogêneas, pois em quase todos os países há indivíduos provenientes de diversas regiões do planeta Terra.[243] Todavia, a diferença marcante entre resto do mundo e a África é que, enquanto no resto do mundo os indivíduos se misturaram geralmente por opção, na África foi por força do colonialismo[244].

---

[240]São Tomé e Príncipe: Preâmbulo da Constituição da República Democrática de São Tomé e Príncipe, publicado no Diário da República n.º 39, de 15 de dezembro de 1975.

[241]VISENTINI, Paulo Fernandes, TEIXEIRA RIBEIRO, Luiz Dario et PEREIRA, Ana LúciaDanilevicz. **História da África e dos africanos.** 2. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013. p. 122.

[242]Para DUSSEL "La realización del proyecto de autodeterminación, con la instauración de un Estado que rige soberanamente sobre un territorio, convierte a la nacionalidad en una nación (Estado-nación), la cual puede incluir en su seno a otras nacionalidades no dominantes, y a grupos étnicos y étnico-nacionales subordinados." [...] *In*: DUSSEL, Enrique. **El nacionalismo. Sobre la condiciones de su aparición** (hacia una teoría general). Madrid, 1992. p. 334 e 335.

[243] HOBSBAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade.** Tradução de Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. Título original: *Nations and Nationalism since 1780 - Programme, myth, reality.* p. 45.

[244] Para BOAHEN "A maior parte das colônias criadas abrigava grupos nacionais cultural e historicamente diferentes, cuja unidade derivava principalmente do fato de estarem igualmente submetidas a um senhor estrangeiro. A situação colonial representava para todos um quadro novo, onde havia que forjar identidades novas que os sustentassem na luta contra as atrocidades da dominação estrangeira. As fronteiras coloniais que, no mais das vezes, englobavam diversas nações culturais sob uma administração imperial comum foram aceitas tais como eram. A constituição da nova identidade consistia, de início, em aceitar a africanidade essencial das diversas nações culturais. Os territórios das administrações coloniais passaram a constituir, em praticamente todos os casos, a definição territorial daquilo que os africanos começaram a considerar como proto Estados, em torno dos quais

Observa COLEMAN que

> [...] em muitos casos, o nacionalismo africano não se deve ao sentimento de pertencer a uma unidade político-cultural que procura defender-se ou afirmar-se; representa, antes, o esforço desenvolvido por modernistas conscientes de uma realidade racial para criar novas nacionalidades políticas e culturais, a partir das heterogêneas populações englobadas dentro das fronteiras artificiais impostas pelo senhor europeu [...][245].

Embasado nas "fronteiras artificiais[246] impostas pelo senhor europeu", os africanos partiram para luta pela libertação de diferentes territórios que ao alcançarem a independência ganharam o estatuto de Estados[247]. A luta pela libertação do continente berço da humanidade provocou no homem africano o "sentimento de pertencer a uma unidade político-cultural" não obstante os

---

procuravam desenvolver na população um sentimento de pertença [...]"*In*: BOAHEN, Albert Adu. Africa sob dominação colonial, 1880-1935. *In:* **História geral da África,** VII. 2.ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010. Título original: *General History of Africa, VII: Africa under colonial domination, 1880-1935.* p. 658.

[245]BOAHEN, Albert Adu. Africa sob dominação colonial, 1880-1935. *In:* **História geral da África,** VII. 2.ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010. Título original: *General History of Africa, VII: Africa under colonial domination, 1880-1935.* p. 658.

[246] Para SELLIER "A Conferência de Berlim (1884-1885), que reuniu as potências europeias sobre os assuntos africanos, registou a expansão colonial já em curso e resolveu várias questões, de entre elas, as ambições de Leopoldo II. Não fixou as regras do jogo (contrariamente ao que muitas vezes se pensa), mas aprovou a ideia de que a África devia ser colonizada «para se abrir à civilização». Entre 1885 e 1895, foi estabelecido, pelo menos no papel, o traçado de várias fronteiras". *In*: SELLIER, Jean. **Atlas dos Povos de África.** Tradução de Isabel Gentil. Lisboa: Editora Campo da Comunicação, 2004. Título original. *Atlas des Peuples d'Africa*. p. 28; Assevera BOAHEN que "As potências coloniais dividiram arbitrariamente a Somália, sem consultar os membros dos clãs, nem levar muito em conta a sua distribuição geográfica ou suas necessidades de pastagem. Assim, os clãs dos Gadabursi e dos Issa ficaram divididos entre o Reino Unido e a Etiópia e, no caso dos Issa, também a França. As fronteiras muitas vezes dividiam grupos étnicos, e terras pertencentes a determinado grupo eram frequentemente concedidas a novos proprietários, que não tinham direito a elas. Resultou daí uma certa agitação, com os Somali desejosos de recuperar suas terras ou de se juntar aos parentes de quem tinham sido separados. Muitas vezes os Somali resistiram pela força à delimitação colonial das fronteiras." *In*: BOAHEN, Albert Adu. Africa sob dominação colonial, 1880-1935. *In:* **História geral da África,** VII. 2.ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010. Título original: *General History of Africa, VII: Africa under colonial domination, 1880-1935.* p. 658*;* Para MAZRUI e WONDJI "Trata se das fronteiras artificiais legadas pelas potências coloniais, as quais,de todas as formas possíveis, colocam em perigo a identidade nacional na Áfricaindependente." *In:*MAZRUI, Ali. A. e WONDJI, Christophe. África desde 1935. *In*: **História geral da África,** VIII. Tradução de Luís Herman de Almeida Prado Mendoza. Brasília: UNESCO, 2010. Título Original: *General History, VIII: Africasince 1935.* p. 519.

[247] KELSEN sublinha que "Os princípios relevantes do Direito internacional são comumente formulados da seguinte maneira: um novo Estado no sentido do Direito internacional, passa a existir caso um governo independente tenha se estabelecido proclamando uma ordem coercitiva para um determinado território, e se o governo for eficaz, isto é, se for capaz de obter a obediência permanente a essa ordem por parte dos indivíduos que vivem nesse território. *In*: KELSEN, Hans. **Teoria geral do direito e do estado.**Tradução de Luís Carlos Borges.3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.Título original: *General theory of law and state.* p. 315.

territórios agora libertos serem demasiado heterogêneos.

Enquanto que na Europa os Estados têm carácter nacional, onde as diferenças são marcadas sobretudo por ideologias político-partidárias, reinando o princípio democrático, na África, os Estados adoptaram quase todos o princípio de partido único, cabendo tão-somente aos movimentos nacionalistas e independentistas o poder de traçar as directrizes dos novos Estados.[248]

Os africanos demonstraram que para organizarem os Estados seria preciso que o aparelho do Estado fosse muito ligado aos movimentos nacionalistas e independentistas, não havendo espaço para diferentes ideologias político-partidário, mas sim apenas um que deveria ser unitária, uniforme e centralizada, com pouca liberdade ou nenhuma liberdade.[249]

Deve-se ressaltar, uma vez mais, que as línguas na África servem para identificar os povos, pelo que quando se refere a um povo, é mesmo que referir a uma Nação.

Logo, a "Nação" na África ultrapassa as fronteiras herdadas do colonialismo[250], pelo que os grupos de indivíduos que formam os Estados-Nação encontram-se distribuídos em quase todos eles, não dando lugar para existência de um Estado real, com apenas uma "Nação".

Todavia, Burundi, Eritreia e Sudão do Sul são exemplos de Estados que surgiram dentro das fronteiras herdadas do colonialismo, formando assim

---

[248]SACCO, Rodolfo, GUADAGNI, Marco e outros. **Trattato di Diritto Comparato: Il Diritto Africano**. UTET. p. 157.

[249]SACCO, Rodolfo, GUADAGNI, Marco e outros. **Trattato di Diritto Comparato: Il Diritto Africano**. UTET. p. 162.

[250] SELLIER ensina que "O Tratado Anglo-Alemão de 1886, ao estabelecer a fronteira entre a Costa do Ouro e o Togo dividiu em dois o povo Eué. A partir de 1919, os Eué põem o problema da reunificação do seu território de povoamento, dirigindo-se à Sociedade das Nações e à ONU, a partir de 1945. São encaradas duas soluções: uma (pouco realista), de ligação do Togo francês à Costa do Ouro, a outra de reunião dos dois Togos (solução parcial, porque não consideraria os Eué da Costa do Ouro propriamente dita). Em 1956, por referendo, o Togo britânico opta pela ligação à Costa do Ouro (que se tornará no Gana, no ano seguinte), tendo os votos do Norte e do Centro predominado sobre os dos Eué do Sul, favoráveis a uma reunificação do Togo. No Togo francês, o referendo de 1957 aprovou um destino separado, como deseja a grande massa das populações do Centro e do Norte do país." *In*: SELLIER, Jean. **Atlas dos Povos de África.** Tradução de Isabel Gentil. Lisboa: Editora Campo da Comunicação, 2004. Título original. *Atlas des Peuples d'Africa*. p. 108.

Estados[251] onde a população é maioritariamente de uma Nação.

2.3. A INDEPENDÊNCIA DE ÁFRICA

A conquista da independência política da África e a inserção dos Estados africanos na comunidade internacional não foi muito bem aceita, sobretudo por antigas potências coloniais. A África, que tinha sido explorada e espoliada pelos europeus desde a chegada dos portugueses - sobretudo ao sul do Sahara - no final século XIV, alcançava agora sua independência.

Os africanos nunca aceitaram a colonização, da mesma forma que os invasores europeus jamais aceitaram conceder liberdade aos africanos, depois de se aperceberem da riqueza natural e humana que esse continente dispunha. Desde sempre, os reinos africanos lutaram para travar a entrada dos estrangeiros e, consequentemente, do domínio da África.

Salienta-se que as diferenças existentes entre as Nações africanas[252] foram usadas como forma de promoção e incentivo a discórdia entre os africanos, causando guerras, enfraquecendo os reinos, gerando presos que acabariam sendo vendidos para os europeus que, posteriormente, os transformavam em escravos.

O enfraquecimento dos reinos africanos devido as guerras entre

---

[251] Para KERR: [...] um dos problemas mais frequentes era o de os habitantes dos novos Estados sentirem maior lealdade para com o seu grupo étnico ou clã do que em relação ao Estado, e uma desaparecida a euforia do fim do colonialismo, retomarem essas lealdades." *In*: KERR, Gordon. **Uma Breve História de África:** Das origens da raça humana à primavera árabe. Tradução de Pedro Carvalho. 1.ed. Lisboa: Bertrand Editora, 2013. Título original: *A Short History of Africa – From the OriginsoftheHumanRacetotheArab Spring*. p. 169.

[252] SELLIER leciona que "As populações de línguas afro-asiaticas ocupam o Norte e o Nordeste do continente. Distinguem-se quatro grandes grupos: o egípcio (a língua egípcia antiga), o berbere (em toda a África do Norte, do Oeste do Egipto ao Atlântico), o couchítico (no maciço etíope e no Corno de África), e o chadiano (a oeste do Lago Chade). Na orla meridional do Sara, do Alto e Médio vale do Nilo até a curva do Níger, situam-se as populações de línguas nilo-sarianas. [...] as línguas nigero-congolesas tiveram como berço a região do Alto Senegal e Alto Níger [...] as populações falantes destas línguas atingiram os actuais Camarões no decurso do II milénio. A expansão prosseguiu depois para leste e sudeste, até se tornar num fenómeno mais amplo: a expansão dos Bantos. [...] Antes da chegada dos Bantos, só os Pigmeus habitavam a floresta equatorial. A África oriental e austral era o domínio das populações (dipsersas) de línguas Khoisan." *In*: SELLIER, Jean. **Atlas dos Povos de África.** Tradução de Isabel Gentil. Lisboa: Editora Campo da Comunicação, 2004. Título original. *Atlas des Peuples d'Africa*. p. 20.

eles, permitiu que os europeus pudessem tomar posse de vários territórios, tanto dos reinos vencedores, como dos vencidos, tendo em conta o desgaste provocados pelas guerras.

Apesar de toda a espoliação, o homem africano, ainda assim, jamais aceitou a escravização pelo que partiu para luta visando libertar as terras agora colonizadas.

Note-se que quanto mais os africanos lutavam pela conquista da liberdade e da independência, mais os europeus endureciam suas posições enquanto potência invasora e colonizadora, até que os europeus, reunidos em Conferência de Berlim[253], decidiram, sob convocação de Portugal[254] e organização de Bismarck, partilhar a África.

Se, por um lado, a partilha de África provocou ainda mais a fragilização do continente, ao separar as diferentes Nações africanas e agrupá-las em novos territórios, por outro, a partilha demarcou os territórios que ficava sob égide de cada potência invasora e colonizadora, permitindo assim a constituição de movimentos nacionalistas e independentistas dentro de uma determinada circunscrição jurídico-político colonial.

Os movimentos nacionalistas e independentistas na África foram inspirados pelos negros a residir na Europa, caribenhos e norte-americanos negros.[255]

---

[253] Para SELLIER "A Conferência de Berlim (1884-1885), que reuniu as potências europeias sobre assuntos africanos, registou a expansão colonial já em curso e resolveu várias questões, de entre elas, as ambições de Leopoldo II. Não fixou as regras do jogo (contrariamente ao que muitas vezes se pensa), mas aprovou a ideia de que a África devia ser colonizada «para se abrir à civilização». Entre 1885 e 1895, foi estabelecido, pelo menos no papel, o traçado de várias fronteiras." *In*: SELLIER, Jean. **Atlas dos Povos de África.** Tradução de Isabel Gentil. Lisboa: Editora Campo da Comunicação, 2004. Título original. *Atlas des Peuples d'Africa*. p. 28.

[254] KERR assevera que "A «Corrida a África» acabaria a ser formalizada na Conferência de Berlim, convocada por Portugal e organizada por Bismarck. Este convidou representantes do Império Austro-húngaro, da Bélgica, da Dinamarca, da França, do Reino Unido, de Itália, dos Países Baixos, de Portugal, da Rússia, de Espanha, da Suécia/Noruega - os dois países estiveram unidos até 1905 - , do Império Otomano e dos Estados Unidos, que recusaram o convite." *In*: KERR, Gordon. **Uma Breve História de África:** Das origens da raça humana à primavera árabe. Tradução de Pedro Carvalho. 1.ed. Bertrand Editora, Lisboa, 2013. Título original: *A Short History of Africa – From the OriginsoftheHumanRacetotheArab Spring*.p. 109.

[255]VISENTINI ensina "É interessante observar que o pan-africanismo e a negritude constituíam correntes político-ideologicas nascidas nas comunidades negras que viviam na Europa, no

Importa frisar que, com o fim da Primeira Guerra Mundial, a Alemanha perdeu na África todas as suas possessões[256] a favor da França e Grã-Bretanha, enquanto os africanos viram sua situação a deteriorar.

Acrescente-se como um outro fator determinante para a independência da África, o crescente poderio econômico-financeiro dos EUA e o surgimento da URSS. Essas duas potências, cada uma a sua maneira, disseminaram os ideais libertadores e democráticos. Os vários movimentos independentistas foram se organizando, mas ainda assim os europeus ignoravam conceder independência dos territórios que agora ocupavam.

Os africanos que lutaram ao lado das potências invasoras e colonizadoras[257], contribuindo assim para a derrota da Alemanha, estavam convencidos que terminada a Primeira Guerra Mundial, seriam concedidas mais autonomia e liberdade para os seus territórios. Porém, não é o que veio a acontecer, os alemães foram substituídos pelos franceses e britânicos, enquanto os africanos não vislumbraram qualquer melhoria no seu dia a dia, daí terem reforçado ainda mais o sentimento independentista.

Caribe e, em menor medida, nos Estados Unidos (as quais sofriam um problema de identidade), sendo transmitidas para algumas elites africanas." *In*: VISENTINI, Paulo Fernandes, TEIXEIRA RIBEIRO, Luiz Dario et PEREIRA, AnalúciaDanilevicz. **História da África e dos africanos.** 2.ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013. p. 105; Ensinam MAZRUI e WONDJI que [...] estas tentativas de libertação processadas na África e na diáspora culminaram, entre 1900 e 1935, no movimento pan africanista; os anos 1920, particularmente, conheceram uma intensa atividade, especialmente, graças aos esforços de Marcus Garvey e W. E. B. Du Bois, nos Estados Unidos da América do Norte, e àqueles dos estudantes africanos, na França e na Grã Bretanha. *In:*MAZRUI, Ali. A. e WONDJI, Christophe. África desde 1935. *In:* **História geral da África,** VIII. Tradução de Luís Herman de Almeida Prado Mendoza. Brasília: UNESCO, 2010. Título Original: *General History, VIII: Africasince 1935.* p. 850.

[256]SELLIER salienta que "Durante a Primeira Guerra mundial, os Aliados conquistaram as colónias alemãs. Na sequência disso, elas tornaram-se territórios sob mandato da SDN, repartidas entre quatro potências: A Grã-Bretanha (Togo, Camarões e Tanganica), a França (Togo e Camarões), a Bélgica (Ruanda-Urundi) e a União Sul-Africana (Sudoeste Africano - actual Namibia)." *In*: SELLIER, Jean. **Atlas dos Povos de África.** Tradução de Isabel Gentil. Lisboa: Editora Campo da Comunicação, 2004. Título original. *Atlas des Peuples d'Africa*. p. 29.

[257] Para VISENTINI "As potências metropolitanas, durante a Segunda Guerra, viram-se obrigadas a lançar mãos dos recursos humanos e materiais de suas colônias, bem como a mobilização de contigentes militares afro-asiáticos, o que gerou efeitos tanto políticos-sociais como ideológicos. Após séculos de inculcação de um sentimento de inferioridade, o mito do super-homem desmoronava, enquanto os povos coloniais começavam a despertar de seu torpor." *In*: VISENTINI, Paulo Fernandes, TEIXEIRA RIBEIRO, Luiz Dario et PEREIRA, AnalúciaDanilevicz. **História da África e dos africanos.** 2.ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013. p. 100.

Alguns anos mais tarde, arrebenta a Segunda Guerra Mundial, em que a Alemanha metralha toda Europa, procurando inclusive conquistar os territórios perdidos em África, quando ela perdeu a Primeira Guerra. Uma vez mais os africanos foram chamados a lutarem juntamente com os colonizadores para defenderem-se dos alemães.

Dessa vez, quando a guerra termina para os europeus, ela prossegue para os africanos que, através dos movimentos nacionalistas independentistas, intensificaram sua luta pela libertação dos seus territórios.

Finda a Segunda Guerra Mundial, a URSS[258] e os EUA[259] viram as suas posições ao nível mundial sendo ainda mais reforçadas, como vencedores dessa guerra, enquanto que as antigas potências[260] colonizadoras (França, Grã-Bretanha, Belgica, Espanha e Portugal) enfrentavam diversos problemas como consequência da guerra.

Para deteriorar a posição das potências colonizadores, face a emancipação da África, rumo a independência dos territórios colonizados foi a transformação da Sociedade das Nações (SDN) na Organização das Nações Unidas (ONU), tendo está última a defender o fim do colonialismo[261].

Um pouco por todo mundo, sobretudo na Ásia e África, começaram

---

[258] VISENTINI escreve que "O [...] fomento à emancipação colonial foi a crescente mobilização e consciência anticolonialista dos povos dominados, um resultado do conflito, também reforçado pelo apoio da URSS e da China Popular através de propaganda política, ação diplomática e, em alguns casos, de ajuda material." *In*: VISENTINI, Paulo Fernandes, TEIXEIRA RIBEIRO, Luiz Dario et PEREIRA, AnalúciaDanilevicz. **História da África e dos africanos.** 2.ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013. p. 101.

[259] Ensina VISENTINI que "O domínio exclusivo das metrópoles sobre suas colônias enfraquecera, em decorrência das guerras mundiais e da ascenção dos Estados Unidos como um novo e exclusivo centro do capitalismo mundial." *In*: VISENTINI, Paulo Fernandes, TEIXEIRA RIBEIRO, Luiz Dario et PEREIRA, AnalúciaDanilevicz. **História da África e dos africanos.** 2.ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013. p. 101.

[260] KERR ensina que "A Grã-Bretanha e a França pareciam resignadas a uma eventual independência das suas colônias africanas, mas queriam que esta acontecesse de acordo com o seu calendário, ou seja, de forma gradual." *In*: KERR, Gordon. **Uma Breve História de África:** Das origens da raça humana à primavera árabe. Tradução de Pedro Carvalho. 1.ed. Lisboa: Bertrand Editora, 2013. Título original: *A Short History of Africa – From the OriginsoftheHumanRacetotheArab Spring*. p. 146.

[261] Defende VISENTINI que "A ideologia anticolonial, oficializada na Carta da Organização das Nações Unidas, tornava esta política um elemento ético-moral de base jurídica internacional desde o fim da guerra, constituindo-se num instrumento permanente de apoio ao processo de descolonização." *In*: VISENTINI, Paulo Fernandes, TEIXEIRA RIBEIRO, Luiz Dario et PEREIRA, AnalúciaDanilevicz. **História da África e dos africanos.** 2.ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013. p. 101.

os processos das independências[262], com as potências colonizadoras aceitando as reivindicações dos nacionais. No caso particular da África, o processo de independência dá-se do norte para o sul.

Fora os países africanos que nunca chegaram a ser colonizados, os primeiros países africanos a conquistarem a independência foram os países árabes[263]. Acresce dizer que os britânicos foram os primeiros a cederem a pressão dos movimentos independentistas e nacionalistas, seguido dos franceses, italianos, belgas e por últimos os portugueses[264], que só acabaram aceitando a independência depois de uma longa guerra colonial.

---

[262] VISENTINI assevera que "O movimento de descolonização ocorreu em três grande ondas, cronologicamente subsequentes, com características políticas e implantação geográfica específicas. A primeira delas ocorreu nos anos imediatamente subsequentes à guerra e início dos anos de 1950, sobretudo na Ásia Oriental e meridional [...] No início da década de 1950, o epicentro do processo descolonizatório deslocou-se largamente para o mundo árabe (Magreb-Machreck), onde o conteúdo dominante foi o nacionalismo árabe de perfil reformista (Egipto, Argélia,...), até a passagem dos anos de 1950 aos de 1960. A partir desse momento, a África Subsaariana tornou-se o centro de uma descolonização grandemente controlada pela ex-metrópoles europeias, adquirindo fortes contornos neocolonialistas." *In*: VISENTINI, Paulo Fernandes, TEIXEIRA RIBEIRO, Luiz Dario et PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **História da África e dos africanos.** 2.ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013. p. 101.

[263] SELLIER defende que "Os países árabes acedem a independência nos anos 1950: Líbia, Sudão, Tunísia e Marrocos. Excepção foi a Argélia onde a guerra dura de 1954 até 1962. Segue-se a descolonização da África ao sul do Sara, segundo processos constitucionais diversos, de acordo com as metrópoles respectivas (Grã-Bretanha, França, Bélgica, Espanha). Esta fase, que se estende de 1957 (Gana) a 1968, abrange trinta e três Estados." *In*: SELLIER, Jean. **Atlas dos Povos de África.** Tradução de Isabel Gentil. Lisboa: Editora Campo da Comunicação, 2004. Título original. *Atlas des Peuples d'Africa*. p. 29.

[264] Para SELLIER "[...] Portugal recusa-se a descolonizar, o que desencadeia guerras de libertação na Guiné, em Angola e em Moçambique. O acesso à independência dessas zonas data de 1974-1975." *In*: SELLIER, Jean. **Atlas dos Povos de África.** Tradução de Isabel Gentil. Lisboa: Editora Campo da Comunicação, 2004. Título original. *Atlas des Peuples d'Africa*. p. 29; Escreve VISENTINI que "O processo de emancipação política das colônias europeias na África, que se estendeu de meados dos anos de 1950 da década de 1960, teve seu ponto de inflexão em 1960, o Ano Africano, quando dezessete nações ficaram independentes. Embora as independências tenham ocorrido de forma relativamente controlada, as guerras civis do Congo e da Argélia tiveram forte impacto no continente. Da mesma forma, a intransigência de Portugal e dos regimes racistas da África Austral, determinados a evitar a ascensão de governos de maioria negra, produziram um conflito armado que se prolongaria até o início dos anos de 1990, numa segunda onda de descolonização, mais violenta e politicamente mais radical." *In*: VISENTINI, Paulo Fernandes, TEIXEIRA RIBEIRO, Luiz Dario et PEREIRA, AnalúciaDanilevicz. **História da África e dos africanos.** 2.ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013. p. 99; MORAL ensina "La dictadura portuguesa liderada por Salazar había convertido a lascolonias africanas enprovincias de ultramar y, como tales, no queríadesprenderse de ellas. Portugal se aferró a sus colonias para conservar las migajas de su decadente Imperio. Ante la negativa rotunda de otorgar la independencia en un momento en que el resto de potencias coloniales estaban liberando a sus colonias, la resistencia contra Portugal y la lucha por liberación se radicalizó en todos los territórios." *In:* MORAL, EricGarcia. **Breve historia del África Subsahariana.** Madrid: Ediciones Nowtilus, 2016. p. 265. Disponível em: https://pt.scribd.com/read/335662308/Breve-historia-del-Africa-subsahariana.

No final do século XX, quase toda África[265] tinha sido liberta do jugo colonial. Todavia, alguns territórios[266] permaneceram ocupados, alcançando as independências muito tardiamente.

Acrescente-se dizer que tão logo os dirigentes africanos conquistaram a independência, pelo menos 32 territórios constituíram os primeiros Estados independentes que sancionaram a institucionalização da Organização da Unidade Africana (OUA), hoje, União Africana (UA).

O fim da colonização traduziu, assim, o início da OUA[267], criada formalmente a 25 de Maio de 1963, em Addis Abeba, na Etiópia, por iniciativa do imperador Haile Selassie, como culminar de um processo longo de luta pela libertação dos povos africanos.

Com a institucionalização da OUA, os Estados africanos independentes e os que ainda lutavam pela independência passaram a dispor de uma organização que funcionava como um instrumento político de reivindicação dos povos africanos contra o colonialismo, por um lado e por outro, que abria uma nova fase, a de renovação de esperanças africanas.

Dentre os principais objetivos da OUA estavam "a promoção da unidade e solidariedade entre os Estados africanos, a coordenação e intensificação da cooperação entre eles, a defesa da soberania, a integridade territorial e independência, com o consequente fim de colonialismo na África e a promoção da cooperação internacional, com base na Declaração Universal dos

---

[265] Para KERR "Por volta de 1980 quase todas as antigas colônias do continente africano tinham conseguido a sua independência." *In*: KERR, Gordon. **Uma Breve História de África:** Das origens da raça humana à primavera árabe. Tradução de Pedro Carvalho. 1.ed. Lisboa: Bertrand Editora, 2013. Título original: *A Short History of Africa – From theOriginsoftheHumanRaceto the Arab Spring*.p. 167.

[266] SELLIER ensina que "As independências tardias são casos particulares. É o caso das Comores, das Seychelles e de Djibouti. No Zimbabwé (ex-Rodésia), a maioria branca agarrava-se ao poder. A África do Sul tentava conservar a Namíbia. A Eritreia, incorporada na Etiópia, contra sua vontade, em 1952, travava uma guerra de independência desde os anos 1960. Quanto a Sara ocidental foi anexado de facto por Marrocos." *In*: SELLIER, Jean. **Atlas dos Povos de África.** Tradução de Isabel Gentil. Lisboa: Editora Campo da Comunicação, 2004. Título original. *Atlas des Peuples d'Africa*. p. 29.

[267] MORAL explica que "En mayo de 1963 se reunieron en Adís Abeba, capital de Etiopía y símbolo de la resistencia africana contra los europeos, las delegaciones de treinta y dos países africanos."*In:* MORAL, EricGarcia. **Breve historia del África Subsahariana.** Madrid: Ediciones Nowtilus, 2016. p. 273. Disponível em: https://pt.scribd.com/read/335662308/Breve-historia-del-Africa-subsahariana.

Direitos Humanos das Nações Unidas."[268]

Salienta-se que alguns territórios africanos tornaram-se independentes da potência colonizadora, mas o domínio europeu prevaleceu nesses territórios[269], já que no poder permaneceram os seus descendentes[270]. Eles só alcançaram a independência nas décadas 80 e 90 do século XX.

Passados cerca de 60 anos após os primeiros territórios africanos terem sido libertos da colonização[271], a África conta hoje com 54

---

[268]VISENTINI, Paulo Fernandes, TEIXEIRA RIBEIRO, Luiz Dario et PEREIRA, AnalúciaDanilevicz. **História da África e dos africanos.** 2.ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013. p. 164.

[269] KERR leciona que "Na Rodésia do Sul, a população branca governou a maioria negra africana num sistema similar àquele que se encontrava em vigor, na mesma altura, na África do Sul. Enquanto que 150 mil colonos ocupavam as melhores terras, os cinco milhões de africanos do território eram relegados para as piores, em cerca de um terço do país." *In*: KERR, Gordon. **Uma Breve História de África:** Das origens da raça humana à primavera árabe. Tradução de Pedro Carvalho. 1.ed. Lisboa: Bertrand Editora, 2013. Título original: *A Short History of Africa – From the OriginsoftheHumanRacetothe Arab Spring*.p. 155.

[270]SELLIER escreve "O fato de os Britânicos se apossarem da colônia do Cabo incita os Boers (de origem holandesa) a emigrar para nordeste: é o Grande Trek (1836-1838). Os Boers fundam dois Estados independentes, o Estado livre de Orange e o Transval." *In*: SELLIER, Jean. **Atlas dos Povos de África.** Tradução de Isabel Gentil. Lisboa: Editora Campo da Comunicação, 2004. Título original. *Atlas des Peuples d'Africa*. p. 28; Defende VISENTINI que "Na Rodésia do Sul, o poder político dos brancos, baseado no grande número de colonos e no incipiente processo de industrialização, controlou ferreamente o poder e manteve a maioria africana em um *status* de inferioridade absoluta."*In*: VISENTINI, Paulo Fernandes, TEIXEIRA RIBEIRO, Luiz Dario et PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **História da África e dos africanos.** 2.ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013. p. 112; KERR salienta que "[...] enquanto os estados africanos ocidentais, com poucos colonos brancos, avançavam para a independência sem grandes problemas; noutros, como na Argélia, no Quênia e na Rodésia do Sul, irromperam-se os conflitos, intervindo os próprios colonos brancos para impedir a autodeterminação." *In*: KERR, Gordon. **Uma Breve História de África:** Das origens da raça humana à primavera árabe. Tradução de Pedro Carvalho. 1.ed. Lisboa: Bertrand Editora, 2013. Título original: *A Short History of Africa – From the OriginsoftheHumanRacetothe Arab Spring.* p. 146.

[271]Assevera VISENTINI que "Em 1960, o Ano Africano, a maioria dos países do continente tornou-se independente da França, da Bélgica e da Grã-Bretanha, dentro da linha "pacifica", gradual e controlada: Camarões, Congo-Brazzaville (depois República Popular do Congo), Gabão, Tchad, República Centro Africana, Togo, Costa do Marfim, Daomé (atual Benin), Alto Volta (atual Burkina-Faso), Níger, Senegal, Mali, Madagáscar e Mauritânia, que pertenciam à França; Somália e Nigéria, colônias britânicas; e Congo Leopoldville (depois Zaire e atualmente República Democrática do Congo), colônia belga. Entre 1961 e 1966 foi a vez de Serra Leoa, Tanzânia, Uganda, Quênia, Gâmbia, Botsuana e Lesoto, pertencentes a Inglaterra, e Ruanda e Burundi, à Bélgica." *In*: VISENTINI, Paulo Fernandes, TEIXEIRA RIBEIRO, Luiz Dario et PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **História da África e dos africanos.** 2.ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013. p. 105; KERR assevera que "No notável ano de 1960, conhecido como o «Ano de África», treze colônias francesas - Mauritânia, Federação do Mali, Gabão, República do Congo (Brazzaville), República Centro-Africana, Chade, Costa do Marfim, Níger, Alto volta (mais tarde Burkina Faso), Dahomey (mais tarde Benim), Madagáscar, Togo e Camarões - conseguiram finalmente a sua independência." *In*: KERR, Gordon. **Uma Breve História de África:** Das origens da raça humana à primavera árabe. Tradução de Pedro Carvalho. 1.ed. Lisboa: Bertrand Editora, 2013. Título original: *A Short History of Africa – From the Origins of the Human Race to the Arab Spring*. p.150.

Estados[272]independentes[273]. Importa referir que dos territórios em que as fronteiras foram traçadas pelas potências colonizadoras, apenas a Sara ocidental não logrou conquistar o estatuto de nação soberana, permanecendo até hoje disputa entre a Frente Polisário, que pretende fundar um Estado soberano e independente - República Árabe Saharaui Democrática -, e o Marrocos, que declara esse território como parte do seu Estado.

Além disso, vários territórios e regiões da África continuam sendo região autônoma, territórios ultramarinos e províncias dos Estados europeus (das antigas potências coloniais)[274].

Os africanos conquistaram "a independência nacional, a auto-afirmação, auto-confirmação e auto-realização de uma Nação em sua peculiaridade"[275] e ergueram orgulhosamente Estados[276] numa África onde ainda persiste enormes adversidades.

---

[272] Angola, Argélia, África do Sul, Benim, Botswana, Burundi, Burkina Faso, Camarões, Cabo Verde, Chade, Centro Africana, Comores, Congo, Congo Democrático, Costa do Marfim, Djibuti, Egipto, Eritreia, Etiópia, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné Conacri, Guiné Bissau, Guiné Equatorial, Lesoto, Libéria, Líbia, Malawi, Marrocos, Mauritânia, Madagáscar, Maurícias, Mali, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, Quénia, Ruanda, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Seychelles, Somália, Sudão, Sudão do Sul, Suazilândia, Tanzânia, Togo, Tunísia, Uganda, Zâmbia e Zimbabué.

[273]KERR ensina que "Atualmente, África é constituída por cinquenta e quatro nações soberanas, ainda delimitadas na sua maior parte por fronteiras traçadas pelas potências coloniais. São, em geral, repúblicas que operam sob um regime presidencial e que sofreram no geral dificuldades em manter governos democráticos. Muitas passaram por ditaduras militares que chegaram ao poder como resultado da instabilidade criada por conflitos étnicos ou territoriais." *In*: KERR, Gordon. **Uma Breve História de África:** Das origens da raça humana à primavera árabe. Tradução de Pedro Carvalho. 1.ed. Lisboa: Bertrand Editora, 2013. Título original: *A Short History of Africa – From the Origins of the Human Race to the Arab Spring*. p. 173.

[274]Territórios europeus em África: Reunião, Mayotte e Esparsas - Canal de Moçambique (França); Canárias, Ceuta e Melilla (Espanha); Madeira (Portugal) e Santa Helena (Reino Unido). *In*: KERR, Gordon. **Uma Breve História de África:** Das origens da raça humana à primavera árabe. Tradução de Pedro Carvalho. 1. ed. Lisboa: Bertrand Editora, 2013. Título original: *A Short History of Africa – From the Origins of the Human Race to the Arab Spring*. p. 226.

[275]HABERMAS, Jürgen. O Estado nacional tem futuro? In HABERMAS, Jürgen. **A inclusão do outro –** estudos de teoria política. Tradução de George Sperber, Paulo AstorSoethe e Milton Camargo Mota. 2.ed. São Paulo: Loyola, 2004, especificamente p. 127 a 190. Título original: *Die Einbeziehung dês Anderen – StudienzurpolitischenTheorie*, p. 162.

[276] Para KELSEN "O Estado é a comunidade criada por uma ordem jurídica nacional (em contraposição a uma internacional). O Estado como uma pessoa jurídica é uma personificação dessa comunidade ou a ordem jurídica nacional que constitui essa comunidade. De um ponto de vista jurídico, o problema do Estado, portanto, surge como problema da ordem jurídica nacional." *In*: KELSEN, Hans. **Teoria geral do direito e do estado.**Tradução de Luís Carlos Borges.3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.Título original: *General theoryoflawandstate.* p. 262.

2.4. A HERANÇA COLONIAL E OS NOVOS ESTADOS AFRICANOS

A África que era constituída em pequenos Estados-Nação[277] desde o ano 3000 a.C., assistiu toda a sua estrutura estadual ser modificada com a chegada dos europeus no período dos descobrimentos, no século XIV e XV. O europeu alterou o curso da história dos africanos.

Para conseguir impor o domínio sobre a África, o europeu desconstruiu toda a história do homem africano, alterou o seu cotidiano, promoveu a mestiçagem, semeou a confusão, escravizou-os, segregou famílias e nações, quer exportando-os para as Américas, quer levando para outras paragens da África e do resto do mundo.

Quando no começo dos anos 60 do século XX foi declarado "Ano Africano", em virtude de um bom número de territórios africanos terem alcançado a independência política, os novos dirigentes africanos recebiam dos europeus um continente com inúmeros problemas.

As mazelas deixadas pela colonização na África atravessou todos os setores e sobretudo no que tange a organização do Estado[278]. O problema de

---

[277]SELLIER ensina que "Os primeiros Estados organizados aparecem no vale do Nilo, no Norte de África e no maciço etíope. A história do Egipto faraónico começa cerca do ano 3000 A.C. [...] As populações nilo-sarianas habitam a zona média do vale do Nilo. O reino de Méroé expande-se aí a partir do século IV A.C., depois desmorona-se no século IV D.C. [...] Na zona média do vale do Nilo, sucedem-se a Meroé, três Estados: Nobatia, Makuria e Alodia. [...] O primeiro grande Estado do Oeste Africano, fundado pelos Soninké, recebe o nome de Gana. As suas origens estão ligadas ao desenvolvimento do comércio trans-sariano inaugurado pelos Berberes do Sara Ocidental. O Gana fornece o ouro, em troca de sal e outras mercadorias. A fundação do Império do Mali (pelos Mande) data de meados do século XIII. [...] A expansão das cidades («cidades-estados») Haoussa tem início no século XIV, ao mesmo tempo que a sua islamização. Mais a Sul, a cidade de Ife fundada ou no século XIII ou no século XIV, é o berço da civilização ioruba. A unificação da Etiópia data da dinastia dos Zagoué (c. 1130-1270). A dinastia seguinte (salomónica) luta contra os emiratos muçulmanos vizinhos, e de entre eles o de Adel (habitado por povos Afar e Somali)." *In*: SELLIER, Jean. **Atlas dos Povos de África.** Tradução de Isabel Gentil. Lisboa: Editora Campo da Comunicação, 2004. Título original. *Atlas des Peuples d'Africa*. p. 23 e 24.

[278] Ensina MAZRUI e WONDJI que "[...] as autoridades coloniais legaram às elites políticaslocais um governo central armado de instrumentos coercitivos e de manutençãoda ordem, como a polícia, o exército e o aparato jurídico. A administração herdadapor estas elites era não somente o maior empregador, mas igualmente, omotor principal do crescimento. Os poderes públicos também se apresentavamcomo o maior detentor de recursos econômicos do país." *In:*MAZRUI, Ali. A. e WONDJI, Christophe. África desde 1935. *In:* **História geral da África,** VIII. Tradução de Luís Herman de Almeida Prado Mendoza. Brasília: UNESCO, 2010. Título

formação do Estado não se registou tão somente na região subsariana, onde superabunda diversas nações, mas inclusive no Magreb, onde a população é maioritariamente árabe e de religião muçulmana, pelo que poderiam afirmar-se como um único Estado, todavia mantiveram-se tão desunidos quanto o resto da África.[279]

Quase todos os Estados Africanos enfrentam um dilema semelhante, podendo encontrar-se em uma das duas situações: ser constituídos por várias nações e ou ser o fragmento de uma Nação que poderia ser bem maior.[280]

Coube aos novos dirigentes africanos[281] a responsabilidade de utilizar o aparelho de Estado para unir as nações diferentes num mesmo território, sem recurso a força como fizera o colonialista. Assim, verificou-se um forte apelo para o sentimento e espírito nacionalista dos africanos, independentemente do Estado em que viviam.

Os movimentos independentes e nacionalistas aproveitaram a euforia em que os africanos viviam pela libertação do jugo colonial e disseminaram a ideia de que o país só podia atingir o desenvolvimento tão almejado se todos fossem filiados num único partido, se acima das nações estivessem os Estados como um todo.

Fortaleceram-se as organizações de massa afectas ao partido no poder e por todo custo tentou-se eliminar qualquer sentimento de divisão, inclusive o de separação de poderes. O país considerava-se democrático não

---

Original: *General History, VIII: Africa since 1935.* p. 534.

[279]SACCO, Rodolfo, GUADAGNI, Marco e outros. **Trattato di Diritto Comparato: Il Diritto Africano**. UTET. p. 158.

[280]SACCO, Rodolfo, GUADAGNI, Marco e outros. **Trattato di Diritto Comparato: Il Diritto Africano**. UTET. p. 158.

[281]MAZRUI e WONDJI sublinham que "Para os novos dirigentes, a edificação da nação era, na realidade, um objetivo de longo prazo. Muito mais imediato era o desejo de consolidar a autoridade do poder central, herdado por estes governantes, garantindo lhe um domínio expandido e mais eficaz – isso equivale a dizer, construir o Estado. [...] para as elites políticas, aludir à construção da nação corresponde a dizer, «sem meias palavras, que o fortalecimento do centro, graças ao Estado e/ou ao partido, aparece no primeiro plano entre as suas prioridades pois, elas consideram o Estado e/ou o partido como o principal instrumento para a criação de uma consciência nacional»."*In*: MAZRUI, Ali. A. e WONDJI, Christophe. África desde 1935. *In:* **História geral da África,** VIII. Tradução de Luís Herman de Almeida Prado Mendoza. Brasília: UNESCO, 2010. Título Original: *General History, VIII: Africa since 1935*. p. 534.

obstante ter o sistema de partido único[282], o partido-Estado.

Para além de institucionalizarem um poder político com apenas um chefe, um partido, refletindo desta maneira a vivência do período colonial, adotaram como políticas de desenvolvimento os princípios que haviam sido implementados nos últimos vintes anos de colonização.[283]

Enquanto isso, o sistema judicial e a burocracia administrativa herdados eram semelhantes ao ocidental, mas muito menos eficientes. As fronteiras dos Estados africanos mantiveram o mapa colonial, perpetuando assim a artificialidade com que foram traçadas, sem obedecer a nenhuma lógica histórica ou cultural africana.[284]

A artificialidade das fronteiras africanas provocaram conflitos inter-étnicos e genocídios desde os primeiros anos da independência até a data presente. Os genocídios pós-independência entre africanos começou com a guerra de Biafra na Nigéria[285], prosseguiu com os tutsis e os hutus no Ruanda[286], no ex-Zaire (Congo-Democrático)[287] e decorre no Sudão[288].

A destruição das tribos e nações africanas, para construir províncias,

---

[282]GONIDEC leciona "En principe, il n'y a pas de contradiction nécessaire entre le système de parti unique est la démocratie. Tout dépend de la conception que l'on a de la démocratie et du fonctionnement du parti unique. En tous cas, les dirigeants africains n'entendent pas se laisser enfermer dans le dilemme favori des politologues bourgeois: démocratie et multipartisme ou dictature et parti unique. Pour eux, le système du parti unique est parfaitement compatible avec la démocratie." *In:*GONIDEC, P. F. **Les Systèmes Politiques Africains.** Bibliothéque Africaine et Malgache. Tome XXVII. Deuxiéme Édition, entièrement refondue. Paris: Libraire Générale de Droit et de Jurisprudence, 1978. p. 202.

[283]MORAL, Eric Garcia. **Breve historia del África Subsahariana.** Madrid: Ediciones Nowtilus, 2016. p. 278 Disponível em: https://pt.scribd.com/read/335662308/Breve-historia-del-Africa-subsahariana.

[284]MORAL, Eric Garcia. **Breve historia del África Subsahariana.** Madrid: Ediciones Nowtilus,2016. p. 265. Disponível em: https://pt.scribd.com/read/335662308/Breve-historia-del-Africa-subsahariana.

[285] MORAL, EricGarcia. **Breve historia del África Subsahariana.** Ediciones Nowtilus, S.L. Madrid 2016. p. 289. Disponível em: https://pt.scribd.com/read/335662308/Breve-historia-del-Africa-subsahariana.

[286] MORAL, EricGarcia. **Breve historia del África Subsahariana.** Ediciones Nowtilus, S.L. Madrid 2016. p. 313. Disponível em: https://pt.scribd.com/read/335662308/Breve-historia-del-Africa-subsahariana.

[287]KERR, Gordon. **Uma Breve História de África:** Das origens da raça humana à primavera árabe. Tradução de Pedro Carvalho. 1.ed. Lisboa: Bertrand Editora, 2013. Título original: *A Short History of Africa – From the OriginsoftheHumanRacetotheArab Spring*. p. 174.

[288]VISENTINI, Paulo Fernandes, TEIXEIRA RIBEIRO, Luiz Dario et PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **História da África e dos africanos.** 2.ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013. p. 162.

territórios ultramarinos e protetorado, transformado posteriormente em Estados independentes, deixou sequelas em toda África. Basta verificar casos em que num Estado existem três ou mais nações, ou vice-versa, que não se entendam e digladiam-se. Casos de hutus e tutsis na Região dos Lagos, essencialmente, Ruanda, Burundi e Uganda[289], os casamances entre Senegal e a Guiné-Bissau[290], os povos sedentários e pastores no Chade e Sudão[291].

Pode-se verificar que o fracasso e a instabilidade dos Estados africanos têm muito a ver com as crises e os conflitos em que esses Estados tem vivenciado desde os anos 60. E as causas são múltiplas, todavia, a essencial está relacionada com a mistura da multiplicidade das realidades africanas e a realidade europeia introduzida pelos colonizadores.[292]

Notadamente, a diversidade das nações africanas a viverem num mesmo Estado tem sido o foco galvanizador e quase inevitável dos conflitos, mormente quando nos primórdios das independências os dirigentes africanos viram-se obrigados a promoverem modificações nas estruturas políticas

---

[289] TEIXEIRA RIBEIRO escreve: "Os agricultores hutus formam quase 80% da população, enquanto os pastores tutsis, que chegaram mais tarde à região e constituíram uma aristocracia feudal, representam 14%. Durante a ocupação alemã e belga nessas duas colônias, os tutsis foram cooptados como elite no poder. Após a independência o regime neocolonial de Ruanda passou a ser dominado pelos hutus e aliou-se incondicionalmente à França e Zaire. A hegemonia hutu, marcada por forte corrupção e exclusão estrutural dos adversários, começou a ser questionada no início da década. Refugiados tutsi, exilados há anos no Uganda, organizaram em pequeno exército (a Frente Patriótica Ruandesa – FPR), que penetrou no norte de Ruanda em outubro de 1990, sendo expulsos um mês depois pelo exército. Sentindo-se desgastado e ameaçado internamente, o governo massacrou tutsis em 1991 e 1992 como meio de fomentar uma divisão étnica, com vistas a permanecer no poder. *In:* VISENTINI, Paulo Fernandes, TEIXEIRA RIBEIRO, Luiz Dario et PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **História da África e dos africanos.** 2.ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013. p. 156 e 157.

[290] Ensina TEIXEIRA RIBEIRO que "[...] os conflitos políticos de aparência étnico-tribal e guerras civis se mantiveram, muitas vezes atingindo níveis extremos de violência. Esta situação foi mais comum especialmente nos Estados do Golfo da Guiné e da África Ocidental [...]. Este foi o caso da Guiné Bissau, cuja tentativa de golpe militar em 1998 transformou-se em guerra civil." In: VISENTINI, Paulo Fernandes, TEIXEIRA RIBEIRO, Luiz Dario et PEREIRA, AnalúciaDanilevicz. História da África e dos africanos. 2.ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013. p. 173.

[291] TEIXEIRA RIBEIRO assevera que: "No Sudão, em 2003, tem início o conflito em Darfur, com enfretamentos entre o Movimento de Libertação do Sudão e o Movimento de Justiça e Igualdade, este último um grupo de alinhamento islamita oposto ao governo de Khartum. O conflito em Darfur acabou por envolver também soldados do Chade.*In:*VISENTINI, Paulo Fernandes, TEIXEIRA RIBEIRO, Luiz Dario et PEREIRA, AnalúciaDanilevicz. **História da África e dos africanos.** 2.ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013. p. 162.

[292] MORAL, Eric Garcia. **Breve historia del África Subsahariana.** Madrid: Ediciones Nowtilus, 2016. p. 278. Disponível em: https://pt.scribd.com/read/335662308/Breve-historia-del-Africa-subsahariana.

herdadas no intuito de facilitar a edificação de um Estado-Nação.[293]

Os dirigentes africanos preconizavam o Estado-Nação onde pudesse existir "valores, convicções ou comportamentos"[294] comuns que pudessem permitir estabelecer uma cultura própria a população dos novos Estados.[295]Não obstante, a diversidade das nações pretendiam construir um Estado em que houvesse apenas "um só povo e uma só nação".

Com efeito, para que fosse construído um Estado-Nação com o desiderato de "um só povo e uma só nação" importava ultrapassar as divergências das nações africanas nesse Estado e, para isso, recorreu-se a elementos que consideravam comuns e unificador: a língua do colonizador, as fronteiras legadas pelo colonizador, o sistema judicial e a burocracia do colonizador e, essencialmente, o partido político.

Desse modo, o pluralismo político que prevaleceu na véspera das independências não sobreviveu muito tempo, salvo raras exceções. Por diversas razões, os governantes civis ou de regimes militares resultantes de golpes de Estado, criaram sistemas de partido único que impediram os opositores políticos, reduzindo-os a silêncio, clandestinidade ou exílio. Importa sublinhar que o monopartidarismo institucional chegou de braços dados com a monopolização da imprensa pelo Estado.

Os movimentos nacionalistas e independentistas agora no poder tornaram-se em partidos do Estado, ou seja, partido único. As insígnias, o hino e os dirigentes do partido passaram a ser também do Estado. No caso dos dirigentes partidários, tornaram-se em governantes do Estado.

Assim, cada vez que um território africano conquistava a independência, nascia um Estado soberano. A África que 1945 contava apenas

---

[293]MAZRUI, Ali. A. e WONDJI, Christophe. África desde 1935. *In:* **História geral da África,** VIII. Tradução de Luís Herman de Almeida Prado Mendoza. Brasília: UNESCO, 2010. Título Original: *General History, VIII: Africasince 1935.* p. 527.

[294]MAZRUI, Ali. A. e WONDJI, Christophe. África desde 1935. *In:* **História geral da África,** VIII. Tradução de Luís Herman de Almeida Prado Mendoza. Brasília: UNESCO, 2010. Título Original: *General History, VIII: Africa since 1935.* p. 525.

[295]MAZRUI, Ali. A. e WONDJI, Christophe. África desde 1935. *In:* **História geral da África,** VIII. Tradução de Luís Herman de Almeida Prado Mendoza. Brasília: UNESCO, 2010. Título Original: *General History, VIII: Africa since 1935.* p. 525.

com quatro Estados soberanos, meio século depois, ou seja, em 1995, passou a ter 52 Estados soberanos.

Nesse meio século, na África, imperou um regime ditatorial, autocrático e autoritário. Tanto os Pequenos Estados Insulares (Cabo Verde, Seychelles e São Tomé e Príncipe) como os grandes Estados (Argélia, Zaire e Sudão) institucionalizaram esse regime.

2.5. OS REGIMES DITATORIAIS DO PÓS-INDEPENDÊNCIA

Após a independência, os Estados africanos tinham imperativos socioeconômicos e culturais a resolver urgentemente. Essa situação teve, na época, consequências impressionantes sobre o constitucionalismo e na situação político-juridica de grande partes desses Estados. Pior do que tudo isso, apesar do seu novo *status* - independente -, os Estados africanos não eram realmente independentes.

Em pouco tempo, os Estados africanos evoluíram para a instalação de regimes autoritários, cuja existência se tornou generalizada a partir do final dos anos 60, do século XX. Apesar da marcada diferença nas opções ideológicas, o poder que caracterizava os dirigentes, mormente os Presidentes da República, apresentavam traços comuns: concentração de poder nas mãos de uma pessoa, filiação obrigatória da população no partido único, presença de repressão e corrupção.

É certo que os meios implementados, bem como os resultados alcançados, variaram de um país para outro. Assim, a existência ou ausência de órgãos representativos, a margem de manobra deixada aos ministros, a penetração militantes partidários nas estruturas do Estado, a organização do exército em bases étnicas ou nacionais, etc., eram todos fatores de diferenciação entre regimes autoritários, daqueles que poderiam ser considerados como ditadura moderada relativamente àqueles que eram totalitários.

Os líderes africanos que mais destacavam na época da independência, cada um a sua maneira, defendiam o regime de partido único.

Consideravam que apenas esse regime poderia funcionar como o fator galvanizador e capaz de proporcionar uma homogeneidade em Estados tão heterogêneos como são os africanos, enquanto que outros defendiam o partido único, porque em África não havia divisão de classes[296].

Julius K. NYERERE, primeiro chefe de Estado de Tanzânia, nacionalista, propulsionador das independências dos territórios na África austral e estadista fundador da OUA, afirmou[297] que nos países onde há um só partido e que o partido se identifica com a Nação inteira, os fundamentos da democracia são mais sólidos que aqueles onde existe mais do que um partido.

Por sua vez, M. Tom MBOYA, ministro da justiça e dos assuntos constitucionais do Quênia, numa intervenção no parlamento queniano, verberou que "O processo histórico, através do qual e em outros países, chefes de Estado (reis ou presidentes) tornaram se figuras puramente simbólicas, consiste em algo estrangeiro à nossa tradição africana. Assim sendo, a esse respeito, nós rejeitamos cordialmente o modelo histórico inglês. O homem, por nós escolhido como presidente, deve ser guia da nossa nação e o chefe do nosso governo; essa é a compreensão do nosso povo."[298]

Leopold Sedar SENGHOR, primeiro chefe de Estado do Senegal, estadista africano, defendeu que para criar uma Estado-Nação senegalês, tornava imprescindível transcender os laços étnicos e mobilizar o povo em torno de um partido e um chefe.[299]

---

[296] BOBBIO descreve: "Alguns desses líderes (Nyerere e Senghor) sustentam que, se os partidos representam as classes sociais, não possuindo os países africanos classes sociais distintas, é justo que tenham um partido único. Outros (Sékou e Touré especialmente) sustentam, em vez disso, que a existência de um partido único nos vários sistemas políticos é justificada pela necessidade de combater e superar as divisões étnicas, cujo problema se tornaria ulteriormente mais agudo por causa de uma aberta competição multipartidária, com os partidos como prováveis representantes dos vários grupos étnicos." In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política.**Tradução de Carmen C. Varriale et al. Brasília: editora Universidade de Brasília, 11.ed. 1998. Título original:*Dizionario di politica.* p. 1170.

[297]GONIDEC, P. F. **Les Systèmes Politiques Africains.** Bibliothèque Africaine et Malgache. Tome XXVII. Deuxième Édition, entièrement refondue. Paris: Libraire Générale de Droit et de Jurisprudence, 1978. p. 202.

[298]MAZRUI, Ali. A. e WONDJI, Christophe. África desde 1935. *In:* **História geral da África,** VIII. Tradução de Luís Herman de Almeida Prado Mendoza. Brasília: UNESCO, 2010. Título Original: *General History, VIII: Africa since 1935.* p. 539.

[299]MAZRUI, Ali. A. e WONDJI, Christophe. África desde 1935. *In:* **História geral da África,** VIII.

Sékou TOURÉ, primeiro chefe de Estado do Guiné Conacri, assegurou a necessidade dos diferentes grupos étnicos, e inclusive de sindicatos, estarem filiados numa única organização nacional. Considerava que essa organização deveria ser o Partido Democrático da Guiné (PDG) fundado por ele e do qual era seu dirigente máximo.[300]

Outro estadista africano, nacionalista que defendeu a unidade do povo em torno de um partido único, que fosse capaz de fundar um Estado-Nação foi o Amílcar CABRAL, fundador do Partido Africano para Independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Note-se que o PAIGC chegou a ser um exemplo quase único em África, em que se fundou uma Nação antes de se constituir o Estado. O PAIGC conseguiu galvanizar os povos da Guiné-Bissau e de Cabo Verde para conquista da independência desses territórios.[301]

Os pesquisadores MAZRUI e TIDY ressaltaram nos seus estudos que, na África, possuir sentimentos nacionalistas pressupunha "suficiente homogeneidade cultural" que só se podia verificar nos partidos únicos.[302]

Compreende-se, desse modo, que a ambição dos governantes africanos era criar regimes estáveis, capaz de resolver os numerosos problemas que lhes eram postos. Nesse sentido, importava que as instituições políticas africanas não fossem dirigidas de uma forma variável e inconstante, uma vez que a diversidade poderia constituir um fator de instabilidade.[303]

Os governantes africanos do pós-independência constataram que os ex-governadores dos territórios acumulavam os poderes legislativos e executivos, por vezes inclusive judiciários, enquanto que as constituições dos

---

Tradução de Luís Herman de Almeida Prado Mendoza. Brasília: UNESCO, 2010. Título Original: *General History, VIII: Africa since 1935.* p. 529.

[300]MAZRUI, Ali. A. e WONDJI, Christophe. África desde 1935. *In:***História geral da África,** VIII. Tradução de Luís Herman de Almeida Prado Mendoza. Brasília: UNESCO, 2010. Título Original: *General History, VIII: Africa since 1935.* p. 529.

[301]MAZRUI, Ali. A. e WONDJI, Christophe. África desde 1935. *In:* **História geral da África,** VIII. Tradução de Luís Herman de Almeida Prado Mendoza. Brasília: UNESCO, 2010. Título Original: *General History, VIII: Africa since 1935.* p. 531.

[302]MAZRUI, Ali. A. e WONDJI, Christophe. África desde 1935. *In:* **História geral da África,** VIII. Tradução de Luís Herman de Almeida Prado Mendoza. Brasília: UNESCO, 2010. Título Original: *General History, VIII: Africa since 1935.* p. 526.

[303]GONIDEC, P. F. **Les Systèmes Politiques Africains.** Bibliothéque Africaine et Malgache. Tome XXVII. Deuxiéme Édition, entièrement refondue. Paris: Libraire Générale de Droit et de Jurisprudence, 1978. p. 182.

Estados africanos previam a separação de poderes. O Ordenamento Jurídico-Constitucional continha dispositivo de controle e equilíbrio de poder, entre o executivo, o legislativo e o judiciário, o que dificultava em certa medida a implementação das grandes decisões.[304]

Os governantes africanos que foram educados numa cultura política autocrática e autoritária[305] e formados nas escolas do socialismo e marxismo[306], agora tinham dificuldade de conviver com uma cultura política democrática e sobretudo porque tinha a missão de construir um Estado-Nação coeso e uno em que fossem tomadas decisões pragmáticas, visando tirar os Estados do marasmo que foram deixados pelos colonizadores.

Daí que imperava reforçar o poder de mando, a chefia de Estado e os governantes africanos não encontraram outra alternativa a não ser transformar os partidos no poder[307], em partido do Estado, partido de massa, em partido único, com carácter autocrático e autoritário.

DAHL chama atenção para o excesso de confiança da população nos governantes, uma vez que não importa o grau acadêmico deles, quando chegam ao poder e tomam conta do Estado, se permanecerem ali por muito tempo, em poucos anos, provavelmente, abusarão do poder que lhes fora outorgado por via das eleições ou conquistado por meio de golpes de Estado.[308]

Acresce referir que os partidos únicos africanos granjeavam apoio de

---

[304]MAZRUI, Ali. A. e WONDJI, Christophe. África desde 1935. *In:* **História geral da África,** VIII. Tradução de Luís Herman de Almeida Prado Mendoza. Brasília: UNESCO, 2010. Título Original: *General History, VIII: Africa since 1935.* p. 534.

[305]MAZRUI, Ali. A. e WONDJI, Christophe. África desde 1935. *In:* **História geral da África,** VIII. Tradução de Luís Herman de Almeida Prado Mendoza. Brasília: UNESCO, 2010. Título Original: *General History, VIII: Africa since 1935.* p. 534.

[306] KERR assevera "Muitos dos que tinham recebido formação no estrangeiro regressaram a casa impregnados de doutrinas socialistas ou mesmo marxistas, que defendiam a posição do estado no coração do desenvolvimento econômico." *In:*KERR, Gordon. **Uma Breve História de África:** Das origens da raça humana à primavera árabe. Tradução de Pedro Carvalho. 1.ed. Lisboa: Bertrand Editora, 2013. Título original: *A Short History of Africa – From the Origins of the Human Race to the Arab Spring.* p. 168.

[307] Segundo MAZRUI e WONDJI "[...] os primeiros dirigentes africanos independentes preferiram o sistema unitário, a permitir lhes consolidar mais facilmente as bases do seu poder." *In:* MAZRUI, Ali. A. e WONDJI, Christophe. África desde 1935. *In:***História geral da África,** VIII. Tradução de Luís Herman de Almeida Prado Mendoza. Brasília: UNESCO, 2010. Título Original: *General History, VIII: Africasince 1935.* p. 540.

[308]DAHL, Robert A. **Sobre a Democracia.**Tradução: Beatriz Sidou. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.Título original: *On democracy.* p. 88.

quase toda a população, pois como movimentos nacionalistas e independentistas conseguiram galvanizar vários apoios para conduzir a luta pela independência. Inclusive os que discordavam dos ideais de um ou outro movimento nacionalista e independentista, acabaram por filiar-se nesses partidos, sempre objetivando a edificação do Estado-Nação.[309]

Assim, em Estados africanos soberanos, o princípio de unanimidade contava muito mais do que qualquer outro, inclusive o de maioria. A unanimidade implicava em considerar válidas todas opiniões, desde que não pusessem em causa os ideais do partido no poder.[310]

Acontece também que em determinadas nações africanas, os líderes são vistos como Deuses. Não se substitui Deus, logo não pode haver mudanças na liderança partidária e, consequentemente, na chefia do Estado. Bem ensina HELLER em sua obra intitulada "Teoria do Estado" que:

> [...] o soberano eleito por Deus, embora nomeado pelo povo, não pode nunca ser deposto por este, pois só Deus pode castigá-lo; ao que replica o calvinista Altúsio, que a faculdade que possui o povo para dar a si uma autoridade tem a sua fonte imediata em Deus, enquanto que a designação do soberano, só mediatamente cabe atribuir à vontade divina.[311]

Dai que os governantes africanos tudo faziam para cada vez mais reforçarem os seus poderes, promoviam alterações constitucionais não para instaurar um regime presidencial ou parlamentar, mas sim, acentuar a concentração de poderes no chefe do Executivo, reforçando as competências do Executivo e diminuindo as atribuições do Parlamento.[312]

Devido ao fator de estabilidade governativa, durante algum tempo, os partidos únicos, em alguns Estados, conseguiram manter a governação sem grandes contestações. Mas à medida que o tempo passava e as aspirações

---

[309] SOUSA JR., Fernando. **O Nacionalismo Africano no Caminho para a Democracia: A Transição do Poder Colonial para o Partido Único nos PALOP**. Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento. Instituto Superior de Economia e Gestão. WP119/2013., p. 21

[310] SACCO, Rodolfo, GUADAGNI, Marco e outros. **Trattato di Diritto Comparato: Il Diritto Africano**. UTET. p. 181.

[311] HELLER, Hermann. **Teoria do Estado.** Tradução de Lycurgo Gomes da Motta. São Paulo: Mestre Jou, 1968. Título original: *Staatslehre*. p. 36.

[312] GONIDEC, P. F. **Les Systèmes Politiques Africains.** Bibliothéque Africaine et Malgache. Tome XXVII. Deuxiéme Édition, entièrement refondue. Paris: Libraire Générale de Droit et de Jurisprudence, 1978. p. 251.

preconizadas com a independência não estavam sendo materializadas[313], foram surgindo grupos organizados dentro do partido e no próprio Estado, que cada vez mais contestava o poder.

Nos Estados em que os governantes contestados faziam pouco caso, em vez de promoverem consensos[314], reforçavam o poder, pois acreditavam que estavam no bom caminho[315], registrou-se golpe de Estado militar e/ou civil, dando origem assim a uma espiral de golpes e contra-golpes[316]que muitas das vezes terminaram em guerra civil. Dos 54 Estados soberanos em África, quase todos vivenciaram a experiência de um golpe de Estado[317].

Os golpistas[318] quase nada alteravam no que tange à governação do

---

[313] KERR ensina que "O descontentamento foi crescendo, à medida que as pessoas comuns se apercebiam de que as elites governativas eram pouco melhores que os anteriores regimes coloniais. As imperfeições dos seus líderes foram sentidas, em especial e com mais violência, pelos oficiais militares profissionais dos novos estados, muitas vezes bem formados." *In:* KERR, Gordon. **Uma Breve História de África:** Das origens da raça humana à primavera árabe. Tradução de Pedro Carvalho. 1.ed. Lisboa: Bertrand Editora, 2013. Título original: *A Short History of Africa – From the Origins of the Human Race to the Arab Spring*. p. 168.

[314]GONIDEC ensina "Le fait que les individus ou des groupes d'individus recourent périodiquement à la violence dans le but d'éliminer les gouvernants de la scène politique ou d'exercer sur eux une pression, implique un manque de consensus politique, un état d'insatisfaction dont il convient de rechercher les causes." *In:* GONIDEC, P. F. **Les Systèmes Politiques Africains.** Bibliothéque Africaine et Malgache. Tome XXVII. Deuxiéme Édition, entièrement refondue. Paris: Libraire Générale de Droit et de Jurisprudence, 1978. p. 254 e 255.

[315]Segundo MORAL "Los líderes que más quisieron intervenir sobre la sociedad, en beneficio de una pretendida «modernización» que pasaba por la industrialización, la creación a la fuerza de una nacionalidad inexistente y la presión sobre los campesinos, acabaron siendo los primeros en caer. Cuanto más intervencionista y autócrata menos apoyos sociales tenían." *In:* MORAL, Eric Garcia. **Breve historia del África Subsahariana.** Madrid: Ediciones Nowtilus, 2016. p. 291. Disponível em: https://pt.scribd.com/read/335662308/Breve-historia-del-Africa-subsahariana. Acesso 07 maio 2017.

[316]Assevera MORAL que "Algunos militares acabaron siendo derrocados por otros militares, en una espiral repetitiva." *In:* MORAL, Eric Garcia. **Breve historia del África Subsahariana.** Madrid: Ediciones Nowtilus, 2016. p. 291 e 292. Disponível em: https://pt.scribd.com/read/335662308/Breve-historia-del-Africa-subsahariana. Acesso 07 maio 2017.

[317]MORAL defende que "En 1984 sólo dieciséis países no habían sufrido el golpe de las fuerzas armadas. Algunos desembocaron en regímenes efímeros, otros fueron más longevos, algunos fueron sanguinarios y otros lograron un equilibrio entre su codicia y los límites que la sociedad imponía para permanecer en el poder." *In:* MORAL, EricGarcia. **Breve historia del África Subsahariana.** Madrid: Ediciones Nowtilus, 2016. p. 291. Disponível em: https://pt.scribd.com/read/335662308/Breve-historia-del-Africa-subsahariana. Acesso 07 maio 2017.

[318]Para MORAL "La impopularidad de los gobiernos acabó dando el pretexto adecuado para los hombres uniformados, que presentaron ante la población justificaciones centradas en la corrupción y la incompetencia de los dirigentes políticos, arguyendo que el cambio era imposible sin ellos. Ese, al menos, era el discurso oficial. En la práctica, muchos acabaron reforzando tendencias como la arbitrariedad burocrática, el partido único y una oratoria antiimperialista que escondía un ávido deseo por controlar los recursos del Estado."

regime ditatorial, pelo contrário, reforçavam ainda mais as competências do Executivo e do seu chefe, alegando sempre que para manter unidade era necessário haver apenas um partido.

Todavia, em alguns Estados africanos, os governantes do partido único mantiveram no poder até a abertura política para regime democrático que ocorreu nos anos 90 do século XX. Há casos de governantes que inclusive venceram as primeiras eleições realizadas no regime democrático.

Quando as competências governativas acabam concentradas nas mãos de um chefe ou numa elite governante, é muito provável que esses dirigentes do Estado se transformem em déspotas, pois "a corrupção, o nepotismo, a promoção dos interesses do indivíduo e seu grupo passaram pelo abuso de seu monopólio da força coercitiva do Estado para reprimir a crítica, extrair riqueza dos governados e garantir sua obediência pela força".[319]

O regime ditatorial atravessou a África do Norte ao Sul, do Leste ao Oeste, não importando se o Estado seguisse orientação socialista ou capitalista. A preocupação dos governantes africanos passava pela manutenção no poder e estabilidade governativa e entendiam que esses desideratos só seriam alcançados com regimes mais fechados possíveis.

Portanto, muitos destes regimes ditatoriais eram autênticos regimes militares. Pode-se distinguir na África pelo menos quatro tipos de regimes ditatoriais[320]: os guardiães provisionais, os reformadores e redentores, os usurpadores e o marxismo pretoriano ou os revolucionários[321].

---

*In:*MORAL, EricGarcia. **Breve historia del África Subsahariana.**Madrid: Ediciones Nowtilus,2016. p. 291. Disponível em: https://pt.scribd.com/read/335662308/Breve-historia-del-Africa-subsahariana. Acesso 07 maio 2017.

[319]DAHL, Robert A. **Sobre a Democracia.**Tradução: Beatriz Sidou. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.Título original: *On democracy.* p. 88.

[320] MORAL, Eric Garcia. **Breve historia del África Subsahariana.** Madrid: Ediciones Nowtilus, 2016. p. 291. Disponível em: https://pt.scribd.com/read/335662308/Breve-historia-del-Africa-subsahariana. Acesso 07 maio 2017.

[321]Assevera MORAL "Guardianes provisionales: aquellos que reclamaban proteger a la gente mediante el desalojo de gobiernos que los llevaban a la ruina. Preveían el retorno al poder civil. Ejemplos de ello fueron los golpes de Togo (1963), Benín (1963, 1965) o Ghana (1966); Reformadores y redentores: regímenes correctivos que eran explícitos en su intención de permanecer en el poder tanto tiempo como juzgaran necesario, apoyando-se en funcionarios y jefes tradicionales y relegando a la clase política. ejemplos de ello fueron Ghana (1972) y

Os guardiões provisionais alegavam defender os cidadãos dos governantes que levaram o Estado-Nação à ruína; enquanto que os reformadores e redentores apoiavam as suas políticas em funcionários públicos e chefes tradicionais e destacavam-se pela intenção de permanecerem no poder.

Quanto aos usurpadores, geralmente são chefes militares que se autodeclaravam presidentes, fundaram partidos e a governação é primada pela violência; enquanto que os revolucionários chegaram ao poder com o ideal revolucionário marxista-leninista e denominaram os Estados-Nação de república popular.

Importa ressaltar que em qualquer um desses regimes haviam momentos que, sob uma mesma liderança, manifestavam ora de um ora de outro regime.

O político africano Ainsi Ndabaningi SITHOLE defende que nem o sistema de partido único, nem tão pouco o sistema de bipartidarismo, poderão garantir democracia ao povo africano. Assegura ainda que o sistema de partido único é a primeira manifestação da ditadura na África. Para esse político, não é forma do regime que conta, mas sim o conteúdo, o qual deve ser a vontade da maioria.[322]

Com assinalações dessa natureza vinda de diversas vertentes, como já se referiu anteriormente, quer dentro dos partidos únicos, da Sociedade civil e sobretudo da comunidade internacional, os governantes africanos iniciaram a reforma do regime ditatorial.

Nigeria (diversos golpes tras la guerra de Biafra); Usurpadores: los líderes militares se declaraban presidentes del país. Fundaron partidos políticos pero su principal instrumento de gobierno fue la violencia. Los casos más representativos, y extremos, son los de República Centroafricana (Jean-Bédel Bokassa) y Uganda (Idi Amin); Marxismo pretoriano: llegaron al poder con el ideal revolucionario marxista-leninista y, en algunos casos, declararon repúblicas populares. Ejemplos de ello los encontramos en Congo-Brazzaville (Marien Ngouabi, 1969-1977), Benín (Mathieu Kérékou, 1972-1991), Ghana (Jerry Rawlings, 1979) y Alto Volta (actual Burkina Faso) (Thomas Sankara, 1983-1987). *In:* MORAL, EricGarcia. **Breve historia del África Subsahariana.**Madrid: Ediciones Nowtilus, 2016. p. 294. Disponível em: https://pt.scribd.com/read/335662308/Breve-historia-del-Africa-subsahariana. Acesso 07 maio 2017.

[322]GONIDEC, P. F. **Les Systèmes Politiques Africains.** Bibliothéque Africaine et Malgache. Tome XXVII. Deuxiéme Édition, entièrement refondue. Paris: Libraire Générale de Droit et de Jurisprudence, 1978. p. 202.

Constata-se que em regimes ditatoriais se iniciou a transição, quando os governantes autoritários, sem qualquer motivo aparente, começaram a modificar suas próprias regras, no intuito de oferecer maiores garantias e direitos aos indivíduos e Sociedade civil organizada[323]. As transições estavam delimitadas pelo início do processo de dissolução dos regimes autoritários e, por outro, pelo estabelecimento de alguma forma de democracia[324].

Durante esse período ditatorial, a ausência de instituições democráticas teve enormes consequências negativas. Foram excluídos políticos - jovens e adultos - de aprenderem a prática democrática, dos debates sobre os grandes problemas do mundo, onde as soluções afetam necessariamente o destino dos povos africanos. Foram descartadas a opinião dos opositores políticos na concepção e gestão das políticas públicas. Essa situação arruínou as faculdades e as capacidades criativas da população em todo o domínio.

Analisa-se agora o Processo Democrático na África que surgiu no final do século XX e contribuiu para pôr fim aos regimes ditatoriais nesse continente.

2.6. O PROCESSO DEMOCRÁTICO NA ÁFRICA

A Democracia é um elemento essencial e determinante para os regimes pluralistas; ela traduz a expressão de uma escolha política que é atestada através da liberdade do sufrágio que permite reforçar a prática democrática. O Processo Democrático é, de fato, estabelecer na África o nascimento de um novo ambiente político que valoriza os princípios do liberalismo político, embora ainda ineficaz, torna possível a mudança de governantes pelo processo de eleição.

Quando os europeus chegaram à África subsariana, por volta do século XV - período da expansão europeia -, a Democracia já era uma realidade

---

323 O'DONNELL, Guilhermo y SCHMITTER, Philippe. **Transiciones desde gobierno autoritário: Conclusiones tentativas sobre las democracias inciertas.**1. reimpressão. Ediciones Paidós Ibérica, S.A., Barcelona 1994. p. 20.

324 O'DONNELL, Guilhermo y SCHMITTER, Philippe. **Transiciones desde gobierno autoritário: Conclusiones tentativas sobre las democracias inciertas.**1. reimpressão. Ediciones Paidós Ibérica, S.A., Barcelona 1994. p. 19 e 20.

nessa parte do continente.[325] Com uma cultura política monárquica, os europeus além de institucionalizarem a escravatura, eliminaram a Democracia africana[326], porque consideravam extremamente estranha a maneira que os africanos constituíam o governo.

A partilha de África pelos europeus na conferência de Berlim (1884-1885), depois de ter sido saqueada por mais de quatro séculos, sucumbiu com o que ainda restava da Democracia no continente berço da humanidade.

Com a libertação da África do jugo colonial europeu, depois da Segunda Guerra Mundial, cada novo Estado se posicionou a favor de um dos dois regimes que governavam o mundo, até finais da década 80, do século XX.

Na África, tanto o Estado seguidor da orientação socialista, quanto do liberalismo, não sufragavam os seus governantes. Quase todos ascendiam ao poder por via inconstitucional – sobretudo a golpes de Estado – tendo o continente africano vindo a albergar o recorde de governos autoritários no mundo.[327] A Botswana e as Maurícias[328] são exceções de Estados africanos que viviam numa democracia liberal sem grandes sobressaltos até a década 70.

O mundo estava em plena Guerra Fria. A URSS orientava os Estados que filiavam no Regime Democrático Socialista Monopartidário e os EUA chefiavam os do Regime Democrático Liberal Multipartidário. Sendo duas potências econômica e militar, os governantes e as forças políticas de oposição

---

[325] Disponível em: http://www.pordentrodaafrica.com/cultura/o-kongo-vivia-em-democracia-quando-osportugueseschegaram-no-seculo-xv-diz-patricio-batsikama Acesso 30 de maio 2016.

[326] DAHL ensina que “Durante todo o longo período em que os seres humanos viveram juntos em pequenos grupos e sobreviveram da caça e da coleta de raízes, frutos e outras dádivas da natureza, sem a menor dúvida, às vezes - talvez habitualmente teriam criado um sistema em que boa parte dos membros, animados por essa lógica da igualdade (certamente os mais velhos ou os mais experientes), participaria de quaisquer decisões que tivessem de tomar como grupo. Isso realmente aconteceu, conforme está bastante comprovado pelos estudos de sociedades tribais ágrafas. Portanto, durante milhares de anos, alguma forma primitiva da democracia pode muito bem ter sido o sistema político mais ‘natural’”. *In:* DAHL, Robert A. **Sobre a Democracia.** Tradução de Beatriz Sidou. Brasília: editora Universidade de Brasília, 2001.Título original: *Ondemocracy.*p. 20.

[327]HUNTINGTON, Samuel P. **A Terceira Onda:** A democratização no final do século XX. Tradução de Sérgio Goes de Paula. Editora Ática S.A., 1994. Título original: *The third wave: democratization in the late twenteith century*. p. 30.

[328] LIJPHART, Arend. **Modelos de Democracia.** Formas de gobierno y resultados en treinta y seis países. Traducción de Carmen Castellnou. 1.ed. Editorial Ariel, SA. Barcelona, 2000. Título original: *Patterns of Democracy.*p. 61.

eram usados como peças de xadrez no jogo de interesse internacional promovido por esses Estados e seus aliados.

Se um governo seguisse orientação socialista, os americanos e os seus aliados tudo faziam até que o mesmo fosse derrubado. Se por ventura seguisse a orientação liberal, os soviéticos e seus aliados empregavam meios a seu alcance até que desse fim a esse governo[329].

Desde as primeiras independências dos territórios da África e a sua democratização em princípios dos anos 90, registaram vários golpes de

[329]TEIXEIRA RIBEIRO ensina que: Na Etiópia [...] o velho imperador pró-americano Hailé Selassié foi derrubado em 1974 por um golpe militar, que proclamou a República. A junta militar (Derg) exprimia um populismo pouco definido [...] o Derg se ligava cada vez mais às correntes de esquerda e implementava uma ampla reforma agrária, mobilizava a população, rompia com os Estados Unidos e fechava as bases americanas [...] Enquanto o regime se definia pelo socialismo, as rebeliões separatistas ou autonomistas agitavam quase todas as províncias [...] a Somália atacou a região de Ogaden, em apoio aos guerrilheiros. A iniciativa Somali foi claramente encorajada pela Arábia Saudita, Egito e Estados Unidos. [...] Moscou e Havana acolheram então o pedido de ajuda da Etiópia, montando uma ponte área que enviou armas, assessores soviéticos e alemães-orientais, além de dez mil soldados cubanos. A guerra se encerrou com a vitória etíope-cubana contra as tropas somalis, treinadas pelo próprio Pacto de Varsóvia. [...] Enquanto a Arábia Saudita, o Egito, o Sudão e os Estados Unidos (que possuíam uma base também no Quênia) apoiavam os inimigos da Etiópia, esta era defendida pela URSS, por seus aliados regionais [...] A Líbia, a Etiópia, e o Iêmen do Sul (socialista) criaram a Frente de Rejeição como forma de lutar contra os Acordos do *Camp David* (entre Egito e Israel) e a influência dos árabes moderados na região. [...] Da mesma forma, os franceses socorreram os marroquinos em dificuldade no Saara Ocidental, ampliando sua influência na África. O Marrocos era estratégico para o Ocidente, pois, além de permitir o controle da entrada do Mar Mediterrâneo, possuía bases que eram usadas pela Força de Deslocamento Rápido dos Estados Unidos rumo ao Oriente Médio, e pela equivalente francesa rumo à África Subsaariana. [...] Washington desenvolveu a estratégia dos Conflitos de Baixa Intensidade, que seriam enfraquecer politicamente os regimes revolucionários terceiros mundistas, a fim de derrubá-los. Sua eliminação poderia ocorrer por uma ação dos contrarrevolucionários domésticos, por uma invasão americana, ou de seus aliados regionais. Com os países socialistas na defensiva [...] essa tarefa não deveria ser árdua. Assim, dinheiro, armas e assessores, além de apoio de unidades especiais da CIA e de aliados como Israel, Paquistão e África do Sul, começaram a afluir legal e ilegalmente aos movimentos contrarrevolucionários (que Reagan denominou de "paladinos da liberdade"), numa tentativa de reverter nos anos de 1980 as revoluções ocorridas nos anos de 1970. *In:* VISENTINI, Paulo Fernandes, TEIXEIRA RIBEIRO, Luiz Dario *et* PEREIRA, AnalúciaDanilevicz. **História da África e dos africanos.** 2.ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013. p.138-140.

Estado[330], insurreição armada[331] e guerra civil[332].

O fim da URSS determinou o fim dos países de orientação socialista e, consequentemente, o fim do Regime Democrático Socialista Monopartidário na África. Foram introduzidas mudanças e feitas reformas no Ordenamento, Jurídico-Constitucional dos Estados africanos, embora cada um em seu momento e a sua maneira, objetivando a adopção de princípios, institutos jurídicos e instituições públicas presentes em Democracia Liberal.

O Sistema de Governo estabelecido pela colonização europeia na África era ditatorial[333]. Quando os países africanos tornaram-se independentes e constituíram em Estados os seus interlocutores, a nível internacional, inclusive, algumas ex-potências coloniais possuíam governos fascista[334], nazista e de

---

[330] Segundo KERR "Nas duas décadas depois da independência do Gana, em 1957, ocorreram muitos golpes militares, incluindo os da Argélia, Benin, Burkina Faso, Chade, República Centro-Africana, Gana, Líbia, Mali, Níger, Nigéria, Ruanda, São Tomé e Príncipe, Serra Leoa, Somália, Sudão, Togo e Uganda."*In*: KERR, Gordon. **Uma Breve História de África:** Das origens da raça humana à primavera árabe. Tradução de Pedro Carvalho. 1.ed. Bertrand Editora, Lisboa 2013. Título original: *A Short History of Africa – From the Origins of the Human Race to the Arab Spring.* p. 168.

[331] KERR escreve que "Os conflitos reclamaram igualmente milhões de vidas, tendo sido o mais grave a Segunda Guerra do Congo, travada entre 1998 e 2003, na República Democrática do Congo (anterior Zaire). Considerado o conflito mais mortífero desde a Segunda Guerra Mundial, envolveu oito nações africanas e cerca de vinte e cinco grupos armados."*In*: KERR, Gordon. **Uma Breve História de África:** Das origens da raça humana à primavera árabe. Tradução de Pedro Carvalho. 1.ed. Bertrand Editora, Lisboa 2013. Título original: *A Short History of Africa – From the Origins of the Human Race to the Arab Spring.* p. 174.

[332] KERR ministra que "No Ruanda, a guerra civil culminou num genocídio em 1994, no qual se estima terem perecido cerca de um milhão de tutsi às mãos de extremistas hutus. Houve numerosos outros conflitos em África desde as independências, mais de vinte só neste século."*In*: KERR, Gordon. **Uma Breve História de África:** Das origens da raça humana à primavera árabe. Tradução de Pedro Carvalho. 1.ed. Bertrand Editora, Lisboa 2013. Título original: *A Short History of Africa – From the Origins of the Human Race to the Arab Spring.* p. 174-175.

[333] TEIXEIRA RIBEIRO escreve que "Quando o Estado metropolitano organiza seu império sob a forma de governo direto não institui organismos intermediários na província. O representante da autoridade imperial governa com plenos poderes executivos e legislativos e deve, no caso francês, subordinar-se às determinações emanadas do Parlamento de Paris. Os representantes locais são constituídos por funcionários coloniais e as relações com a população são estabelecidas por meio de chefes nativos (substituídos conforme os interesses de estabilização) transformados em funcionários. Todos os administradores possuem poderes discricionários. A colônia ou protetorado não possui organismos intermediários de legislação ou de aconselhamento. A administração organizada em forma de árvore é hierarquizada, e os representantes metropolitanos cumprem funções administrativas, policiais e judiciárias."*In:* VISENTINI, Paulo Fernandes, TEIXEIRA RIBEIRO, Luiz Dario *et* PEREIRA, AnalúciaDanilevicz. **História da África e dos africanos.** 2.ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013. p. 71.

[334] Portugal, Espanha, Itália.

partido único[335].

Como se vê, a conjuntura internacional e os fatores internos, já descritos anteriormente, levou a que grande maioria de Estados Africanos tivessem adoptado o regime ditatorial, independentemente de orientação socialista ou liberal. Assim, os países africanos tinham uma Constituição que caracterizava-o como Estado de Direito Democrático, quando na prática eram autênticas ditaduras.

Aconteceu que os regimes políticos autoritários de partidos únicos fracassaram, porque estavam marcados por graves violações de direitos e liberdades, tendo causado grandes distúrbios no espaço político africano[336]. Assim sendo, assistiu-se a morte lenta do monopartidarismo e o retorno à ordem constitucional liberal de fato adotada no início da independência.

Quando a Democracia Liberal retorna para África em consequência das mudanças ocorridas na Europa oriental, fruto da globalização, alguns países africanos, como África do Sul[337] e Botswana, viviam em Democracia. Nota-se que a "[...] 'democracia' tem significados diferentes para povos diferentes, em diferentes tempos e diferentes lugares. "[338]

Por exemplo, os EUA, a Austrália e a Suíça, na década de 50, eram considerados como Estados de Direitos Democráticos[339], mas nem todos os

---

[335] União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, República Popular da China, República Democrática de Alemanha e Cuba.

[336] BOURGI, A. Les chemins difficiles de la démocratie en Afrique de l'Ouest. La Revue Socialiste, n.º 35, L'Afrique en question, 3ème trimestre 2009. p. 27-32.

[337] É certo afirmar que África do Sul vivia em democracia antes de 1990 parece um tanto ou quanto confuso, uma vez que o *Apartheid* estava em vigor. Mas para os sul-africanos brancos a África do Sul era um Estado de Direito Democrático, porque vigorava o sufrágio universal para os brancos, havia alternância política e as instituições públicas funcionavam. TEIXEIRA RIBEIRO ensina que: "Com a aprovação da Constituição da União Sul-Africana (federação das províncias do Cabo, Natal, Orange e Transvaal), a população negra foi privada do direito de voto e à propriedade da terra. A partir de 1910, quando o país se torna independente da Coroa Britânica, juntamente com a Austrália e o Canadá, várias leis segregacionistas foram implementadas. [...] foi a partir de 1948, quando o Partido Nacional venceu as eleições que, efetivamente, o *Apartheid* foi implantado.*In:* VISENTINI, Paulo Fernandes, TEIXEIRA RIBEIRO, Luiz Dario *et* PEREIRA, AnalúciaDanilevicz. **História da África e dos africanos.** 2.ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013. p. 78 e 80.

[338]DAHL, Robert A. **Sobre a Democracia.** Tradução de Beatriz Sidou. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.Título original: *On democracy.* p. 13.

[339] LIJPHART, Arend. **Modelos de Democracia.** Formas de gobierno y resultados em treinta y seis países. Traducción de Carme Castellnou. 1.ed. Editorial Ariel, SA. Barcelona, 2000. Título original: *Patterns of Democracy.* p. 61. DAHL também disserta sobre este tema. *In:*DAHL,

cidadãos tinham direito a voto[340]. No caso dos EUA[341], os negros só puderam votar em finais da década de 60, no da Austrália[342] os aborígenes só ganharam o direito a votar na década de 60 e no da Suíça[343] as mulheres participaram pela primeira vez num sufrágio eleitoral em princípios da década de 70.

Além desses, inclusive outros ditos países democráticos (Grã-Bretanha, França, Bélgica e Israel)[344] têm registos de período em que o sufrágio universal foram violados.

Um fator determinante do Processo Democrático na África, além das mudanças ocorridas a nível mundial, foram as conferências que se chamavam

---

Robert A. **Sobre a Democracia.** Tradução de Beatriz Sidou. Brasília: editora Universidade de Brasília, 2001. Título original: *On democracy.* p. 18.

340 DAHL afirma: "Hoje, pressupõe-se que a democracia assegure virtualmente a todo cidadão adulto o direito de voto. No entanto, há cerca de quatro gerações - por volta de 1918, mais ou menos ao final da Primeira Guerra Mundial -, em todas as democracias ou repúblicas independentes que até então existiam, uma boa metade de toda a população adulta sempre estivera excluída do pleno direito de cidadania: a metade das mulheres. "*In:* DAHL, Robert A. **Sobre a Democracia.** Tradução de Beatriz Sidou. Brasília: editora Universidade de Brasília, 2001.Título original: *On democracy.*p. 13.

341 TEIXEIRA RIBEIRO leciona: "Após a Guerra de Secessão, a discriminação dos negros libertos no Sul foi severa, com surgimento de organizações terroristas brancas, como a KuKluxKlan, com o objetivo de aterrorizar os negros, que careceram de direitos políticos e sociais até a década de 1960. Curiosamente, nessa época, o direito de voto no Sul foi obtido por pressão do Departamento de Estado (Ministério das Relações Exteriores americano), porque os soviéticos faziam política na África simplesmente mostrando recortes de jornais americanos sobre a situação dos afro-americanos."*In:* VISENTINI, Paulo Fernandes, TEIXEIRA RIBEIRO, Luiz Dario et PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **História da África e dos africanos.** 2.ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013. p. 97. Escrevendo sobre o mesmo assunto LIJPHART adverte que "[…] a pesar del discurso inauguralpronunciado por el presidente Bill Clinton en 1993, asegurandoque Estados Unidos es «la democracia más antigua del mundo» (NewYork Times, 21 de enero de 1993, A 11l), el sufragio universal no se estableciόde forma clara en Estados Unidos hasta la aprobación de la Leyde Derechos de Voto de 1965." *In:* LIJPHART, Arend. **Modelos de Democracia.** Formas de gobierno y resultados en treinta y seis países. Traducción de Carmen Castellnou. 1. ed. Editorial Ariel, SA. Barcelona, 2000.Título original: *Patterns of Democracy.* p. 62.

342LIJPHART ensina que "[…] los aborígenes australianos no obtuvieron suderecho al voto hasta 1962." *In:* LIJPHART, Arend. **Modelos de Democracia.** Formas de gobierno y resultados en treinta y seis países. Traducción de Carmen Castellnou.1.ed.2000. Editorial Ariel, SA. Barcelona, 2000. Título original: *Patterns of Democracy.*p. 62.

343LIJPHART esclarece "En la Suiza anterior a 1971, lasmujeres todavía no podían ejercer su derecho al voto." *In:* LIJPHART, Arend. **Modelos de Democracia**. Formas de gobierno y resultados en treinta y seis países. Traducción de Carmen Castellnou. 1.ed. Editorial Ariel, SA. Barcelona, 2000. Título original: *Patterns of Democracy*. p. 62.

344 Ensina LIJPHART que "El principio de sufragio universal tambiénse violó en el Reino Unido, Francia, Países Bajos y Bélgica durantesus épocas coloniales, por los Poderes Aliados mientras ocupabanAlemania y Japón, y por Israel a partir de 1967, debido al control queéste ejercía sobre los territorios ocupados."*In:* LIJPHART, Arend. **Modelos de Democracia**. Formas de gobierno y resultados en treinta y seis países. Traducción de Carmen Castellnou. 1.ed.Editorial Ariel, SA. Barcelona, 2000. Título original: *Patterns of Democracy*. p. 62.

nacional e soberana conforme o Estado. Tanto a conferência nacional quanto a soberana têm muita semelhança com a democracia na Grécia Antiga, essencialmente na forma de debater e aprovar os assuntos propostos.

Tratando-se de conferência nacional, toda documentação proposta e aprovada nela era submetida para aprovação do parlamento, enquanto que no que tange a conferência soberana, assim que a documentação fosse aprovada pelo povo, aguardava-se apenas a entrada em vigor.

As conferências que percorriam todos os estados, províncias, regiões e municípios dos Estados, debatiam-se reformas ao Ordenamento Jurídico-Constitucional que culminavam com aprovação de novos diplomas legislativos. Os países africanos efetuaram reformas e em finais da década 90 do século XX, quase que na África não havia Estados que não tivessem realizado pelo menos uma eleição. Ocorreu uma transição efetiva de um regime para outro, todavia o novo regime preservou na prática muitas tendências do regime ditatorial.

Foi referido anteriormente que o ponto nevrálgico da Democracia é o sufrágio universal. No entanto, também se deixou claro que não basta efetuar eleições para se considerar um determinado país de Estado de Direito Democrático.

Entretanto, a Democracia Liberal tem tido grande dificuldade em sobreviver no continente berço da humanidade. Não obstante a Democracia sempre ter feito parte da nação africana, a cultura de governação democrática dos africanos foi banida no tempo de colonização, em detrimento da governação aristocrática e autoritária europeia.

Foi inculcado na mente dos africanos por cerca de cinco séculos (Sec. XV a Séc. XX) um Sistema de Governo aristocrático e autoritário. Após a independência, no que tange a governação, os novos dirigentes africanos pouco ou nada alteraram da governação colonial. Prosseguiram com uma governação aristocrática e autoritária, tendo quase todos países adotado o regime ditatorial, o que perfaz mais de 540 anos de governação aristocrática, autoritária e ditatorial.

O regime ditatorial cristalizou-se[345] na governação africana. Não obstante ter-se iniciado o Processo Democrático há pouco mais de 25 anos, tem havido resistência em vários segmentos da população, algumas vezes incentivadas por governantes e/ou seus opositores que tiram partido da alta diversidade étnica (diferentes tribos e nações) que compõem atualmente o mosaico dos Estados africanos.

Os africanos viveram cerca de cinco séculos em luta pela autoafirmação, pela conquista da independência nacional, pela libertação, pelo combate à ditadura, primeiro a colonial e depois nacional, por isso a longa história africana depois do século XV é de conflitos.

TELES leciona que:

> As Sociedades resultantes de passado violento se vêem com o problema de como conciliar o passado doloroso com um presente democrático, administrando os conflitos que não se encerraram com a mera passagem institucional de um governo de exceção para um democrático. O estado democrático de direito, fundamentado na normatização das relações sociais, tende a tudo incluir nas regras.[346]

A Democracia moderna tem tido dificuldade em sobreviver no continente berço da humanidade. É difícil estabelecer regras para tudo, num Estado que não se tem quase nada ou em que o cidadão eleitor vive numa pobreza extrema. Trata-se de países em que diversos assuntos estão e são legislados, mas na prática nem os governantes nem a oposição estão dispostas a obedecê-los na íntegra.

A oposição quer que o Governo cumpra, enquanto ela é oposição, mas quando chega ao poder não vai querer cumprir o que antes exigia. Países em que o sufrágio universal tornou-se realidade, que tem havido alternância política, mesmo assim tem havido registos de golpes de Estado[347], insurreição

---

[345] "A cultura política de um país cristaliza-se em torno da constituição em vigor. Toda cultura nacional, sob a luz da própria história, amolda em cada caso um tipo de leitura diferente para os mesmos princípios – tais como soberania do povo e direitos humanos –, os quais também se corporificam em outras constituições republicanas."*In:*HABERMAS, Jürgen. O Estado nacional tem futuro? *In:* HABERMAS, Jürgen. **A inclusão do outro**– estudos de teoria política. Tradução de George Sperber et al. 2.ed. São Paulo: Loyola, 2004. Título original: *Die Einbeziehung dês Anderen – Studien zur politischenTheorie.* p. 141.

[346]TELES, Edson. O discurso dos direitos humanos e a governança do sofrimento social.*In:*PHILIPI, JeanineNicolazzi (Coordenação Científica). **Direito e Democracia**. Florianópolis: PET/DIREITO/UFSC, 2013. p. 9.

[347] TEIXEIRA RIBEIRO leciona que: "Já as ilhas Comores, independentes desde 1975, viveram seu 18.º golpe de Estado em 28 anos de independência [...] *In:* VISENTINI, Paulo Fernandes,

armada[348] e guerra civil[349]. Há uma relutância dos que estão no poder aceitar a derrota, bem como uma certa ganância dos que estão na oposição chegarem ao poder a todo custo.

O Processo Democrático na África tem sido marcado por conflitos pré-eleitoral e, essencialmente, pós-eleitoral. Isso demonstra que a Democracia moderna na África ainda não se encontra consolidada, por isso é que ocorrem frequentemente situações anormais que interferem no que deveria ser jogo livre

---

TEIXEIRA RIBEIRO, Luiz Dario et PEREIRA, AnalúciaDanilevicz. **História da África e dos africanos**. 2 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013. p. 173. Abordando essa questão SEIBERT defende que: "O maior revés para a jovem democracia são-tomense ocorreu durante o governo de Carlos Graça quando jovens suboficiais, que se sentiam marginalizados e sem poder de compra, orquestraram o primeiro golpe militar na história do país. Na madrugada do dia 15 de agosto de 1995, 40 jovens recrutas aproximadamente, comandados pelo segundo-tenente Fernando Sousa Pontes, partiram do quartel em dois camiões velhos com o objetivo de deter o presidente Miguel Trovoada que se encontrava no palácio presidencial. Os guardas do presidente renderam-se imediatamente à exceção de um, que foi mortalmente baleado pelos rebeldes."*In:* SEIBERT, Gerhard. **Camaradas, Clientes e Compadres.** Colonialismo, Socialismo e Democratização em São Tomé e Príncipe**.** Tradução de Ferreira Marques et al. Título original: *Comrades, ClientsandCousins. Colonialism, SocialismandDemocratization in São Tomé and Príncipe.* Coleção: Documenta Histórica. Vega e Autor, 2.ed. 2002. p. 259. Esse tema também é tratado em: https://grupoafricanidade.wordpress.com/2014/04/10/golpe-de-estado-na-africa-ocidental/ Acesso 5 de jul de 2016.

[348] Ensina TEIXEIRA RIBEIRO que "[...] os conflitos políticos de aparência étnico-tribal e guerras civis se mantiveram, muitas vezes atingindo níveis extremos de violência. Essa situação foi mais comum especialmente nos Estados do Golfo da Guiné e da África Ocidental [...]. Esse foi o caso da Guiné Bissau, cuja tentativa de golpe militar em 1998 transformou-se em guerra civil."*In:* VISENTINI, Paulo Fernandes, TEIXEIRA RIBEIRO, Luiz Dario et PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **História da África e dos africanos**. 2.ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013. p. 173.

[349] Segundo TEIXEIRA RIBEIRO: "Na Libéria, os conflitos entre as populações do interior e as mais ocidentalizadas do litoral, prosseguiram de forma intermitente e, na Serra Leoa, em 1999, o mesmo problema começou a se manifestar com intensidade. [...] A Nigéria, por sua vez, é reconhecida por possuir uma poderosa máfia de narcotráfico, que já atua em todo mundo. O fim do regime autoritário nesse populoso país africano, [...] persistem dificuldades sociais, apesar da imensa renda petrolífera. [...] Outro país atingido por uma guerra civil foi a Costa do Marfim, onde os rebeldes se apoderaram da metade norte do país em 2003, em sua luta contra o governo, tendo sido necessário intervenção francesa em apoio do mesmo. [...] Com a guerra civil de 1997-1998, Denis SassouNguesso voltou ao poder na República do Congo (Brazzaville) com o apoio da empresa Elf-Aquitanie, numa clara tentativa de rechaçar os interesses norte-americanos defendidos pelos regimes "democratizados". [...] Em fevereiro de 2000, por sua vez, um novo conflito armado ocorreu entre a Etiópia e a Eritreia. Embora o pretexto para o conflito tenha sido os litígios fronteiriços, a verdadeira razão foi o abandono unilateral pela Eritreia da União Monetária existente entre os dois países e o crescente alinhamento desta com os Estados Unidos. [...] na República Democrática do Congo, com a retirada das tropas de Ruanda e Uganda (que chegaram a controlar metade deste gigantesco país) e do desarmamento da maior parte dos rebeldes, embora alguns focos de conflitos ainda persistam. Laurent Kabila chegou a ser assassinado no desencadeamento da guerra, sendo substituído por seu filho, Joseph Kabila, na presidência, e o regime resistiu devido ao apoio político-militar de Angola, Namíbia, Zimbabué e África do Sul."*In:* VISENTINI, Paulo Fernandes, TEIXEIRA RIBEIRO, Luiz Dario et PEREIRA, Analúcia Danilevicz**. História da África e dos africanos.** 2.ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013. p. 173-175.

político, impõem limites permanentes ao governo do povo, o que constituem perigo democrático, tornando cada vez mais difícil a realização do governo para o povo mediante o governo do povo e pelo povo.[350]

Outro fator marcante no Processo Democrático na África é que o sufrágio universal não tem sido utilizado apenas para escolha de novos governantes e ou alternância política, mas também aplicado para fazer perpetuar alguns governantes no poder.

Da mesma forma que por votação se procedeu a reformas no Ordenamento Jurídico-Constitucional nos Estados africanos em finais da década de 80 e princípio da década de 90, do século XX, visando implementar a Democracia Liberal, nos últimos anos tem ocorrido reformas constitucionais no sentido de prolongarem o mandato dos governantes.

Há casos de governantes que estavam na oposição e ascenderam ao poder político por sufrágio universal em meados dos anos 90, do século XX, e permanecem no poder até hoje, sendo sempre reeleitos, não havendo alternância política.

BOBBIO ensina que “O grau de saúde de uma Democracia é dado por sua capacidade de renovação e pela presença de estratos políticos concorrentes. Toda cristalização provoca, a longo prazo, processos degenerativos. A troca de classes dirigentes deve ocorrer sem derramamento de sangue [...]”.[351]

Seguindo o ensinamento do BOBBIO, conclui-se que alguns Estados africanos, apesar de se declararem democráticos, não o são. Porém, os dirigentes defendem que nos seus países vigoram a democracia participativa, uma vez que as grandes decisões são tomadas diretamente pelo povo, em conferência soberana, sem recurso a intermediários ou representantes.

---

[350]JUNIOR, Cezar Saldanha Souza. **A Crise da Democracia no Brasil:** aspectos políticos. Rio de Janeiro: Forense, 1978. p. 30.

[351]BOBBIO, Norberto; Mario Bussi (org.). **Qual democracia?** Tradução de Marcelo Perine. 2.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013. (Coleção leituras filosóficas) Título original: *Qualedemocrazia?* p. 52.

ROSSEAU asseverou que “Existe para as nações, como para os indivíduos, um período de juventude ou, se quiser, de maturidade que é preciso aguardar antes de submetê-los às leis, porém, a maturidade de um povo não é sempre fácil de reconhecer e a obra se torna inútil se for prematura.”[352]

O Processo Democrático na África está em plena juventude, no momento em que se tratando de indivíduo, 25 anos, quer experimentar tudo. Ainda não atingiu a maturidade suficiente, ocasião onde se reflete antes de se tomar qualquer decisão. Acontece que a Sociedade não pode esperar que os governantes atinjam essa maturidade 25 anos depois para que possam tomar decisão que conduza o país a Estabilidade Político-Institucional e ao desenvolvimento socioeconômico.

Importa frisar que o Processo Democrático tem estado a amadurecer em alguns países da África com maior sucesso que em outros, as jovens democracias africanas estão se atualizando e aperfeiçoando. Para algumas, a Instabilidade Político-Institucional faz parte apenas do processo da abertura democrática.[353]

No entanto, DAHL, ministrando acerca da Democracia, esclarece:

> Para os países recentemente democratizados, a dificuldade é saber se e como as novas instituições e as práticas democráticas podem ser reforçadas ou, como diriam alguns cientistas políticos, consolidadas, para que venham a suportar o teste do tempo, o conflito político e a crise. Para as democracias mais antigas, o problema é aperfeiçoar e aprofundar a sua democracia.[354]

Em busca de princípios, institutos jurídicos e instituições públicas que melhor se adequam às conjunturas étnica e socioeconômica, o poder político em África tem usado o sufrágio universal, através quer de conferência soberana, plebiscito e referendo, para tomar decisão favorável ou contra determinado assunto.

Os estadistas africanos, que não têm perdido tempo em propor

---

[352]ROSSEAU, Jean-Jacques. **O Contrato Social.** Princípios de Direito Político.Tradução de Antônio de P. Machado. 19.ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999. Título original: *Du Contrat Social*. p. 60.

[353]WOLKMER, António Carlos e MELO, Milena Petters (org.) **Constitucionalismo Latino-Americano**. **Tendências Contemporâneas.** Curitiba: Juruá, 2013. p. 70-71

[354] DAHL, Robert A. **Sobre a Democracia**. Tradução de Beatriz Sidou. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.Título original: *Ondemocracy.* p.12.

alterações profundas no Ordenamento Jurídico-Constitucional através do sufrágio universal.

KELSEN[355] e BOBBIO[356] consideram a votação como principal maneira do povo (cidadão eleitor) decidir sobre propostas de governação, quer freando o poder político ou revogando-o.

Enquanto as mudanças constitucionais são materializadas, os ocidentais consideram-nas de regressão democrática. Refere-se, por exemplo, a extensão do mandato presidencial para sete (7) anos[357], eleição do Presidente da República, sem necessidade de uma maioria absoluta, e votação, numa única volta[358], e mandatos presidenciais e governamentais ilimitados. Todas essas alterações são decisões tomadas pelo povo em sufrágio universal, livre, secreto e direto.

HUNTINGTON[359] defende que: "[...] a eleição popular dos principais tomadores de decisões é a essência da Democracia [...]" quando "[...] selecionado através de uma eleição aberta, livre e imparcial. "

O Processo Democrático na África com a introdução da Democracia liberal suscitou uma série de expectativas na população, mas tem sido

---

[355] Para KELSEN "A única maneira de se apurar a vontade do povo é o processo democrático, isto é, eleições com base no sufrágio universal, igualitário, livre e secreto. Sem exagerar excessivamente o efeito de certos abusos que podem ocorrer por toda parte, não se pode negar que, nas democracias ocidentais, as eleições do parlamento e dos chefes do executivo cumprem essas exigências."*In*: KELSEN, Hans. **A Democracia**. Tradução de Vera Barkow et al. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. Títulos originais: *Vomwesenunwertdemokratie; Des problem desparlamentarismus; Foudationsofdemocracy; Derbegriffdesstaates um die sozialpsychologie, mitbesondererberücksichtigung von freuds, theorie der masse; Absolutismeandrelativism in philosophyandpolitics.* p. 261 e 262.

[356] BOBBIO esclarece: [...] porque el régimen democrático es precisamente aquel que más que cualquier otro facilita, y en un cierto modo requiere, la presentación de demandas por parte de los ciudadanos y los grupos. *In:* BOBBIO, Norberto; PONTARA, Giuliano y VECA, Salvatore. **Crisis de la Democracia.** Traducción de Jordi Marfa. 1.ed. Editorial Ariel, S.A. Barcelona, 1985. Título original: *Crisi dela democrazia e neocontattualismo.* p. 15. Disponível em http://scribd.com/Insurgencia Acesso20 mar 2016.

[357] Artigo 3º da Constituição da República de Guiné Equatorial, Lei Fundamental de 16 de fevereiro de 2012. Disponível: http://www.droit-afrique.com/upload/doc/guinee-equatoriale/GE-Constitution-2012-ESP.pdf Acesso 01 de jul 2016.

[358] Artigo 9º da Constituição da República do Gabão, Lei n.º13/2003 de 19 agosto 2003.Disponível: http://www.wipo.int/edocs/lexdocs/laws/fr/ga/ga002fr.pdf Acesso 01 de jul 2016.

[359]HUNTINGTON, Samuel P. **A Terceira Onda:** A democratização no final do século XX. Tradução de Sérgio Goes de Paula. Editora Ática S.A., 1994. Título original: *The third wave: democratization in the late twenteith century.* p. 19.

defraudada com o passar do tempo. Existem indivíduos e partidos políticos que defendem o retorno ao passado – está se referindo ao período ditatorial – porque as coisas, pelo menos ao nível social pareciam estar melhores.

Segundo TEIXEIRA RIBEIRO

> [...] o processo de implantação de numerosas democracias após a queda do Muro de Berlim, impulsionadas de fora para dentro a partir do que Samuel Huntington, denominou de "Terceira Onda" (a das democracias), parece estar retrocedendo. Antigos líderes de regimes autoritários de esquerda começaram a voltar ao poder.[360]

Para FURET[361], a Democracia Liberal vive uma juventude na imaginação dos povos que viveram sob a tirania. Ele defende que se se fizer uma comparação entre o Regime Democrático Socialista Monopartidário ou Ditatorial (militar ou não) vivido até os anos 90 e a Democracia introduzida depois desse período, o segundo representa um paraíso. Porém, na realidade, não tem passado de uma representação, ou seja, uma encenação. Tanto é que a Democracia que foi sendo imposta de uma maneira fundamental à Sociedade e ao Estado africano tem sido uma completa desilusão.

SEIBERT escrevendo sobre o colonialismo, socialismo e a democratização em São Tomé e Príncipe, assevera que "Não há dúvida de que dez anos após a introdução da Democracia multipartidária, o balanço foi largamente negativo."[362]

Seguindo esse viés, CARACCIOLO questiona:

> O comunismo morreu, mas a Democracia não parece estar de perfeita saúde. Custa-lhe a enraizar-se nos países que acabaram de libertar de regime de cariz soviético. Precisamente na altura em que a Democracia moderna parece estar a converter-se, pelo menos nas palavras, no standard universal, o Ocidente vive a crise da sua eficácia e do seu sentido. Poder-se-á dizer que para Democracia, para o Estado liberal democrático, também se anuncia a carreira descendente?[363]

---

[360]VISENTINI, Paulo Fernandes, TEIXEIRA RIBEIRO, Luiz Dario et PEREIRA, AnalúciaDanilevicz. **História da África e dos africanos.** 2.ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013. p. 174.

[361]DAHRENDORF, Ralf, FURET, François et GEREMEK, Bronislaw. **A Democracia na Europa.** Tradução de Maria Jorge Vilar de Figueiredo. Coleções Incursões. Editorial Presença, 1.ed. Lisboa, 1993. Título original: *La Democracia in Europa.* p. 100.

[362] SEIBERT, Gerhard. **Camaradas, Clientes e Compadres.** Colonialismo, Socialismo e Democratização em São Tomé e Príncipe**.** Tradução de Ferreira Marques et al. Coleção: Documenta Histórica. Vega e Autor, 2.ed. 2002. Título original: *Comrades, Clients and Cousins. Colonialism, Socialism and Democratization in São Tomé and Príncipe.* p. 15.

[363] DAHRENDORF, Ralf, FURET, François e GEREMEK, Bronislaw. **A Democracia na Europa.** Tradução de Maria Jorge Vilar de Figueiredo. Coleção Incursões. Editorial Presença. 1.ed.

A Democracia não parece estar bem tanto nos países historicamente considerados democráticos quanto nos países que se tornaram democráticos nos últimos 25 anos. Se na Democracia africana quase que não se verifica alternância política, nos países considerados democráticos há mais de 50 anos, aos cidadãos são lhes negados direitos fundamentais.

O autor BARUS-MICHEL ensina que:

> A Democracia está, assim, colocada sobre o fio da navalha: é preciso assegurar consenso e coesão, a partir de um debate conflitivo permanente; garantir a ordem sem tirar o poder mesmo daqueles (todos) que se submetem ao poder; inventar a mudança e manter a estabilidade; impor uma autoridade que não tem outra legitimidade a não ser a delegação.[364]

Notadamente o Processo Democrático na África passa por "inventar a mudança e manter a estabilidade" uma vez que, apesar dos seus um quarto de século, a Democracia na África ainda não está consolidada.

Por exemplo, é muito difícil precisar o número de países democráticos na África. Quase todos Estados hoje se declaram democráticos e apoiam a Democracia, em princípio, embora geralmente não na prática. A linha que separa os Estados de Direito Democrático e os que não são na África, é tênue.

Certos países (p. ex. Guiné Equatorial, Gabão, Congo) realizam sufrágio universal, livre, direto e secreto, mas o partido que suporta o governo e o seu candidato a chefia do Estado vence quase sempre. Apesar dos resultados eleitorais serem contestados, os "vencedores" permanecem no poder.

Há necessidade de se refundar a Democracia africana, uma Democracia que se crê com ideais, princípios e institutos que se enquadram na realidade de todos os povos africanos. Um modelo democrático que possa facilitar o consenso, a coesão e a inclusão da Sociedade africana, reduzir e, quiçá, sanar a constante Instabilidade Político-Institucional e governativa nos Estados africanos e alavancar o desenvolvimento socioeconômico de África.

DAHL, na sua obra "Sobre a Democracia", em um dado momento

Lisboa, 1993. Título original: *La Democracia in Europa.* p. 99.

[364] BARUS-MICHEL, Jacqueline. A democracia ou a Sociedade sem Pai.*In:* ARAÚJO, José Newton; SOUKI, Léa Guimarães; FARIA, Carlos A. Pimenta de. **Figura Paterna e Ordem Social:** tutela, autoridade e legitimidade nas sociedades contemporâneas. Belo Horizonte: Autêntica/PUC Minas, 2001. p. 34.

observa:

> [...] dizer que determinadas instituições são necessárias não é dizer que elas sejam suficientes para atingir a Democracia perfeita. Em todos os países democráticos há uma grande lacuna entre a Democracia real e a Democracia ideal. Essa lacuna oferece uma dificuldade: poderíamos encontrar maneiras de tornar os países "democráticos" mais democráticos? Se até mesmo os países "democráticos" não são totalmente democráticos, o que poderemos dizer de países que não dispõem das grandes instituições políticas da Democracia moderna - os países não democráticos?[365]

Com tanta dificuldade de se materializar uma Democracia ideal e com a necessidade de democratizar ainda mais os países já considerados democráticos, o peso e a responsabilidade dos dirigentes africanos em compatibilizar a Democracia, o desenvolvimento socioeconômico e a estabilidade governativa e político institucional é maior.

Tem havido iniciativa diversas por parte dos líderes africanos com vista a promoção da segurança, da paz e da Democracia na África. Deste modo, a Organização da Unidade Africana foi transformada em União Africana no ano 2002, com uma visão de "An integrated, prosperous and peaceful Africa, driven by its own citizens and representing a dynamic force in global arena"[366].

Na oitava Sessão Ordinária da Conferência, realizada em Adis Abeba, Etiópia a 30 de janeiro de 2007, foi elaborado a Carta Africana sobre a Democracia, Eleições e Governação com vários objetivos a atingir com destaque para:

- "[...] Promover e reforçar a adesão ao princípio do Estado de Direito fundado no respeito e na primazia da Constituição e da ordem constitucional da organização política dos Estados Partes;
- Promover a realização regular das eleições transparentes, livres e justas a fim de institucionalizar uma autoridade e um governo legítimo, bem como mudanças democráticas de governo;
- Instaurar, reforçar e consolidar a boa governação, promovendo as práticas culturais democráticas, edificando e consolidando as instituições de governação e incalcar o pluralismo e a tolerância política;
- Promover a criação das condições necessárias para incentivar a participação dos cidadãos, a transparência, o acesso à informação, a liberdade de imprensa bem como a obrigação de prestação de contas

[365]DAHL, Robert A. **Sobre a Democracia**.Tradução de Beatriz Sidou. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.Título original: *Ondemocracy.* p. 42.
[366] Disponivel em: https://au.int/en/constitutive-act Acesso 12 de abril de 2017

referente a gestão da coisa pública; [...]"[367]

Dos 13 objetivos todos estão devidamente cimentados na boa governacao e consequentemente na Democracia.

Para referir a alguns: Objetivar a promoção e o reforço a adesão ao princípio do Estado de Direito fundado no respeito e na primazia da Constituição e da ordem constitucional da organização política está intresicamente ligado com o passado sócio histórico africano fruto da colonização, por um lado, por outro implica a promoção da paz, da segurança e a estabilidade do continente.

Objetivar a instauração, o reforço e consolidação da boa governação, promovendo as práticas culturais democráticas, edificando e consolidando as instituições de governação e incalcar o pluralismo e a tolerância política tem seu embasamento no incetivo que deve ser feito com vista a implementação do Estatuto das Nações Unidas e a Declaração Universal dos Direitos Humanos, do Estatuto Africano sobre os Direitos Humanos e Direitos dos Povos.

Objetivar a criação das condições necessárias para incentivar a participação dos cidadãos, a transparência, o acesso à informação, a liberdade de imprensa bem como a obrigação de prestação de contas referente a gestão da coisa pública tem o seu amparo na busca das melhores práticas na organização de eleições e no prol da estabilidade política e da boa governação.

Entretanto, passados cerca 11 anos após a adoção da Carta Africana sobre a Democracia, as Eleições e a Governação por parte dos chefes de Estado e Governo dos Estados membros, o referido tratado continua sem ser implementado porque ainda não obteu o número de ratificação necessária com vista a sua aplicação jurídica por todos os Estados membros.

Em sede de conclusão, neste capítulo, verificou-se que a África até hoje passa por períodos de tensões e conflitos como resultado da colonização. Que após a independência dos territórios africanos mantiveram-se os mesmos traçados fronteiriços. Que os movimentos independentistas que se proclamavam defensores de democracia pluralistas, rapidamente transformaram-se em partidos únicos, dirigidos por ditadores. Que o Processo Democrático retornou

[367] Carta Africana sobre a Democracia, as Eleições e a Governação.

em finais do Século XX, mas tem sido marcado por conflitos eleitorais (pré e pós), demonstrando alguma fragilidade desse regime na África.

CAPíTULO 3

O REGIME DEMOCRÁTICO LIBERAL E O ORDENAMENTO JURÍDICO-CONSTITUCIONAL

3. 1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As mudanças políticas ocorridas em vários países africanos na década de 90, suscitaram grande esperança para o surgimento de um novo quadro estratégico para o desenvolvimento da África. Na maior parte dos casos, as mudanças foram encaradas como um sinal de um novo ímpeto para uma África em busca de um novo horizonte.

Desde a independência, o monopartidarismo e os regimes autoritários cujos traços dominantes foram a concentração e a luta de poderes têm atormentado o jogo político na África. Essa realidade política estava em contradição com o modelo de Democracia pluralista, tendo ficado claro, então, que a realização da alternância nas urnas era uma utopia.

Entretanto, no final da década de 1980 os Estados africanos foram se aproximando do modelo de Democracia liberal. Quando a sociedade civil exigiu a proteção dos direitos e reivindicou por mais liberdade, contribuíram de uma maneira sutil para a mudança de regimes políticos e o advento do regime democrático[368]. Isso provocou a transição para regimes democráticos e adoção por quase todos os Estados Africanos de novo Ordenamento Jurídico-Constitucional.

O Ordenamento Jurídico-Constitucional resultou de consenso nacional ou de uma revisão imposta, consagrando os princípios da Democracia liberal a saber: o multipartidarismo, o princípio da conquista e legitimidade do poder através das eleições livres e transparentes e a limitação do poder pela afirmação do princípio do Estado de Direito Constitucional[369].

A transição para o Regime Democrático Liberal Multipartidário foi feita de uma maneira pacífica e, por vezes, consensual. O novo Ordenamento Jurídico-Constitucional foi sufragado pelos cidadãos eleitores em referendo. Nos Estados que o novo Ordenamento Jurídico-Constitucional não foi submetido ao referendo, as assembleias parlamentares aprovaram uma nova Constituição e novas legislações. Introduziu-se no Ordenamento Jurídico-Constitucional normas e princípios que respeitam os direitos e os deveres fundamentais do cidadão (a liberdade de expressão, o sufrágio universal), a instalação de instituições superiores de controlo constitucional e de contas públicas, as agências reguladoras, a economia de mercado, etc.

A melhoria das condições de vida do cidadão preconizada com a

---

[368] FALL, A.B. **La Charte africaine des droits de l'Homme et des peuples:** entre universalisme et régionalisme. Pouvoir, n.º 129, 2 trimestre, 2009. p. 77-110.

[369] CABANIS, A. et MARTIN, M.L. **Les Constitutions d'Afrique francophone. Évolutions récentes.** Karthala. Paris, 1999; BOURGI, A. **L'évolution du constitutionnalisme en Afrique:** du formalisme à l'effectivité. RFDC n.º 52, 2002/4. p. 721-748.

Democracia multipartidária não foram alcançadas. Os governantes continuam agindo como se estivessem vivendo num regime ditatorial, a fragilidade das novas instituições, a natureza pessoal e étnica dos atores políticos têm contribuído para instalação da Instabilidade Político Institucional. Esse fenômeno ensombra o Processo Democrático, desestabiliza o Estado de Direito Constitucional, põe em causa os ganhos políticos e jurídicos consagrados no Ordenamento Jurídico-Constitucional e adia a consolidação da Democracia liberal nos Estados Africanos.

As eleições continuam sendo o único meio pacífico de substituir os governantes e é por meio delas que se reconhece que o poder político é provisório. Na África, as eleições precisam ser reapropriadas, reavaliadas e inovadas, visando o seu devido enquadramento jurídico-legal, bem como sociocultural nos Estados Africanos.

Os partidos políticos constituem a manifestação essencial da Democracia, desempenhando o papel de promotores da Sociedade. O advento da Democracia pluralista permitiu a separação da instituição partido da instituição Estado, mas também o aparecimento no cenário político africano de partidos políticos sem qualquer projeto político. Porque o resultado eleitoral condiciona a ascensão de um partido político a governação e pode determinar a sua existência, dai que os atores políticos africanos estão buscando uma forma jurídico-legal a fim de poderem travar a constituição de novos partidos políticos, sem condicionar a Democracia multipartidária.

O Tribunal Constitucional tem responsabilidade de dirimir os conflitos políticos, eleitorais, institucionais, etc. Desse modo, na Democracia pluralista, o Poder Judicial conta com este órgão ou instituição com sua valência para levar a cabo esse desiderato. Incumbe ao Poder Judicial, no Estado de Direito Constitucional, salvaguardar os direitos, as liberdades e as garantias constitucionais dos cidadãos de uma maneira imparcial. Embora ciente de que, por via eleitoral, o Poder Judicial está umbilicalmente ligado ao Poder Executivo e o Poder Legislativo, ainda assim, o Ordenamento Jurídico-Constitucional deve assegurar os limites de separação e interdependências de cada um desses Poderes.

3.2. O REGIME DEMOCRÁTICO LIBERAL MULTIPARTIDÁRIO

A Democracia liberal, que se tornou o modelo preferido para as Sociedades civis africanas, constituíra a base das reivindicações sociopolíticas. Como um regime de governação que garante o princípio da liberdade, a Democracia levará a um descongelamento, uma decomposição dos sistemas institucionais africanos.

Dessa forma, a dinâmica institucional adoptada pelos Estados Africanos nos finais dos anos 80 e princípio dos anos 90 do século XX, induziram a Sociedade civil a promover reivindicações sociais e políticas que, em perspectiva, contribuiram para projetar a alteração do Ordenamento Jurídico-Constitucional que tornou favorável a introdução da Democracia liberal. Essa nova dinâmica institucional, fruto do compromisso entre os atores políticos, revelou o consenso político como um elemento de garantia do jogo político democrático.

Ao consagrarem a Constituição como a norma fundamental[370]que plasma o ideal da Sociedade desejada, os atores sociopolíticos escolheram, pelo menos, as eleições, como a única forma dos cidadãos manifestaram que são verdadeiros detentores da soberania nacional[371].

No entanto, a sobreposição de condições políticas e jurídicas que fazem parte da dimensão constitutiva do Estado ajudou a estabelecer um quadro normativo consensual que revelou um elemento de progresso jurídico na África. Ao constituir um elemento de estabilidade e continuidade do Estado[372], o

---

370 POIRMEUR, Y. et ROSENBERG, D. **La doctrine constitutionnelle et le constitutionnalisme français.***In:* Centre Universitaire de Recherches Administratives et Politiques de Picardie. Les usages sociaux du droit. PUF, Paris, 1989. p. 230-251; MELEDJE, DJ. F. **Principe majoritaire et constitutionnalisme en Afrique.** Revue Ivorienne de Droit, n.º 39, 2008. p. 16-20; KPODAR, A. **Bilan sur demi-siècle de constitutionnalisme en Afrique noire francophone.**Disponível em: http//:afrilex.u-bordeaux4.fr>Doctrine>Articles>Afrilex. Acesso 20 janeiro 2015.

371 ROSSEAU, D. **Droit du contentieux constitutionnel.**Montchrestien, Paris, 2010. p. 367; GUEYE, B. **La démocratie en Afrique: succès et résistances.** Paris, 2007. p. 7-15.

372 QUERMONNE, J.L. **Les régimes politiques occidentaux.** Collection Points Essais, 5ème édition. Paris, 2006. p. 64-70; PHILIP, X. **La spécificité du droit de transition dans la construction des États démocratiques:** l'exemple de l'Afrique du Sud. *In:* SERMET L., (sous la direction de), Droit et Démocratie en Afrique du Sud. L'Harmattan, Paris, 2001. p. 36;

constitucionalismo tardio, sem dúvida, fez do reinvestimento político uma garantia da expressão da diferença e da aceitação das críticas como promoção de um quadro democrático ideal.

Esse constitucionalismo[373], que reflete um novo modo de vida político, cujas principais características são instituições livres, governos representativos, eleições livres e transparentes, garantias concedidas à liberdade individual, liberdade de expressão e ausência de todas as formas de opressão política, só pode surgir de um compromisso político que obriga os atores políticos a reorientarem o jogo político em torno do respeito do Ordenamento Jurídico-Constitucional.

Pode-se dizer, portanto, que esse novo desenvolvimento político, cujo objetivo é sobretudo assegurar a sustentabilidade do regime democrático[374], implica uma sucessão política normal e uma transferência de poder pacífica, pelo menos um modo de vida político baseado na exaltação do princípio da maioria[375], o que certamente possibilita a ideia da realização da alternância nas urnas[376].

Ao consagrar a liberalização do espaço político, os Estados Africanos substituirá os regimes políticos autoritários pelo Regime Democrático Liberal Multipartidário. Isso veio permitir claramente uma interação entre as reivindicações discursivas dos poderes e a vontade subversiva das sociedades

---

SALCEDO, C. **La transition démocratique sud-africaine.**LGDJ, Fondation Varenne, Collection de thèses. Paris, 2011. p. 18-20.

373 O Constitucionalismo é uma teoria jurídica que estabelece o princípio de que o poder soberano e os direitos fundamentais devem ser garantidos por uma Constituição escrita, em particular por causa da supremacia que lhe é concedida na hierarquia das normas. A este respeito, é diferente da legitimidade que, ao tornar a lei única expressão da soberania da nação, estabelece seu primado. Para DENQUIN, no significado atual, o constitucionalismo designa um movimento que busca implementar um ideal pelos meios adequados do direito constitucional. Seu conteúdo é, portanto, variável, já que o objetivo visado está em mudança. Para ele, a Constituição é definida hoje como "democracia por direito".In: DENQUIN J. Situation présente du Constitutionnalisme. Quelques réflexions sur l'idée de démocratie par le droit. Jurispoliticum, n.º 1, s. d., p. 1-11. Disponivel em: http://www.juspoliticum.com/Jean-Marie-Denquin-Situation.html Acesso 20 jan 2015.

374 SEYDOU, Madani. **L'alternance politique au Sénégal em mars 2000 et la Constitution du 22 janvier 2001.** *In:* Mélanges en l'honneur de Lavroff D.G. La Constitution et les valeurs. Dalloz, Paris, 2005. p. 607-608.

375 MELEDJE, DJ. F. **Principe majoritaire et constitutionnalisme en Afrique.** Paris, 2007. p. 16-20.

376 BOURGI, A. **L'évolution du constitutionnalisme en Afrique:** du formalisme à l'effectivité. RFDC, n.º 52. Paris, 2002. p. 721; GAUDUSSON, J. **Défense et illustration du constitutionnalisme en Afrique après quinze ans de pratique du pouvoir.** Paris, 2002. p. 610.

civis emergentes de conquistar mais espaços de liberdades[377].

O Processo Democrático abriu caminho para a instalação do multipartidarismo, fazendo com que o Ordenamento Jurídico-Constitucional sofresse alterações, objetivando albergar novos institutos jurídicos e instituições democráticas.

Decorridos um quarto do século da iniciação democrática, registra-se progressos e recúos, mas de um modo geral tem havido a instalação, o funcionamento e a modernização das instituições democráticas nos Estados Africanos.

O Processo Democrático nesses Estados, apesar das deficiências que ainda fazem-se sentir, tem vindo a aperfeiçoar-se. Registra-se melhorias em alguns setores e instituições democráticas, podendo dizer-se mesmo que está caminhando a passos largos rumo à consolidação democrática e quiça a um constitucionalismo africano.

BOBBIO ensina que

> Um ordenamento não nasce num deserto, deixando de lado a metáfora, a Sociedade civil sobre a qual se forma um ordenamento jurídico, como é, por exemplo, o do Estado; não é uma sociedade natural, completamente privada de leis, mas uma Sociedade na qual vigem normas de vários gêneros, morais, sociais, religiosas, usuais, consuetudinárias, regras convencionais e assim por diante. O novo ordenamento que surge não elimina nunca completamente as estratificações normativas que o precederam: parte daquelas regras vem a fazer parte, através de um reconhecimento expresso ou tácito, do novo ordenamento, o qual, deste modo, surge limitado pelos ordenamentos precedentes.[378]

Ao não se eliminar completamente as “estratificações normativas” do passado, essencialmente no que tange às instituições democráticas, abre-se caminho a um conflito, uma tensão política, que poderá transformar numa Instabilidade Político-Institucional.

Sabe-se que num Estado de Direito Constitucional não se pode ter no

---

377 LISSOUCK, F.F. **Le discours de la Baule et le pluralisme en Afrique noire francophone. Essai d'analyse d'une contribution à l'instauration de la démocratie dans les États d'Afrique noire d'expression française.**D.E.A. Science politique. IEP-Lyon, 1994. p. 101.

378 BOBBIO, Norberto. **Teoria do Ordenamento Jurídico.**Tradução de Maria Celeste Cordeiro Leite dos Santos. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 6.ed. 1995. Título original: *Teoria dell ‘ordinamentogiuridico.* p. 41 e 42.

Ordenamento Jurídico-Constitucional em vigor, legislação do regime autoritário com as do regime democrático, porque elas são incompatíveis em muitos aspectos.

FERRAJOLI escreve que “Las constituciones son siempre el producto de rupturas revolucionarias y de pactos fundadores o refundadores de la convivência civil”[379] e são elaboradas pelos constituintes eleitos ou designados para o efeito. BOBBIO assevera que “O poder constituinte é o poder último ou, se quisermos, supremo, originário, num ordenamento jurídico.”[380]

Quando uma assembleia constituinte reúne e toma decisão, está investida deste poder supremo e originário, capaz que a permite aprovar alterações ou estabelecer um novo Ordenamento Jurídico-Constitucional. Certamente, quando usa assembleia, seu poder de constituinte a faz convicta de que a Constituição e as demais legislações não serão um foco de Instabilidade Político-Institucional.

Reconhece-se que “el derecho y la democracia son construcciones humanas: dependen de la política y de la cultura, de la fuerza de los movimientos sociales y del empeño de cada uno de nosotros. Y de su presente y de su futuro todos nosotros tenemos parte de responsabilidad”[381] pelo que é pertinente que os artífices dessas construções façam-nas preconizando uma Estabilidade Político-Institucional duradoura em que as instituições democráticas possam ter suas atribuições bem definidas.

DAHL ministra que

> Uma constituição pode ajudar a proporcionar estabilidade às instituições políticas básicas [...]. Ela não apenas estabeleceria uma estrutura democrática de governo, mas também asseguraria todos os necessários direitos e garantias que exigem as instituições políticas básicas.[382]

---

[379] FERRAJOLI, Luigi. **Democracia y Garantismo.** Tradução de Perfecto A. Ibáñes et al. Edicion Miguel Carbonell. Madrid: Editorial Trotta, 2008. p. 35.(Sem o título original no exemplar utilizado).

[380] BOBBIO, Norberto. **Teoria do Ordenamento Jurídico.** Tradução de Maria Celeste Cordeiro Leite dos Santos. Brasília: editora Universidade de Brasília, 6.ed. 1995. Título original: *Teoria dell ‘ordinamentogiuridico.* p. 58.

[381] FERRAJOLI, Luigi. **Democracia y Garantismo.**Tradução de Perfecto A. Ibáñes et al. Edicion Miguel Carbonell. Madrid: Editorial Trotta, 2008. p. 41.(Sem o título original no exemplar utilizado).

[382] DAHL, Robert A. **Sobre a Democracia.**Tradução de Beatriz Sidou. Brasília: editora

Bem ensina DAHL que a Estabilidade Político-Institucional, num Estado de Direito Constitucional, também tem a ver com a maneira que for concebida e elaborada a Constituição para este Estado.

A estruturação constitucional deve prever um Sistema de Governo com distribuição de poder equilibrado entre os órgãos políticos, os direitos, liberdades e as garantias do cidadão devem estar assegurados. O autor alerta ainda que "uma Constituição bem planejada, ajudaria as instituições democráticas a sobreviverem, ao passo que uma Constituição mal elaborada poderia contribuir para o rompimento das instituições democráticas."[383]

Para o parlamentar e dirigente político são-tomense, NEVES, qualquer mudança que se queira fazer num Estado "deve-se começar por uma revisão constitucional, reforma das instituições e reestruturação do aparelho administrativo e funcional do Estado"[384] sob pena de se promover mudanças ligeiras sem qualquer impacto na melhoria das qualidades de vida da população.

Acontece que, na passagem para a Democracia, os Estados de Direito Democráticos têm feitos "meras concesiones o simples copias de las [constituições] europeas, como aquellas con las que cuentan muchos ordenamientos autoritarios o democracias frágiles."[385]

Na prática, os novos Estados de Direito Constitucional têm adotados Ordenamento Jurídico-Constitucional que, no fundo, são meras cópias dos ordenamentos europeus, das antigas potências coloniais.

Quando um Ordenamento Jurídico-Constitucional for uma mera cópia de outro ordenamento, haverá uma gama de dificuldades na sua aplicação, sua interpretação e tende a conduzir, certamente, à Instabilidade Político-Institucional.

Universidade de Brasília, 2001. Título original: *Ondemocracy*.p. 141.

383 DAHL, Robert A. **Sobre a Democracia.**Tradução de Beatriz Sidou. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.Título original: *Ondemocracy*.p. 146.

384NEVES, Delfim Santiago das. **A verdade da História.** Edição Modelo Indústria Gráfica. 1.ed. São Tomé, 2016. p. 379.

385 FERRAJOLI, Luigi. **Democracia y Garantismo.**Tradução de Perfecto A. Ibáñes et al. Edicion Miguel Carbonell. Madrid: Editorial Trotta, 2008. p. 35.(Sem o título original no exemplar utilizado).

RANCIÈRE ensina que

> As leis da democracia, ao contrário, pretendem valer para todos os casos. São como receitas que um médico que está prestes a viajar deixa de uma vez por todas, seja qual for a doença que se deva tratar. Mas essa universalidade da lei é uma aparência enganosa. Na imutabilidade da lei, não é o universal da ideia que o homem democrático honra, mas o instrumento de seu bel-prazer. Em linguagem moderna, diremos que, sob o cidadão universal da constituição democrática, devemos reconhecer o homem real, isto é, o indivíduo egoísta da sociedade democrática.[386]

O Ordenamento Jurídico-Constitucional não pode ser universal, no sentido de ser uniforme para todos os Estados de Direito Constitucional. Cada país tem especificidade própria, sua cultura, sua tradição política. E os homens que constituem a cultura, a tradição política, têm suas ambições que não podem ser expressas numa "receita médica" universal.

Deve-se, contudo, reconhecer que há princípios democráticos que são universais, devem valer para e em todos os Estados de Direito Constitucional, mas eles também não são imutáveis. Daí que DAHL defende que

> [...] não seria má ideia se um país democrático reunisse mais ou menos uma vez a cada vinte anos um grupo de estudiosos, líderes políticos e cidadãos bem informados para avaliar sua Constituição, não apenas à luz da experiência, mas também do corpo de conhecimentos em rápida expansão obtidos de outros países democráticos.[387]

É certo que não se pode estar permanentemente revendo e atualizando o Ordenamento Jurídico-Constitucional. Quanto mais vezes se altera a Constituição e legislação, haverá uma maior dificuldade na sua interpretação e aplicabilidade que poderá resultar consequentemente na Instabilidade Político-Institucional.

Seguindo a cronologia de BRETON[388], as Constituições africanas de "primeira geração" (de 1960 a meados dos anos 70), foram diretamente inspiradas do modelo colonial e com uma tendência pluripartidária objetiva, vão rapidamente ceder lugar aos regimes mais erráticos, caracterizados pela

---

[386]RANCIÈRE, Jacques. **O Ódio à Democracia**. Tradução de Mariana Echalar. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2014. Título original: *La haine de ladémocratie.* p. 49-50.

[387] DAHL, Robert A. **Sobre a Democracia.**Tradução de Beatriz Sidou. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. p. 158. Título original: *Ondemocracy.*

[388] BRETON, J.M. **Trente ans de Constitutionalisme d'importantion dans les pays d'Afrique noire francophone entre mimétisme et réception critique: cohérences et incohérences.**L'Harmattan. Paris, 2002. p. 1-5.

centralização e confiscação do poder[389]. No contexto do partido único, o presidencialismo tornou bastante próspero e a Assembleia Nacional, símbolo por excelência da representatividade, passa a atuar como uma mera caixa de ressonância das decisões presidenciais.

O segundo período (dos meados da década de 70 ao princípio dos anos 90) é a recepção crítica de modelos exôgenos. Verifica-se a discrepância absoluta com a prática dos chefes de Estado e os reajustes musculados (por golpes de Estado) a que eles geraram, obrigando a aclimatização do sistema. Nesse período, as potências coloniais e os parceiros econômicos - que pareceu acomodar durante o primeiro período de um exercício minímo da Democracia pluralista e liberal[390] - vão ensaiar de influenciar o novo sistema político. Nas Constituições africanas de segunda geração, por conseguinte, procurou-se responder a uma dupla preocupação: a renovação e a africanização.

E se o fim do segundo período marca o advento do multipartidarismo nos Estados Africanos, são as conferências nacionais que vão atestar cada vez mais a vontade de africanização das ferramentas políticas. Tendo tomado emprestado maneiras endógenas de resolução de conflitos[391], as conferências nacionais vão se multiplicar e se diversificar durante a primeira metade da

---

389 "De fato, o partido único e presidencialismo personalizado se impôs em Senegal, onde Léopold Sedar SENGHOR aprisionou o seu Primeiro-Ministro e suprimiu definitivamente este posto. Em Costa do Marfim, HOPHOUËT-BOIGNY, que afastou em 1959 o opositor Jean-Baptiste MOCKEY, acusando-o de conspiração mística do "gato preto", acaba também com as pretenções do Sanwi e o movimento de Kragbe Gnagbe. No vizinho Burkina Faso, Maurice YAMÉOGO, que não se atreveu a proibir o exercício do pluralismo consagrado na Constituição, lança numa ginástica jurídica e política para erradicar toda oposição, bem como sindicatos. Para além de encarcerar, exilar ou nomear como embaixador seus principais opositores, YAMÉOGO fez aprovar, em 1964, uma lei obrigando os sindicatos a se filiarem na Organização de Unidade Sindical Africana, sob pena de dissolução imediata, uma vez que esta organização sindical africana só aceitava um representante de cada país e o Burkina Faso já estava representado por um sindicato próximo do YAMÉOGO, o UNST-HV. Desse modo, anunciou-se o fim de todos os outros sindicatos." In: DIARRA, S. **Les faux complots d'Houphouë-Boigny.** Karthala. Paris, 1997. p. 174; MUASE, K. **Syndicalisme et démocratie en Afrique noire:** l'expérience du Burkina Faso (1936-1988).Editions Karthala. Paris, 1989. p. 69.

390 As razões são conhecidas. Primeiramente, os novos Estados Africanos independentes são não-alinhados (dispensa sem dúvidas uma aplicação conforme a democracia pluralista). Depois, o sistema monopartidário pressupõe conter as rivalidades étnicas e religiosas que um multipartidarismo precoce provocaria.

391 BOLLE, S. **Des Constitutions "made in" Afrique.**Disponível em: http://droitConstitutionnel.org/congresmtp/textes7/BOLLE.pf Acesso 20 jan 2015.

década de 90[392].

O terceiro período (fim dos anos 90 ao princípio de 2000) é marcado pela aproximação entre o modelo constitucional e a prática, notadamente com uma existência real da diversidade institucional e partidária, vai anunciar a morte do sincretismo institucional. As conferências nacionais são produtos, com efeito, de resultados diversos, por vezes, seus opositores esperavam em razão de disposições e lógicas contraditórias que tendiam a se excluir[393]. O novo constitucionalismo é caracterizado pelo regresso a ortodoxia ocidental[394] que vai realmente se intrometer durante esse terceiro período no debate político e jurídico.

O multipartidarismo é aplicado embasado nas disposições constitucionais e os dirigentes, essencialmente os chefes de Estado, tomaram a consciência da necessidade de constitucionalizar, na ausência de legitimidade, sobretudo no que tange ao mandato representativo[395]. Esse novo mosaico político, que agora está concorrendo com os partidos políticos, exige um fortalecimento das instituições, em particular do Tribunal Constitucional, para decidir disputas eleitorais que são mais importantes e mais equilibradas do que antes. No entanto, embora várias decisões tenham dado entrada, a justiça constitucional no processo democrático africano não tem conseguido superar as

---

[392] As conferências tiveram lugar sucessivamente em: São Tomé e Príncipe (Julho a Dezembro de 1989), Bénin (19-28 de fevereiro de 1990), Gabão (27 de março a 19 de Abril de 1990), Congo (25 de fevereiro a 10 de junho de 1991), Togo (10 de julho a 28 de agosto de 1991), Niger (29 de julho a 3 de novembro de 1991), Mali (29 de julho a 12 agosto de 1991), ex-Zaire "Congo Democrático" (7 de agosto a 6 de dezembro de 1992) e Tchad (15 de janeiro a 7 de Abril de 1993).

[393] Para RAYNAL "A africanização do sistema político tentou sobretudo uma conciliação entre a confiscação do poder e os princípios de democracia representativa, pluralista e liberal. RAYNAL, J. J. **Conférence nationale, État de droit et Démocratie. Quelques réflexions sur une occasion manquée.***In:* GAUDUSSON J (dir.) **La création du droit en Afrique.**Éditions Karthala. Colection Hommes et Societes. Paris, 1997. p. 165.

[394] Para BRETON "Ao retornar a esses valores reconhecidos como universais hoje, tem havido muito mais adesão a um conjunto de princípios que transcendem regimes e épocas do que a mera reprodução do quadro institucional que servirá apenas como suporte." BRETON, J. M. Trente ans de Constitutionnalisme d'importation dans les pays d'Afrique noire francophone entre mimétisme et réception critique: cohérences et incohérences. L'Harmattan. Paris, 2002. p. 4.

[395] CONAC escreve: "Deste modo, Omar Bongo do Gabão não exitou em 2003 de modificar a Constituição a fim de ser reeleito; Idriss Deby do Tchad tentou em 2005; enquanto que Abdoulaye Wade do Sénégal não deixou de ser tentando a instrumentalizar a Constituição em 2008, restabelecendo o mandato de sete anos." In: CONAC, G. **Quelques réflexions sur le nouveau Constitutionnalisme africain.**Economica. Paris, 2001. p. 26-32.

vicissitudes dos regimes africanos.

É imperioso que fazedores da política têm em conta que “O tempo está do lado da Democracia”[396] e que “o desenvolvimento econômico torna a Democracia possível; a liderança política a torna real. Para as Democracias se tornarem reais, as elites políticas terão que acreditar minimamente que a Democracia é um mal menor como forma de Governo para suas Sociedades e para elas próprias”.[397]

3.3. A INSTABILIDADE POLÍTICO-INSTITUCIONAL

A consequência mais visível da mudança do anterior regime para o Regime Democrático Liberal Multipartidário em África tem sido a Instabilidade Político-Institucional. A mudança envolve um conjunto de transições dentro dos partidos que estavam no poder, bem como do Estado. No Estado, as mudanças não cingem só na parte política, mas também a liberalização econômica. Assim, para muitos Estados Africanos, a Instabilidade Política-Institucional chegou ou aumentou de proporcionalidade com a Democracia pluralista.

Bem ensina RANCIÉRE quando escreve que “A Democracia triunfava, mas era necessário ter em mente tudo que seu triunfo significava: levar a Democracia a outro povo não é levar apenas os benefícios do Estado Constitucional, eleições e imprensa livres. É levar também bagunça”.[398] E parece que a bagunça tem sido mais fácil pôr na prática do que melhorias no Ordenamento Jurídico-Constitucional que pudesse permitir eleições e imprensas livres, melhorias na condição de vida, combate a corrupção.

No Regime Democrático Socialista Monopartidário e nos regimes ditatoriais africanos não há registos de tanta Instabilidade Político-Institucional

---

[396] HUNTINGTON, Samuel P**. A Terceira Onda:** A democratização no final do século XX. Tradução de Sérgio Goes de Paula. Editora Ática S.A., 1994. p. 307. Título original: *The thirdwave: democratization in the late twenteith* century.

[397] HUNTINGTON, Samuel P. **A Terceira Onda:** A democratização no final do século XX. Tradução de Sérgio Goes de Paula. Editora Ática S.A., 1994. p.307. Título original: *The thirdwave: democratization in the late twenteithcentury*.

[398] RANCIÈRE, Jacques. **O Ódio à Democracia.**Tradução de Mariana Echalar. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2014. Título original: *La haine de la démocratie.* p. 14.

como na atualidade. As forças de segurança atuavam e qualquer manifestação que pudesse resultar no afastamento do chefe do Estado e do Governo, recebia uma carga muito forte. Havia um controle bastante cerrado dos cidadãos, inclusive das suas movimentações.

Assim sendo, as autoridades eram substituídas quando um dirigente viesse a falecer naturalmente ou por meio de um golpe de Estado ou insurreição armada.

No Processo Democrático, a alternância política, podendo ser o Presidente da República – chefe de Estado e chefe de Governo –, Presidente da República – chefe de Estado – e Primeiro-Ministro – chefe de Governo –, passou a ser feita por via do sufrágio universal, onde os dirigentes partidários e candidatos presidenciais apresentam Programa de Governo e/ou Manifesto Eleitoral para ser sufragado pela Sociedade; particularmente, os cidadãos eleitores que acabam escolhendo o que entendem melhor, conforme leciona FINLEY[399] e MIGLINO[400].

A crise econômica e financeira que tem vindo a assolar o mundo, coloca em causa os equilíbrios sociais, evidencia as vulnerabilidades dos Estados mais deficitários e contribuem para o aumento da falta de confiança nas instituições políticas e até nos próprios Governos.

Quando as promessas feitas pelo partido e candidato vencedor não são satisfeitas em tempo recorde, a oposição, ou os adversários políticos, fazendo uso dos direitos e liberdades que lhes são conferidos pelo Ordenamento Jurídico-Constitucional, saem às ruas, promovem manifestações, greves, que acabam muitas as vezes levando ao derrube do Governo.

O derrube do Governo pode acontecer das seguintes maneiras: no

---

[399] FINLEY ensina que "[...] as eleições são aristocráticas, não democráticas: elas introduzem o elemento da escolha reflexiva, da seleção das "melhores pessoas", *os aristoi*, em vez do governo por todos."*In:* FINLEY, Moses I. **Democracia Antiga e Moderna.** Edições Graal Lda, 1988. Título original: *Democracy ancient and modern*.p. 32.

[400] MIGLINO leciona: "A democracia é, então, uma concorrência entre grupos elitistas, os partidos políticos, capitaneados por seus líderes. É uma "competição para o comando" em que os dirigentes estão lutando para ganhar o poder com as palavras, em vez de violência, propondo-se aos eleitores." *In:*MIGLINO, Arnaldo. **A Cor da Democracia**. Coleção Jacinto Nelson de Miranda Coutinho. São Paulo: Editorial Conceito. Centro de Estudos Jurídicos, 2010. p. 113.

Sistema de Governo Presidencial, o Presidente não suporta mais a pressão dos cidadãos manifestando nas ruas, convoca eleições antecipadas; no Sistema de Governo Parlamentar e no Sistema de Governo Misto, o Presidente da República, ouvindo as manifestações das ruas, demite o Primeiro-Ministro, o Governo perde o apoio parlamentar nas Assembleias e o Governo pode ser vítima de uma Moção de Censura.

Tendo em conta que a África é um continente composto de Estados que são atravessados por diversas Nações, considerando que o fim do monopartidarismo abriu o caminho para instalação da corrupção e dos interesses de grupos, a Democracia africana fica caracterizada por alienação.

Os grupos étnicos minoritários começaram a se sentir abandonados, perseguidos e prejudicados pelos grupos étnicos maiores ou que estão no poder. E isto acontece antes, durante e depois das campanhas eleitorais. Dai que nalguns Estados africanos as Constituições e as demais legislação contêm princípios que visam salvaguardar a inclusão da nação.

Não obstante inclusão desses preceitos no Ordenamento Jurídico-Constitucional, tem havido deslealdade institucional entre os órgãos políticos, o que gera mais instabilidade. Essa forma de agir de determinados dirigentes africanos, tem feito de alguns Estados africanos de Estados frágeis, com uma Democracia débil e o Processo Democrático doentio.

Importa sublinhar que a rapidez que os atores na oposição quererem chegar ao poder e o fato de muitos se agarrarem ao poder, recusando saírem quando perdem as eleições, faz com que os institutos e as instituições políticas não sejam respeitados.

MIGLINO ensina que

> As instituições democráticas são projetadas para tornar viável a participação, de modo que os conflitos entre aqueles que têm diferentes interesses não sejam resolvidos através da violência ou de opressão, mas mediante um processo em que todos possam fazer valer as suas razões, expondo-as aos outros.[401]

Entretanto, muitos continuam sem entender esse pressuposto, tudo

[401] MIGLINO, Arnaldo. **A Cor da Democracia**. Coleção Jacinto Nelson de Miranda Coutinho. São Paulo: Editorial Conceito. Centro de Estudos Jurídicos, 2010. p. 41.

porque, como escrevera TOCQUIVILLE, há mais ou menos duzentos anos

> As instituições democráticas despertam e afagam a paixão da igualdade sem nunca poder satisfazê-la inteiramente. Essa igualdade completa, escapa todos os dias das mãos do povo. No momento em que ele pensa agarrá-la, ela foge, [...], uma fuga eterna; o povo inflama em busca desse bem tanto mais precioso por estar perto o bastante para ser conhecido, longe o bastante para não ser provado. A possibilidade de ter êxito comove-o, a incerteza do sucesso irrita-o; ele se agita, se cansa, se azeda. Tudo o que o supera por algum viés parece-lhe então um obstáculo a seus desejos, e não há superioridade tão legítima cuja visão não canse seus olhos.[402]

HUNTINGTON observa que

> A estabilidade dos regimes democráticos depende, primeiro, da capacidade das principais elites políticas – líderes partidários, chefes militares, líderes empresariais – de agir juntos para tratar dos problemas enfrentados pela Sociedade e não explorar tais problemas em busca de sua imediata vantagem política ou material.[403]

E "a estabilidade da Democracia depende da capacidade do povo de distinguir entre o regime e os Governos e governantes".[404]

Para que o povo consiga fazer tal distinção, torna-se necessário que a Sociedade esteja vocacionada para tal, que o cidadão eleitor tenha uma instrução que lhe permite fazer escolhas sem ser manipulado.

Constata-se que os dirigentes políticos têm mais interesse em chegar ao poder ou permanecer nele do que realmente resolver os problemas que afligem a Sociedade. Daí que conhecedores do nível da instrução da população exploram politicamente os problemas socioeconômicos e inclusive étnicos no intuito de tirar vantagem política sobre seu adversário. Isso também gera tensão, conflitos e crise política, em suma, provoca Instabilidade Político-Institucional.

DAHL leciona que "atingir a estabilidade democrática não é simplesmente navegar num mar sem ondas; às vezes, significa enfrentar um clima enlouquecido e perigoso"[405], uma vez que a elite política que deveria apelar a população para união, para a paz, não o faz. Dirigentes fazem discursos

---

[402] TOCQUEVILLE, Alexis de. **A Democracia na América.** Livro 1 Leis e costumes. Tradução de Eduardo de Brandão. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. Título original: *Dela Démocratie em Amérique*, p. 231-232.

[403] HUNTINGTON, Samuel P. **A Terceira Onda**: A democratização no final do século XX. Tradução de Sérgio Goes de Paula. Editora Ática S.A., 1994. Título original: *The third wave: democratization in the late twenteith* century. p. 254.

[404] HUNTINGTON, Samuel P. **A Terceira Onda:** A democratização no final do século XX. Tradução de Sérgio Goes de Paula. Editora Ática S.A., 1994. Título original: *The third wave: democratization in the late twenteith* century. p. 255.

[405] DAHL, Robert A. **Sobre a Democracia.**Tradução de Beatriz Sidou. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. Título original: *On democracy.* p. 173.

incendiários, semeando ódio entre a população, promovendo revanchismo e vingança, incentivando a violência, o que dificulta cada vez mais se chegar a estabilidade que todos auguram.

TOCQUEVILLE escreveu

> O mundo que se ergue ainda está em parte sob os escombros do mundo que cai e, no meio da imensa confusão que os assuntos humanos apresentam, ninguém poderia dizer o que permanecerá de pé das velhas instituições e dos antigos modos e o que acabará por desaparecer.[406]

O Regime Democrático Liberal Multipartidário tem estado a erguer-se dos escombros de um regime ditatorial, autoritário, que o direito a diferença não era aceito, que não havia a participação política. Os construtores do novo Regime provêm do anterior, por isso, padecem ainda dos mesmos vícios e mazelas, apresentam tendências ditatoriais.

Não obstante tudo isso, o Processo Democrático prossegue e, como bem assinala HUNTINGTON, "o que determina a sobrevivência das novas Democracias não é, primariamente, a gravidade dos problemas que enfrentam ou sua capacidade de resolvê-los. É a maneira pela qual os líderes políticos reagem à sua incapacidade de resolver os problemas enfrentados pelo país".[407]

BOBBIO leciona que

> […] la ingobernabilidad entendida como consecuencia de la desproporción entre demandas que provienen cada vez en mayor número de la sociedad civil y la capacidad que tiene el sistema político para responder a las mismas. Nos vemos obligados a constatar cada día más que la máquina estatal, incluso la más perfecta, se ha hecho demasiado débil y demasiado lenta para satisfacer todas las demandas que los ciudadanos y los grupos le formulan.[408]

A Democracia pluralista disponibilizou mais oportunidades de escolha à população que, consequentemente, passou a ser mais exigente. E no meio de tantas exigências, os governantes ficam quase sem saber o que devem

---

[406] TOCQUEVILLE, Alexis de. **A Democracia na América.** Livro II Sentimentos e Opiniões. Tradução de Eduardo de Brandão. 1.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004. Titulo original: *De la Démocratie en Amérique* Vol. II. p. 405.

[407] HUNTINGTON, Samuel P. **A Terceira Onda:** A democratização no final do século XX. Tradução de Sérgio Goes de Paula. Editora Ática S.A., 1999. Título original: *The third wave: democratization in the late twenteith* century. p. 254.

[408] BOBBIO, Norberto; PONTARA, Giuliano y VECA, Salvatore. **Crisis de la Democracia**. Traducción de Jordi Marfa. 1.ed. Editorial Ariel, S.A. Barcelona, 1985. Título original: *Crisi dela democrazia e neocontattualismo.* p. 14. Disponível em: http://scribd.com/Insurgencia Acesso 01 de maio de 2014.

satisfazer primeiramente. Se é a construção de uma sala de aula ou se é abastecimento de água potável a uma comunidade.

Quando as promessas eleitorais apresentadas pelos partidos políticos e seus candidatos são sufragadas pelo cidadão eleitor, e as mesmas não forem satisfeitas, em vez dos adversários políticos fazerem politiquice com essa situação, fragilizando ainda mais ação governativa, deveriam entender que “a incapacidade dos novos regimes democráticos de resolver problemas contextuais duradouros e graves não significa necessariamente seu colapso”.[409]

Na sua obra intitulada "Les Systèmes Politiques Africains", GONIDEC assevera que instabilidade constitucional é um mal comum na África[410].

GONIDEC sublinha que na África deve-se distinguir três determinantes que possam estar na origem de Instabilidade Político-Institucional a saber: mudanças governamentais, revisões constitucionais e alteração ao sistema político constitucional com recurso à violência.[411]

Fazer mudança governamental num Estado de Direito Constitucional não só é normal, como é saudável, pois contribui para a consolidação democrática. A mudança governamental permite que haja renovação do aparelho do Estado, galvaniza novas energias, evita a esclerose política e a cristalização política em torno de uma figura.[412]Todavia, não é assim que as

---

[409] HUNTINGTON, Samuel P. **A Terceira Onda:** A democratização no final do século XX. Tradução de Sérgio Goes de Paula. Editora Ática S.A., 1994. Título original: *The third wave: democratization in the late twenteith century*.p. 253.

[410] GONIDEC escreve: "L'instabilité constitutionnelle est le mal commun de nombreux Etats Africains, à tel point que certains ont finalement renoncé à adopter une constitution écrite. Ainsi l'Algérie a vécu sans constitution entre 1965 et 1976. Le Togo n'a plus de constitution depuis 1967. En revanche, d'autres Etats connaissent une stabilité assez remarquable du fait qu'ils ont conservé le même constitutions depuis l'indépendance [...]" In: GONIDEC, P. F. **Les Systèmes Politiques Africains.** Bibliothéque Africaine et Malgache. Tome XXVII. Deuxiéme Édition, entièrement refondue. Libraire Générale de Droit et de Jurisprudence. Paris, 1978. p. 249.

[411]GONIDEC, P. F. **Les Systèmes Politiques Africains.** Bibliothéque Africaine et Malgache. Tome XXVII. Deuxiéme Édition, entièrement refondue. Libraire Générale de Droit et de Jurisprudence. Paris, 1978. p. 246.

[412]GONIDEC assevera: "[...] fréquence des remaniements ministériels. Même dans un régime politique stable, il est tout à fait normal, et même souhaitable, que le personnel politique soit renouvelé de temps à autre pour éviter la sclérose de l'appareil d'État ou la cristallisation de situations personnelles, préjudiciables au bon fonctionnement de la machine politique." In: GONIDEC, P. F. **Les Systèmes Politiques Africains.** Bibliothéque Africaine et Malgache. Tome XXVII. Deuxiéme Édition, entièrement refondue. Libraire Générale de Droit et de Jurisprudence. Paris, 1978. p. 246.

mudanças governamentais são vistas no continente negro.

O segundo ponto gerador da Instabilidade Político-Institucional referida por GONIDEC são as revisões ou alterações constitucionais feitas pelos detentores do poder, muitas das vezes para permanecerem no poder. Da mesma forma que as revisões constitucionais funcionam como determinantes da instabilidade na África, a sua não revisão também age do mesmo modo. Uma vez que "la conservation d'une constitution ne signifie pas toujours que cette constitution continue à être appliquée"[413]e ao não ser aplicada, poderia estar perante uma situação de instabilidade.

Tem casos de certos Estados na África, com aparente estabilidade constitucional[414], mas que de fato vivem numa instabilidade resultado das alterações consagradas constitucionalmente pelo detentor do poder.

A terceira e última causa apontada para Instabilidade Político-Institucional na África, por GONIDEC, continua sendo as alterações constitucionais, mas desta feita as que são implementadas com violência. São as alterações impostas por meio de golpe militar ou um conflito bélico.

HUNTINGTON, ensina que

> A desilusão e a queda de expectativas que ela [Democracia] produz são os fundamentos da estabilidade democrática. As democracias se consolidam quando as pessoas aprendem que a democracia é uma solução para o problema da tirania, mas não necessariamente para qualquer outro problema.[415]

Não se pode esperar que a Democracia seja o fim das dificuldades e constrangimentos.

A Democracia pluralista tem sido ensombrada pela Instabilidade Político-Institucional, estagnando, de certo modo, o Processo Democrático, contribuindo assim para desestabilizar o Estado de Direito Constitucional, pondo

---

[413]GONIDEC, P. F. **Les Systèmes Politiques Africains.** Bibliothéque Africaine et Malgache. Tome XXVII. Deuxiéme Édition, entièrement refondue. Libraire Générale de Droit et de Jurisprudence. Paris, 1978.p. 249.

[414]GONIDEC, P. F. **Les Systèmes Politiques Africains.** Bibliothéque Africaine et Malgache. Tome XXVII. Deuxiéme Édition, entièrement refondue. Libraire Générale de Droit et de Jurisprudence. Paris, 1978. p. 250.

[415] HUNTINGTON, Samuel P. **A Terceira Onda:** A democratização no final do século XX. Tradução de Sérgio Goes de Paula. Editora Ática S.A., 1994. Título original: *The third wave: democratization in the late twenteith* century. p. 257.

em causa os ganhos políticos e jurídicos consagrados no Ordenamento Jurídico-Constitucional durante os primeiros anos da democratização, retardando desse modo a consolidação democrática.

A constatação que se faz é que, há mais de duas décadas depois da prática democrática, a transmissão e transição do poder político nem sempre tem obedecido aos princípios constitucionais. Ela continua sendo influenciada por procedimentos ilegais[416] que refletem uma anormalidade da vida política constitucional feita de fluxo e refluxo, de continuidade e de ruptura, de permanência e de mutações. A deficiência democrática tomou proporções alarmantes, ao ponto de que a questão da sucessão dos dirigentes africanos continuaram a ser alimentandas pela doutrina constitucional africana e sobretudo das Sociedades civis africanas[417].

Questiona-se, se uma das principais conquistas do retorno à Democracia liberal, a saber, a liberdade de expressão e do sufrágio universal como meio de legitimação e devolução do poder, tem-se cristalizando cada vez mais a vida política na África, ao ponto de tornar algo em vão e ineficaz.

3.4. O ORDENAMENTO JURÍDICO-CONSTITUCIONAL

O Ordenamento Jurídico-Constitucional passa a comportar novos órgãos e instituições públicas, com diversas competências. Refere-se, por exemplo, às comissões eleitorais, à instalação de instituições superiores de controlo, às agências reguladoras, à adoção da economia de mercado, ao sufrágio universal, à consagração de princípios constitucionais de direitos e liberdades político e social a todo cidadão.

Cada caso de Processo Democrático é único e depende de diferentes

---

[416] GUÈYE, B. **Les coups d'État en Afrique entre légalité et légitimité.** Droit sénégalais, n.º 9, novembre 2010, p. 259-277; AÏVO, F. J. **La crise de normativité de la Constitution en Afrique.** RDP, n.º 1, janvier-février 2012. p. 141; SOUARÉ, I. **Guerres civiles et coups d'État en Afrique de l'Ouest: comprendre les causes et identifier des solutions possibles.**L'Harmattan. Paris, 2007. p. 144.

[417] M'BODJ, E.H. **La sucession du chef d'État en droit constitutionnel africain. Analyse juridique et impact politique.** Thèse pour le Doctorat d'Ètat en Droit. Université Cheick ANTA DIOP, Dakar, 1991. p. 536.

especificidades de cada país, de cada região, de cada continente; depende da estrutura de cada Estado; depende do Ordenamento Jurídico-Constitucional, do Sistema de Governo adotado; depende ainda da composição étnica e religiosa, bem como do nível de desenvolvimento socioeconômico do país.

Porque o Processo Democrático depende de vários fatores e determinantes. No caso da África, os países que enveredaram por esse Processo, viveram e continuam vivendo situações assaz periclitantes com efeitos maléficos, em alguns casos, no funcionamento da Sociedade e do Estado.

O Ordenamento Jurídico-Constitucional não pode variar de acordo as circunstâncias do poder em que hoje serve e amanhã já não serve. Quando um Ordenamento Jurídico-Constitucional é bastante instável, a situação política no país também se torna instável.

Desse modo, como bem ensina DAHL

> Uma constituição pode ajudar a proporcionar estabilidade às instituições políticas básicas [...]. Ela não apenas estabeleceria uma estrutura democrática de governo, mas também asseguraria todos os necessários direitos e garantias que exigem as instituições políticas básicas.[418]

Qualquer mudança constitucional deve ser fruto de uma sensibilização dos fazedores da política, do envolvimento da Sociedade civil organizada. Mormente nos Estados em que as instituições de controle são frágeis, os políticos são propensos à corrupção, existe um cidadania multi-étnica e multi-religiosa, multi-partidário pelo que apenas "uma constituição bem planejada ajudaria as instituições democráticas a sobreviver, ao passo que uma constituição mal elaborada poderia contribuir para o rompimento das instituições democráticas."[419]

Enquanto alguns países africanos fizeram diversas alterações constitucionais, outros mantiveram a mesma depois da independência. Tem casos de países que por mais dez anos não vigorou nenhuma constituição e

---

[418]DAHL, Robert A. **Sobre a Democracia.**Tradução: Beatriz Sidou. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. p. 141. Título original: *On democracy.*

[419]DAHL, Robert A. **Sobre a Democracia.**Tradução: Beatriz Sidou. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. p. 146. Título original: *On democracy.*

países ainda que a suspenderam pura e simplesmente. Contudo, não obstante, não terem efetuadas as alterações constitucionais, o país foi atravessado por instabilidade.

Assim sendo, apenas uma alteração ao Ordenamento Jurídico-Constitucional que tome em conta os pontos fortes e fracos, as ameaças e as oportunidades de quaisquer Estado Africano, conjugando-os de uma forma deliberada, promovendo a emissão de diplomas legislativos que seja aceite e respeitado por todos os atores políticos independentemente da sua origem e das circunstâncias políticas, poderá por fim à Instabilidade Político-Institucional.

3.4.1. O SISTEMA ELEITORAL

Segundo CHARVIN, não pode haver Democracia sem eleições[420] e as eleições merecem a Democracia, porque esta dá aos cidadãos eleitores a liberdade de escolha. São, além de um simples procedimento técnico, um ritual social que reflete a expressão de uma escolha popular destinada a estabelecer a representatividade dos governantes. Sinônimo de liberdade, a eleição bem entendida supõe uma competição política aberta que, controlada pelos orgãos independentes para as questões de transparência e integridade[421], pode levar a uma mudança de maioria, ou seja, promover a alternância do poder.

A fonte do poder flui da vontade dos cidadãos, isto é, do soberano, expressa através das urnas. A eleição veio substituir os golpes de Estado, ou seja, a questão da alternância governamental passa a ser feita por meio do sufrágio universal. Interpretada como um critério de evolução democrática, o sufrágio traduz a aceitação da nova dinâmica institucional que faz da legitimidade popular a única maneira unanimemente admitida para aceder ao poder.

Desse modo, a Democracia torna o poder um lugar provisório por

---

[420] CHARVIN, R. **Le droit de suffrage, stade suprême de la démocracie?.** In: Études offertes à MOURGEON, J. Pouvoir et liberté. Bruylant. Bruxeles, 1998. p. 131; ONDO, T. L'autorité des décisions des juridictions constitutionnelles en Afrique noire francophone. RJPIC, n.º 4, 2012. p. 464-465.

[421] CONAC, G. **Démocratie et élections.***In:* VETTOVAGLIA, J. P. et autres. Démocratie et élections dans l'espace francophone. Bruylant. Bruxelles, 2010. p. 27.

meio das eleições. Daí a importância do Sistema Eleitoral. Porque apenas a organização das eleições em intervalos regulares pode levar a uma mudança de governantes, mesmo que a fraude eleitoral, em certos aspectos, comprometa a verdadeira expressão do sufrágio como base de acesso ao poder.

Pensadores como DUVERGER[422], SARTORI[423], NOHLEN[424], DAHL[425] e LIJPJERT[426], apenas para citar alguns, escreveram centenas de páginas analisando, discutindo e propondo ideias sobre a conceitualização, o tipo, a classificação para o Sistema Eleitoral e Sistema de Partidos. De modo que existe um sem número de páginas produzidas que tecem considerações nessa matéria, abordando e relacionando esses sistemas com Democracia, com Sistema de Governo, com Estabilidade Político-Institucional, etc.

Embora toda essa panóplia de meditações sobre o Sistema Eleitoral e Sistema de Partidos, o autor espera promover uma reflexão desses sistemas. Num primeiro momento, debruçara sobre o Sistema Eleitoral, para depois se abordar o Sistema de Partidos. Reconhece que abordar essas duas matérias em separado é deveras complicado, uma vez que são temas intrinsecamente ligados.

No começo do século XX, quando mais da metade das Nações que hoje existem era simplesmente territórios colonizados, nos poucos Estados que se autoproclamavam democráticos ou eram considerados democráticos, já

---

[422] DUVERGER, Maurice. **Los Partidos Políticos.** Traducción Julieta Campos, Enrique González Pedrero. Vigesimosegunda reimpresión. Sección de Obras de Política y Derecho. Fondo de Cultura Económica. México, D. F. 2012. Título original. *Les Partis politiques.*

[423] SARTORI, Giovani. **Partidos e Sistemas Partidários.** Tradução Waltensir Dutra. Edição Brasileira rev. e ampl. Rio de Janeiro: Zahar: Brasilia: Editora Universidade de Brasília, 1982. Título original: *Parties and party system.*Vol I

[424] NOHLEN, Dieter. **Sistemas Electorales y Partidos Políticos.** Sección de Obras de Política y Derecho. 1. édicion. Universidad Nacional Autónoma de México. Fondo de Cultura Económica. México, D.F. 1994; **Elecciones y Sistemas Electorales.** Fundación Friedrich Elbert. Editorial Nueva Sociedad. 3. edición. Caracas, 1995; **Sistema de Gobierno, Sistema Electoral y Sistema de Partidos Políticos:** opciones institucionales a la luz del enfoque histórico-empírico. México: Tribunal Electoral del Poder Judiciario de la Federación: Instituto Federal Electoral: Fundación Friedrich Nauman. México, DF. 1999; **Sistema Electoral en su contexto.** 1. edición. Universidad Autónoma de México. Suprema Corte de Justicia de la nación. Benemérita Universidad Autónoma de Puebla. México, D.F., 2008.

[425] DAHL, Robert A. **A Democracia e seus Críticos.**Tradução: Patrícia de Freitas Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 2012. Título original: *Democracy and its critics.*

[426] LIJPHART, Arend. **Modelos de Democracia:** formas de gobierno y resultados en treinta y seis países. Traducción de Carme Castellnou. 1.edición. Editorial Ariel, SA. Barcelona, 2000. Título original: *Patterns of democracy*

existiam pelo menos, nada mais nada menos do que trezentas variedades[427] de Sistema Eleitoral de representação proporcional.

Passado um século e tendo em conta que quase todos aqueles territórios conquistaram a independência e passados cerca de 40 anos após a terceira onda da democratização[428], com certeza que esse número já está de longe ultrapassado. Por isso, que este capítulo vai abordar o que ensina e defende alguns pensadores neste ramo de saber.

O Sistema Eleitoral não é um instrumento jurídico legal neutro, não é um simples direito. É muito mais do que isso. É um conjunto de normas, regras e princípios ordenados no direito eleitoral de um determinado Estado e que são necessariamente parte integrante do Ordenamento Jurídico-Constitucional e acompanha sempre o Processo Democrático, quer se trata de uma Democracia a ser instalada, quer seja na fase de consolidação.

Assim sendo, contrariamente ao que se pode pensar, o Sistema Eleitoral não objetiva tão simplesmente converter os votos em mandatos ou assento numa assembleia e/ou no parlamento, ou ainda determinar a chefia do Executivo nacional, estatal, regional e local. O Sistema Eleitoral adotado e adaptado para um Estado de Direito Constitucional, influência os resultados eleitorais e, consequentemente, a estrutura parlamentar.

Além disso, o Sistema Eleitoral adotado determina o Sistema de Governo, força a orientação política do regime democrático, joga um papel preponderante, senão mesmo determinante na organização político partidária.

Nesse sentido, DUVERGER assevera que o

> [...] sistema de partidos y sistema electoral son dos realidades indisolublemente ligadas, a veces incluso difíciles de separar mediante el análisis: la exactitud mayor o menor de la representación política, por ejemplo, depende del sistema electoral y

---

[427] FISICHELLA escreve: " Secondo Ferdinand Hermens, già prima della guerra 1914-1918 era possible contare qualcosa come trecento varietà di sistemi elettorali a rappresentanza proporzionale. Non so se la cifra sia esatta, ma di certo il numero dei sistemi elettorali, proporzionali o maggioratari, è rilevante, come varrà a dimostrare una sia pur rapida rassegna dei tipi consueti, e comunque tecnicamente o storicamente degni di menzione." *In*: FISICHELLA, Domenico. **Elezioni e democracia**: Un'analisi comparata. Società Editrice il Mulino Bologna. Bologna, 1982. p. 151 e 152.

[428] HUNTINGTON, Samuel P. **A Terceira Onda:** A democratização no final do século XX.Tradução de Sérgio Goes de Paula. Editora Ática S.A., 1994. p. 23.

> del sistema de partidos, considerados como elementos de un mismo complejo, raramente aislables uno del otro.[429]

Por outro lado, SARTORI explica que "A força de um partido é, em primeiro lugar, a sua força eleitoral"[430]. Ora, se a força do partido está no seu poderio eleitoral, conclui-se que o Sistema Eleitoral incute um carácter vencedor e/ou perdedor aos partidos como consequência das eleições.

Para NOHLEN, o Sistema Eleitoral, o Sistema de Partidos e o Sistema de Governo fazem todos parte de uma trilogia institucional, política e governamental, pelo que adverte

> El científico social con ambiciones de ingeniería institucional tiene que tomar en cuenta, respecto a la forma de gobierno y al sistema electoral, el factor político, resumido aquí en el tercer elemento de nuestra trilogía, en el sistema de partidos políticos.[431]

DAHL, por sua vez, sublinha que

> [...] o processo democrático confere aos cidadãos um leque abrangente de direitos, liberdades e recursos suficientes para lhes permitir participar de maneira plena, como cidadãos iguais, da tomada de todas as decisões coletivas às quais estão obrigados.[432]

Por fim, nesse conjunto de considerações, LIJPHART, no “Modelos de Democracia”, considera que as instituições e normas democráticas mais importantes podem ser agrupadas em duas dimensões separadas, em que a primeira agruparia características da organização do poder executivo, do Sistema de Partidos, do Sistema Eleitoral e do grupo de interesse[433].

Para além desses autores, com obras publicadas em diversas línguas, existem outros pensadores, como ARGUIERE, que sustentam que o

---

[429] DUVERGER, Maurice. **Los Partidos Políticos.** Traducción Julieta Campos, Enrique González Pedrero. Vigesimosegunda reimpresión. Sección de Obras de Política y Derecho. Fondo de Cultura Económica. México, D. F. 2012. p. 232. Título original. *Les Partis politiques.*

[430] SARTORI, Giovani. **Partidos e Sistemas Partidários.** Tradução Waltensir Dutra. Edição Brasileira rev. e ampl. Rio de Janeiro: Zahar: Brasilia: Editora Universidade de Brasília, 1982. p. 146. Título original: *Parties and party system.* Vol I.

[431] NOHLEN, Dieter.**Sistema de Gobierno, Sistema Electoral y Sistema de Partidos Políticos:** opciones institucionales a la luz del enfoque histórico-empírico. México: Tribunal Electoral del Poder Judicial de la Federación: Instituto Federal Electoral: Fundación Friedrich Naumann, 1999. p. 20 e 21.

[432] DAHL, Robert A. **A Democracia e seus Críticos.**Tradução: Patrícia de Freitas Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 2012. p. 277. Título original: *Democracy and its critics*.

[433] LIJPHART, Arend. **Modelos de Democracia:** formas de gobierno y resultados en treinta y seis países. Traducción de Carme Castellnou. 1.edición. Editorial Ariel, SA. Barcelona, 2000. p. 14. Título original: *Patterns of democracy.*

Estado de Direito Constitucional deve ter mecanismos próprios e regras que permitam o povo aceder ao poder e que, com certeza, só poderia ser feita por meio da eleição dos seus representantes:

> En un Estado Constitucional democrático, deben existir mecanismos y reglas para el acceso al poder de manera que todo el pueblo participe en la elección de sus representantes. Entenderemos por sistema electoral: "el conjunto de normas, instituciones y procedimientos que regulan la organización de las elecciones, la integración de los órganos de representación popular y, generalmente, a los partidos políticos.[434]

Com efeito, é através das eleições que se enquadram no Sistema Eleitoral adotado que o cidadão eleitor terá a oportunidade de participar de maneira ativa nas decisões políticas do Estado de Direito Constitucional a que pertence.

Quando analisamos a dimensão populacional de países como a Índia, os EUA, a Nigéria, o Brasil e a Alemanha, por exemplo, a partida, está afastada qualquer possibilidade de haver uma Democracia direta num contexto nacional, como se fazia na Grécia Antiga. Desse modo, os Estados de Direito Constitucional estabeleceram no seu Ordenamento Jurídico-Constitucional um conjunto de dispositivos normativos que pudessem facultar a participação dos cidadãos eleitores na tomada de decisão.

Na sua obra «Sistemas Electorales y Partidos Políticos» NOHLEN sustenta que:

> Los sistemas electorales constituyen una parte del más extenso concepto del derecho electoral, et que, sin embargo, en sentido estricto puede ser entendido sólo como el requisito legal del derecho de elegir y de ser elegido.[435]

Quando os interesses do povo são salvaguardados pelos seus representantes, em que os representantes são eleitos e para que haja eleição deve estar consagrado no Ordenamento Jurídico-Constitucional dispositivos legais.

Deste modo, o Sistema Eleitoral, por meio do direito eleitoral,

---

[434] AGUIRRE, Pedro (coord) *Alemania*. Instituto Federal Electoral. Colección Sistemas Políticos y Electorales Contemporáneos Número 3. México, 2001. Página 10.

[435] NOHLEN, Dieter. **Sistemas Electorales y Partidos Políticos.** Sección de Obras de Política y Derecho. 1. édicion. Universidad Nacional Autónoma de México. Fondo de Cultura Econômica. México, D.F. 1994. p. 34.

preconiza os métodos democráticos de eleger e ser eleito, estabelece a periodicidade das eleições, a sua forma, dentre outros.

Para DAHL, "o processo democrático precisa ser concretizado de alguma forma no mundo real - em procedimentos, instituições, associações, Estados, etc, que verdadeiramente existam"[436] o que pressupõe que "para viver juntos numa associação, seus membros necessitarão de um processo de tomada de decisões quanto aos princípios, regras, leis, políticas e condutas da associação, e assim por diante."[437]

Quando o autor refere a “ser concretizado” esta abordando a necessidade de haver regulamentacao ou seja consignação no Ordenamento Jurídico-Constitucional das questões que brigam com os direitos civis e políticos, neste último que e espelhado através do direito eleitoral que integra o Sistema Eleitoral.

KELSEN[438]assegura que apenas pode-se apurar a vontade do povo através das eleições, que devem primar pelo princípio da universalidade, igualdade, liberdade e serem secretas.

HUNTINGTON[439] concorda com essa linha de pensamento, uma vez que assevera que a escolha dos governantes é a pedra basilar da Democracia. Ou seja, sem eleições, na ótica desse pensador, não há Democracia.

Com um ponto de vista próximo de HUNTINGTON, aparece o FERRAJOLI, quando afirma que a Democracia assenta sobre a formação das decisões colectivas:

> [...] la democracia consiste únicamente en un método de formación de las

---

[436] DAHL, Robert A. **A Democracia e seus Críticos.**Tradução: Patrícia de Freitas Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 2012. p. 185. Título original: Democracy and its critics.

[437] DAHL, Robert A. **A Democracia e seus Críticos.**Tradução: Patrícia de Freitas Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 2012. p. 127. Título original: *Democracy and its critics.*

[438] KELSEN, Hans. **A Democracia.** Tradução dos originais em alemão: Vera Barkow; dos originais em inglês: Jefferson Luiz Camargo, Marcelo Brandão Cipolla; dos originais em italiano: Ivone Castilho Benedetti. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. 261 e 262. Títulos originais: *Vom wesen un wert demokratie; Des problem des parlamentarismus; Foudations of democracy; Derbegriffdes staates um die sozialpsychologie, mit besonderer berücksichtigung von freuds, theorie der masse; Absolutisme and relativism in philosophy and politics.*

[439] HUNTINGTON, Samuel P. **A Terceira Onda:** A democratização no final do século XX.Tradução de Sérgio Goes de Paula. Editora Ática S.A., 1994. p. 261.

> decisiones colectivas: precisamente, en el conjunto de las reglas que atribuyen al pueblo, y por tanto a la mayoría de sus miembros, el poder – directo o a través de representantes – de asumir decisiones.[440]

Acresce dizer que BALDINI e PAPPALARDO[441] asseveram que o Sistema Eleitoral pode ser definido como conjunto de regras e normas que regem a transformação do voto do cidadão eleitor em mandatos.

Enquanto isso, NOHLEN[442] refere que para a adoção de um determinado Sistema Eleitoral tem que se ter em conta os fatores histórico e sócio-políticos de cada país, uma vez que o Sistema repousa nesses agentes.

Olhando para os vários modelos do Sistema Eleitoral que superabunda nos diferentes Estados de Direito Constitucional no mundo afora, prevalecem três modelos: o majoritário, o proporcional e o misto ou combinado. Dentro de cada um desses modelos existe uma grande variação de Sistemas, ao ponto de tornar difícil a sua padronização.

DUVERGER ressalta que

> Podemos esquematizar la influencia general del modo de escrutinio en las tres fórmulas siguientes: 1.º, la representación proporcional tiende a un sistema de partidos múltiples, rígidos, independientes e estables (salvo el caso de movimientos pasionales); 2.º, el escrutinio mayoritario de dos vueltas tiende a un sistema de partidos múltiples, flexibles, dependientes y relativamente estables (en todos los casos); 3.º, el escrutinio mayoritario de una sola vuelta tiende al sistema dualista, con alternativas de los grandes partidos independientes.[443]

Entretanto, BALDINI e PAPPALARDO[444] classificam o Sistema Eleitoral em três dimensões: a formula eleitoral, a dimensão da circunscrição e o limite eleitoral.

Para a fórmula eleitoral, justificam a conversão do voto em mandato

---

[440] FERRAJOLI, Luigi. **Democracia y Garantismo.** Edición Miguel Carbonell.Traducción de Perfecto A. Ibáñes, et al. Madrid: Editorial Trotta, 2008. p. 77.

[441] BALDINI, Giafranco y PAPPALARDO, Adriano. **Sistemi elettorali e partiti nelle democrazie contemporanee.**Editori Laterza. Roma, 2004. p. 3.

[442] NOHLEN, Dieter. Sistemas Electorales y Partidos Políticos. Sección de Obras de Política y Derecho. 1. édicion. Universidad Nacional Autónoma de México. Fondo de Cultura Económica. México, D.F. 1994. p. 37.

[443] DUVERGER, Maurice. **Los Partidos Políticos.** Traducción Julieta Campos, Enrique González Pedrero. 22. reimpresión. Sección de Obras de Política y Derecho. Fondo de Cultura Económica. México, D. F. 2012. p. 232 e 233. Título original. *Les Partis politiques.*

[444] BALDINI, Giafranco y PAPPALARDO, Adriano. **Sistemi elettorali e partiti nelle democrazie contemporanee.**Editori Laterza. Roma, 2004. p. 5.

ou assento parlamentar; para a dimensão da circunscrição, determina-se o número de mandato ou de deputados (representantes) a serem eleitos dentro de uma freguesia, um município, um distrito, uma província, um estado ou ao nível nacional. Sustentam ainda que o limite eleitoral trata do número de voto necessário para que um partido possa obter um assento num órgão representativo.

Ora, considerando que o número candidatos sempre é superior ao número de mandatos em qualquer órgão representativo, se estabelece um número mínimo e/ou máximo de lugares para essa representação. É nessa base que os candidatos concorrem para os respectivos lugares.

Em meio a isso tudo, KELSEN, defende que

> O sistema de representação proporcional é a máxima aproximação possível ao ideal de autodeterminação no âmbito de uma democracia representativa e, portanto, o tipo mais democrático de sistema eleitoral, exatamente pelo fato de não exigir uma luta competitiva pelo voto popular.[445]

Enquanto DAHL apresenta uma outra tese:

> A representação proporcional e os sistemas multipartidários tendem a caminhar juntos. Tipicamente, em países de representação proporcional, os eleitorados são fragmentados. Um único partido, raramente, ganha a maioria das cadeiras, que dirá a maioria dos votos eleitorais. Os gabinetes de coalizão são a regra geral. E as coalizões estáveis costumam exigir a construção de um consenso.[446]

Depreende-se que DAHL não reconhece a teoria defendida por KELSEN, tendo em conta que este último considera que o Sistema Eleitoral em que se aplica a formula eleitoral proporcional é a que melhor espelha a autodeterminação de uma democracia representativa, enquanto o primeiro descarta essa possibilidade.

Pode-se afirmar, sem risco de errar, que para DAHL o Sistema Eleitoral, que tem como fórmula eleitoral proporcional, promove a Instabilidade Político-Institucional devido a abertura que ela deixa para que haja um grande

---

[445] KELSEN, Hans. **A Democracia.** Tradução dos originais em alemão: Vera Barkow; dos originais em inglês: Jefferson Luiz Camargo, Marcelo Brandão Cipolla; dos originais em italiano: Ivone Castilho Benedetti. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. 281. Títulos originais: *Vom wesen un wert demokratie; Des problem des parlamentarismus; Foudations of democracy; Derbegriffdes staates um die sozialpsychologie, mit besonderer berücksichtigung von freuds, theorie der masse; Absolutisme and relativism in philosophy and politics.*

[446] DAHL, Robert A. **A Democracia e seus Críticos.**Tradução: Patrícia de Freitas Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 2012. p. 250. Título original: *Democracy and its critics.*

número de partidos políticos e logo o eleitorado fica bastante fragmentado, o que dificulta o alcance de consenso que permita a governação.

No que tange à formula eleitoral majoritária, significa tão simplesmente que vence na circunscrição o candidato ou a lista partidária que obtiver o maior número de votos. Nessa formula eleitoral, destaca-se o escrutínio nominal, plurinominal, de uma volta e de duas voltas.

No escrutínio nominal há um mandato por circunscrição e cada cidadão eleitor dispõe de apenas uma escolha; no plurinominal existem vários mandatos por circunscrição e cada cidadão eleitor pode votar de acordo ao número de mandatos, mas não poderá votar duas vezes, por exemplo, num mesmo candidato.

No escrutínio de uma volta, vence o candidato que obtiver o maior número de votos, não havendo necessidade de obter maioria absoluta. Quer dizer que o candidato é eleito mesmo quando obtém maioria relativa. Já o escrutínio de duas voltas, para que o candidato seja eleito, ele precisa de obter maioria absoluta dos votos expressos na urna. Caso nenhum candidato obtenha a maioria absoluta, os dois candidatos mais votados vão a uma segunda volta (segundo turno).

Como já se tem descrito, África atravessou por diversos momentos bons e maus até que o Processo Democrático retorna-se ao continente berço da humanidade. Logo após a conquista da independência e em alguns casos, antes da independência - a Seychelles, por exemplo - as eleições eram práticas nos territórios africanos.

Entretanto, conquistada a independência, outras questões ganharam mais destaque, passaram a jogar um papel mais preponderante para os africanos e para a comunidade internacional no que toca a África. Daí, as eleições foram relegadas para segundo plano, tendo mesmo sido extinta a sua universalidade. Assunto como "partido único", "construção nacional", "regimes militares" e sobretudo "política de desenvolvimento" tiraram lugar às eleições.[447]

[447] BAYART, Jean-François, CONSTANTIN, François, COULON, Christian et MARTIN, Denis. **Par**

BAYART[448] considera as eleições em África como um fenômeno extremamente recente, afirmando ainda que trata de algo concebido por organizações políticas estrangeiras fora do continente negro. Todavia, como qualquer fenômeno que ocorre no mundo, o Sistema Eleitoral na África é marcado por três períodos: o pré-colonial, ou seja, o período antes da invasão das terras africanas; a experiência da colonização, que são cerca de 500 anos, a partir do século XV, que significou a destruição, a desestruturação das organizações políticas africanas autóctones; e a experiência pós-colonização, ou seja, depois das independências que têm a ver com o nacionalismo, a negritude e o socialismo africano.

A organização das eleições políticas baseam na competição entre os partidos políticos e foi introduzida na África durante o período colonial, mormente depois da Segunda Guerra Mundial, e faz parte do processo de recepção do direito constitucional ocidental. As elites africanas primeiramente adquiriram experiência, prática do Sistema Eleitoral ocidental, notadamente durante o período que precedeu a independência.

Assim sendo, quase todas as Constituições africanas, no alvor da independência, faziam referências as eleições livres, ao sufrágio universal, aos partidos políticos. As primeiras Constituições consagraram o multipartidarismo como expressão política do pluralismo social.

O Sistema Eleitoral está carregado de uma série de fatores determinantes encerrados no tempo. Os africanos têm uma experiência depois da independência que se enquadra tanto na inovação como na reapropriação, bem como na reavaliação do passado, do desenvolvimento sócio-económico e inclusive das contradições dentro das comunidades e sociedades africanas.[449]

---

le canal du scrutin. Comment dépouiller les élections africaines? *In*: Aux Urnes l'Afrique! Elections et pouvoirs en Afrique noire. Institut d'Études Politiques de Bordeaux. Centre d'Étude d'Afrique Noire. Éditions A. Pedone. Paris, 1978. p. 1.

[448] BAYART, Jean-François, CONSTANTIN, François, COULON, Christian et MARTIN, Denis. **Par le canal du scrutin. Comment dépouiller les élections africaines?** *In*: Aux Urnes l'Afrique! Elections et pouvoirs en Afrique noire. Institut d'Études Politiques de Bordeaux. Centre d'Étude d'Afrique Noire. Éditions A. Pedone. Paris, 1978. p.5.

[449] BAYART, Jean-François, CONSTANTIN, François, COULON, Christian et MARTIN, Denis. **Par le canal du scrutin. Comment dépouiller les élections africaines?** *In:* Aux Urnes l'Afrique! Elections et pouvoirs en Afrique noire. Institut d'Études Politiques de Bordeaux. Centre d'Étude

Como um fenômeno recente, as eleições na África precisam ser reapropriadas, reavaliadas e inovadas para que possam se adaptar ao contexto e realidade africana, a fim de dar respostas as exigências da população africana em geral e em particular dos cidadãos eleitores.

Por ser recente, a África enfrenta desafios como a desconstrução do seu passado bastante penoso, com repercussões até o presente, tendo em conta as divisões implantadas, o que dificulta a consolidação do Processo Democrático, causando forte Instabilidade Político-Institucional, em maior parte dos casos tendo generalizado em guerras civis ou conflitos pós-eleitoral.

Quando surgem conflitos, o Sistema Eleitoral adotado geralmente é o primeiro a ser posto em causa pelo candidato derrotado ou pelo partido politico que perde as eleições. O saldo final das eleições, independentemente da formula eleitoral adotada, tem causado mais divisão numa sociedade tão heterogênea como é a África. A lágrima, a dor e o sangue que têm sido companhias do Processo Democrático.

Partindo-se do princípio que o estabelecimento progressivo dos princípios e valores da Democracia liberal torna explícita a possibilidade de uma transição democrática para África, implica que esses princípios e valores sejam também os principais critérios para a avaliação da Democracia. De fato, a ascensão ao poder político antes envolvia contornos violentos, por exemplo, golpe de Estado. Mas a liberalização dos sistemas políticos introduziu a organização de eleições disputadas como um novo paradigma no contexto político africano que traduziu uma evolução democrática.

Daí que, quando a transparência e a integridade eleitoral estiverem reunidas, a evolução democrática torna-se um sinal distintivo da aceitação da competição eleitoral e uma garantia da abertura dos sistemas políticos largamente dominados pelo poder personalizado.

BASEDEAU afirma que "nenhum sistema eleitoral pode evitar completamente que as pessoas derrotadas numa eleição se sintam infelizes

---

d'Afrique Noire. Éditions A. Pedone. Paris, 1978. p. 6 e 7.

devido aos resultados das eleições"[450] e reforça a sua tese ressaltando que

> [...] não existe um sistema eleitoral ideal a ser aplicado universalmente, em qualquer local e a qualquer momento. O sistema ideal deve ser elaborado de acordo com as condições específicas de cada país, tendendo ao seu contexto histórico, social e político.[451]

Tese esta reconhecida e defendida por CINTRA, quando escreve

> Nenhum sistema eleitoral é perfeito. De cada sistema eleitoral se pedem efeitos diversos, não raro conflituantes, muito difíceis de obter, de modo satisfatório, numa solução equilibrada que os concilie e seja aceita pelos vários grupos que disputam o poder político.[452]

Notadamente, no Processo Democrátio na África, a questão das eleições políticas chama uma atenção particular da comunidade internacional. Não é surpreendente, porque as eleições constituem uma atividade concreta, visível e fácil de conseguir apoio financeiro.

3.4.2. O SISTEMA DE PARTIDOS

O Sistema de Partidos num certo país é fruto de uma história longa e complexa, de modo que pode ser explicado, por exemplo, que o multipartidarismo da França não seja o mesmo da Grã-Bretanha, que difere igualmente dos Estados Unidos, não obstante o parentesco entre essas civilizações.

Assim, o que é aceitável na Europa num certo momento de sua história, não é necessariamente aceito na África num outro momento. O papel dos partidos na Europa é indissociável da concepção individualista do voto resultado da filosofia dos iluministas. Além disso, os partidos políticos

---

[450] BASEDAU, Matthias. **Princípios básicos e fórmulas de diferentes sistemas eleitorais: funções e efeitos teóricos e práticos.** *In*: Sistemas e Processos Eleitorais: Funções, Implicações e Experiências. Editor Universidade Católica de Angola. Faculdade de Direito/Fundação Friedrich Ebert, Representação em Angola. Luanda, 2002.p. 32.

[451] BASEDAU, Matthias. **Princípios básicos e fórmulas de diferentes sistemas eleitorais: funções e efeitos teóricos e práticos.** *In*: Sistemas e Processos Eleitorais: Funções, Implicações e Experiências. Editor Universidade Católica de Angola. Faculdade de Direito/Fundação Friedrich Ebert, Representação em Angola. Luanda, 2002.p. 36.

[452] CINTRA, Antônio Octávio. **Majoritário ou Proporcional? Em busca do equilíbrio na construção de um sistema eleitoral.** *In*:**O sistema político brasileiro:** continuidade ou reforma? João Paulo Saraiva Leão Viana e Gilmar dos Santos Nascimento (org.) Porto Velho: Edufro, 2008. p. 18.

substituíram o quadro social que era tido como senhor, líder espiritual, o chefe, apenas recentemente em certas regiões.[453]

Entretanto, importa frisar que os partidos políticos constituem a manifestação essencial da Democracia representativa, têm um papel a desempenhar extremamente pertinente, atendendo ao viés educador que pode levar a cabo junto à Sociedade civil.

O novo Ordenamento Jurídico-Constitucional nos Estados africanos separou os partidos políticos do Estado, passando essas intituições a serem autônomas, com vista a assegurar melhor o confronto político em plena igualdade dos partidos políticos.

Para SELLER, os partidos políticos podem ser definidos como "des organisations durables, disposant d'une assise à la fois nationale et locale, dont le but est de conquérir et d'exercer le pouvoir politique en recherchant le soutien populair"[454]. Para alcançar esses objetivos, os partidos políticos anteriormente tinham que estar bem estruturados para serem instituições políticas genuínas. Atualmente, este importante parâmetro falta na maioria dos partidos políticos, ao ponto de serem considerados por certas doutrinas como clubes dos eleitores que despertam durante os períodos das campanhas eleitorais para adormecerem imediatamente após as eleições.

Os fundamentos da democracia constitucional multipartidária foram adotados pelos Estados Africanos, após os anos 60, tendo como pano de fundo, o princípio da separação de poderes defendidos por LOCKE e MONTESQUIEU. Bem ensina o professor HOLO que

> pour éviter le monopole, la concentration voire la confiscation du pouvoir par un seul individu, un seul clan ou un seul parti politique, la doctrine prescrit sa distribution par la théorie de la separation horizontale des pouvoirs entre trois organes différents à savoir, un organe attributaire de la fonction exécutive, un organe chargé de la fonction législative et un organe investi de la fonction juridictionnelle. Cette séparation suppose l'équilibre des trois pouvoirs qui sont théoriquement égaux, indépendants, même si dans l'intérêt collectif, ils sont condamnés à collaborer en vue d'éviter la paralysie de l'État, garant de la liberté, de la sécurité des citoyens et

---

[453] MESCHÉRIAROFF, S. **Le multipartisme en Afrique francophone, illusion ou solution?** dans: Conac G. L'Afrique en transition vers le pluralisme politique. Eonomica. Paris, 2002. p. 72-73.

[454] SELLER, Daniel-Louis.**Les partis politiques**. 2ème éd. Armand Collin. Paris, 2000. p. 23

> de la prospérité collective [...][455]

Muito bem cedo, os governantes haviam compreendido que o sufrágio universal não se podia fazer somente através de partidos políticos que simbolizam a diversidade da opinião e dos interesses da Nação, mas sobretudo a liberdade de escolha e adesão às diferentes correntes de opinião, quer seja política, filosófica, sociológica, econômica, religiosa e cultural de uma Nação.

Como sublinha eloquentemente SELLER

> [...] tout démocratie devrait vouer une reconnaissance aux partis politiques, en effet et jusqu'à ce jour, aucune démocratie n'a jamais pu fonctionner sans partis et les quelques tentatives pour le faire virèrent toutes au cauchemar. De même lorsque, par le passé, des démocrates moururent sous les coups de militaires expéditifs ou de révolutionnaire épris d'absolu, l'une des premières décisions de ces derniers fut d'abolir le pluralisme des partis. En revanche, dés qu'un pouvoir totalitaire autoritaire ou absolutiste vacille sur ses assises, on toujours à une efforescence de partis politiques dont certains n'osent pas encore dire leur nom [...].[456]

Para NOHLEN, "El sistema electoral representa una variable para explicar las características de la organización y del funcionamiento de los sistemas de partidos"[457], por um lado, e por outro, COSTA, seguindo um elo semelhante, da pertinência dos partidos políticos, assegura que "Não há Democracia sem partidos."[458]

Segundo KELSEN, se o cidadão quiser desempenhar alguma influência na vida política e participar na formulação das políticas públicas do seu país, ele terá que se organizar, agrupar em formação política. Prosseguindo, escreve que só haverá Democracia quando os cidadãos agrupados em forças políticas, possam discutir suas ideias e afinidades, apresentando uma visão para o Estado e a submeter aos outros cidadãos através dos partidos por meio das eleições.[459]

---

[455] HOLO, T. **La Constitution, garante de l'alternance démocratique, Actes de la conférence internationale**. «Les défis de l'alternance démocratique en Afrique» Cotonou, 2008. p. 73.

[456] SELLER, Daniel-Louis. **Les partis politiques**. 2ème éd. Armand Collin. Paris, 2000. p. 23.

[457] NOHLEN, Dieter. **Sistemas Electorales y Partidos Políticos.** Sección de Obras de Política y Derecho. 1. édicion. Universidad Nacional Autónoma de México. Fondo de Cultura Económica. México, D.F. 1994. p. 34.

[458] COSTA, Fernando Marques da. **Sistemas Eleitorais, Legitimidade e Participação.** *In:* **Sistemas e Processos Eleitorais:** Funções, Implicações e Experiências. Editor Universidade Católica de Angola. Faculdade de Direito/Fundação Friedrich Ebert, Representação em Angola. Luanda, 2002. p. 45.

[459] KELSEN, Hans. **A Democracia.** Tradução dos originais em alemão: Vera Barkow; dos originais em inglês: Jefferson Luiz Camargo, Marcelo Brandão Cipolla; dos originais em

NOHLEN *apud* WIESENDAHL sublinha que

> Los sistemas de partidos se analizan según su estructura 'considerando características tales como número de partidos, su tamaño, fuerza política, posición y la constelación estratégica que forman entre ellos. Tal análisis no excluye la posibilidad de estudiar, desde un punto de vista dinámico, los cambios de estas características que se producen a lo largo del tiempo, ya sea individualmente o resaltando la relación entre ellas; y, de ser posible, explicarlas desde una perspectiva estructural.[460]

DUVERGER[461] tem um entendimento similar ao ressaltar que o sistema de partido é bastante complexo, uma vez que envolve fatores gerais e específicos de cada país. Destaca como fatores específicos a tradição, a história, a estrutura econômica e social, as crenças religiosas, a composição étnica, as rivalidades nacionais, dentre outros. Porém, equaciona como fator geral e mais importante, o Sistema Eleitoral, uma vez que pode ser registrado tanto num partido político na Grã-Bretanha, como no Brasil ou ainda em São Tomé e Príncipe.

Para DUVERGER[462], o Sistema Eleitoral como um fator geral influencia em grande maneira o Sistema de Partidos e constitui inclusive um dos elementos desse Sistema. Defende que a estrutura do partido político é determinada em consequência do Sistema Eleitoral. Sabe-se, defende ele, que a forma do escrutínio eleitoral é estabelecida pelo Sistema Eleitoral.

Importa referir que no “Sistema Electorales y Partidos Políticos” NOHLEN ensina que

> Por «sistema de partidos» se entiende la composición estructural de la totalidad de los partidos políticos en un Estado. Los elementos o interrogantes mencionados, tratados por los investigadores de los sistemas de partidos, son los siguientes: a) el número de partidos, b) su tamaño, c) la distancia ideológica entre ellos, d) sus pautas de interacción, e) su relación con la sociedad o con grupos sociales, f) su

---

italiano: Ivone Castilho Benedetti. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. 39 e 40. Títulos originais: *Vom wesen un wert demokratie; Des problem des parlamentarismus; Foudations of democracy; Derbegriffdes staates um die sozialpsychologie, mit besonderer berücksichtigung von freuds, theorie der masse; Absolutisme and relativism in philosophy and politics.*

460 NOHLEN, Dieter. **Sistemas Electorales y Partidos Políticos.** Sección de Obras de Política y Derecho. 1. édicion. Universidad Nacional Autónoma de México. Fondo de Cultura Económica. México, D.F. 1994. p. 34.

461 DUVERGER, Maurice. **Los Partidos Políticos.** Traducción Julieta Campos, Enrique González Pedrero. 22. reimpresión. Sección de Obras de Política y Derecho. Fondo de Cultura Económica. México, D. F. 2012. Título original. *Les Partis politiques.* p. 231 e 232.

462 DUVERGER, Maurice. **Los Partidos Políticos.** Traducción Julieta Campos, Enrique González Pedrero. 22. reimpresión. Sección de Obras de Política y Derecho. Fondo de Cultura Económica. México, D. F. 2012. Título original. *Les Partis politiques.* p. 231 e 232.

actitud frente al sistema político.[463]

Para depois acrescentar no “Sistema de Gobierno, Sistema Electoral y Sistema de Partidos Políticos” que o Sistema Partidário produz um efeito decisivo nos resultados eleitorais, com consequências em termos da valoração e apreciação das instituições políticas. É no Sistema de Partidos que se verifica a promoção da ligação entre elementos institucionais, a história e as estruturas sociais, permitindo que haja um jogo decisivo que varia na opção, no comportamento e nos efeitos das instituições políticas.[464]

Sublinha-se que o cidadão eleitor ao optar pelo partido A, B ou C faz a seleção. Todavia, antes de fazer a seleção, o cidadão eleitor tem em conta o comportamento dos membros do partido político, pelo que a opção é feita mediante a análise do comportamento das diferentes forças políticas. Tendo sido selecionados, ou seja, eleitos, os membros do partido político A, B ou C farão agora parte das instituições políticas do Estado de Direito Constitucional. Como membros das instituições políticas de que foram eleitos ficam com a responsabilidade de, nos próximos 4, 5, 6 ou mais anos, conduzirem os destinos do país. A partir do momento que os membros do partido político vencedor, ou, coligação maioritária, assumem a governação, o país estará sendo dirigido pela opção do cidadão eleitor.

O Processo Democrático, bem como as alterações ao Ordenamento Jurídico-Constitucional, têm os partidos políticos como atores principais. A capacidade mobilizadora da população para causas nobres do Estado de Direito Constitucional, a representação eficiente nas assembleias parlamentares e no Executivo, apresentando propostas que conduzam a mudanças e melhorias de qualidade vida da população só serão consumadas por meio dos partidos políticos. Por isso, é que KELSEN defende que “Só a ilusão ou a hipocrisia pode

---

[463] NOHLEN, Dieter. **Sistemas Electorales y Partidos Políticos.** Sección de Obras de Política y Derecho. 1. édicion. Universidad Nacional Autónoma de México. Fondo de Cultura Económica. México, D.F. 1994. p. 38.

[464] Nohlen, Dieter. **Sistema de Gobierno, Sistema Electoral y Sistema de Partidos Políticos:** opciones institucionales a la luz del enfoque histórico- empírico. México: Tribunal Electoral del Poder Judicial de la Federación: Instituto Federal Electoral: Fundación Friedrich Naumann, 1999. p. 5 e 6.

acreditar que a Democracia seja possível sem partidos políticos."[465]

A instauração do regime remocrático, a transição para Democracia, ou ainda a consolidação do Estado de Direito Constitucional em que prevaleça o domínio pelas normas, regras e princípios consagrados no Ordenamento Jurídico-Constitucional só podem ser alcançados com os partidos políticos. Cabendo-os desempenharem uma função legitimadora, tornando possível a Democracia, promovendo o respeito as minorias, a tolerância, permitindo o livre debate de ideias, os programas políticos, leis, etc.

Desse modo, importa frisar que o Sistema de Partidos varia entre o multipartidarismo, bipartidarismo e monopartidarismo. No multipartidarismo e bipartidarismo existe uma separação real e formal entre as estruturas partidárias e as estruturas do Estado, o que não acontece no monopartidarismo.

Enquanto no multipartidarismo e bipartidarismo, os partidos políticos atuam como estruturas intermediarias entre o Estado e a sociedade civil, ou o eleitor, no monopartidarismo confunde-se o partido com o Estado, uma vez que funciona como Partido-Estado.

Durante a luta pela independência e os primeiros anos que se seguiram uma boa parte dos Estados Africanos, através dos movimentos da luta pela libertação, adotaram o monopartidarismo. A implantação dos Partidos-Estados se justificava pela unidade, disciplina, progresso, trabalho, pelo que congregavam em seu torno, as organizações da sociedade civil (organização das crianças, da juventude, da mulher, do trabalhador) estavam inseridas nos partidos.

Em São Tomé e Príncipe, por exemplo, o MLSTP congregou no seu seio diversas organizações de massa: a Organização dos Pioneiros de São Tomé e Príncipe (OPSTP), a Juventude do MLSTP (JMLSTP), a Organização

---

[465] KELSEN, Hans. **A Democracia.** Tradução dos originais em alemão: Vera Barkow; dos originais em inglês: Jefferson Luiz Camargo, Marcelo Brandão Cipolla; dos originais em italiano: Ivone Castilho Benedetti. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. Títulos originais: *Vom wesen un wert demokratie; Des problem des parlamentarismus; Foudations of democracy; Derbegriffdes staates um die sozialpsychologie, mit besonderer berücksichtigung von freuds, theorie der masse; Absolutisme and relativism in philosophy and politics*.p. 40.

das Mulheres de São Tomé e Príncipe (OMSTP), a Organização Nacional dos Trabalhadores de São Tomé e Príncipe (ONTSTP), podendo caracterizar esse movimento no período de Regime Democrático Socialista Monopartidário como um partido de massa, como bem ensina ROQUIÉ ao escrever que "Le parti unique de masse des nations africaines repose sur le postulat de l'absence de classes antagonistes. Le parti incarne le peuple dans sa diversité et sa richesse et il encadre la population."[466]

Entretanto, com o Processo Democrático, o Partido-Estado conheceu seu fim. Registou-se um aumento exponencial dos partidos políticos, situação que vinha sendo forjada ainda antes da independência, porque "est vrai qu'en Afrique fréquemment la multiplicité des partis a été suscitée par le colonisateur contre les mouvements d'émancipation"[467].

Notadamente, as potências coloniais queriam manter a subjugação da África e do homem africano e incentivaram a formação de partidos políticos, ao que os dirigentes dos movimentos de libertação responderam com a criação dos partidos políticos de massa.

Todavia, o advento da Democracia liberal tem havido um ressurgimento das partidos políticos sem uma base ideológica, por vezes, segregacionista, étnico, regional, religiosa, constituindo essencialmente mais como grupo para conquista do poder e distribuição de cargos por seus militantes do que busca de um bem comum para toda a Sociedade.

A tendência atual na África é a criação de milhares de partidos políticos, sem um projeto de Sociedade ou um programa político. Esses partidos são criados a partir do nada e engajam num combate desigual pelo poder através das eleições organizadas sobre os auspícios da comunidade internacional.

---

[466] ROUQUIÉ, Alain. **La Dynamique des Élections sans risque ou la voie africaine de l'État.** *In:* **Aux Urnes l'Afrique! Elections et pouvoirs en Afrique noire.** Institut d'Études Politiques de Bordeaux. Centre d'Étude d'Afrique Noire. Éditions A. Pedone. Paris, 1978. p. 222.

[467] ROUQUIÉ, Alain. **La Dynamique des Élections sans risque ou la voie africaine de l'État.** *In:* **Aux Urnes l'Afrique! Elections et pouvoirs en Afrique noire.** Institut d'Études Politiques de Bordeaux. Centre d'Étude d'Afrique Noire. Éditions A. Pedone. Paris, 1978. p. 219.

Uma questão bastante recorrente na África, quando se fala de partidos políticos, é o fato de alguns possuirem uma base étnica ou regionalista. A etnicidade é considerada como o fator base da vida política na África, não se poderia traduzir essa pluralidade étnica no sistema de partidos? Questiona-se. BROOHM apresenta uma resposta relevante: "Voilà donc pour nous le sens de la démocratie: reconnaissance de la différence qui nous est propre, naturelle, des ethnies".

Partindo dessa resposta, os partidos políticos ainda não correspondem à nenhuma realidade africana. Porém, vários estudos históricos e antropológicos nos demonstram que as etnias modernas na África são muitas vezes produto da história colonial e contemporânea e que, por numerosas razões (modificação das estruturas tradicionais, emigração, surgimento de novas elites, etc.), torna impossível de definir o que é uma etnia na África atual[468]. Os PEIA em estudo é um exemplo concreto.

Aparentemente, a África digeriu mal a recepção do regime multipartidário, iniciado nos primórdios da independência. Importa saber se a referência a um dos princípios fundamentais do constitucionalismo ocidental - organização das eleições nas quais os partidos políticos entram livremente na competição - constitui a solução para a África contemporânea e caso não se justifiquem, os africanos têm de procurar soluções originais. Alguns autores propõe solução no modelo de escrutínio ou na limitação do número dos partidos.[469]

3.4.3. O SISTEMA JUDICIÁRIO

O Poder Judiciário é o guardião dos direitos, liberdades e garantias definidos no Ordenamento Jurídico-Constitucional de qualquer Estado de Direito

---

[468] VAN BINSBERGEN, W. **Aspects of Democracy and Démocratisation in Zambia and Botswana: Exploring African Political Culture at the Grassroots.**Journal of Contemporary Studies. Vol. 13, 1. Gaborone, 1995. p. 3-33.

[469]FALL, I. **Esquisse d'une théorie de la transition: du monopartisme au multipartisme en Afrique.***In:* CONAC, Y. L'Afrique en transition vers le pluralisme politique, Eonomica. Paris, 2002.p. 42-53; VENGROFF, R.**The Impact of the Electoral System on the transition in Africa: the Case of Mali.**Electoral Studies, Vol. 13, no. 1, 1994, p. 29-34.

Constitucional. O Poder Judiciário tem que ser independente do Poder Legislativo e do Poder Executivo, muito embora haja interdependências entre os mesmos. Deve ser exercido por tribunais com competências específicas de acordo com a natureza e matéria dos assuntos a serem julgados.

Todos buscam justiça, por isso, torna-se importante que se estabeleçam critérios que sejam válidos para todos, independentemente das circunstâncias. Quer esteja no poder ou oposição, quer seja público ou privado, quer seja rico ou pobre, todos devem estar submetidos a uma mesma justiça, ao mesmo sistema jurídico. Do contrário, não existiria justiça nenhuma, mas sim um poder instituído por lei.[470]

A justiça vai para além das normas consagradas no Ordenamento Jurídico-Constitucional "se não existir justiça absoluta, não existirá justiça nenhuma. A justiça é, por sua própria natureza, um valor absoluto, e só um valor postulado por Deus pode ser absoluto."[471]

Aspirando uma justiça absoluta e cônscios dos desafios para alcançá-la, os governantes africanos implementaram o Processo Democrático que permitiu que em quase todo Ordenamento Jurídico-Constitucional africano os poderes fossem separados, passando inclusive a existir tribunais com competências específicas.

Não se deve esquecer contudo que, por via eleitoral, o Poder Executivo e o Poder Legislativo têm uma ligação histórica umbilical com o Poder Judicial, que em determinados momentos, sobretudo, quando se trata de julgar personalidades afetas a esses poderes, a sentença tem deixado muito a desejar.

---

[470]KELSEN, Hans. **A Democracia.** Tradução dos originais em alemão: Vera Barkow; dos originais em inglês: Jefferson Luiz Camargo, Marcelo Brandão Cipolla; dos originais em italiano: Ivone Castilho Benedetti. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. 208. Títulos originais: *Vom wesen un wert demokratie; Des problem des parlamentarismus; Foudations of democracy; Derbegriffdes staates um die sozialpsychologie, mit besonderer berücksichtigung von freuds, theorie der masse; Absolutisme and relativism in philosophy and politics.*

[471]KELSEN, Hans. **A Democracia.** Tradução dos originais em alemão: Vera Barkow; dos originais em inglês: Jefferson Luiz Camargo, Marcelo Brandão Cipolla; dos originais em italiano: Ivone Castilho Benedetti. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. 208. Títulos originais: *Vom wesen un wert demokratie; Des problem des parlamentarismus; Foudations of democracy; Derbegriffdes staates um die sozialpsychologie, mit besonderer berücksichtigung von freuds, theorie der masse; Absolutisme and relativism in philosophy and politics.*

Apesar dessa ligação umbilical afetar ou fazer com que haja uma justiça parcial, nem por isso pode-se dizer que não há separação de poderes nem tão pouco que não haja independência dos tribunais.

Há uma independência de função, inclusive entre as diferentes categorias dos tribunais, não obstante, todos fazerem parte do Poder Judiciário. O Ordenamento Jurídico-Constitucional tem previsto que não deve haver interferência de um determinado tribunal sobre o outro, como que se dê orientação de como é que deveria fazer ou conduzir um determinado julgamento, ou ditar uma setença.

DAHL assevera que

> O processo democrático não somente pressupõe uma ampla série de direitos fundamentais: ele próprio é uma forma de justiça distributiva, já que influência diretamente a distribuição de poder e autoridade sobre o governo do Estado e, por causa da importância das decisões tornadas pelo governo do Estado, também sobre outros bens substantivos.[472]

O Ordenamento Jurídico-Constitucional, consequência do Processo Democrático ao preconizar direitos e deveres fundamentais, liberdades e garantias, nada mais fez do que promover a justiça para todos os cidadãos.

Notadamente, a maior parte do Sistema Judiciário nos Estados de Direito Constitucional na África passa a contar com o Tribunal Constitucional como o guardião da Constituição; o Supremo Tribunal Judicial, como a mais alta instância judicial; o Tribunal de Contas, com a responsabilidade de avaliar a execução das contas públicas; o Tribunal Militar, que deve julgar assuntos de natureza militar; o Tribunal Tributário, para tratar questões de foro de impostos, dentre vários outros tribunais, cada qual com sua competência.

Acresce dizer que a influência da jurisprudência constitucional[473] apareceu como uma ocasião para fazer triunfar a Constituição como norma

---

[472] DAHL, Robert A. **A Democracia e seus Críticos.**Tradução: Patrícia de Freitas Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 2012. p. 304. Título original: *Democracy and its critics.*

[473] SINDJOUN L. **Les grandes décisions de la justice constitutionnelle africaine. Droit constitutionnel jurisprudentiel et politiques constitutionnelles au prisme des systèmes politiques africains.** Bruylant. Bruxeles, 2009; HOLO, T.H. **L'emergence d'une justice constitutionnelle.** Pouvoirs, n.º 129, 2009/2. p. 101-114; KOKOROKO, K.D. **L'apport de la jurisprudence constitutionnelle africaine à la consolotation des acquis démocratiques. Le cas du Bénin, du Mali, du Sénégal et du Togo.**RBSJA, n.º 18, juin 2007. p. 87-90.

fundamental e igualmente para fazer evoluir o conceito de Democracia. Na verdade, ao enquadrar o exercício do poder e do jogo político, o Tribunal Constitucional tornou, a partir da interpretação dinâmica da Constituição, não apenas o protetor do Estado de Direito Constitucional, mas, além disso, reabilitar o direito constitucional como direito de referência do Estado e para o Estado.

A independência do Poder Judiciário é manifestada na tomada de decisões judiciais onde "a ideia é que, numa democracia constitucional, concepção pública da justiça deveria ser, tanto quanto possível, independente de doutrinas religiosas e filosóficas, sujeitas a controvérsias".[474]

Quando um julgamento é feito por um tribunal independente, sem qualquer perigo de ter interferências de terceiros, existe uma maior probabilidade dos litigantes aceitarem a sentença e, caso aceitem, estarão promovendo a paz na sociedade. Mesmo quando se trata de disputas eleitorais é preciso que os partidos políticos confiem nos tribunais e apenas a sua total independência permitirá que se aceite a sentença.

RAWLS assevera que

> [...] a concepção da justiça mais apropriada para a estrutura básica de uma sociedade democrática é aquela que seus cidadãos adotariam numa situação equitativa em relação a si mesmos e na qual eles seriam representados unicamente enquanto pessoas morais, livres e iguais.[475]

No fundo, RAWLS faz referência ao bastante conhecido ditado popular, que diz "Não faça aos outros o que não queres que te façam". Uma vez que considera a justiça adotada pelos cidadãos em relação a eles próprios, seria a mais adequada. E como ninguém vai querer o seu próprio mal, logo haveria uma justiça imparcial.

A imparcialidade do juiz, deve ser o primeiro fundamento da independência do Poder Judiciário, e deve haver um engajamento e responsabilidade de todos os agentes do Sistema Judiciário: as autoridades públicas, os juízes, os litigantes, a defesa. É, em última instância, um trabalho

---

[474]RAWLS, Jonh. **Justiça e Democracia.** Tradução do original em francês: Irene A. Paternot .1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. 202.

[475]RAWLS, Jonh. **Justiça e Democracia.** Tradução do original em francês: Irene A. Paternot .1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. 57.

comum que contribuirá para a realização de uma justiça aceita por todos.

Tanto a independência quanto a imparcialidade dos tribunais para tornarem realidade, deve existir o princípio de imobilidade. A imobilidade é extremamente importante, porque um juíz a ser designado ou eleito não poderá ser destituído, nem suspenso, nem aposentado, nem tão pouco transferido de lugar, apenas em caso e formas previstas no Ordenamento Jurídico-Constitucional. A imobilidade do juíz constitui uma garantia para boa administração da justiça. O juíz ditará a sentença sem medo de represálias, pelo que não deixará se influenciar por nenhum dos litigantes.

DAHL assevera que

> [...] o máximo que até o melhor sistema judicial pode garantir é a justiça procedimental; ele não pode garantir a justiça substantiva. Uma constituição pode garantir o direito a um julgamento justo; ela não pode garantir absolutamente que um julgamento justo sempre vá chegar ao veredicto correto. Mas é precisamente em razão do fato de que nenhuma garantia é possível que atribuímos um valor tão grande a um julgamento justo.[476]

Sublinha-se que, apesar de uma grande maioria ou se não todos os Estados Africanos se declarem como Estado de Direito Constitucional, nem sempre a justiça acontece sem qualquer obstrução. Quando se analisa a exigência de uma independência total em face dos outros dois poderes clássicos, que são o Poder Executivo e o Poder Legislativo, a existência de um Poder Judiciário verdadeiro no Estado de Direito Constitucional na África fica aquém das expectativas.

Enquanto que a grande maioria de Estados de Direito Democrático espalhados pelo mundo, o controlo constitucional é efetuado por um Tribunal Constitucional, seguindo a doutrina defendida pelo austriaco Hans KELSEN, nalguns Estados Africanos a última palavra no que tange ao controlo constitucional tem sido ditada pelo poder político, como defendia o Carl SCHIMIT.

O fato da doutrina mais aceite e praticada na África ser de um controlo de constitucionalidade exercido por um poder politico – Poder Executivo ou Poder Legislativo – tem contribuído para que haja muitos conflitos, sobretudo

---

[476] DAHL, Robert A. **A Democracia e seus Críticos.**Tradução: Patrícia de Freitas Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 2012. p. 258. Título original: *Democracy and its critics.*

pós-eleitoral.

Ficou plasmado neste capítulo, que a Democracia liberal é uma nova maneira de fazer política na África e que esse fenômeno tem conduzido a uma nova dinâmica institucional. Que a consagração do Regime Democrático Liberal Multipartidário e o novo Ordenamento Jurídico-Constitucional tem vindo a operar mudanças nos regimes ditatoriais. Que as mudanças governamentais, as revisões constitucionais e a alteração ao sistema político constitucional são os determinantes para que haja Instabilidade Político-Institucional na África. Que a Democracia liberal tornou o poder um lugar provisório, por meio do sufrágio eleitoral. Que o Sistema Eleitoral força a orientação política do regime democrático e influencia o Sistema de Partidos. Que os partidos políticos constituem a manifestação essencial da Democracia representativa. Que a justiça constitucional também deve ser independente e imparcial.

CAPÍTULO 4

O PROCESSO DEMOCRÁTICO EM TRÊS PEQUENOS ESTADOS INSULARES AFRICANOS

4.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A insularidade, que é um fator geográfico incontornável, afeta países reconhecidos mundialmente como potências econômicas, por exemplo, a Grã-Bretanha, o Japão e a Nova Zelândia, mas também pequenos países africanos como Cabo Verde, Comores, Maurícias, São Tomé e Príncipe e Seychelles.

Segundo FONTAINE[477], o geógrafo GUILCHER[478] admite existir várias tipologias para referir-se aos Estados Insulares: ilhas-continentes

[477]FONTAINE, Guy. **Geographies, Iles et Monde.** Université de La Réunion, 2004. p. 2

[478]FONTAINE, Guy. **Geographies, Iles et Monde.** Université de La Réunion, 2004. p. 2. *Apud* GUILCHER A – **Colloque Territoires et Insularité** – Brest – 1989

(Papuásia, Groenlândia, Madagáscar e Nova Caledônia), micro-ilhas (Martinica), ilhas-portos (Córsega, Irlanda e Reunião), ilhas-Estados (Maurícias, Seychelles e Singapura), ilhas-demográficas (Mayotte e Taiti), ilhas-conflitos (Chipre, Irlanda, Taiwan e Comores), ilhas-pesqueiras (São Pedro e Miquelon) e ilhas-turismo (Baleares e Seychelles).

Com exceção da Grã-Bretanha, Japão e Nova Zelândia – que são potências econômicas e jogam um papel bastante relevante no âmbito da política internacional -, os Estados Insulares, na sua maioria, encontram-se em desenvolvimento.

A grande maioria dos Estados Insulares são pequenos e encontram num estágio de desenvolvimento baixo, daí que a Organização das Nações Unidas apelidaram de Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento.

Na África existem também um grupo de Estados Insulares que não obstante todos serem considerados em desenvolvimento, apenas cinco são pequenos. Assim, tem-se no continente, berço da humanidade, cinco Pequenos Estados Insulares distribuídos entre os Oceanos Índico e Atlântico, falantes da língua inglesa, francesa, portuguesa e diversos crioulos, fruto da fusão das línguas europeias e africanas, e em alguns casos árabes, possuíndo todos eles uma população mesciginada com negros, brancos e árabes.

Faz-se uma análise em torno da classificação do perfil dos Estados que podem ser enquadrados como Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEID) e conclui-se que nem todos os Pequenos Estados Insulares (PEI) estão em desenvolvimento. Dessa forma, muitos Estados Insulares ficam de fora dos parâmetros exigidos pela ONU para serem considerados PEID.

Os Pequenos Estados Insulares Africanos (PEIA), objeto desta pesquisa, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Seychelles, possuem muitas características comuns. Percorreram trilhos semelhantes desde a luta pela conquista da independência política, alcançada em meados dos anos 70, do século XX, até a democratização liberal nos anos da década de 90, do século XX.

No Processo Democrático, o Ordenamento Jurídico-Constitucional sofreu mudanças para permitir a instalação do Regime Democrático Liberal Multipartidário que passaram pela alteração da Constituição e demais legislação, aprovadas em referendo e/ou na Assembleia Nacional.

As alterações Jurídico-Constitucionais inseriram no Sistema de Governo, com aprofundamento do semiparlamentarismo (Cabo Verde) e semipresidencialismo (São Tomé e Príncipe), no Sistema Eleitoral, com a adopção da fórmula majoritária ou proporcional, no Sistema de Partidos, que veio permitir a legalização dos partidos políticos já existentes e constituição de novos, e o Sistema Judiciário que reforçou os direitos e deveres fundamentais do cidadão, garantido a justiça a todos e banindo a pena de morte em todo Ordenamento Jurídico-Constitucional.

4.2. OS PEQUENOS ESTADOS INSULARES EM DESENVOLVIMENTO[479]

A pesquisadora BRITO[480] sublinha que o autor ESTEVÃO[481] sistematiza os Estados Insulares em Mono-Insulares e Estados Arquipelágicos. Classificando os Estados Mono-Insulares como aqueles cujo território se reduz a uma única ilha e Arquipelágicos, os que são constituídos por mais de uma ilha.

---

[479]Extraído do artigo **"O impacto da globalização nos Pequenos Estados Insulares: o caso de São Tomé e Príncipe"**, texto em co-autoria, publicado em: http://www.unifor.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6875&Itemid=1847&limitstart=1.

[480]BRITO, Brígida Rocha. **Turismo Ecológico: Uma Via para o Desenvolvimento Sustentável em São Tomé e Príncipe.** Tese de Doutoramento em Estudos Africanos Interdisciplinares em Ciências Sociais. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Lisboa, 2004.p. 58.

[481]BRITO, Brígida Rocha. **Turismo Ecológico: Uma Via para o Desenvolvimento Sustentável em São Tomé e Príncipe.** Tese de Doutoramento em Estudos Africanos Interdisciplinares em Ciências Sociais. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Lisboa, 2004.p. 58 *apud* ESTÊVÃO, João (2000) **Pequenos Estados Insulares**, Conferência proferida em 25 de Fevereiro de 2000, Lisboa, Instituto de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE)/Centro de Estudos Africanos (CEA).

A discussão, visando encontrar um consenso a volta das características comuns de Estado Insular, extravasaram as fronteiras do campo acadêmico-científico para aterrissar nas cimeiras dos chefes de Estado e de Governo. O debate ganhou maior relevo com o fim da Segunda Guerra Mundial, quando diversos territórios se tornaram em Estados independentes, sendo que cerca de 30% desses novos Estados independentes eram ilhas.

Sem embargo, só quando a Universidade de Sussex[482] promoveu em Barbados, no ano 1972, uma conferência visando analisar as implicações da dependência econômica e as perspectivas de desenvolvimento dos pequenos Estados das Caraíbas[483], é que a comunidade internacional despertou para os problemas que os Estados Insulares enfrentavam.

Ainda assim, decorreram cerca de vinte anos até que os Pequenos Estados Insulares e a comunidade internacional pudessem reunir consenso para uma definição que satisfizesse todos os envolvidos e que permitissem unir as sinergias no sentido de galvanizarem ajudas para projetos semelhantes ou comuns.

Durante esse longo período, o Sistema das Nações Unidas, a *Bretton Woods*, as Organizações Não Governamentais e os governos dos Estados Insulares promoveram diversos fóruns internacionais visando classificar e contextualizar as particularidades dos Estados Insulares.

Na Conferência do Rio de Janeiro em 1992, os representantes dos governos dos Estados Insulares conseguiram convencer a comunidade internacional a adotarem uma denominação comum: PEID.

---

[482]NETO, Daena Menezes da Costa. **O Impacte do Petróleo nas Economias de Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento e a Segurança Alimentar: O Caso de São Tomé e Príncipe.** Dissertação em Estudos Africanos. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Lisboa, 2011. p.5.

[483]NETO, Daena Menezes da Costa. **O Impacte do Petróleo nas Economias de Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento e a Segurança Alimentar: O Caso de São Tomé e Príncipe.** Dissertação em Estudos Africanos. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Lisboa, 2011. p.5. *apud* PEREIRA, Daniela de Almeida e Enrique Martínez Galán, **A Vulnerabilidade dos Pequenos Estados em Desenvolvimento: O caso particular dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento.** Lisboa: Centro de Documentação e Informação do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, 2009. ISBN 978-972-8975-13-5.

A Agenda 21[484], no seu parágrafo 123, do capítulo 17, instrumento jurídico internacional integrando à Declaração do Rio92, apresenta as características distintas e comuns dos Pequenos Estados Insulares, rezando o seguinte:

> Os pequenos Estados Insulares em desenvolvimento e as ilhas que abrigam pequenas comunidades são um caso especial tanto no que diz respeito a meio ambiente como a desenvolvimento. Ambos são ecologicamente frágeis e vulneráveis. Suas pequenas dimensões, seus recursos limitados, sua dispersão geográfica e o isolamento em que se encontram relativamente aos mercados, colocam-nos em desvantagem do ponto de vista econômica e impedem que obtenham economias de escala. No caso dos pequenos Estados Insulares em desenvolvimento o oceano e o meio ambiente costeiro têm importância estratégica, constituindo valioso recurso para desenvolvimento."

Conforme o documento, os PEID são de pequena dimensão territorial, de parcos recursos, arquipelágicos e bastante vulneráveis.

Segundo NETO[485], o termo PEID surge em resposta as reclamações de um grupo de países com características comuns que os distinguiam da grande maioria dos Estados, pelo que pretendiam um tratamento internacional que respeitasse as suas especificidades e vulnerabilidades.

Contudo, a definição “Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento” não possuir critérios que satisfizessem todos intervenientes, esse foi o mais consensual. Importa referir que os critérios eleitos para delimitar os PEID, apesar do amplo consenso, variam em função dos objetivos das análises que se pretende implementar.[486]

Os PEID são conjunto de países[487] e territórios[488] localizados nas mais variadas partes do globo terrestre. São ao todo 52[489], repartidos pelas

---

[484]Disponível em www.onu.org.br/rio20/agenda21 Acesso 15 de fev de 2015.

[485]NETO, Daena Menezes da Costa. **O Impacte do Petróleo nas Economias de Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento e a Segurança Alimentar: O Caso de São Tomé e Príncipe.** Dissertação de Mestre em Estudos Africanos/Especialização em Gestão do Desenvolvimento Social e Económico. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Lisboa, 2011. p. 5

[486] SANTOS, Aquiles Celestino Vieira Almada e. **A Insularidade e as suas consequências econômicas: O caso dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento.** Tese de Doutoramento em Geografia Humana. Universidade de Lisboa, 2011, p. 105.

[487]Estados geralmente independentes, reconhecidos pela comunidade internacional.

[488]Estados federados, associados ou regiões autônomas de um Estado independente.

[489]CTA Note Politique n.º 8, Novembro 2012. Disponível www.cta.int Acesso 20 de dez de 2014, p. 1.

Regiões do Pacífico e das Caraíbas (43), do Índico (5), do Atlântico (2)[490], do Mar da China Meridional (1) e do Golfo Pérsico (1), que se distinguem por serem territórios independentes, cuja superfície terrestre é formada majoritariamente por ilhas.

Esse grupo inclui países relativamente ricos, mas também os mais pobres do mundo. Nessa lógica, entende-se que deveriam ser apenas PEI e não PEID, partindo do princípio que os níveis de desenvolvimento nesses Estados variam muito.

Bermudas e Singapura[491], por exemplo, têm PIB por habitante superior a 50 mil dólares norte-americanos, enquanto que São Tomé e Príncipe e Cabo Verde não atingem 5 mil dólares norte-americanos. Para estes dois últimos, a classificação "Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento" seria adequada, por sua vez, para os dois primeiros, não.

Tendo sido definido as particularidades comuns dos PEI na Agenda 21, no ano de 1994, sob a iniciativa das Nações Unidas, reuniu-se em Barbados a Conferência Global sobre o Desenvolvimento Sustentável dos Pequenos Estados Insulares, preconizando a adoção de um instrumento jurídico compatibilizando as iniciativas de ajuda internacional, sua vulnerabilidade, o controle e a gestão dos recursos que deveriam pertencer em primeiro lugar aos nacionais[492].

Não obstante, cada um dos PEI possuir especificidades próprias devido a sua natureza insular, a sua grande maioria, ou todos, partilham e debatem com os mesmos constrangimentos geográficos e infra-estruturais.

No que tange à pequena dimensão territorial, os PEI são compostos

---

[490]Algumas organizações internacionais defendem que são três, incluindo a Guiné-Bissau, país que possui mais de 80 ilhas quase todas habitadas, não obstante ser um país continental. Onepager n.º 123 de Janeiro de 2011, da *International Policy Centre for Inclusive Growth.*

[491]Relatório final **"Estudo sobre a Insularidade e os custos da insularidade em São Tomé e Príncipe"** Ogimatech Portugal, Consultoria Empresarial e Institucional, SA. Banco Africano de Desenvolvimento, junho 2010.

[492]NETO, Daena Menezes da Costa. **O Impacte do Petróleo nas Economias de Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento e a Segurança Alimentar: O Caso de São Tomé e Príncipe.** Dissertação de Mestrado em Estudos Africanos. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Lisboa, 2011. p.6.

principalmente por ilhas que podem atingir até 11.000 Km^2 na sua maior amplitude geográfica[493]. Quanto à dimensão demográfica, MENESES[494], referindo a BASS E DALAL-CLAYTON[495], considera que a população permanente de um PEI geralmente não ultrapassa 1,5 milhões de habitantes, o que faz com que os PEI atualmente alberguem nos seus territórios mais de 50 milhões de indivíduos[496].

Teorizando sobre desenvolvimento socioeconômico, SANTOS[497] considera que nos PEI trata-se de um processo bastante complexo e que envolve o incremento das condições de vida, das oportunidades de escolha da população, do crescimento das empresas e da melhoria do ambiente de negócios.

Enquanto que NETO[498] sustenta na sua dissertação que o desenvolvimento socioeconômico nos PEI é estabelecido tendo em conta "as relações de cooperação com Estados mais prósperos e nos rendimentos provenientes da venda de recursos de valor acrescentado".

Além dos citados, um outro perfil comum e bastante relevante nos PEI é o isolamento que "dificulta uma rápida comunicação com o exterior e limita a circulação regular das pessoas"[499]. Atrelado ao isolamento, vem a acessibilidade

---

[493]MENESES, Aires Bruzaca de, Fernando Bessa Ribeiro e Artur Cristóvão. **Estados insulares, agendas políticas e políticas públicas: Os casos de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe.** Configurações [Online], 10 | 2012. Disponível: http://configuracoes.revues.org/1338 Acesso 28 de jan de 2015. p. 3.

[494]MENESES, Aires Bruzaca de, Fernando Bessa Ribeiro e Artur Cristóvão. **Estados insulares, agendas políticas e políticas públicas: Os casos de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe.** Configurações [Online], 10 | 2012. Disponível: http://configuracoes.revues.org/1338 Acesso 28 de jan de 2015. p. 3.

[495]MENESES, Aires Bruzaca de, Fernando Bessa Ribeiro e Artur Cristóvão. **Estados insulares, agendas políticas e políticas públicas: Os casos de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe.**Configurações [Online], 10 | 2012. Disponível: http://configuracoes.revues.org/1338 Acesso 28 de jan de 2015. p. 3 *apud* BASS, Stephen & Barry Dalal-Clayton (1995), **"Small Islands States and Sustainable Development: Strategic Issues and Experience"**, Environmental Planning Issues, nº 8.

[496]CTA Note Politique n.º 8, Novembro 2012. Disponível: www.cta.int Acesso 20 de dez de 2014, p. 1.

[497] SANTOS, Aquiles Celestino Vieira Almada e. **A Insularidade e as suas consequências econômicas: O caso dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento.** Tese de Doutoramento em Geografia Humana. Universidade de Lisboa, 2011, p.78.

[498]NETO, Daena Menezes da Costa. **O Impacte do Petróleo nas Economias de Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento e a Segurança Alimentar: O Caso de São Tomé e Príncipe.** Dissertação de Mestrado em Estudos Africanos. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Lisboa, 2011. p.7.

[499]NETO, Daena Menezes da Costa. **O Impacte do Petróleo nas Economias de Pequenos**

e o custo de insularidade. Enquanto que a acessibilidade é a menor ou a maior facilidade de ir e vir a um determinado lugar, o custo de insularidade[500] corresponde ao gasto envolvido nessa circulação (transporte de bens, pessoas e de informação; custo de produção e de distribuição de bens e serviços), fatores que funcionam como "limitadores do desenvolvimento e inibidores dos mecanismos participativos, tanto ao nível comunitário como nacional."[501]

A fragmentação territorial, por exemplo, é uma marca da insularidade que afeta os PEI, sobretudo os Arquipelágicos mais do que os Mono-Insulares. Porém, como quase todos os PEI são Arquipelágicos, a fragmentação territorial origina na vulnerabilidade desses Estados que acaba influenciando consequentemente o desenvolvimento socioeconômico.

SANTOS[502] defende que o estatuto político também é uma particularidade preponderante nos PEI. O pesquisador considera que o "grau de autonomia política e administrativa de um território, pode assumir a forma de Estado Independente, Estado Associado, Estado Federado e Região Autônoma."[503]

Não obstante os PEI terem uma série de semelhanças, o estatuto político extremamente diferenciado, dificulta a cooperação entre esses Estados e essencialmente entre eles e a comunidade internacional, uma vez que o interlocutor varia de Estado para Estado.

Quadro 1: **Estatuto Político de Pequenos Estados Insulares**

Estados Insulares em Desenvolvimento e a Segurança Alimentar: O Caso de São Tomé e Príncipe. Dissertação de Mestrado em Estudos Africanos. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Lisboa, 2011. p.7.

[500]Relatório final **"Estudo sobre a Insularidade e os custos da insularidade em São Tomé e Príncipe"**Ogimatech Portugal, Consultoria Empresarial e Institucional, SA. Banco Africano de Desenvolvimento, junho 2010. p. 54.

[501]BRITO, Brígida Rocha. **Turismo Ecológico: Uma Via para o Desenvolvimento Sustentável em São Tomé e Príncipe.** Tese de Doutoramento em Estudos Africanos Interdisciplinares em Ciências Sociais. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Lisboa, 2004.p. 58.

[502]SANTOS, Aquiles Celestino Vieira Almada e. **A Insularidade e as suas consequências econômicas: O caso dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento.** Tese de Doutoramento em Geografia Humana. Universidade de Lisboa, 2011, p.78.

[503]SANTOS, Aquiles Celestino Vieira Almada e. **A Insularidade e as suas consequências econômicas: O caso dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento.** Tese de Doutoramento em Geografia Humana. Universidade de Lisboa, 2011, p. 107.

Estatuto Político de Pequenos Estados Insulares			
Independentes[504]	**Associados[505]**	**Federados[506]**	**Região Autônoma[507]**
Antígua e Barbuda	Ilhas Cook	Polinésia Francesa	Antilhas Holandesas
Bahamas	Niue	Estados Federados da	Monserrate
Barbados	Marshall	Micronésia	Samoa Americana
Barém	Palau	Ilhas Mariana do Norte	Aruba
Brunei		Nova Caledônia	Anguilla
Cabo Verde			Chipre
Comores			Ilhas Virgens Americanas
Dominica			Ilhas Virgens Britânicas
Fiji			Tokelau
Granada			Madeira
Ilhas Salomão			Açores
Kiribati			Canárias
Maldivas			
Maurícias			
S. Vicente e Granadinas			
Samoa			
Santa Lúcia			
São Cristóvão e Nevis			
São Tomé e Príncipe			
Seychelles			
Timor Leste			
Tonga			
Trindade e Tobago			
Tuvalu			

Fontes: Diversas. Elaborado pelo autor.

4.3. AS CARACTERÍSTICAS COMUNS DOS TRÊS PEQUENOS ESTADOS INSULARES AFRICANOS EM ANÁLISE

[504]Estados Independentes são Estados reconhecidos internacionalmente e são membros da ONU.

[505]Estados Associados fazem parte de um Estado geralmente maior, mantendo certa autonomia em alguns domínios.

[506]Estados Federados fazem parte de uma Federação que acabam formando apenas um Estado reconhecido internacionalmente.

[507]Região Autonôma fazem parte de um Estado unitário, mas que devido a insularidade é reconhecido-lhe o direito de autonomia politica e administrativa.

A África conta com vários Estados Insulares, porém pelos parâmentros definidos pela ONU, muitos destes Estados não são considerados PEI. É o caso de Madagáscar, por exemplo, a maior ilha de África e que está rodeada de inúmeras ilhas, porém tem mais de 24 milhões de habitantes, logo não faz parte.

Também não entram para o grupo dos Estados Insulares Africanos a Guiné-Bissau, que não obstante possuir mais de 80 ilhas (Bijágos), é um Estado continental; a Guiné Equatorial, que tem pelo menos 6 ilhas e a capital inclusive está situada numa delas (Malabo-Bioko); bem como as ilhas de Moçambique e Zanzibar, por fazerem parte de Estados soberanos, respectivamente Moçambique e Tanzânia.

Pondo de partes esses Estados e reunidos o padrão definido, como se viu acima, a África conta apenas com cinco PEI espalhados entre o Oceano Índico (Comores, Maurícias e Seycheles) e o Oceano Atlântico (Cabo Verde e São Tomé e Príncipe).

Os Pequenos Estados Insulares Africanos (PEIA) têm muitos desafios e potencialidades em comum. Tiveram um passado histórico semelhante, foram colônias europeias, serviram de entreposto de escravatura, conquistaram a independência política no século XX, institucionalizaram o regime democrático e vivem em plena Democracia, embora continue havendo percalços no regime democrático.

Quadro 2: **Pequenos Estados Insulares Africanos (Chegada dos Europeus ao Processo de Democratização)**

País	Chegada dos Europeus[508]	Colonização	Independência	Processo de Democratização
Cabo Verde	1460/1462	Portuguesa	05.07.1975	1991

[508] Os arabes teriam chegado em todas as ilhas do Oceano Índico primeiramente que os europeus (portugueses), de modo que essas ilhas tinham presença humana quando europeus as "descobriram".

Comores	1505	Francesa	06.07.1975	1997
Maurícias	1505	Holandesa, Francesa e Britânica	12.03.1968[509] 12.03.1992	1968
STP	1470/1471	Portuguesa	12.07.1975	1990
Seychelles	1501/1502	Francesa e Britânica	29.06.1976	1993

Fonte: Diversas. Elaborado pelo autor.

Quadro 3: **Pequenos Estados Insulares Africanos (Ilhas, População, Área, PIB e IDH)**

País	**Ilhas**	**Área Km2**	**Capital**	**População[510]**	**PIB per capita USD**	**IDH[511]**
Cabo Verde	10	4030	Praia	539.560	2.997,95	0,648 (122.º)
Comores	3	2170	Moroni	795.601	775,08	0,497 (160.º)
Maurícias	2	1860	Port Louis	1.263.000	9.627,60	0,781(64.º)
STP[512]	2	1001	São Tomé	199.910	1.756,06	0,574 (142.º)
Seychelles	4[513]	454	Victoria	94.677	15.075,72	0,782 (63.º)

Fonte: Diversas. Elaborado pelo autor.

A apreciação que se pode tirar dos dois quadros acima são as

[509] As Maurícias manteve como chefe de Estado, o monarca do Reino Unido, depois de ter declarado independente em 1968, tendo tornado em uma República em 1992.
[510] Banco Mundial.
[511] Relatório de Desenvolvimento Humano 2016.
[512] São Tomé e Príncipe.
[513] As Seychelles estão constituídas por mais de 115 ilhas e ilhéus espalhados por toda sua ZEE, porém apenas quatro são habitadas.

seguintes: os cinco PEIA teriam sido "descorbertos" entre os séculos XIV e XV pelos portugueses que conseguiram permanecer em apenas duas delas até a data da independência, por sinal as do Atlântico. As ilhas do Índico, depois de terem sido descorbertas pelos portugueses, foram ocupadas e colonizadas pelos holandeses, franceses e britânicos. Os britânicos mantiveram a colonização das Maurícias e Seychelles, enquanto os franceses permaneceram nos Comores até a declaração da independência.

Os colonizadores europeus permaneceram em todas essas ilhas até meados da década de 70, do século XX, e as Maurícias vivem em Democracia liberal desde a sua declaração da independência, todos os restantes PEIA enveradaram pelo Processo de Democrático na última década do século XX.

Os PEIA possuem diferentes dimensões, pertencendo as Seychelles e São Tomé e Príncipe, por exemplo, à categoria dos Micro-Estados, isto é, territórios soberanos com população inferior a 200.000 habitantes. São Tomé e Príncipe é o maior Micro-Estado do mundo. As Seychelles e as Maurícias têm um IDH alto, estando a frente de países como Turquia (71.º), Brasil (79.º) e China (90.º)[514].

O grau de desenvolvimento dos PEIA não depende da dimensão territorial, nem tão pouco populacional. Por exemplo, São Tomé e Príncipe é o segundo menor em dimensão territorial e populacional, mesmo assim, dentre eles, é o penúltimo no IDH. As Seychelles é o menor PEIA nos dois itens referidos e tem o melhor IDH (63.º) enquadrado como nível alto, enquanto São Tomé e Príncipe está na posição 142.º, situado no nível médio, vinte posição abaixo de Cabo Verde, que ocupa a posição 122.º.

Dos cinco PEIA, por razões expostas anteriormente, vai-se trabalhar com São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Seychelles.

Ora, os primeiros europeus que teriam chegado nas ilhas de Cabo Verde, Seychelles e São Tomé e Príncipe foram os portugueses.[515]Todavia, os

[514] Relatório de Desenvolvimento Humano 2016.
[515] Disponível em: http://www.larousse.fr/encyclopedie/pays/Seychelles/144043 Acesso 05 de jul 2016.

portugueses só conseguiram permanecer e colonizar as ilhas de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. As Seychelles foram ocupadas pelos franceses e posteriormente pelos britânicos que permaneceram ali até a data da sua independência com o estatuto de protetorado.[516]

Essas ilhas, à semelhança da África, foram invadidas, ocupadas, saqueadas e colonizadas pelos europeus durante mais de cinco séculos, tendo conquistado a independência política em meados da década de setenta.

Cabo Verde tornou-se independente em 5 de julho de 1975[517], São Tomé e Príncipe obteve a sua independência em 12 de julho de 1975[518] e Seychelles conquistou a independência em 29 de junho de 1976[519].

Não obstante os portugueses terem sido os primeiros europeus a chegarem a estas ilhas, tanto São Tomé e Príncipe quanto Cabo Verde, tiverem presença de outros europeus[520], além dos portugueses que fixaram nelas até a data das suas independências.

No caso das Seychelles, os portugueses descobriram-na, ficaram ali

---

[516] Disponível em: http://perspective.usherbrooke.ca/bilan/servlet/BMEve?codeEve=342Acesso 07 de jul de 2016.

[517] "A independência de Cabo Verde é proclamada no dia 5 de julho de 1975. O primeiro Presidente da República do país é Aristides Pereira, que juntamente com Amílcar Cabral fundou o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC)". Disponível em: http://www.dw.com/pt/cronologia-1974-2002-das-independ%C3%AAncias-ao-fim-da-guerra-em-mo%C3%A7ambique-e-angola/a-17280940 Acesso 07 de jul 2016.

[518] "Uma semana depois da independência de Cabo Verde, a 12 de julho, também São Tomé e Príncipe se torna independente. Manuel Pinto da Costa, que desempenhou um papel importante na luta pela independência do regime colonial português, assume a presidência do país." Disponível em: http://www.dw.com/pt/cronologia-1974-2002-das-independ%C3%AAncias-ao-fim-da-guerra-em-mo%C3%A7ambique-e-angola/a-17280940. Acesso 07 de jul 2016; Decreto n.º 1/T/74, Boletim Oficial de São Tomé e Príncipe n.º 51, 21 de Dezembro de 1974.

[519] "Depois de ter sido uma colônia francesa e protetorado britânico, Seychelles, um micro-Estado insular na África, composto por várias ilhas e ilhotas espalhadas no Oceano Índico, declarou a independência a 28 de junho de 1976." Disponível em: http://perspective.usherbrooke.ca/bilan/servlet/BMEve?codeEve=342 Acesso 07 de jul de 2016.

[520] AUGUSTO, Nuno. **Um Mundo a Descobrir: Cabo Verde.** Tradução de Adam Prus. Edição Printer Portuguesa. Lisboa, 2009. p. 72, 88. Título original: *A World to Discover: Cape Verde;* SEIBERT, Gerhard. **Camaradas, Clientes e Compadres. Colonialismo, Socialismo e Democratização em São Tomé e Príncipe.** Tradução: Ferreira Marques e Ana Mafalda Dourado (Introdução, cap. 1-3), Maria da Conceição Deus Lima (cap. 4-9, Conclusões); revisão de Ana Mafalda Dourado. Coleção: Documenta Histórica. Vega e Autor, 2.ª ed. 2002. p. 39. Título original: *Comrades, Clients and Cousins. Colonialism, Socialism and Democratization in São Tomé and Príncipe.*

por algum tempo, em seguida os franceses ocuparam-na, começaram a colonização e, perto de 40 anos depois, os britânicos conquistaram-na.

Apesar de cada um desses Estados terem especificidades próprias, devido a sua natureza insular, partilham e confrontam com os constrangimentos geográficos semelhantes.

O arquipélago são-tomense e o cabo-verdiano são de origem vulcânicas, enquanto que o arquipélago das Seychelles é uma sequência de plateau submarino, havendo ilhas coralinas e graníticas[521]. No caso de Cabo Verde, ainda existe um vulcão ativo numa das ilhas, o Fogo[522], enquanto que São Tomé e Príncipe não tem nenhuma atividade vulcânica.

Ao todo, esses PEIA possuem aproximadamente um território de 5489 Km^2, sendo que a maior ilha localiza-se em Cabo Verde, ilha de Santiago, possuindo uma extensão de 991 Km^2 e a menor está nas Seychelles, ilha Aride[523], medindo tão somente 68 hectares. Possuem no seu conjunto uma Zona Econômica Exclusiva (ZEE)[524] cem vezes superior ao território terrestre.

Qualquer um dos três têm uma população mestiça[525], sendo que no

---

[521]GUÉBOURG, Jean-Louis. **Les Seychelles.** Éditions Karthala. Paris, 2004. p. 9; STEVENS, Jacques. **Les Seychelles: Iles de Rêve et de Lumière.** Editora FOT. Paris, 1983. p. 27.

[522]BRITO, Brigida Rocha e outros. **Turismo em meio insular africano. Potencialidade, Constrangimentos e Impactos.** Edição GERPRESS. Lisboa, 2010. p. 58

[523] Se refere as ilhas povoadas.

[524] Zona Econômica Exclusiva: Cabo Verde detém 700 mil km^2, São Tomé e Príncipe possui 125.891 km^2 e Seychelles tem 1.300.000 km^2.

[525]Segundo SEIBERT "A mistura de elementos da cultura portuguesa católica dominante e das culturas africanas resultou no desenvolvimento de uma sociedade crioula distinta, com sua própria cultura e línguas. [...] No caso de São Tomé, a matriz e a estrutura da sociedade são-tomense são europeias, conquanto os africanos tenham influenciado fortemente o seu conteúdo." *In:* SEIBERT, Gerhard. **Camaradas, Clientes e Compadres. Colonialismo, Socialismo e Democratização em São Tomé e Príncipe.** Tradução: Ferreira Marques e Ana Mafalda Dourado (Introdução, cap. 1-3), Maria da Conceição Deus Lima (cap. 4-9, Conclusões); revisão de Ana Mafalda Dourado. Coleção: Documenta Histórica. Vega e Autor, 2.ª edição 2002. p. 45. Título original: *Comrades, Clients and Cousins. Colonialism, Socialism and Democratization in São Tomé and Príncipe;* Ensina GUEBOURG que "Population est formes par Blancs, Bantous, Chinois et Indiens". [...] "Pourtant elles ont été très tôt visitées par les Arabes qui ont laissé quelques tombes dans l'île de Silhouette, puis par les Portugais qui, au début du XVI^{e} siècle, ont donné quelques toponymes avant que les envoyés de La Bourdonnais, Lazare puis Morphey, ne s'emparent de ces îles, par la pierre dite de Possession portant les intentions et la volonté du roi de France." "[...] la première occupation française, mieux définie dans le temps, se situe entre 1744 et 1811. Les toponymes, comme les patronymes, toujours présents, rappellent ce temps bucolique des voyages exploratoires et des aiguades." *In:* GUÉBOURG, Jean-Louis. **Les Seychelles.** Éditions Karthala. Paris, 2004. p. 5, 10, 27; Defende STEVENS que "A l'heure actuelle, la population seychelloise apparaît

caso de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe serem encontros de povos africanos e europeus; enquanto que Seychelles serem mistura de povos africanos, europeus e asiáticos.

O filósofo e sociólogo alemão Jürgen Habermas defende que:

> Uma nação de cidadãos é composta de pessoas que, devido a seus processos sociais, encarnam simultaneamente as formas de vida dentro das quais se desenvolveu sua identidade – e isso ocorre mesmo quando, como adultos, eles se libertaram das tradições da sua origem.[526]

Ora, os indivíduos que viviam em qualquer um desses PEIA, organizaram e constituíram um novo Estado, com uma nova identidade, diferente da do colonizador e dos colonizados. No fundo, "libertaram das tradições da sua origem" e adquiriram uma nova identidade e nacionalidade. Passaram a ser o caboverdiano, o são-tomense e o seychellense. Porém, todos tinham algo em comum: foram parar nessas ilhas, vítimas da colonização e vivenciaram o mesmo processo de socialização.

Por outro lado, não obstante os Estados encontrarem-se em níveis de desenvolvimento diferente, Cabo Verde e Seychelles têm como alicerce da sua

---

comme extrêmement mélangée, et l'on trouve à peu prés toutes les couleurs de peau, depuis le blanc absolu jusqu'au noir le plus pur, [...]". *In*: STEVENS, Jacques. **Les Seychelles: Iles de Rêve et de Lumière.**Editora FOT, Paris, 1983. p. 34; CARPIN assevera: "[...] des peronnes d'autres origines sont parvenues aux Seychelles - Arabes, Chinois et Indiens y sont restés et s'y sont établis. Aujourd'hui, la population seychelloise est un heureux mélange de ces influences et la cohabitation de ces différences races est harmonieuse." *In:* CARPIN, Sarah. **Seychelles: Joyau né de l'Océan.** 5.éme. Editions OLIZANE. Genève, 2010. p. 14; Para AUGUSTO "A miscigenação humana e cultural marcou de modo inconfundível o Fogo.[...] ao inicio do povoamento a população escrava chegou a representar 87% dos habitantes e tornou-se um dos núcleos fundamentais da comunidade afro-europeia que se sedimentou na ilha." "[...] O legado que o conde Francês Armand MontRond deixou no Fogo, está bem representado nos rostos da população de Chã das Caldeiras, terra povoada pelos seus descendentes e que vai na sua quarta geração. É comum encontrar gente com cabelos loiros, pele morena e olhos azuis, com feições que nos transportam para lugares europeus." "[...] apesar de os navegadores portugueses terem aberto as portas ao povoamento da ilha, foram os ingleses que, [...] geriram a exploração [...] Em 1620 os ingleses iniciaram a exploração do precioso sal da Boavista e contribuíram para a fundação do primeiro agregado populacional, a Povoação Velha." *In*: AUGUSTO, Nuno. **Um Mundo a Descobrir: Cabo Verde.** Tradução de Adam Prus. Lisboa: Edição Printer Portuguesa, 2009. p. 22, 39, 72 e 88. Título original: *A World to Discover: Cape Verde*; SELLIER ensina: "A população compõe-se de mestiços (cerca de 70% do total), de negros africanos (29%) e de brancos (1%). Embora o português seja a língua oficial, todos os cabo-verdianos se exprimem num crioulo do português". *In:*SELLIER, Jean. **Atlas dos Povos de África.** Tradução de Isabel Gentil. Editora Campo da Comunicação. Lisboa, 2004. p.102. Título original. *Atlas des Peuples d'Africa*.

[526]HABERMAS, Jürgen. **O Estado nacional tem futuro?** *In* HABERMAS, Jürgen. **A inclusão do outro – estudos de teoria política.** Tradução de George Sperber, Paulo Astor Soethe e Milton Camargo Mota. 2.ed. São Paulo: Loyola, 2004, especificamente p. 127 a 190. Título original: *Die Einbeziehung dês Anderen – Studien zur politischen Theorie*, p. 171.

economia o turismo e a pesca, enquanto que São Tomé e Príncipe, apesar das grandes potencialidades turísticas, a sua economia ainda está assente na agricultura.

Todos experimentaram, nos primeiros quinze anos da independência, o Regime Democrático Socialista Monopartidário e efetuaram a transição para Regime Democrático Liberal Multipartidário no início dos anos 90, do século XX.

Durante o período de partido único, todos estes países passaram por diversas agitações, sublevações políticas e tentativas de golpe de Estado. São Tomé e Príncipe[527] e Cabo Verde[528] ficaram somente nas conspirações e

[527]SEIBERT assevera: "Nos princípios de 1976, o Ministro do Equipamento Social, Nuno Xavier, estava a pensar em organizar um golpe contra a fação dirigida por Pinto da Costa, mas ele morreu num acidente de helicóptero em Portugal em Junho desse ano. [...] Em Janeiro de 1977, Carlos Graça não voltou de uma visita oficial à RDA e regressou de novo ao exílio em Libreville, porque não concordava com a política econômica socialista, nem com a preferência dada às relações com os países socialistas. [...] depois da saída de Carlos Graça, o ministro da Defesa, Daniel Daio, afirmou que espiões estrangeiros podiam entrar no país disfarçados de turistas. [...] Em 24 de Julho de 1977, o comerciante Manuel Gomes da Silva e oito outras pessoas foram detidos e acusados de terem planeado ocupar o Palácio Presidencial durante uma sessão do Conselho de Ministros a fim de deter o presidente e os ministros. [...] Já no princípio de 1978, Albertino Neto, o antigo comandante de Caçadores 7 e o primeiro comandante das pequenas Forças Armadas Revolucionárias, sua mulher Maria do Carmo Bragança, Orlando Graça, o membro do Bureau Político e embaixador itinerante José Fret Lau Chong, o chefe do protocolo do presidente, Alcino Lima, o chefe-adjunto da polícia, Manuel Santana, e o mecânico de aviões Fernando Alvim, foram detidos e acusados de serem agentes do imperialismo que queriam matar o presidente. [...] A 15 de Fevereiro Pinto da Costa enviou mesmo uma mensagem ao Conselho de Segurança das Nações Unidas e à Organização da Unidade Africana, reclamando que uma invasão estava iminente. [...] Sob o pretexto de ameaça de invasão por potências imperialistas, o regime pediu ajuda militar a outros países africanos lusófonos. Os primeiros contatos foram feitos pelo ministro dos Estrangeiros Leonel d'Alva, enquanto Trovoada finalizava os acordos. Subsequentemente, em Março de 1978 tanto a Guiné-Bissau como Angola enviaram soldados para São Tomé. [...] A 16 de Agosto de 1979, um recenseamento da população que fora compreendido por grande parte da população como uma tentativa de introduzir o regime de trabalho forçado, provocou manifestações antigovernamentais em toda ilha de São Tomé que duraram dois dias. [...] A revolta continuou até 18 de Agosto, quando as forças de segurança impediram os revoltosos de se manifestarem em frente ao Palácio Presidencial. [...] Em Janeiro de 1981 o governo expulsou três empresários portugueses residentes, nomeadamente António Paulo, António Ferreira e Alberto do Amaral Almeida, que tinham sido detidos nos princípios de 1980, acusados de terem organizados reuniões para provocar descontentamento entre a população, recrutado pessoas para assassinar o chefe do Estado e espalhado boatos. *In:* SEIBERT, Gerhard. **Camaradas, Clientes e Compadres. Colonialismo, Socialismo e Democratização em São Tomé e Príncipe.** Tradução: Ferreira Marques e Ana Mafalda Dourado (Introdução, cap. 1-3), Maria da Conceição Deus Lima (cap. 4-9, Conclusões); revisão de Ana Mafalda Dourado. Coleção: Documenta Histórica. Vega e Autor, 2.ª edição 2002. p. 148 -153. Título original: *Comrades, Clients and Cousins. Colonialism, Socialism and Democratization in São Tomé and Príncipe.*

[528]Aristides Pereira conta: "Havia um problema agudo em Santo Antão [...] Havia caciques que não aceitavam a autoridade do novo Estado e pelo meio uma grande confusão, contas adiadas, etc. [...] Foi aí que apareceu a necessidade de mandar alguém que tivesse equilíbrio e a necessária autoridade para apaziguar e levar as coisas a bom termo. [...] O John Wahnon,

tentativas de golpes de Estado, enquanto que no caso das Seychelles um golpe de Estado foi consumado, em que o então Primeiro-Ministro[529] derrubou o primeiro Presidente da República[530]. Nos anos que se seguiram registrou-se diversas tentativas de subversão constitucional nas Seychelles.[531]

Nos quinze anos que vigorou o Regime Democrático Socialista Monopartidário nos PEIA, tanto Cabo Verde[532] quanto São Tomé e Príncipe[533] tiveram apenas um chefe de Estado. Entretanto, nesse período, São Tomé e Príncipe conheceu três Primeiros Ministros[534], enquanto que Cabo Verde

---

por exemplo, como tinha estado no Vietname, chegou a fazer declarações que eles viriam desembarcar em Cabo Verde... em São Vicente, também, falou-se em explodir os depósitos da Shell, sabotar a JAIDA, isto é, iriam dificultar a produção de água e a ilha ficaria sem água. [...] houve até oficiais cabo-verdianos do exército português, que estiveram ligados a essa questão de um desembarque em Cabo Verde. [...] fomos obrigados a distribuir armas, através das milícias, e fez-se constar lá fora que em Cabo Verde toda a gente tinha armas. [...] Mas a minha ideia é que Baltasar não iria em aventuras desse tipo, não se ia envolver em atos violentos, principalmente de destruir infra-estruturas que tanta falta faziam a este país. *In:* LOPES, José Vicente. **Aristides Pereira: Minha Vida, Nossa História**. 2.ed. Edições Spleen. Cidade da Praia, 2012. p. 234, 235, 245 e 246.

[529]O Primeiro-Ministro Albert René orquestrou e materializou o golpe de Estado de 5 de junho de 1977, assumindo a chefia do Estado e de Governo.

[530]James Mancham, primeiro chefe de Estado das Seychelles, chefiou o país entre 29 de junho de 1976 e 5 de junho de 1977, quando foi derrubado pelo seu Primeiro-Ministro Albert René.

[531]GUÉBOURG escreve que: "Quelque mois après la mise en place du nouveau gouvernement, l'annonce de application du service national des jeunes (NYS) souleva un tollé général, et des lycéens et collégiens, fils de grands Blancs fort hostiles au projet, distribuèrent des tracts antigouvernementaux les 11 et 12 octobre 1979. La répression fut immédiate; le 30 octobre, l'un des rares journaux libres des Seychelles, *Week-end Life*, fut interdit. [...] Le 25 novembre 1981, la République des Seychelles fut victime d'une agression de mercenaires sud-africaines. [...] En 1982, la révolte mal programmée d'Olivier Charmille avait pour objectif de soulever les casernes afin d'avoir de meilleures conditions de vie. Elle partit d'Union Vale; les insurgés s'emparèrent de la radio et tinrent un discours incohérent où ils évoquaient les brimades des officiers tout en affirmant leur loyalisme envers le président René. [...] En janvier 1985, Albert René fut de nouveau la cible de l'opposition. À Londres, Gérard Hoareau, qui avait eu en 1976 des responsabilités dans le département de l'immigration et qui était le chef du parti politique d'opposition, le MPR (Mouvement pour la résistance), put rassembler les Seychelles vivant à l'extérieur et mécontents du régime. Avec Léon Ucize, ancien responsable de l'agriculture, il créa un mouvement plus large, le Seychellois National Movement. Aidé par un certain Casanova, Hoareau fomenta un complot avec l'un des gardes de la sécurité, Bamboche. Cette tentative fut déjouée par Berlouis, mais les responsables du SPPF voulaient y mettre un point final et Hoareau fut assassiné par Fernando Da Silva entre octobre et novembre 1985. [...] En août 1986, Ogilvy Berlouis, l'homme qui fit échec à la plupart des tentatives de renversement du régime, se trouvait en désaccord total avec les responsables du gouvernement. Soutenu, semble-t-il, par les Américains, il essaya en septembre 1986 de s'emparer du pouvoir, mais il échoua et dut démissionner. *In:* GUÉBOURG, Jean-Louis. **Les Seychelles.** Éditions Karthala. Paris, 2004. p. 88, 92 e 93.

[532]Aristides Pereira, chefe de Estado (1975-1991), nasceu na Ilha Boa Vista em 1923 e faleceu em 2011.

[533]Manuel Pinto da Costa, chefe de Estado (1975-1991; 2011-2016) e de Governo (1979-1988), nasceu em 5 de Agosto de 1937.

[534]Leonel Mário d'Alva (Governo de Transição - 21.12.1974-12.07.1975), Miguel Trovoada (12.07.1975-01.04.1979) e Celestino Rocha da Costa (01.01.1988-01.04.1991).

manteve apenas um Primeiro Ministro[535] e, por sua vez, Seychelles teve um Primeiro-Ministro que governou menos de um ano.

Tanto Cabo Verde quanto Seychelles passaram algum tempo sem Constituição[536]. Enquanto que em Cabo Verde o país foi administrado nos termos regulamentares da Lei sobre Organização Política do Estado[537], nas Seychelles, o chefe de Estado dirigia o país através de decretos presidenciais.[538]

Politicamente, desde princípio da década de 90, do século XX, que esses PEIA são Estados de Direito Constitucional, vivendo numa Democracia liberal com realização de eleições periodicamente. No caso das Seychelles, vivem numa Democracia com um Sistema de Governo Presidencial, enquanto que Cabo Verde e São Tomé e Príncipe também vivem numa Democracia com Sistema de Governo Misto, de matriz Parlamentar, ou seja, o Semiparlamentarismo.

4.3.1. CABO VERDE: CARACTERÍSTICAS GEOGRÁFICA E SÓCIO-HISTÓRICA

Dos três PEIA em estudo, Cabo Verde possui a maior superfície terrestre. É um arquipélago constituído por dez ilhas[539] e vários ilhéus,

---

[535]Pedro Pires, chefe de Governo (1975-1991).

[536]GUÉBOURG assevera "[...] durant un peu plus de deux ans, les Seychellois vécurent sous un régime provisoire fondé sur les décrets présidentiels. [...] La nouvelle constitution du 26 mars 1979 n'entra en vigueur que le 5 juin 1979, jour anniversaire du coup d'État et consacrait «une République socialiste à parti unique»." *In:* GUÉBOURG, Jean-Louis. **Les Seychelles.** Éditions Karthala. Paris, 2004. p.78 e 79; LOPES escreve: "A LOPE estipulava o prazo de noventa dias para a aprovação da Constituição, coisa que só irá acontecer cinco anos depois, em 1980. [...] "Como disse, na impossibilidade de se apresentar um projeto de Constituição, pensou-se em algo que pudesse ser aceite rapidamente, mantendo o país em funcionamento, com mais tempo para pensar e fazer melhor a futura Constituição. É aí que surge a LOPE." [...] *In:* LOPES, José Vicente. **Aristides Pereira: Minha Vida, Nossa História**. 2.ed. Edições Spleen. Cidade da Praia, 2012. p. 15 e 295; ÉVORA disserta que "[...] a LOPE ficou em vigor de Julho de 1975 até Setembro de 1980, quando foi aprovada a primeira Constituição de Cabo Verde. O prazo de três meses prolongou por cinco anos." *In*: ÉVORA, Roselma. **Cabo Verde: A abertura política e a transição para a democracia.** Spleen Edições. Cidade de Praia, 2004. p. 70.

[537]Lei sobre a Organização Política do Estado, **Boletim Oficial**, número 1, Cidade da Praia, 5 de Julho de 1975.

[538]GUÉBOURG, Jean-Louis. **Les Seychelles.** Paris: Éditions Karthala, 2004. p.78.

[539]Brava, Fogo, Santiago, Maio, Boavista, Sal, São Nicolau, Santa Luzia, São Vicente e Santo Antão.

perfazendo uma dimensão territorial na ordem de 4033 Km^2. A sua área marítima[540], ZEE, atinge 700 mil km^2.

As ilhas de Cabo Verde distam da costa da África, perto de 455 km. A maior ilha é a de Santiago[541], onde se localiza a capital do país, Cidade de Praia. Essa ilha possui um território de 991 Km^2, enquanto que a Santa Luzia[542] (35 Km^2) é a menor ilha desse arquipélago.

O arquipélago de Cabo Verde encontra-se demarcado consoante a sua posição geográfica na região sub-saheliana, relativamente aos ventos dominantes, a saber ilhas do Barlavento[543] e do Sotavento[544], localizadas no sentido norte ao sul desse arquipélago. Faz parte de um conjunto denominado Macaronésia, que engloba os arquipélagos das Canárias, da Madeira e dos Açores e as Selvagens.

Situada na sub-região da África Ocidental, Cabo Verde tem o Senegal como o Estado continental mais próximo. Ocupa uma posição central no Atlântico e constitui um marco fronteiriço entre o Atlântico Norte e o Atlântico Sul, numa encruzilhada entre a África, Europa e as Américas.[545]

O arquipélago possui um clima tropical, semi-árido, chegando a ser árido em algumas ilhas, refletindo assim uma paisagem lunar.[546] Apresenta duas estações: seca e úmida, com muito pouca chuva. A temperatura média anual varia entre 22ºC e 26ºC.[547]

Apenas três ilhas de Cabo Verde possuem um relevo menos

---

[540] Disponível em: http://rodriguesemilio.blogspot.com/p/zona-economica-exclusiva-zee.html Acesso 22 de jun 2017.

[541] AUGUSTO, Nuno. **Um Mundo a Descobrir: Cabo Verde.** Tradução de Adam Prus. Edição Printer Portuguesa. Lisboa, 2009. p. 46. Título original: *A World to Discover: Cabo Verde.*

[542] A Santa Luzia é única ilha de Cabo Verde não habitada.

[543] As ilhas do Barlavento: Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal e Boavista.

[544] As ilhas do Sotavento: Maio, Santiago, Fogo e Brava.

[545] BRANCO MADEIRA, João Paulo Carvalho e. **Nação e Identidade: A Singularidade de Cabo Verde.** Tese de Doutoramento em Ciências Sociais. Universidade de Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Lisboa, 2015. p. 44; LOPES, José Vicente. **Cabo Verde: As causas da independência.** 2.ª ed. Spleen Edições. Cidade de Praia, 2012. p. 39.

[546] BRITO, Brigida Rocha e outros. **Turismo em meio insular africano. Potencialidade, Constrangimentos e Impactos.** Edição GERPRESS. Lisboa, 2010. p. 42.

[547] BRANCO MADEIRA, João Paulo Carvalho e. **Nação e Identidade: A Singularidade de Cabo Verde.** Tese de Doutoramento em Ciências Sociais. Universidade de Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Lisboa, 2015. p. 35.

acidentado.[548]. Elas são as mais próximas do continente africano, possuem superfícies mais planas, estão envoltas por extensas praias, com colinas arenosas e sofrem forte influência do deserto do Saara. As restantes são de origem vulcânicas, extremamente acidentadas, rochosas e bastante montanhosas, possuindo picos[549] que ultrapassam os mil metros de altitude.[550]

Devido à dispersão do arquipélago cabo-verdiano, distando de 455 km a 640 km da costa africana, até os dias de hoje, persistem divergências no que concerne a seus primeiros habitantes, as nacionalidades dos primeiros europeus que teriam chegado às ilhas, bem como as datas da sua chegada.

Relativamente à chegada dos europeus, consta que Vicente Dias, Luís de Cadamosto, Diogo Gomes e Antônio de Noli, este último geovanês, ao serviço da Coroa portuguesa, teriam sido os primeiros e considerados os descobridores destas ilhas do Atlântico. Importa salientar que a data da descoberta varia entre 1460 e 1462[551], sendo que todas as ilhas não foram descobertas no mesmo ano, nem tão pouco pelos mesmos navegadores.

Constata-se que as ilhas de Santiago, Fogo, Maio, Boa Vista e Sal teriam sido as primeiras a serem descobertas e foram feitas por Antônio de Noli, enquanto que as restantes foram achadas por Diogo Afonso.[552] Na data da chegada dos portugueses, as ilhas encontravam-se desabitadas, salvo a ilha de Santiago[553], pelo que a Coroa portuguesa autorizou seu povoamento.

A singularidade do povoamento de Cabo Verde faz das ilhas crioulas uma sociedade mestiça um tanto ou quanto diferente das outras sociedades,

---

[548] As ilhas de Sal, Boavista e Maio.

[549] O pico mais alto com 2829 metros está na ilha do Fogo, seguido do Topo de Coroa em Santo Antão medindo 1979 metros e o Monte Pico d'Antónia da ilha de Santiago com 1392 metros.

[550] BRANCO MADEIRA, João Paulo Carvalho e. **Nação e Identidade: A Singularidade de Cabo Verde.**Tese de Doutoramento em Ciências Sociais. Universidade de Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Lisboa, 2015. p. 45.

[551] LIMA, Antônio Germano**. A problemática do descobrimento e do povoamento das Ilhas de Cabo Verde.** Relatório de Pesquisa de 2007. p. 6.

[552] JESUS, Nilton Jorge Mendes de**. Impacto Socio-Econômico da Abolição da Escravatura na Sociedade Cabo-Verdiana.** Universidade de Cabo Verde: Departamento das Ciências Sociais e Humanas. Praia, 2010. p. 7; PEREIRA, Daniel A. **Das Relações Históricas Cabo Verde/Brasil.** Fundação Alexandre de Gusmão. Brasília, 2011. p. 17.

[553] VEIGA DOS SANTOS, Danilo de Jesus da. **O Cabo-verdiano através dos olhos de forasteiros: representações nos textos portugueses (1784-1844).** Universidade de Lisboa. Faculdades de Letras: Departametno de História. Lisboa, 2011. p. 47.

pois na sua formação contou com gente provenientes da África e da Europa. Não obstante os africanos terem sido forçados a instalarem-se nesse arquipélago, acabaram constituindo o maior percentual da população cabo-verdiana.

Quanto aos europeus, os portugueses lideraram, pois estavam ligados à administração, ao comércio e à Igreja Católica, todavia ensina BARROS que:

> [...] contribuíram também para a formação dos primeiros mestiços cabo-verdianos os espanhóis, os franceses (normandos e bretões), os ingleses, os holandeses e, em menor escala, os judeus [...].[554]

Acresce dizer que os judeus desembarcaram nas ilhas em dois momentos diferentes[555], e que entre os europeus pode-se encontrar também os genoveses[556], nórdicos[557] e flamengos.[558]

Por outra parte, LIMA[559], *apud* VASCONCELOS e ALMEIDA, assevera que os africanos que contribuíram para a crioulização cabo-verdiana seriam originários da Guiné, fundamentalmente provenientes dos povo wolof, balanta, papel, bijagó, felupe, jalofo, mandinga, biafada, bambarã e o manjaco.

O processo de povoamento do arquipélago de Cabo Verde permitiu a fusão não apenas de povos africanos e europeus, mas também a fusão de crenças e práticas religiosas[560], formando uma cultura social que varia de ilha para ilha e de igual modo dentro de uma mesma ilha[561].

---

[554]BARROS, Simão. **Origens da colônia de Cabo Verde.** Cadernos Coloniais № 56.Edições COSMOS. Lisboa, 1939. p. 39.

[555] BARROS defende que "[...] os judeus que, desde Filipe II de Portugal (século XVI), se mantiveram em Cabo Verde, embora as ordens expressas do monarca para a sua expulsão" [...] "A este grupo de judeus se vieram juntar, no século XIX, judeus deMarrocos, que se estabeleceram na ilha de Santo Antão, cujos membros seespalhariam para as outras ilhas." *In:*BARROS, Simão.**Origens da colônia de Cabo Verde**. Cadernos Coloniais № 56. Edições COSMOS. Lisboa, 1939. p. 39.

[556] CABRAL, Iva; SANTOS, Maria Emília Madeira e al. **Cabo Verde, uma experiência colonial acelerada (séculos XVI-XVII).** p.4.

[557]BARROS, Simão. **Origens da colônia de Cabo Verde**. Cadernos Coloniais № 56. Edições COSMOS. Lisboa, 1939. p. 39.

[558]CARREIRA, Antônio. **Cabo Verde: Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1878)**. Instituto Cabo-verdiano do Livro. Praia, 1983. p. 295.

[559] LIMA, Antônio Germano. **A problemática do descobrimento e do povoamento das Ilhas de Cabo Verde**. Relatório de Pesquisa de 2007. p. 10.

[560] CABRAL, Iva; SANTOS, Maria Emília Madeira e al. **Cabo Verde, uma experiência colonial acelerada (séculos XVI-XVII).** p.24.

[561] VEIGA DOS SANTOS, Danilo de Jesus da. **O Cabo-verdiano através dos olhos de**

Salienta-se que tendo Cabo Verde tornado parte da Coroa portuguesa, iniciou-se a colonização com construção de fortalezas, estabelecimento de povoações mormente da ilha de Santiago, onde foi constituída a primeira divisão político administrativa ou capitania, a Ribeira Grande (atual Cidade Velha) fundada ainda em 1495 no sul e no norte da Cidade de Praia.[562]

No processo de fundação de povoação, a Igreja Católica desempenhou uma grande influência no seio das populações, quer ministrando catequese e batizando africanos escravizados[563], quer erguendo paróquias pelas ilhas.

Semelhantemente aos demais territórios sob domínio colonial português, em Cabo Verde, de tempo em tempo, acontecia desordens, sedições e revoltas geradas por causas e consequências tais como a fraqueza da Coroa portuguesa, a seca, a crise econômica, a falta de mão-de-obra qualificada e a quase totalidade de investimentos feitos na ilha de Santiago.[564]

Com a independência do Brasil, em 1822, os cabo-verdianos manifestaram a vontade de serem a próxima colônia portuguesa a abandonar a Coroa[565], tendo sido protagonizadas várias revoltas, com destaque para a da Ribeira de Engenhos.[566]

Nota-se que a partir da década de 20 até a década de 40, do século XX, ocorreram, em Cabo Verde, sobretudo na ilha de Santiago, diversas

---

forasteiros: representações nos textos portugueses (1784-1844). Universidade de Lisboa. Faculdades de Letras: Departametno de História. Lisboa, 2011. p. 62.

[562] BRANCO MADEIRA, João Paulo Carvalho e. **Nação e Identidade: A Singularidade de Cabo Verde.**Tese de Doutoramento em Ciências Sociais. Universidade de Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Lisboa, 2015. p. 35; LOPES, José Vicente. **Cabo Verde: As causas da independência.** 2.ª ed. Spleen Edições. Cidade de Praia, 2012. p. 39.

[563]PEREIRA, Daniel A. **Das Relações Históricas Cabo Verde/Brasil.** Fundação Alexandre de Gusmão. Brasília, 2011. p. 27.

[564] VEIGA DOS SANTOS, Danilo de Jesus da. **O Cabo-verdiano através dos olhos de forasteiros: representações nos textos portugueses (1784-1844).** Universidade de Lisboa. Faculdades de Letras: Departametno de História. Lisboa, 2011. p. 84.

[565]LOPES, José Vicente. **Cabo Verde: As causas da independência.** 2.ª ed. Spleen Edições. Cidade de Praia, 2012. p. 23.

[566] MARTINS, Amarilis Barbosa. **Relações entre Portugal e Cabo Verde: Antes e Depois da Independência**. Dissertação de Mestrado em Espaço Lusófono. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa, 2009. p. 42.

movimentações políticas, essencialmente nas festas religiosas e comemorações solenes, visando disseminar ideais políticos para pôr fim à colonização.[567]

Com o fim da Segunda Guerra Mundial intensificaram-se as lutas pelo fim do colonialismo, pela libertação dos territórios africanos e pela independência política, cultural e social dos povos africanos.

Assim, na década de 50, do século XX, começou o processo de luta pela libertação nacional de Cabo Verde. Os intelectuais cabo-verdianos, que estudavam na metrópole, liderados pelo Amílcar Cabral, criaram o PAIGC[568], que além de ter como objetivo principal a libertação dos dois povos, também pretendia que Cabo Verde e Guiné Bissau se tornassem num único país[569], uma vez que os fundadores do PAIGC eram descendentes de cabo-verdianos e guineenses.

Com a independência em 1975, o PAIGC governou Cabo Verde até 1981 e a partir desse momento o país foi governado pelo Partido Africano de Independência de Cabo Verde (PAICV).[570]

A governação do PAI (GC e CV) ficou marcada como regime de partido único de tendência socialista, na medida em que não era permitida a existência de outros partidos políticos. Todavia, essa governação lançou as bases para o desenvolvimento de Cabo Verde, principalmente nas áreas de educação, saúde e infra-estrutura.

No início dos anos 90, do século XX, o PAICV procedeu a abertura política em Cabo Verde, que possibilitou o surgimento de novos partidos políticos e a realização das primeiras eleições democráticas multipartidárias no país.[571]

---

[567]BRANCO MADEIRA, João Paulo Carvalho e. **Nação e Identidade: A Singularidade de Cabo Verde.**Tese de Doutoramento em Ciências Sociais. Universidade de Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Lisboa, 2015. p.83.

[568]LOPES, José Vicente. **Cabo Verde: As causas da independência.** 2.ª ed. Spleen Edições. Cidade de Praia, 2012. p. 16 e 65; ÉVORA, Roselma. **Cabo Verde: A abertura política e a transição para a democracia.** Spleen Edições. Cidade de Praia, 2004. p. 56 e 57.

[569]LOPES, José Vicente. **Cabo Verde: As causas da independência.** 2.ª ed. Spleen Edições. Cidade de Praia, 2012. p. 23, 103.

[570] O projeto de unificação de Cabo Verde com a Guiné Bissau chegou ao fim em 1981 quando foi registado um golpe de Estado na Guiné Bissau. Com isto ocorreu uma cisão no interior do PAIGC que a partir de então em Cabo Verde se tornou no PAICV.

[571]ÉVORA, Roselma. **Cabo Verde: A abertura política e a transição para a democracia.**

O PAICV perdeu as primeiras eleições multipartidárias (legislativas, presidenciais e autárquicas) realizadas em Cabo Verde e, com isso, colocou-se fim ao Regime Democrático Socialista Monopartidário que perdurou cerca de quinze anos (1975-1990).

Desde 1991 que Cabo Verde tem vivido no Regime Democrático Liberal Multipartidário, marcado pela conquista dos direitos, principalmente civis, políticos, liberdade de expressão e de imprensa, liberdade de associação, manifestação e direito a greve.

4.3.2. SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE: CARACTERÍSTICAS GEOGRÁFICA E SÓCIO-HISTÓRICA

Com uma dimensão territorial de 1001 km^2, o arquipélago são-tomense é composto pelas ilhas de São Tomé (859 km^2) e Príncipe (142 km^2) e vários ilhéus. Sendo de destaque o ilhéu das Rolas, ao sul da ilha de São Tomé, e o ilhéu Bombom, ao norte da ilha do Príncipe[572]. A capital, Cidade de São Tomé, situa-se na ilha, com o mesmo nome.

O arquipélago possui uma ZEE, medindo de área 125.891 km^2, localizada no Golfo da Guiné. Dista da costa africana cerca de 300 km, na sub-região África Central, tendo o Gabão como o país mais próximo a leste. As duas ilhas distam entre si cerca de 150 km.

Com uma paisagem marcada pela irregularidade de relevo, possui um manto florestal bastante denso, dispondo de um clima tropical quente e úmido.[573]

Os primeiros europeus que terão chegado às ilhas equatoriais do Golfo da Guiné, foram os portugueses João de Santarém e Pêro Escobar, em finais de 1470 e início de 1471. Os registos históricos assinalam que as ilhas estariam desabitadas e o seu povoamento deu-se com a chegada dos primeiros

---

Spleen Edições. Cidade de Praia, 2004. p. 84.

[572]Instituto Nacional de Estatística. **São Tomé e Príncipe em Números.** Edição GAERE. Lisboa, 2000. p. 6.

[573]BRITO, Brigida Rocha e outros. **Turismo em meio insular africano. Potencialidade, Constrangimentos e Impactos.** Edição GERPRESS. Lisboa, 2010. p. 42-43.

colonos a Anambó (Ponta Figo), em 1485, quando a ilha de São Tomé foi doada por D. João II a João de Paiva[574].

Das quatro ilhas do Golfo da Guiné em que os portugueses estabeleceram seu domínio, a ilha de São Tomé foi escolhida como base de vida no meio do Atlântico - isso deveu-se à distância da África e à proximidade da América, sobretudo Norte do Brasil (Bahia) - e depois espalharam por outras três ilhas: Fernão Pó, Príncipe e Ano Bom - esta última, não obstante estar também distante, não oferecia condições de habitabilidade.[575]

Com a chegada dos portugueses e o povoamento de São Tomé e Príncipe, o território passou a integrar rota do comércio mundial, alocando produtos agrícolas e servindo de entreposto de escravos. País equatorial, com chuvas durante 9 meses, solo fértil, os portugueses apostaram na exploração agrícola. Num primeiro momento, introduziram a cana do açúcar (no ano 1501, proveniente da ilha da Madeira) e apesar da sua pequenez, São Tomé e Príncipe chegou a ser durante anos o principal exportador africano de açúcar no século XVI.

No século XIX foram introduzidos o café (1800) e o cacau (1822) e, em finais da segunda década do século XX, passou a ser o principal e maior produtor mundial de cacau.[576]

Ao longo de todo o processo de colonização de São Tomé e Príncipe, a religião desempenhou um papel fundamental, mormente a Igreja Católica Portuguesa[577], ultrapassando os princípios missionários. A igreja contribuiu para

---

[574]SEIBERT, Gerhard. **Camaradas, Clientes e Compadres. Colonialismo, Socialismo e Democratização em São Tomé e Príncipe.** Tradução: Ferreira Marques e Ana Mafalda Dourado (Introdução, cap. 1-3), Maria da Conceição Deus Lima (cap. 4-9, Conclusões); revisão de Ana Mafalda Dourado. Coleção: Documenta Histórica. Vega e Autor, 2.ª edição 2002. p. 34. Título original: *Comrades, Clients and Cousins. Colonialism, Socialism and Democratization in São Tomé and Príncipe.*

[575] GALLET, Dominique. **São Tomé et Príncipe: Les îles du milieu du monde.**Éditions Karthala. Paris, 2001. p. 35.

[576]SEIBERT, Gerhard. **Camaradas, Clientes e Compadres. Colonialismo, Socialismo e Democratização em São Tomé e Príncipe.** Tradução: Ferreira Marques e Ana Mafalda Dourado (Introdução, cap. 1-3), Maria da Conceição Deus Lima (cap. 4-9, Conclusões); revisão de Ana Mafalda Dourado. Coleção: Documenta Histórica. Vega e Autor, 2.ª edição 2002. p. 36. Título original: *Comrades, Clients and Cousins. Colonialism, Socialism and Democratization in São Tomé and Príncipe.*

[577]CEITA ensina: "[...] a missão católica, a arma com que os portugueses se faziam acompanhar

fundar as primeiras povoações (vilas) quando instalou as capelas e os seminários no arquipélago.[578]

Durante muito tempo, cerca de 3 séculos, as ilhas do meio do mundo[579] vivenciaram períodos de tensões políticas, lutas pelo poder político local entre a Coroa Portuguesa, a Igreja Católica e a Câmara Municipal.[580]

A sociedade crioula, que se constituiu em São Tomé e Príncipe, é uma sociedade distinta das outras sociedades crioulas. Fruto da miscigenação cultural portuguesa e africana, São Tomé e Príncipe passou a possuir sua língua e cultura própria[581].

Ensina SEIBERT que:

> No caso de São Tomé, a matriz e a estrutura da sociedade são-tomense são europeias, conquanto os africanos tenham influenciado fortemente o seu conteúdo. Os africanos que partilhavam certos conceitos comuns conseguiram manter os seus conhecimentos, crenças e costumes, particularmente em relação à sua vida doméstica e privada. O encontro direto e prolongado entre os portugueses e as várias culturas africanas dinamizou um processo de recíproca aculturação: a europeização dos africanos, assim como a africanização dos europeus.[582]

---

nas suas deambulações de conquista, fundou Igrejas, Escolas de Artes e Ofícios, Santa Casa de Misericórdia e um Hospital à chegada de Àlvaro de Caminha a São Tomé". *In*: CEITA, J. Guadalupe Viegas de. **Memórias e Sonhos Perdidos de um Combatente pela Libertação e Progresso de São Tomé e Príncipe.**Edição Tipografia Lousanense. Lisboa, 2012. p. 171.

[578]GALLET, Dominique. **São Tomé et Príncipe: Les îles du milieu du monde.** Éditions Karthala. Paris, 2001. p. 37.

[579]LOUDE, Jean-Yves. **Coupe de théâtre à São Tomé: Carnet d'enquête aux îles du milieu du monde.** Éditions Actes Sud. Paris, 2007. p. 19; GALLET, Dominique. **São Tomé et Príncipe: Les îles du milieu du monde.**Éditions Karthala. Paris, 2001. p. 31, 34.

[580]SEIBERT, Gerhard. **Camaradas, Clientes e Compadres. Colonialismo, Socialismo e Democratização em São Tomé e Príncipe.** Tradução: Ferreira Marques e Ana Mafalda Dourado (Introdução, cap. 1-3), Maria da Conceição Deus Lima (cap. 4-9, Conclusões); revisão de Ana Mafalda Dourado. Coleção: Documenta Histórica. Vega e Autor, 2.ª edição 2002. p. 42. Título original: *Comrades, Clients and Cousins. Colonialism, Socialism and Democratization in São Tomé and Príncipe*; CEITA, J. Guadalupe Viegas de. **Memórias e Sonhos Perdidos de um Combatente pela Libertação e Progresso de São Tomé e Príncipe.**Edição Tipografia Lousanense. Lisboa, 2012. p. 171.

[581]SEIBERT, Gerhard. **Camaradas, Clientes e Compadres. Colonialismo, Socialismo e Democratização em São Tomé e Príncipe.** Tradução: Ferreira Marques e Ana Mafalda Dourado (Introdução, cap. 1-3), Maria da Conceição Deus Lima (cap. 4-9, Conclusões); revisão de Ana Mafalda Dourado. Coleção: Documenta Histórica. Vega e Autor, 2.ª edição 2002. p. 45. Título original: *Comrades, Clients and Cousins. Colonialism, Socialism and Democratization in São Tomé and Príncipe.*

[582] SEIBERT, Gerhard. **Camaradas, Clientes e Compadres. Colonialismo, Socialismo e Democratização em São Tomé e Príncipe.** Tradução: Ferreira Marques e Ana Mafalda Dourado (Introdução, cap. 1-3), Maria da Conceição Deus Lima (cap. 4-9, Conclusões); revisão de Ana Mafalda Dourado. Coleção: Documenta Histórica. Vega e Autor, 2.ª edição 2002. p. 45. Título original: *Comrades, Clients and Cousins. Colonialism, Socialism and Democratization in São Tomé and Príncipe.*

Não obstante São Tomé e Príncipe terem uma população de origem diversa[583], ainda assim, no Sul da ilha de São Tomé, existiu uma forma de governo local[584]africano institucionalizado e, no princípio do século XVI, existiam várias povoações na ilha de São Tomé[585] como resultado da colonização.

A abolição da escravatura obrigou os fazendeiros portugueses a irem recrutar a mão-de-obra nas terras africanas sob domínio português (Angola, Cabo Verde e Moçambique) nas formas de serviçais ou contratados, não diferindo muito do trabalho escravo.[586]

Embora a pouca diferença entre trabalho escravo e o serviçal, este último estava assente em medidas mais humanistas, como a instalação de hospitais, capelas e escolas nas roças, transformando assim a sede das roças em pequenas povoações.[587]

O fim do trabalho escravo provocou a queda de produção agrícola e, apesar de mão-de-obra importada das colônias portuguesas na África, a administração colonial procedeu à contratação forçada do homem são-tomense (forros)[588] para trabalhar nas roças.

---

[583]CEITA escreve: "Provindos de continentes diversos, habituados a diferentes climas e costumes, não admira o que podia originar a convergência de duas raças diferentes e em desigual nível de civilização. Para já, predominava a lei do mais forte: a crença religiosa com que os portugueses, e não só, se faziam acompanhar nessas aventuras africanas [...] *In:* CEITA, J. Guadalupe Viegas de. **Memórias e Sonhos Perdidos de um Combatente pela Libertação e Progresso de São Tomé e Príncipe.**Edição Tipografia Lousanense. Lisboa, 2012. p. 170; GALLET escreve "[...] deux mille enfants juifs feront partie du voyage conduit par Alvaro de Caminha, second donataire. (à São Tomé)" In: GALLET, Dominique. **São Tomé et Príncipe: Les îles du milieu du monde.**Éditions Karthala. Paris, 2001. p. 35.

[584]CEITA defende: "[...] a perfeita estrutura militar que os levava a atacar em forma de guerrilhas, assaltando e incendiando plantações da cana-de-açúcar, engenhos de Cidade de São Tomé, raptando mulheres e crianças, pressupõe uma prática rotineira de um povo antigo, de longa tradição monárquica [...]" *In*: CEITA, J. Guadalupe Viegas de. **Memórias e Sonhos Perdidos de um Combatente pela Libertação e Progresso de São Tomé e Príncipe.**Edição Tipografia Lousanense. Lisboa, 2012. p. 174.

[585]SEIBERT, Gerhard. **Camaradas, Clientes e Compadres. Colonialismo, Socialismo e Democratização em São Tomé e Príncipe.** Tradução: Ferreira Marques e Ana Mafalda Dourado (Introdução, cap. 1-3), Maria da Conceição Deus Lima (cap. 4-9, Conclusões); revisão de Ana Mafalda Dourado. Coleção: Documenta Histórica. Vega e Autor, 2.ª edição 2002. p. 42. Título original: *Comrades, Clients and Cousins. Colonialism, Socialism and Democratization in São Tomé and Príncipe.*

[586] GALLET, Dominique. **São Tomé et Príncipe: Les îles du milieu du monde.** Éditions Karthala. Paris, 2001. p. 47.

[587]GALLET, Dominique. **São Tomé et Príncipe: Les îles du milieu du monde.**Éditions Karthala. Paris, 2001. p. 49.

[588]CEITA assevera: "Os brancos evitavam trazer as suas mulheres para a África por medo dos

A recusa permanente dos forros trabalharem nas roças, sob o regime de contratos, gerou várias revoltas e conflitos que veio a culminar com o massacre de Batepá[589] ocorrido nos primeiros anos da década de 50, do século XX.

Essa tragédia marcou o arranque da luta pelo nacionalismo são-tomense e a premissa do movimento de libertação no arquipélago, vindo a fazer parte da grande luta pela emancipação do homem africano, sobretudo da libertação dos povos nas possessões portuguesas na África.

Assim, em 1960 alguns estudantes[590]são-tomenses de visita as ilhas, constituíram o Comitê de Libertação de São Tomé e Príncipe, primeira organização nacionalista dos são-tomenses, que posteriormente, em 1972[591], veio a transformar-se no Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe.

O MLSTP conduziu o país à independência em 12 de julho de 1975, designou o seu líder como Presidente da República, tornou-se no partido único, radicalizou a governação em finais dos anos 70, do século XX, optando pela via

---

climas e epidemias horríveis. Por isso, solicitaram e conseguiram do seu rei D. Manuel I (1495-1521) a permissão de contrair união de fato com as negras, institucionalizando-a posteriormente, salvaguardando deste modo os direitos dos seus filhos mulatos por Decreto Real de 29 de janeiro de 1515, que por esta razão se tornaram libertos ou forros. Esta lei de alforria foi estendida em 24 de janeiro de 1517 aos africanos do sexo masculino e seus filhos que tinham chegado com os primeiros colonos ao arquipélago." *In:* CEITA, J. Guadalupe Viegas de. **Memórias e Sonhos Perdidos de um Combatente pela Libertação e Progresso de São Tomé e Príncipe.**Edição Tipografia Lousanense. Lisboa, 2012. p. 170.

589GALLET, Dominique. **São Tomé et Príncipe: Les îles du milieu du monde.**Éditions Karthala. Paris, 2001. p. 49.

590 CEITA defende: "Foi no ano de 1960 que nas matas de Bobô Fôrro e Óqui d'El-Rei, que serviram de palco das reuniões clandestinas a jovens estudantes, locais e vindos de Lisboa, para se deliberarem sobre o futuro político do País, do que viria a ser o Comité de Libertação de STP versus MLSTP." *In:* CEITA, J. Guadalupe Viegas de. **Memórias e Sonhos Perdidos de um Combatente pela Libertação e Progresso de São Tomé e Príncipe.**Edição Tipografia Lousanense. Lisboa, 2012. p. 80-83 e 354; GRAÇA, Carlos. **Memórias Políticas de Um Nacionalista São-tomense sui generis**. União Nacional dos Escritores e Artistas São-tomenses. 1.ª ed. Lisboa, 2011. p. 38.

591CEITA ressalta: "Assim, no dia 8 de julho de 1972, na cidade de Malabo, um grupo de oito Membros do Comitê de Libertação de São Tomé e Príncipe, iniciou a Conferência que ficou conhecida com o nome de Conferência de Malabo. [...] Com a mudança de nome do CLSTP para MLSTP e a união das forças até então malquistadas entre si [...] em 1960 instituímos o CLSTP, transformando depois em MLSTP a 12 de julho de 1972, razão pela qual o 12 de julho foi eleito para o dia da nossa Independência Nacional: 12 de julho de 1975." *In:* CEITA, J. Guadalupe Viegas de. **Memórias e Sonhos Perdidos de um Combatente pela Libertação e Progresso de São Tomé e Príncipe.**Edição Tipografia Lousanense. Lisboa, 2012. p. 153, 154 e 295; GRAÇA, Carlos. **Memórias Políticas de Um Nacionalista São-tomense sui generis**. União Nacional dos Escritores e Artistas São-tomenses. 1.ª ed. Lisboa, 2011. p. 53, 60.

marxista-leninista e pondo fim ao debate de ideias no seio do partido.

Em finais dos anos 80, do século XX, São Tomé Príncipe, que passava por uma grave crise sócioeconômica, financeira e política, decidiu introduzir mudanças na política e economia. Desta feita, foi realizada em 5 de Dezembro de 1989, a Conferência Nacional soberana que traçou as bases de elaboração com vista a introdução da Democracia multipartidária no arquipélago.

Com efeito, em 22 de Agosto de 1990, o país submete ao referendo uma nova Constituição, por sinal, pluralista, onde 72% de eleitores optaram pela mudança do regime. Vários partidos políticos foram constituídos e concorreram às eleições legislativas que tiveram lugar em janeiro de 1991. Em março daquele ano realizam-se as primeiras eleições presidenciais.

Desde então a política dos diferentes governos tem sido a luta contra a pobreza, mas o fator Instabilidade Político-Institucional não tem permitido a implementação deste desiderato.

4.3.3. SEYCHELLES: CARACTERÍSTICAS GEOGRÁFICA E SÓCIO-HISTÓRICA

As Seychelles possuem uma área terrestre relativamente modesta, 454 km^2, constituídas por mais de uma centena de ilhas e ilhéus (115) espalhadas numa importante ZEE, de extensão de 1.300.000 Km^2 no Oceano Índico.

O arquipélago encontra-se distribuídos em dois grupos de ilhas: o grupo das Seychelles[592] propriamente dito e as Amirantes, Coëtivy, Farquhar, Cosmolédo e Aldabra. Localizado na sub-região África Oriental, dista da costa africana entre 1200 km (Somália) e 1700 km (Tanzânia). Possui um clima tropical

[592]Este grupo compreende 32 ilhas repartindo-se em grupo de Mahé (Ste Anne, Moyene, Longue, Cerfs, Cachée, Anonyme, Sud-Est, Roc du Capucin, Vaches, Thérèse, Conception, Silhouette, North e vários ilhéus) e grupo de Praslin (Curieuse, Cousin, Cousine, Aride, la Digue, Félicité, les Soeurs, Frégate e diversos ilhéus). *In:* STEVENS, Jacques. **Les Seychelles: Iles de Rêve et de Lumière.** Editions FOT, Paris, 1983. p. 43.

quente e úmido, variando um pouco de acordo a localização das ilhas.[593]

A capital Vitória situa-se na Mahé que é a maior ilha das Seychelles, medindo de área 142 Km², sendo também a mais populosa, situando a 1590 km da costa da África, a 2800 km do ponto sul da Índia e a 930 km ao norte de Madagáscar. A menor ilha povoada é a Aride, que possui uma extensão territorial de 68 hectares.[594]

Os árabes teriam chegado às Seychelles primeiro que os portugueses, todavia são estes últimos que são considerados terem "descoberto" essas ilhas. Trata-se da chegada de João de Nova à ilha Farquhar em 1501 e, em 1502, a chegada de Vasco da Gama à ilha Amirante.[595]

Com a chegada dos portugueses ao arquipélago e com a exploração da rota das Índias, essas ilhas foram sendo cobiçadas por outros europeus, nomeadamente franceses e britânicos. Os franceses ocuparam-na no ano de 1770 e permaneceram ali durante cerca de quarenta anos.[596] Tendo sido expulsos pelos britânicos que alegavam proporcionar mais segurança a rota das Índias.

Durante o século XIX, as Seychelles dependiam de governo instalado nas Maurícias, sendo administrado num primeiro momento por um oficial, situação que se prolongou até 1872 e desta data até 1903, o arquipélago foi administrado por um comissário. Em 1903 as Seychelles receberam da Coroa britânica o estatuto de protetorado, tendo sido separada das Maurícias, passando a ser regida por um governo próprio.[597]

---

[593]CAZES-DUVAT, Virginie. **Les Littoraux des Iles Seychelles.** Editions L'Harmattan. Paris, 1999. p. 1; STEVENS, Jacques. **Les Seychelles: Iles de Rêve et de Lumière.** Editions FOT. Paris, 1983. p. 27.

[594]CAZES-DUVAT, Virginie. **Les Littoraux des Iles Seychelles.** Editions L'Harmattan. Paris, 1999. p. 1; STEVENS, Jacques. **Les Seychelles: Iles de Rêve et de Lumière.** Vaulx-en-Velin: Editora FOT, 1983. p. 27.

[595]STEVENS, Jacques. **Les Seychelles: Iles de Rêve et de Lumière.**Editions FOT. Paris, 1983. p. 12; CARPIN, Sarah. **Seychelles: Joyau né de l'Océan.** 5.ed. Editions OLIZANE. Genève, 2010. p.15.

[596]STEVENS, Jacques. **Les Seychelles: Iles de Rêve et de Lumière.** Editions FOT. Paris, 1983. p. 18.

[597]STEVENS, Jacques. **Les Seychelles: Iles de Rêve et de Lumière.**Editions FOT. Paris, 1983. p. 43; CARPIN, Sarah. **Seychelles: Joyau né de l'Océan.** 5.ed. Editions OLIZANE. Genève, 2010. p. 31, 36.

Como um protetorado britânico, a administração do arquipélago era feita por um governador residente (comandante em chefe), assistido por um Conselho Executivo e um Conselho Legislativo, este último sem carácter representativo nem democrático, uma vez que os membros eram escolhidos segundo suas qualidades e nomeados pelo governador.

A escravização do negro africano também ocorreu nas ilhas do Índico[598]. Após a abolição da escravatura e a interdição do tráfico de escravo ter sido aprovada pelo Parlamento Britânico em 28 de Agosto de 1833, ainda assim não foi extinto de imediato a escravatura no mundo e muito menos nas Seychelles[599].

Todavia, o anúncio da abolição de escravatura teve um impacto socioeconômico e administrativo imediato na economia débil das Seychelles. Até porque o arquipélago estava sob jurisdição colonial britânica e Londres liderou o processo de abolição da escravatura, daí ter havido inclusive fuga de fazendeiros e suas famílias para outras regiões do globo onde este crime ainda era praticado.

Nota-se que Seychelles passou a desempenhar um papel extremamente importante na luta pela abolição da escravatura no Índico. Os navios que fossem capturados transportando negros com vista a sua exploração naquela região, além de serem aprendidos, teriam que pagar uma multa, os escravos seriam libertos, atribuindo-lhes cartas de alforria e passariam a viver no arquipélago.[600]

Importa referir que a religião fez-se presente durante todo o processo de colonização das Seychelles, mormente a Igreja Católica e a Igreja Anglicana. Há registos de conflitos entre colonos católicos e hierarquia da Igreja Anglicana.[601]

---

[598]CARPIN, Sarah. **Seychelles: Joyau né de l'Océan.**5.ed. Editions OLIZANE. Genève, 2010. p. 13.
[599]CARPIN, Sarah. **Seychelles: Joyau né de l'Océan.**5.ed. Editions OLIZANE. Genève, 2010. p. 32.
[600]STEVENS, Jacques. **Les Seychelles: Iles de Rêve et de Lumière.** Editions FOT. Paris, 1983. p 50.
[601]STEVENS, Jacques. **Les Seychelles: Iles de Rêve et de Lumière.** Editions FOT. Paris, 1983. p. 52.

Não obstante os conflitos, a Igreja Católica nas Seychelles constituiu onze paróquias, construiu hospitais e teve durante um longo período o domínio, quase que exclusivo, do ensino, pois, a grande maioria dos colégios pertenciam a essa denominação religiosa.

Tanto a abolição da escravatura quanto a instalação de um governo nas ilhas não foram suficientes para debelar os conflitos e revoltas que passaram a ser mormente entre os fazendeiros e o governador.[602] A oposição dos fazendeiros fez-se sentir sobretudo nos períodos pós-guerra, quer da Primeira, quer da Segunda Guerra Mundial, devido ao impacto sócio econômico que causou nas Seychelles.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, um novo governador foi enviado pela Coroa britânica que procedeu a reformas sociais e políticas, como a atribuição ao direito de autodeterminação aos seychellenses que tivessem alguma riqueza.

O direito de autodeterminação permitiu que o princípio representativo fosse ganhando contornos democráticos com a eleição dos membros do Conselho Legislativo que veio a aprovar uma nova Constituição em 16 de Novembro de 1948.

Nos anos seguintes realizou-se eleições legislativas e executivas já sob o princípio de sufrágio universal, apesar dos ilhéus ainda não possuírem uma formação democrática suficiente. Por exemplo, não havia partidos políticos que pudessem concorrer, com exceção da Associação dos Contribuintes e Produtores de Seychelles liderada pelos fazendeiros que sempre constitui uma oposição ao governo[603].

Nas eleições de 1963, a consciência política dos seychellenses foi desperta, tendo sido umas eleições bastante concorrida e renhida. Concorreu para essas eleições candidatos de três formações políticas: a Associação dos Contribuintes e Produtores de Seychelles, o Partido Unido do Povo das

[602]STEVENS, Jacques. **Les Seychelles: Iles de Rêve et de Lumière.** Editions FOT. Paris, 1983. p. 55.
[603]CARPIN, Sarah. **Seychelles: Joyau né de l'Océan.**5.ed. Editions OLIZANE. Genève, 2010. p. 40.

Seychelles (SPUP) - os membros eram essencialmente sindicalistas - o *Seychelles Democratic Party* (SDP). Somente a SPUP e SDP conseguiram eleger candidatos ao Conselho Executivo e Conselho Legislativo.

A partir deste momento iniciou-se negociações entre esses dois partidos e a Grã Bretanha, com vista a obtenção da independência das Seychelles.[604]A administração britânica permaneceu nas Seychelles até a declaração da independência, em Junho de 1976.

Durante esse longo período, a população seychellense ficou extremamente miscigenada, podendo-se encontrar indivíduos de diferentes tons de pele, como bem escreve STEVENS:

> A l'heure actuelle, la population seychelloise apparaît comme extrêmement mélangée, et l'on trouve à peu prés toutes les couleurs de peau, depuis le blanc absolu jusqu'au noir le plus pur [...].[605]

A população das Seychelles engajaram num processo doloroso com vista a encontrar sua identidade, rejeitar a colonização e conquistar a independência.

Conquistada a independência em 29 de junho de 1976, foi formada um coligação governamental entre SDP e SPUP. Mas, faltando menos de trinta dias para a celebração do primeiro aniversário da independência, o Primeiro-Ministro, líder do SPUP, perpetra um golpe de Estado contra o Presidente da República, líder do SDP.

Assume a presidência do país, extingue o multipartidarismo, muda o nome do partido SPUP para Frente Progressiva do Povo das Seychelles (SPPF), instaura regime de partido único e faz uma governação autoritária até princípio da década de 90, do século XX, altura em que promove abertura democrática.

Depois de quinze anos de Regime Democrático Socialista Monopartidário, as Seychelles muda para o Regime Democrático Liberal

---

[604]CARPIN, Sarah. **Seychelles: Joyau né de l'Océan.**5.ed. Editions OLIZANE. Genève, 2010. p. 42.

[605]STEVENS, Jacques. **Les Seychelles: Iles de Rêve et de Lumière.**Editions FOT. Paris, 1983. p. 34.

Multipartidário.

4.4. O PROCESSO DEMOCRÁTICO NOS PEQUENOS ESTADOS INSULARES AFRICANOS EM ANÁLISE

Quando os PEIA alcançaram a independência política, a conjuntura internacional estava marcada pela Guerra Fria, a antiga potência colonizadora de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe era uma ditadura, pelo que a opção política adoptada por Estados foi o Regime Democrático Socialista Monopartidário.

Por sua vez, as Seychelles, que tinham sido protectorado britânico, já vivenciavam o multipartidarismo e integraram a *Commonwealth*[606], adotaram o Regime Democrático Liberal Multipartidário. Todavia, a situação perdurou muito pouco tempo, pois dias antes de se celebrar o primeiro aniversário da independência, o Primeiro-Ministro protagonizou um golpe de Estado[607] contra o Presidente da República e instaurou o Regime Democrático Socialista Monopartidário.[608]

Importa referir, que o monopartidarismo na época, além de ter apoio dos países do bloco soviético, também se afirmava como o único modelo político capaz de unificar os povos africanos[609] que foram separados pelos colonizadores europeus.

Outrossim, não menos importante, deve-se frisar que nesses PEIA se

---

[606] Seychelles integrou a *Commonwealth* em 1976. Disponível em: http://thecommonwealth.org/our-member-countries/seychelles Acesso 05 de jul de 2016.

[607] "O Presidente da República, James Mancham, foi derrubado do poder pelo seu Primeiro-Ministro, France Albert Rene que pôs fim as relações com o Ocidente e adoptou o regime socialista."Disponível em: http://www.larousse.fr/encyclopedie/pays/Seychelles/144043 Acesso 05 de jul de 2016.

[608]Disponível em: http://www.refworld.org/docid/3ae6a80d4.html Acesso 07 de jul de 2016

[609] "O partido único era a única maneira de se construir um Estado Moderno, pois só o monolitismo político poderia reduzir as possíveis tensões sociais que poderiam explodir por causa da multiplicidade étnica e religiosa, uniformizando, por meio de uma única força política, as diferenças étnicas. [...] O monolitismo político encontra "a sua razão de ser na luta de libertação nacional, único contexto em que ele surge muitas vezes como condição indispensável na luta contra o colonizador. *In:* ÉVORA, Roselma. **Cabo Verde: A abertura política e a transição para a democracia.** Spleen Edições. Cidade de Praia, 2004. p. 78.

realizavam as eleições[610] legislativas e presidenciais durante o Regime Democrático Socialista Monopartidário.

Tanto Cabo Verde quanto São Tomé e Príncipe, inclusive Seychelles, adoptaram o Sistema de Governo Presidencial, mas comportando a figura do Primeiro-Ministro. No caso de Cabo Verde, o Primeiro-Ministro exercia mais funções internas, enquanto que o Presidente da República se ocupava das relações exteriores.[611]

Entretanto, em São Tomé e Príncipe a figura do Primeiro-Ministro teve dois momentos. Num primeiro momento, esta figura permanece até finais da década de 70, do século XX, altura em que o Presidente da República passa a acumular a chefia do Estado e do Governo. Num segundo momento, coincide com os primeiros sinais de abertura política, finais da década de 80, em que há uma emenda constitucional.[612] Nessa revisão estabelece-se novamente a figura do Primeiro-Ministro com competência de chefiar o Governo.

Por sua vez, nas Seychelles a figura do Primeiro-Ministro durou menos do que um ano, uma vez que o Primeiro-Ministro orquestra e materializa um golpe de Estado contra o Presidente da República, depois de assumir a presidência da república, extingue o cargo do Primeiro-Ministro, passando a acumular as funções de chefe de Estado e do Governo.

---

[610]No caso de Cabo Verde: "Em finais de 1985, os dirigentes do regime começam a fazer pequenas mudanças, o que de certa forma já era uma demonstração de que o sistema político não ia bem e que, para a conservação do mesmo, algumas reformas eram imprescindíveis. Assim, para as eleições legislativas, que até então competiam exclusivamente à Assembleia Nacional Popular, o partido introduziu uma novidade: os candidatos deveriam ser apresentados às populações das ilhas, que deveriam discutir suas qualidades para depois votarem."*In:*ÉVORA, Roselma. **Cabo Verde: A abertura política e a transição para a democracia.** Spleen Edições. Cidade de Praia, 2004. p. 81. No caso de São Tomé e Príncipe: "A 30 de Setembro de 1985, Pinto da Costa foi eleito para um novo mandato de cinco anos como Presidente da República pela Assembleia Nacional". *In:* SEIBERT, Gerhard. **Camaradas, Clientes e Compadres.** Colonialismo, Socialismo e Democratização em São Tomé e Príncipe. Tradução de Ferreira Marques et al. Coleção: Documenta Histórica. Vega e Autor, 2.ed. 2002. Título original: *Comrades, Clients and Cousins. Colonialism, Socialism and Democratization in São Tomé and Príncipe.* p. 207. No caso das Seychelles: "Em 1984, o Presidente da República René foi reeleito com mais de 90% de votos e em 1989 voltou a ser reconduzido." Disponível em: http://www.larousse.fr/encyclopedie/pays/Seychelles/144043 Acesso 05 de jul de 2016.

[611]LOPES, José Vicente. **Aristides Pereira: Minha Vida, Nossa História**. 2.ed. Edições Spleen. Cidade da Praia, 2012. p. 330.

[612] São Tomé e Príncipe. Diário da República n.º 13, 4.º Suplemento. **Lei de Emenda Constitucional** n.º1/87, de 31 de Dezembro de 1987.

Os ventos da Democracia, condicionados por uma série de determinantes, chegaram à África e obrigaram as elites política deste continente de um modo geral e, em particular, destes PEIA a terem que iniciar o Processo Democrático.

HUNTINGTON assevera que "o movimento em direção à Democracia foi global. Em 15 anos, a onda democrática percorreu todo o sul da Europa, estendeu-se por toda a América Latina, moveu-se para a Ásia e dizimou as ditaduras no bloco soviético"[613], arrasando o continente berço da humanidade, determinando o fim do *Apartheid*, a libertação de Nelson Mandela e instaurando a Democracia.

ÉVORA disserta que

> Qualquer processo de transição política de um regime autoritário para um regime democrático não se esgota apenas na mudança de regime. Para um regime ser considerado democrático é necessário que a transição política esteja completa e é necessário que haja uma consolidação do regime democrático.[614]

Dos três PEIA que se tem vindo a estudar, São Tomé e Príncipe foi o primeiro[615] a iniciar o Processo Democrático rumo ao Regime Democrático Liberal Multipartidário.

Deve-se destacar que antes das eleições multipartidárias tanto São Tomé e Príncipe quanto Seychelles submeteram ao referendo uma nova Constituição, em que preconizavam um Regime Democrático Liberal Multipartidário. Apenas Cabo Verde não submeteu ao referendo uma nova

---

[613] HUNTINGTON, Samuel P. **A Terceira Onda:** A democratização no final do século XX. Tradução de Sérgio Goes de Paula. Editora Ática S.A., 1994. Título original: *The third wave: democratization in the late twenteith century.* p. 34.

[614] ÉVORA, Roselma. **Cabo Verde: A abertura política e a transição para a democracia.** Spleen Edições. Cidade de Praia, 2004. p. 34.

[615] SILVA afirma: "Hoje é pacífico que mesmo a transição política em Cabo Verde foi tardia. Nós somos o segundo país dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) que declarou em 1990 a abertura política. O primeiro foi São Tomé e Príncipe, apesar de muitos cabo-verdianos continuarem a dizer que fomos os primeiros. E quando não querem dizer que fomos os primeiros, porque sabem que não fomos, dizem 'fomos dos primeiros'. Só para não dizer que fomos o segundo nos PALOP."Disponível em: http://www.expressodasilhas.sapo.cv/politica/item/45863-a-abertura-politica-chegou-tarde-e-foi-um-parto-dificil Acesso 05 de jul de 2016;

Constituição antes nem depois do Processo Democrático.

Uma nota marcante do Processo Democrático nestes PEIA é que diferentemente dos outros Estados Africanos, em nenhum registou-se conflitos pré-eleitoral ou pós-eleitoral que resultasse em violência militar ou guerra civil. Entre 1991 e 2016 os resultados eleitorais foram aceitos pelos dirigentes políticos partidários, tanto os que estavam no poder como na oposição. A exceção é as Seychelles, essencialmente nas eleições realizadas em 2011.

No caso de São Tomé e Príncipe, o referendo constitucional foi realizado em 20 de agosto de 1990 e no das Seychelles ocorreu em 7 de maio de 1993. Apesar de Cabo Verde não ter submetido uma nova Constituição ao referendo, o Movimento para Democracia (MpD), partido que venceu as legislativas com maioria qualificada, no ano de 1992 aprovou uma nova Constituição.

Deve-se assinalar que contrariamente a Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, que nos 25 anos de Democracia tem havido alternativa no poder, com mudança de Governo, nas Seychelles a *Seychelles People's Progressive Front* (SPPF), partido que governou o país no Regime Democrático Socialista Monopartidário, venceu quase todas as eleições realizadas no Regime Democrático Liberal Multipartidário. Não obstante as eleições terem sido sempre ganhas pelo partido no poder e ter havido contestação dos resultados, elas têm sido declaradas pelos observadores internacionais como livres e justas[616].

Contrariamente a Cabo Verde, onde tem havido alternância político quer ao nível do governo quer ao nível do Presidente da República, por um lado, e, por outro, também contrariamente as Seychelles que não tem havido alternância governativa, São Tomé e Príncipe tem tido alternância político governativo acompanhada de constante tensão, conflitos institucionais e golpes de Estado.

Enquanto que em Cabo Verde apenas dois partidos conseguiram eleger deputados para a Assembleia Nacional nas primeiras e segundas

[616]Disponível: https://es.wikipedia.org/wiki/Historia_de_Seychelles Acesso 05 de jul de 2016

eleições, no caso de São Tomé e Príncipe, em todas as eleições legislativas realizadas, até então, pelo menos três forças político partidárias têm conseguido eleger deputados. O espectro político partidário em São Tomé e Príncipe é muito fragmentado. E essa fragmentação também funciona como um fator proporcionador da tensão política.

No caso das Seychelles, nas primeiras e segundas eleições legislativas, mais de dois partidos se fizeram representar no Parlamento, mas depois das eleições legislativas antecipadas de 2002, apenas dois partidos conseguiram obter mandatos.

No que tange ao Poder Judiciário nestes Estados Insulares Africanos, cabe a este Poder, mormente o Tribunal Constitucional, proteger os direitos identificados no texto constitucional, especialmente, os direitos de acesso político e direitos de igualdade. Tanto em São Tomé e Príncipe quanto em Seychelles esta função é desempenhada cumulativamente pelo Supremo Tribunal da Justiça. Cabo Verde tem um Tribunal Constitucional que não é o Supremo Tribunal de Justiçaa. No caso de São Tomé e Príncipe não tem sido pacífica a aprovação de dispositivos jurídicos que possam permitir a sua instalação.

O novo texto constitucional procurou instituir um Estado de Direito Democrático onde os direitos fundamentais foram considerados elementos chave na composição do Ordenamento Jurídico-Constitucional, figurando como critério e parâmetro de valoração a orientar a interpretação constitucional.

Ao figurar a noção de Estado de Direito Democrático ligada a efetivação dos direitos fundamentais, patentou-se nestes Estados, a discussão do papel destinado ao Poder Judiciário e, consequentemente, a jurisdição constitucional.

Quando em qualquer um destes Estados se admite que em determinadas ocasiões o Poder Judiciário atue contra a vontade da maioria e em defesa dos elementos fundamentais da Constituição; quando conferi-se um papel mais ativo ao Poder Judiciário no que diz respeito ao controle de constitucionalidade de normas ou decisões que vão de encontro aos direitos

fundamentais elencados no texto constitucional, refletindo a ideia de supremacia dos direitos fundamentais, no fundo está-se adotando uma visão substancialista[617] acerca do papel da jurisdição constitucional na Democracia.

Pode-se verificar, através da análise direta do Ordenamento Juridico-Constitucional destes Estados, que após a democratização, foi gerada a ideia de proteção dos direitos fundamentais como garantia do Processo Democrático, tendo o Poder Judiciário o papel de intérprete da Constituição, o que faz corroborar, assim, com a concepção substantivista de democracia.

Quadro 4: **Sistema de Governo, Sistema Eleitoral e de Partido e Sistema Judiciário**

País	**Sistema de Governo**	**Sistema Eleitoral**	**Sistema de Partidos**	**Sistema Judiciário**
Cabo Verde	Semiparlamentar Presidente da República - chefe de Estado Primeiro-Ministro - chefe de Governo	Proporcional de lista fechada. 16 círculos eleitorais que variam entre 2 a 15 mandatos, dependendo do número da população. Votos calculados pelo método de Hondt.	Multipartidarismo [618] MpD PAIGC UCID PCD PRD PTS PSD	Tribunal Constitucional, Supremo Tribunal de Justiça, Tribunais Judiciais de Segunda Instância, Tribunais Judiciais de Primeira Instância, Tribunal de Contas, Tribunal Militar de Instância, Tribunais Fiscais e Aduaneiros, Tribunais Administrativos, Tribunais Arbitrais.
STP	Semipresidencial Presidente da República - chefe de Estado Primeiro-Ministro -	Proporcional 7 círculos eleitorais, sendo que nenhum elege menos de 5 mandatos.	Multipartidarismo ADI MLSTP/PSD	

[617] DWORKIN, Ronald. **A Virtude Soberana: A Teoria e a Prática da Igualdade.** São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 503.

[618] Não obstante Cabo Verde possuir um sistema multipartidário, na prática pode ser considerado bipartidário, tendo em conta que desde o início do Processo Democrático apenas dois partidos (MpD e PAICV) têm conseguido uma votação expressa nas urnas capaz de formar governo, sem necessidade da coligação com a terceira força mais votada (UCID).

	chefe de Governo	Resultados calculados com base ao método de Hondt.	PCD MDFM/PL ##[619]	
Seychelles	Presidencial Presidente da República - chefe de Estado e chefe de Governo	Maioria simples e Proporcional	Multipartidarismo LDS PP MPS	

Fonte: Diversas. Elaborado pelo autor.

Quadro 5: **Situação Política**

País	**Parlamento** [620]	**Deputados**	**Círculo Eleitoral**	**Duração da Legislatura**	**Idade para votar**	**Idade para ser eleito**
Cabo Verde	Assembleia Nacional	72	16	5	18	18
STP	Assembleia Nacional	55	7	4	18	18
Seychelles	Assembleia Nacional	34	##[621]	5	18	18

Fonte: Diversas. Elaborado pelo autor.

4.4.1. CABO VERDE: O REGIME DEMOCRÁTICO LIBERAL

A República de Cabo Verde é conhecida como uma das mais bem-sucedidas Democracias em África[622]. O país transformou por completo uma

[619] São mais de 14 partidos políticos no cenário político são-tomense.
[620] O Parlamento nos três PEIA é unicamaral.
[621] 25 mandatos são eleitos por maioria em circulos distritais e 9 são eleitos pelo voto proporcional, ambos de um único lugar.
[622]COSTA escreve: "O sucesso da democracia cabo-verdiana tem-se traduzido na boa imagem e reputação do país junto das agências e organizações internacionais que avaliam o estado

ditadura de partido único em uma Democracia representativa capaz de produzir alternativas governativas constantes e sem grandes contestações do partido vencido.

Embora Cabo Verde tenha iniciado o Processo Democrático depois de São Tomé e Príncipe, isto não impediu que esse PEIA tenha sido o primeiro a realizar as eleições multipartidárias.

Em Cabo Verde, todas as eleições multipartidárias tiveram lugar no ano de 1991, legislativas (13 de janeiro), presidenciais (17 de fevereiro), autárquicas (15 de dezembro) e foram ganhas pela oposição, o MpD, que obteve uma maioria qualificada nas legislativas.[623]

Outrossim, é importante frisar que quando o MpD vence as primeiras eleições legislativas em Cabo Verde, obtendo uma maioria qualificada que lhe permitiu fazer mudanças de fundo no Ordenamento Jurídico-Constitucional cabo-verdiano, pelo que o Processo Democrático nestas ilhas saiu reforçado. As mudanças introduzidas determinaram verdadeiramente o fim do Regime Democrático Socialista Monopartidário e o início de uma nova era.

A maioria qualificada permitiu ao MpD aprovar uma nova Constituição, alterar os símbolos do Estado de Cabo Verde, como a bandeira, hino nacional e outras insígnias, efetuar a redução do número de deputados e adoptar um Sistema de Governo Misto de pendor parlamentar, ou seja, o Semiparlamentarismo.

A Assembleia Nacional de Cabo Verde tem 72 deputados, que são eleitos para uma Legislatura de 5 anos. Por sua vez, o Presidente da República também é eleito por um mandato de 5 anos que podem ser renovados apenas

---

da democracia no mundo, bem como junto dos países doadores do Norte. Desde 1991, Cabo Verde vem sendo categorizado como país livre no índice de Freedom House, [...] No índice da Fundação Mo Ibraim sobre a boa governação em África, divulgado em 2007, CV ocupa a quarta posição num total de 48 países." In: O papel do chefe de Estado no semipresidencialismo cabo-verdiano, 1991-2007. *In:*LOBO, Marina Costa e NETO, Octávio Amorim (organizadores). **O Semipresidencialismo nos Países de Língua Portuguesa.** Imprensa de Ciências Sociais. Lisboa, 2009. p. 109.

[623]PEREIRA, Ludemila Cardoso. **Cabo Verde: da Descolonização à Abertura Democrática.** Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias Departamento de Ciência Política, Segurança e Relações Internacionais. Lisboa, 2013. p. 72-73.

uma única vez.

Quando Cabo Verde realiza as segundas eleições[624] legislativas e presidenciais em 1996, o MpD, partido no poder, volta a ganhar com uma maioria qualificada. O resultado eleitoral demonstrou a confiança do cidadão eleitor cabo-verdiano no MpD, para prosseguir com políticas públicas de melhoria das condições de vida da população e continuar introduzindo mudanças no Ordenamento Jurídico-Constitucional com vista a proporcionar não somente melhoria na democracia cabo-verdiana, mas reforçá-la.

Depois de ter se beneficiado de duas maiorias qualificadas, o MpD perde as eleições legislativas e presidenciais realizadas em 2001[625], que foram ganhas pelo PAICV. Este partido que governou o país durante o monopartidarismo, venceu as eleições legislativas de 2001, de 2006 e 2011, bem como seu candidato venceu as presidenciais de 2001 e de 2006.

No ano de 2011, o PAICV vence as legislativas, mas o seu candidado à chefia de Estado perde as presidenciais. O candidato ao cargo do Presidente da República apresentado pelo MpD é eleito. Pela primeira vez, depois de 20 anos de Democracia, o Executivo em Cabo Verde é partilhado por chefe de Governo de força política diferente da do chefe de Estado. O Primeiro-Ministro conciliou a governação com o Presidente da República numa coabitação sadia.

Nas eleições legislativas de 2006 e 2011, uma terceira força política entrou para o Parlamento. A União Cabo-verdiana Independente e Democrática (UCID), conseguiu eleger três deputados, um número que não tem conseguido abalar os resultados dos dois principais partidos do arco governativo, o PAICV e o MpD. Pode-se caracterizar o Sistema de Governo Semiparlamentar que se vive em Cabo Verde como bipartidarismo.

O Processo Democrático em Cabo Verde é caracterizado pela Estabilidade Político-Institucional e governativa, por diversas razões: primeiro,

---

[624]PEREIRA, Ludemila Cardoso. **Cabo Verde: da Descolonização à Abertura Democrática.** Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias Departamento de Ciência Política, Segurança e Relações Internacionais. Lisboa, 2013. p. 77-79.

[625]Cabo Verde. Boletim Oficial de Cabo Verde, Suplemento de 21 de Janeiro de 2001.

não obstante o Estado Cabo-verdiano ter adoptado o Regime Democrático Liberal Multipartidário, apenas dois partidos conseguiram eleger deputados nas primeiras e segundas eleições legislativas; segundo, porque ao longo desse período do Processo Democrático o país conheceu um Governo por cada Legislatura.

Passados quinze anos, o MpD partido que governou Cabo Verde nos primeiros dez anos do Regime Democrático Liberal Multipartidário, venceu em Março de 2016, as sextas eleições legislativas com 38 deputados, contra 27 deputados do PAICV e três da UCID.[626]

No mesmo ano, o Presidente da República foi reeleito com apoio do MpD. Cinco anos depois, Cabo Verde volta a ter um Presidente da República da mesma coloração política do partido que governa o país e possui maioria absoluta no Parlamento.

O Regime Democrático Liberal Multipartidário em Cabo Verde reúne as condições institucionais de uma Democracia liberal e é caracterizado por eleições imparciais e livres, sufrágio universal, competição multipartidária, liberdades civis, imprensa livre e alternância governativa.

4.4.1.1. A CONSTITUIÇÃO

De acordo com a atual Constituição da República de Cabo Verde, esse país é Estado de Direito Democrático porque "reconhece e respeita, na organização do poder político, a natureza unitária do Estado, a forma republicana de governo, a democracia pluralista, a separação e interdependência dos poderes, a separação entre as Igrejas e o Estado, a independência dos Tribunais, a existência e autonomia do poder local e a descentralização democrática da Administração Pública."[627]

Desse modo, Cabo Verde estabeleceu no seu Ordenamento Jurídico-Constitucional um preceito constitucional basilar para que, como Estado,

---

[626] Disponível em: http://www.electionguide.org/elections/id/2514/ Acesso 21 de jul 2017

[627] Cabo Verde. **Constituição da República**. Boletim Oficial, I Série, n. º 17 de 3 de Maio de 2010.

pudesse trilhar os caminhos da Democracia.

Os assuntos evocados nesta norma, que vão desde a "organização do poder político", passando pela "separação entre Igrejas e Estado", a " independência dos Tribunais" e culminando na "descentralização da Administração Pública" são essenciais para que haja materialização e quiça consolidação democrática em qualquer Estado.

Formalmente foram introduzidos no Ordenamento Jurídico-Constitucional cabo-verdiano por meio da Constituição de 1992 algumas novidades, sobretudo no que tange a direitos, instituições, conforme pode-se constatar nos parágrafos seguintes.

Quando Cabo Verde se torna independente em 1975, estava em forja um processo com vista a sua unificação com a Guiné Bissau[628]. O PAIGC, força política que havia conduzido a luta armada no território da Guiné Bissau, preconizava também a libertação de Cabo Verde. O PAIGC havia declarado independência da Guiné Bissau cerca de um ano antes da Revolução de Cravos em Portugal.

Portanto, com a Proclamação do Estado Soberano de Cabo Verde, em 5 de Julho de 1975, a Assembleia Nacional Popular aprovou a LOPE[629] um diploma legislativo com força constitucional e que teve uma vigência de cerca de cinco anos.

De 1975 até 1980, Cabo Verde não dispunha de uma Constituição

---

[628] "A República de Cabo Verde e a República da Guiné-Bissau são duas flores nascidas do esforço e de sacrifícios comuns dos filhos da Guiné e Cabo Verde, unidos num mesmo combate, sob a bandeira gloriosa do nosso Partido. Como os filhos de Cabo Verde, que na terra livre da Guiné-Bissau contribuem, como nacionais, para a construção do país; os filhos da Guiné-Bissau terão nessa terra mais uma Pátria, gozando dos mesmos direitos e sujeitando-se aos mesmos deveres que os cidadãos livres da República de Cabo Verde. E o dia não vem longe em que as duas Nações irmãs, associadas numa união fraterna - dois corpos e um só coração - constituirão a bela realidade que o melhor filho do nosso Povo, Amílcar Cabral, sonhou e fez consagrar no Programa Maior do nosso Partido." *In:***Termos de Proclamação do Estado Soberando de Cabo Verde.** Boletim Oficial n.º 1, de 5 de Julho de 1975.

[629] Aristides Pereira (Presidente de Cabo Verde 1975-1991) afirma: "[...] na impossibilidade de se apresentar um projeto da Constituição, pensou-se em algo que pudesse ser aceite rapidamente, mantendo o país em funcionamento, com mais tempo para pensar e fazer melhor a futura Constituição. É aí que surge a LOPE." *In:* LOPES, José Vicente. **Aristides Pereira: Minha Vida, Nossa História**. 2.ed. Edições Spleen. Cidade da Praia, 2012. p. 295.

propriamente dita, tendo LOPE servido como o mais alto instituto legal. A LOPE, que visava organizar politicamente o Estado de Cabo Verde até que fosse adotada uma Constituição da República, institucionalizou os órgãos políticos a saber: a Assembleia Nacional Popular, o Presidente da República, o Governo e o Conselho Nacional de Justiça, bem como decifrou as competências de cada um desses órgãos.

A LOPE é um diploma legislativo que não estava numerado, continha 23 artigos, as cláusulas não estavam epigrafadas, nem tão pouco divididas em seção, capítulo ou título.

Segundo a LOPE "o poder do Estado Soberano de Cabo Verde"[630] é exercido pela Assembleia Nacional Popular, que tem competências para "modificar ou anular as medidas adotadas pelos outros órgãos do Estado"[631], eleger o Presidente da República, eleger o Primeiro-Ministro sob proposta do Presidente da República, dentre outras funções.

Em finais de 1980, a República de Cabo Verde aprova a sua primeira Constituição, com 102 artigos e dizia textualmente no terceiro parágrafo do preâmbulo que:

> O exercício efectivo do poder desde o dia da Independência Nacional, proporcionou ao povo Cabo-verdiano viver ricas experiências e colher úteis ensinamentos e permitiu-lhe lançar as bases fundamentais da edificação de uma sociedade justa, livre e fraterna.[632]

Quando se refere em "viver ricas experiências e colher úteis ensinamentos", pode-se entender que para os legisladores dessa Constituição, o período em que vigorou a LOPE, foi uma fase experimental e transitória de governação e serviu para arquitetar os alicerces do Estado de Cabo Verde.

Essa Constituição estava estruturada com quatro títulos e vários capítulos, conforme se descreve: Título I - Princípios Fundamentais: Capítulo I - Da natureza e dos fundamentos do Estado, e o Capítulo II - Do Processo da Unidade com a Guiné Bissau; Título II - Dos Direitos, Liberdades, Garantias e

---

[630] Cabo Verde. **LOPE**. Boletim Oficial n.º 1, de 5 de Julho de 1975.
[631] Cabo Verde. **LOPE**. Boletim Oficial n.º 1, de 5 de Julho de 1975.
[632]Cabo Verde. **Constituição da República.** Boletim Oficial n. 41, de 13 de Outubro de 1980.

Deveres Fundamentais dos Cidadãos, não apresenta nenhum artigo; Título III - Os Órgãos do Poder do Estado: Capítulo I - Da Assembleia Nacional Popular, II - Do Presidente da República, III - Do Governo, IV - Dos Tribunais, V - Do Poder Local; Título IV - Garantia e Revisão da Constituição possuindo dois capítulos: I - Da Fiscalização da Constitucionalidade das Leis e II Da Revisão da Constituição.

Para além desses títulos e capítulos, essa Constituição apresenta o item "Disposições finais e transitórias", que não vem enquadrado em nenhum título, nem tão pouco, capítulo.

Ressaltam nessa Constituição o Capítulo II do Título I, onde os seus articulados preconizavam a unificação do Estado da Guiné Bissau com o Estado de Cabo Verde numa só Nação; o exercício de direito político diretamente pela população ou por órgãos políticos eleitos democraticamente (artigo 2.2); economia dirigida e planificada pelo Estado (artigo 12.º); liquidação do analfabetismo (artigo 15.2); coexistência pacifica e não alinhamento (artigo artigo 17.1); o cidadão guineense que reside em Cabo Verde tem os mesmos direitos e deveres que o cabo-verdiano (artigo 29); órgãos do poder estatal «Assembleia Nacional Popular, Presidente da República, o Governo, os Tribunais e o poder local» (artigo 49.º); Assembleia Nacional Popular, órgão supremo do Estado (artigo 50.º); apenas cidadãos maiores de 21 anos podem ser eleitos deputados (artigo 52.2); Presidente da República eleito pela Assembleia Nacional Popular (artigo 70.º); o governo é o órgão executivo e administrativo supremo (artigo 77.º) e é constituído pelo Primeiro-Ministro, Ministros e Secretários de Estado (artigo 78.1) e o Primeiro-Ministro é chefe do Governo (artigo 78.2); os Juízes são nomeados por decreto presidencial (artigo 88.º), iniciativa da revisão compete aos deputados e ao Governo.

A publicação da primeira Constituição de Cabo Verde ocorreu em 13 de Outubro de 1980[633], precisamente um mês e um dia antes do golpe de Estado na Guiné Bissau. Esse golpe de Estado pôs fim a tão almejada unificação do

[633]Cabo Verde. **Constituição da República.** Boletim Oficial n.º 7, 3.º Suplemento, de 14 de Fevereiro de 1981.

Estado da Guiné-Bissau e Cabo Verde.

Por conseguinte, havia na Constituição vários dispositivos constitucionais que mencionavam o PAIGC, bem como frisavam os caminhos a prosseguir com vista a unificação desses dois Estados, os órgãos políticos do PAIGC em Cabo Verde, reunidos em Conferência Nacional introduziram alterações a como se vê no preâmbulo da Lei n.º 2/81:

> A Conferência Nacional dos militantes do Partido, erigida em Congresso, que se realizou de 16 a 20 de Janeiro, reconheceu que a alteração da ordem institucional ocorrida na Guiné-Bissau em 14 de Novembro de 1980, acarretou de facto o termo da existência do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde como organização Política binacional. A organização do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, em Cabo Verde, foi transformada em Partido nacional autônomo, com a denominação de Partido Africano da Independência de Cabo Verde - PAICV, que assumiu todo o legado histórico, político e ideológico do PAIGC e o pensamento de Amílcar Cabral como guia da sua ação.
>
> Impõe-se, por conseguinte, a revisão de algumas normas do texto constitucional que deixaram de corresponder à realidade política atual.[634]

Desse modo, todas as referências feitas na Constituição de 1980 ao PAIGC, passaram a ser consideradas ao PAICV desde que não fosse incompatível com a realidade que se vivia.[635]

Foram ainda revogados o n.º 3 do artigo 19.º "As Forças Armadas Revolucionárias do Povo são uma instituição da Unidade dos Povos de Cabo Verde e da Guiné-Bissau e a sua organização deverá ser progressivamente articulada e unificada, na conformidade do que for entre os Estados acordado e institucionalizado", o artigo 29.º "O cidadão da Guiné-Bissau que se encontre em território cabo-verdiano goza dos mesmos direitos e está sujeito aos mesmos deveres que o cidadão cabo-verdiano e é como tal considerado", a alínea p) do artigo 62.º e os artigos 67.º e 68.º, e todo o capítulo II - Do Processo da Unidade com a Guiné Bissau.[636]

Passados perto de sete anos, em 1988, a Assembleia Nacional de Cabo Verde introduziu alteração aos artigos 11.2 e 12.2 e no artigo 59.º foi aditada uma alínea p) "Delimitação dos setores de propriedade e das atividades

---

[634]Cabo Verde. **Lei n.º 2/81.** Boletim Oficial n.º 7, 3.º Suplemento, de 14 de Fevereiro de 1981.
[635]Cabo Verde. **Lei n.º 2/81.** Boletim Oficial n.º 7, 3.º Suplemento, de 14 de Fevereiro de 1981.
[636]Cabo Verde. **Lei n.º 2/81.** Boletim Oficial n.º 7, 3.º Suplemento, de 14 de Fevereiro de 1981.

econômicas, nos termos do artigo 11.º" da Constituição. As alterações incidiram sobretudo nos aspectos econômicos.

No princípio da década de 90, em consequência das movimentações e alterações políticas que estavam ocorrendo por quase todo mundo, a Assembleia Nacional Popular de Cabo Verde procedeu revisão constitucional, estipulando preceitos constitucionais que permitiram abertura política de Cabo Verde rumo a uma democracia pluralista.

Elenca-se os artigos considerados chaves nesta revisão: o pluralismo político e a constituição dos partidos políticos (artigo 4.º), a Assembleia Nacional Popular órgão representativo e legislativo (artigo 46.º), competências da Assembleia Nacional Popular (artigo 58.ºa), direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, associações e partidos políticos e estatuto da oposição (artigo 59.º), dissolução da Assembleia Nacional Popular (artigo 62.ºa) eleição do Presidente da República (artigo 64.º), competência do Presidente da República (artigo 68.º) e nomeação do Primeiro-Ministro (artigo 73.º).

A mudança do regime de partido único em Cabo Verde para o Regime Democrático Liberal Multipartidário, permitiu que fossem realizadas as primeiras eleições legislativas e presidenciais pluralistas. Essas primeiras eleições pluralistas foram ganhas pela força política MpD, que obteve nas legislativas uma maioria qualificada[637] e elegeu o seu candidato ao cargo do Presidente da República.

Com essa maioria, os novos dirigentes de Cabo Verde, liderados pelo MpD, desencadearam uma ampla revisão constitucional. Somava-se apenas um ano e alguns meses, quando a Lei Constitucional[638] foi aprovada, revogando a Constituição em vigor, com exceção dos artigos 94.º e 95.º. Ambos artigos referiam aos órgãos Presidente da República e Governo, sendo que deveriam manter em função, inclusive depois da entrada em vigor da nova Constituição.

---

[637] FONTES ensina "Maioria qualificada é uma maioria agravada e normalmente exige dois terços dos Deputados." *In:* FONTES, José. **Teoria Geral do Estado e do Direito.** Coimbra Editora. Coimbra, 2006. p. 46.

[638] Cabo Verde. **Lei Constitucional n.º 1/IV/92.** Boletim Oficial n.º 12, I Série. Suplemento, de 25 de Setembro de 1992.

Pode-se constatar que, no fundo, tratou-se de uma nova Constituição, pelo que se estava perante a primeira Constituição de Cabo Verde no Regime Democrático Liberal. Outrossim, a discussão para aprovação dessa Constituição contou com o concurso das duas forças políticas na Assembleia Nacional.

Passou-se de uma Constituição de 1990 com 96 artigos para uma Constituição de 1992[639] com 322 artigos, pela primeira vez, todos epigrafados. Convém ressaltar que foram alteradas os símbolos nacionais (artigo 8.º) com aprovação de uma nova bandeira, novas armas e um novo hino, e fundamentalmente, introduziu-se dispositivos constitucionais que permitiram a institucionalização do Sistema de Governo Semiparlamentar.

Em 1995, ocorreu uma primeira revisão extraordinária a Constituição de 1992, tendo sido aditado um artigo a Parte VI - Das Disposições Finais e Transitórias: artigo 316-A - Manutenção de Funções "O disposto no artigo 102.º da Constituição, não se aplica às primeiras eleições para os órgãos do poder político, após a entrada em vigor da presente Constituição".

Reza o artigo 102.º da Constituição cujo epígrafe “Lei Eleitoral”, o seguinte: "A partir do ano anterior à realização de eleições para qualquer órgão do poder político e até ao apuramento dos resultados, a respectiva lei eleitoral não pode ser alterada ou revogada". Dessa forma, entende-se que o legislador constituinte pretendia salvaguardar as reformas legislativas que estavam em curso no parlamento, sem pôr em causa os órgãos que estavam em efetividade de funções.

A primeira Revisão Ordinária à Constituição da República de Cabo Verde de 1992 foi aprovada por uma Lei Constitucional[640] com 185 artigos, tendo sido suprimido, alterado, revisto e aditado vários artigos à Constituição.

Destaca-se nesta revisão a consagração do crioulo cabo-verdiano como língua materna e oficial em paridade com o português (artigo 8.º-A) e a

---

[639]Cabo Verde. **Constituição da República.** Boletim Oficial n.º 12, I Série. Suplemento, de 25 de Setembro de 1992.

[640]Cabo Verde. **Lei de Revisão Constitucional n.º 1/IV/95**. Boletim Oficial n.º 39, I Série, de 13 de Novembro de 1995.

elevação da capital do país ao estatuto administrativo especial (artigo 9).

Uma década depois da primeira Revisão Ordinária, no segundo mandato do PAICV, o legislador constituinte desencadeia a segunda Revisão Ordinária. A revisão visou essencialmente introduzir alterações no Poder Judicial. Essa Lei[641] apresentava 6 artigos.

Importa frisar que tanto a primeira Revisão Extraordinária (1995) quanto a primeira Revisão Ordinária (1999) foram materializadas durante a governação do MpD, enquanto que a segunda Revisão Ordinária ocorreu no segundo mandato do PAICV.

Conforme pode-se constatar, a Constituição de 1992 demarcou em tudo da Constituição de 1990, sendo de sublinhar os vários preceitos constitucionais que conduziram a mudança do Sistema de Governo, "estabelecendo o que chamaram um sistema parlamentar ou parlamentar mitigado, ao limitar alguns poderes do Presidente da República, de pendor presidencializante, conferidos pela revisão constitucional de 1990, reforçando os poderes do parlamento e do governo."[642]

4.4.1.2. O SISTEMA DE GOVERNO

Desde o alvor da independência de Cabo Verde que os dirigentes políticos cabo-verdianos preconizavam um Sistema de Governo Misto, bicéfalo, em que o Presidente da República seria o chefe de Estado e o Primeiro-Ministro, chefe do Governo, havendo uma partilha do Poder no Executivo.[643]

Todavia, a LOPE, no seu artigo 11.º, dizia textualmente que "O Presidente da República tem o direito de assistir e de presidir às reuniões do

---

[641]Cabo Verde. **Lei Constitucional n.º 1/VII/10**. Boletim Oficial n.º 17, I Série, de 3 de Maio de 2010.

[642]COSTA, Daniel Henrique. O papel do chefe de Estado no semipresidencialismo cabo-verdiano, 1991-2007. *In*:LOBO, Marina Costa e NETO, Octávio Amorim (organizadores). **O Semipresidencialismo nos Países de Língua Portuguesa.** Imprensa de Ciências Sociais. Lisboa, 2009. p. 113.

[643]LOPES explica: "Lendo a ata da sessão que aprova a LOPE, há uma intervenção do José Luís Fernandes, que diz mais ou menos o seguinte: o projeto dava-lhe uma certa tranquilidade porque o sistema de governo que o diploma preconizava não era presidencialista." LOPES, José Vicente. **Aristides Pereira: Minha Vida, Nossa História**. 2.ed. Edições Spleen. Cidade da Praia, 2012. p. 302.

Conselho de Ministros, de exigir relatórios dos seus membros e de discutir com eles todas as questões das suas atribuições e competências".

Não obstante o Presidente da República possuir esses poderes, é o próprio Presidente da República, Aristides Pereira, quem assevera:

> 'Eu sou o chefe de Estado, não tenho nada a ver com a chefia do Governo', mas, naquilo em que eu podia, ia ajudando, simplesmente com a intenção de ajudar. Apenas isso. E isso foi algo que Pires[644] entendeu muito bem [...] Eu nunca tive a pretensão de chamar poderes para mim, no sentido de interferir com o Governo. Mesmo na parte em que se diz que o Presidente da República tem o direito de assistir ou presidir os Conselhos de Ministros - isto sem carácter obrigatório -, experimentei não assistir às sessões e vi que isso poderia prejudicar o bom andamento da instituição. Por isso, é que passei a assistir normalmente, embora, na reunião, eu fizesse mais de corpo presente do que verdadeiramente dirigir os trabalhos. O Primeiro-Ministro é que tinha os dossiers, estudava-os; portanto, é ele que estava em condições de discutir, com os seus ministros, os diferentes itens da ordem do dia.[645]

Depreende-se da fala do antigo Presidente da República de Cabo Verde que de direito existia um Sistema de Governo Semipresidencial[646], mas de fato funcionava no Semiparlamentarismo.[647]

Quando o PAICV aprova a Constituição de 1980, em Cabo Verde já havia uma prática governativa semiparlamentarista, bem marcante no cotidiano político cabo-verdiano, fruto da personalidade dos então dirigentes deste país, o que vem determinar de uma maneira muito profunda as revisões constitucionais

---

644 Pedro Pires, Primeiro-Ministro (1975-1991), Presidente da República (2001-2011).

645LOPES, José Vicente. **Aristides Pereira: Minha Vida, Nossa História**. 2.ed. Edições Spleen. Cidade da Praia, 2012. p. 302-304.

646 COSTA escreve: "Ao contrário dos outros partidos de independência das antigas colônias portuguesas em África e na maior parte dos países africanos, que adotaram regimes de presidencialismo monocentrado (numa única figura) e fortemente autoritários, em Cabo Verde «a personificação do poder mantém-se larvar», num regime menos monolítico e repressivo do que nos restantes países africanos. [...] O cargo de PM, sucessivamente suprimido nos países africanos, será em Cabo Verde mantido, se não mesmo reforçado." In: COSTA, Daniel Henrique. O papel do chefe de Estado no semipresidencialismo cabo-verdiano, 1991-2007. *In:* LOBO, Marina Costa e NETO, Octávio Amorim (organizadores). **O Semipresidencialismo nos Países de Língua Portuguesa.** Imprensa de Ciências Sociais. Lisboa, 2009. p. 110.

647COSTA assevera:"O constitucionalista português Jorge Miranda considerou o sistema de governo cabo-verdiano do período de partido único uma espécie de «semipresidencialismo *sui generis*».Para outro jurista, Luís Mendonça, tratava-se de «um parlamentarismo sem modelo», de um parlamentarismo dualista, já que, nos termos da Constituição, o governo era responsável perante a ANP e o Presidente da República, sendo que este último era eleito pela ANP, não se exigindo formalmente que os candidatos fossem filiados no partido dirigente." *In:* COSTA, Daniel Henrique. O papel do chefe de Estado no semipresidencialismo cabo-verdiano, 1991-2007. *In:*LOBO, Marina Costa e NETO, Octávio Amorim (organizadores). **O Semipresidencialismo nos Países de Língua Portuguesa.** Imprensa de Ciências Sociais. Lisboa, 2009. p. 111.

de 1990 e essencialmente a de 1992.

Na revisão de 1990, o PAICV reforçou os poderes do PR, institucionalizando um Sistema de Governo Semipresidencial quase Presidencialista. O Semipresidencialismo adotado em 1990 teve muito a ver com a herança governamental do PAICV no período monopartidário, bem como a pretensão desse partido não deixar o poder mesmo após a abertura política[648] sem tomarem em conta que o Semiparlamentarismo estava cristalizado na Sociedade cabo-verdiana. Porém, esse partido perdeu as eleições de 1991.

Assim, o MpD, partido vencedor, faz uma revisão profunda a Constituição em 1992, institucionalizando de fato e de direito o Sistema de Governo Semiparlamentar.

A liderança do MpD entendia que "era necessário estabelecer um maior equilíbrio entre todos os órgãos de soberania"[649], e para essa liderança traduzia na "parlamentarização dos poderes presidenciais"[650] dando fim ao Semipresidencialismo e erigir o "sistema parlamentar mitigado"[651], ou seja, o Semiparlamentarismo.

Assim sendo, em 5 de Setembro de 1992, a Assembleia Nacional de Cabo Verde aprovou uma nova Constituição que consagrou um Sistema de Governo Semiparlamentar.

4.4.1.3. O SISTEMA ELEITORAL E O SISTEMA DE PARTIDOS

---

[648]COSTA, Daniel Henrique. O papel do chefe de Estado no semipresidencialismo cabo-verdiano, 1991-2007. *In:*LOBO, Marina Costa e NETO, Octávio Amorim (org.). **O Semipresidencialismo nos Países de Língua Portuguesa.** Imprensa de Ciências Sociais. Lisboa, 2009. p. 110.

[649]COSTA, Daniel Henrique. O papel do chefe de Estado no semipresidencialismo cabo-verdiano, 1991-2007. *In:* LOBO, Marina Costa e NETO, Octávio Amorim (org.). **O Semipresidencialismo nos Países de Língua Portuguesa.** Imprensa de Ciências Sociais. Lisboa, 2009. p. 112.

[650]COSTA, Daniel Henrique. O papel do chefe de Estado no semipresidencialismo cabo-verdiano, 1991-2007. *In:* LOBO, Marina Costa e NETO, Octávio Amorim (org.). **O Semipresidencialismo nos Países de Língua Portuguesa.** Imprensa de Ciências Sociais. Lisboa, 2009. p. 112.

[651]COSTA, Daniel Henrique. O papel do chefe de Estado no semipresidencialismo cabo-verdiano, 1991-2007. *In:* LOBO, Marina Costa e NETO, Octávio Amorim (org.). **O Semipresidencialismo nos Países de Língua Portuguesa.** Imprensa de Ciências Sociais. Lisboa, 2009. p. 105 e 113.

O Sistema Eleitoral e o Sistema de Partidos de Cabo Verde, encontram-se estabelecidos no seu Ordenamento Jurídico-Constitucional, estando os princípios, normas e regras expressas entre os artigos 95.º e 118.º da Constituição, no Código Eleitoral (Lei n.º 92/V/99) e no Regime Jurídico dos Partidos Políticos (Lei n.º 102/V/99).

Os legisladores caboverdianos regulamentaram e compilaram num só diploma o Código Eleitoral, um instrumento jurídico aonde consagram todos os dispositivos legais que interferem com as eleições. Quiseram com isso, do ponto de vista do autor, evitar ter vários diplomas legislativos avulsos tratando das eleições.

Desse modo, o Código Eleitoral "regula as eleições dos titulares dos órgãos eletivos do poder político"[652] em Cabo Verde, plasmando os trâmites eleitorais desde o momento em que se iniciam as campanhas eleitorais para presidenciais, legislativas e autárquicas, passando pelos órgãos que têm a incumbência de conduzir as eleições, até que sejam apurados os resultados finais.

O Código Eleitoral realça a questão dos círculos eleitorais, rezando que "Para efeitos de eleição do Presidente da República, o território nacional constitui um só círculo eleitoral, a que corresponde um único colégio eleitoral" e "Para efeitos de eleição dos Deputados à Assembleia Nacional, o território nacional divide-se em círculos eleitorais, a definir por lei, correspondendo a cada um deles um colégio eleitoral."[653]

Notadamente, o Sistema Eleitoral caboverdiano preconiza para a eleição do Presidente da República a aplicação do escrutínio maioritário de duas voltas, enquanto que para eleição dos deputados estipula a utilização do escrutínio de representação proporcional, embasado no método Hondt. Aplica-se às eleições autárquicas a fórmula empregue para as eleições legislativas. Cabe aos partidos políticos a exclusividade de apresentação de candidaturas às

---

[652] Cabo Verde. Artigo 1.º do **Código Eleitoral** (Lei n.º 92/V/99). Boletim Oficial n.º 2, I Série. 8 de Fevereiro de 1999

[653] Cabo Verde. Artigo 102.1. e 2 do **Código Eleitoral** (Lei n.º 92/V/99). Boletim Oficial n.º 2, I Série. 8 de Fevereiro de 1999.

eleições legislativas.

O Regime Democrático Liberal Multipartidário erigido em 1990, deu abertura para o surgimento e sobretudo legalização de forças políticas partidárias que passaram a constituir-se como alternativa ao PAICV. Sublinha-se legalização, porque a União Cabo Verdiana Independente e Democrática (UCID) existia durante o período de partido único, somente que atuava na diáspora.

Por conseguinte, a forma acelerada em que ocorreu a introdução da Democracia pluralista, bem como as exigências que foram consagradas no Ordenamento Jurídico-Constitucional com vista à formação de partidos políticos, não permitiu a legalização atempada desta e outras forças políticas que poderiam constituir opção para os eleitores cabo-verdianos.

Ainda assim, o MpD conseguiu reunir as condições e foi legalizado a tempo de brigar com o PAICV, quer nas eleições legislativas, quer nas presidenciais. Todavia, no seio do MpD e no da UCID, registraram cisão que deu origem respectivamente ao Partido de Convergência Democrática (PCD) e ao Partido Social-Democrata (PSD).[654]

Além dos quatros partidos mencionados, fazem parte e/ou passaram pela arena política cabo-verdiana o Partido do Trabalho e Solidariedade (PTS), e o Partido de Renovação Democrática (PRS).

Importa referir que, apesar da cisão que ocorreu de num dos principais partidos políticos de Cabo Verde, o cenário político eleitoral nesse país tem sido dominado por duas forças políticas, o PAICV e o MpD. Tem havido alternância política entre esses dois partidos ao nível da governação do país e inclusive os candidatos presidenciais eleitos têm sido apoiados por um dos dois.

DUVERGER ensina que

> [...] No siempre hay un dualismo de partidos: pero casi siempre hay un dualismo de tendencias. Toda política implica una selección entre dos tipos de soluciones: las soluciones llamadas intermedias se relacionan con una y otra. Esto equivale a decir

[654]COSTA, Daniel Henrique. O papel do chefe de Estado no semipresidencialismo cabo-verdiano, 1991-2007. *In*:LOBO, Marina Costa e NETO, Octávio Amorim (organizadores). **O Semipresidencialismo nos Países de Língua Portuguesa.** Imprensa de Ciências Sociais. Lisboa, 2009. p. 119.

> que el centro no existe en política puede haber un partido de centro, pero no una tendencia de centro, una doctrina de centro.[655]

Parece que todo cidadão eleitor caboverdiano sabe que em toda política implica apenas uma escolha entre dois tipos de propostas, não há um meio termo. Por isso, uma terceira força política não tem obtido votos suficientes que lhes permita fazer parte da governação. A compreensão desse fato tem conduzido o país para o bipartidarismo, por um lado e, por outro, proporcionado a Estabilidade Politico-Institucional, uma vez que não tem havido dificuldade na formação de governo com maioria absoluta em Cabo Verde.

Importa referir, como bem ensina BOBBIO, que "nem todos os sistemas bipartidários têm somente dois partidos"[656] e, no caso de Cabo Verde, três partidos têm tido representação parlamentar, muito embora apenas dois têm tido a oportunidade de governar.

Assim sendo, pode-se afirmar que em Cabo Verde existe uma Democracia pluralista, bipartidária, reforçando a tese do Sistema de Governo Semiparlamentar, já que o líder dos dois partidos são apresentados nas eleições legislativas como candidatos a cargo de Primeiro-Ministro de fato, embora não sejam de *juris.*

No que tange ao Sistema de Partidos, reza o Regime Jurídico dos Partidos Políticos de Cabo Verde que

> Artigo 2. - Noção - São partidos políticos as associações de cidadãos, de caracter permanente, âmbito nacional e constituídas com o objetivo fundamental específico de participar democraticamente na vida política do país e de concorrer, de acordo com as leis constitucionais e com os seus estatutos e programas publicados, para a formação e expressão da vontade política do povo e para a organização do poder político, intervindo no processo eleitoral mediante a apresentação ou o patrocínio de candidaturas.[657]

E para complementar, reza ainda o

> Artigo 7.3. - Constituição - É proibida a constituição de partidos políticos de âmbito

---

655 DUVERGER, Maurice. Los Partidos Políticos. Traducción Julieta Campos, Enrique González Pedrero. Vigesimosegunda reimpresión. Sección de Obras de Política y Derecho. Fondo de Cultura Económica. México, D. F. 2012. Título original. Les Partis politiques. p. 242.

656 BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política.** Tradução de Carmen C. Varriale et al. Brasília: editora Universidade de Brasília, 11.ed. 1998. Título original:Dizionario di politica. p. 1171.

657 Cabo Verde. Regime Jurídico de Partidos Políticos. Boletim Oficial n.º 12, I Série, 19 de abril de 1999.

> regional ou local e de partidos que fomentem o regionalismo, o racismo ou a discriminação, ou se proponham empregar meios subversivos ou violentos na prossecução dos seus fins ou que tenha natureza paramilitar.[658]

Nessas passagens, a legislação caboverdiana caracteriza o que são partidos políticos e define os parâmetros que permitem a sua constituição, proibindo consequentemente a formação de partidos políticos de inspirar qualquer índole segregacionista. O Sistema de Partido consagrado em Cabo Verde conjugado com o Sistema Eleitoral tem sido um fator determinante para o bipartidarismo.

Outrossim, tem contribuído para o bipartidarismo em Cabo Verde a proximidade entre as eleições legislativas e presidenciais. Sendo que as legislativas - por serem realizadas em primeiro lugar - têm tido efeito de arrastamento sobre as eleições presidenciais.

Das 6 eleições presidenciais realizadas nos 25 anos do Regime Democrático Liberal Multipartidário, apenas no ano 2011, o candidato vencedor não foi apoiado pelo partido que venceu as legislativas. Deve ser ressaltado que, naquele ano, o PAICV apresentou um candidato oficial, recusando apoiar a candidatura de um militante, ex-Presidente da Assembleia Nacional, que ainda assim concorreu como independente. Com os eleitores do partido no poder divididos, o candidato apoiado pelo MpD venceu as eleições.

Quinze anos depois, em Janeiro do ano 2016, o MpD regressa ao Governo, vencendo as eleições legislativas com uma maioria absoluta e, no mês de Março do mesmo ano, consegue reeleger o seu candidato, pondo fim ao período de coabitação que se verificou entre 2011 e 2016.

4.4.1.4. O SISTEMA JUDICIÁRIO

O Sistema Judiciário de Cabo Verde vem consagrado na Constituição[659], na Lei de Organização, Competências e Funcionamento dos Tribunais Judiciais (Lei n.º 88/VII/2011), na Lei Orgânica do Ministério Público

---

[658] Cabo Verde. Regime Jurídico de Partidos Políticos.Boletim Oficial n.º 12, I Série, 19 de abril de 1999.

[659] Cabo Verde. **Constituição.** Lei Constitucional 1/VII/2010. Boletim Oficial n.º 17, I Série, 3 de maio de 2010.

(Lei n.º 89/VII/2011), na Lei de Competências, Organização, Funcionamento Conselho Superior de Magistrados Judiciais (Lei n.º 90/VII/2011) e demais legislação avulsas.

Para além do Título V da Constituição de Cabo Verde que é dedicado ao Poder Judicial (artigos 209.º e 229.º), ela consagra alguns outros artigos como o acesso a justiça que é um direito garantido aos cidadãos caboverdianos (artigo 22.1)e a justiça que não lhes pode ser denegada por insuficiência de meios econômicos ou indevida dilação da decisão (artigo 22.4.).

Para além do Tribunal Constitucional, o Sistema Judiciário caboverdiano tem as seguintes categorias de tribunais: o Supremo Tribunal de Justiça, os Tribunais Judiciais de Segunda Instância, os Tribunais Judiciais de Primeira Instância, o Tribunal de Contas, o Tribunal Militar de Instância, os Tribunais Fiscais e Aduaneiros, prevendo que se podem ser criados ainda os Tribunais Administrativos e os Tribunais Arbitrais.

Fazem parte do Sistema Judiciário de Cabo Verde ainda o Conselho Superior da Magistratura Judicial, o Conselho Superior do Ministério Público e o Ministério Público.

No Sistema Judiciário de Cabo Verde, os juízes formam um corpo único, autônomo e independente de todos os demais poderes e regem-se por estatuto próprio. No exercício das suas funções, são independentes e só devem obediência à lei e à sua consciência. A função de juíz é incompatível com qualquer outra função pública ou privada, salvo as de docência e de investigação científica de natureza jurídica, quando autorizado pelo Conselho Superior da Magistratura Judicial.

Os juízes não respondem pelos seus julgamentos e decisões, por um lado, e, por outro, são inamovíveis, não podendo ser suspensos, transferidos, aposentados compulsivamente ou demitidos. Para ambas situações, a exceção, são nos casos especialmente previstos na lei.Os juízes em exercício não podem estar filiados em qualquer partido político ou em associação política, nem dedicar-se, por qualquer forma, à atividade políticopartidária.

Ao Tribunal Constitucional compete administrar a Justiça em matéria de natureza jurídico-constitucional, com destaque para fiscalização da constitucionalidade e legalidade, nos termos da Constituição; verificação da morte e declaração de incapacidade, de impedimento ou de perda de cargo do Presidente da República; e a jurisdição em matéria de eleições e de organizações político-partidárias.

Esse Tribunal é composto por no mínimo três juízes, eleitos pela Assembleia Nacional, para um mandato de nove anos, não renováveis. O Presidente é eleito pelos seus pares.

O Supremo Tribunal de Justiça é o órgão superior da hierarquia dos Tribunais Judiciais, Administrativos, Fiscais e Aduaneiros e do Tribunal Militar de Instância.O Presidente do Supremo Tribunal de Justiça é nomeado pelo Presidente da República, de entre os juízes que o compõem, mediante proposta destes, para um mandato de cinco anos, renovável uma única vez.

Os Tribunais Judiciais de Segunda Instância são tribunaisde recurso das decisões proferidas pelos tribunaisjudiciais de primeira instância, tribunais administrativos,fiscais e aduaneiros e Tribunal Militar de Instância.

Os tribunais judiciais de primeira instância são os tribunais comuns em matéria cível e criminal e conhecem de todas as causas que por lei não sejam atribuídas a outra jurisdição a instância.

O Tribunal de Contas é o órgão supremo de fiscalização da legalidade das despesas públicas e de julgamento das contas que a lei mandar submeter-lhe.

O mandato dos Juízes no Tribunal de Contas tem a duração de cinco anos, é renovável e só pode cessar antes do fim do mandato nos termos que se seguem: morte ou incapacidade física ou psíquica permanente e inabilitante; renúncia apresentada por escrito; demissão ou aposentação compulsiva emconsequência de processo disciplinar ou criminal; e investidura em cargo ou exercício de atividades incompatíveis com o exercício do mandato, nos termos da Constituição e da lei.

Ao Tribunal Militar de Instância compete o julgamentode crimes que, em razão da matéria, sejam definidos por lei como essencialmente militares, com recursopara o Supremo Tribunal de Justiça, nos termos da lei.

Aos Tribunais Fiscais e Aduaneiros, compete com recurso para o Supremo Tribunal de Justiça, nos termos da lei: o julgamento de ações e recursos contenciosos emergentes de relações jurídicas fiscais ou aduaneiras; o julgamento de crimes em matéria fiscal e aduaneira, bem como de outras infrações criminais de natureza econômica ou financeira atribuídas por lei; o julgamento de recursos em matéria de contraordenações fiscais, aduaneiras, comerciais ou outras econômicas ou financeiras.

A cada um dos tribunais que fazem parte do Sistema Judiciário de Cabo Verde são regulamentados por uma lei própria. Nestes dispositivos legislativos são regimentados os princípios e regras que têm a ver com a organização, a composição, a competência e o funcionamento destes tribunais.

O princípio de interpendência dos poderes que reina em todo Estado de Direito Constitucional em Cabo Verde, por exemplo, no que tange ao Poder Judicial, verifica-se na nomeação e composição dos membros do Conselho Superior da Magistratura Judicial, do Conselho Superior do Ministério Público e o Ministério Público. Para todos esses órgãos, o Presidente da República, a Assembleia Nacional e o Governo são chamados a designarem membros.

O Conselho Superior da Magistratura Judicial é o órgão de gestão e disciplina dos juízes, de administração autônoma dos recursos humanos, financeiros e materiais dos tribunais, bem como dos seus próprios. Este Conselho colabora com o Governo em matéria de execução da política de justiça e apresenta à Assembleia Nacional, anualmente, o seu relatório sobre a situação da Justiça.

O Presidente do Conselho Superior da Magistratura Judicial é designado pelo Presidente da República, de entre os juízes que dele fazem parte, mediante proposta dos restantes membros desse órgão, para um mandato de cinco anos, renovável uma única vez. São membros deste Conselho um juiz designado pelo Presidente da República; quatro cidadãos de reconhecida

probidade e mérito, que não sejam magistrados nem advogados, eleitos pela Assembleia Nacional e quatro magistrados judiciais eleitos pelos seus pares.

O Conselho Superior do Ministério Público é o órgão de gestão e disciplina dos magistrados do Ministério Público, de administração autônoma dos recursos humanos, financeiros e materiais das procuradorias, bem como dos seus próprios. Dentre várias competências consagradas no Ordenamento Jurídico-Constitucional, cabe ao Conselho Superior do Ministério Público colaborar com o Governo em matéria de execução da política da justiça, em particular da política criminal e apresentar à Assembleia Nacional, anualmente, o seu relatório sobre a situação da Justiça.

O Conselho Superior do Ministério Público é presidido pelo Procurador-Geral da República, que é nomeado pelo Presidente da República, sob proposta do Governo, para um mandato de cinco anos, renovável e que só pode cessar antes do seu termo normal por ocorrência previsto na Constituição.

Compõe este Conselho quatro cidadãos nacionais idóneos e de reconhecido mérito, que não sejam magistrados nem advogados e estejam no pleno gozo dos seus direitos civis e políticos, eleitos pela Assembleia Nacional; um cidadão nacional idóneo e de reconhecido mérito, que não seja magistrado nem advogado e esteja no pleno gozo dos seus direitos civis e políticos, designado pelo Governo; e três magistrados do Ministério Público, eleitos pelos seus pares.

O Ministério Público defende os direitos dos cidadãos, a legalidade democrática, o interesse público e os demais interesses que a Constituição e a lei determinarem. Este órgão judicial representa o Estado, é o titular da ação penal e participa, nos termos da lei, de forma autônoma, na execução da política criminal definida pelos órgãos de soberania.

O Ministério Público compreende a Procuradoria-Geral da República e as Procuradorias da República e tem como órgão superior hierárquico o Procurador-Geral da República.

4.4.2. SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE: O REGIME DEMOCRÁTICO LIBERAL

Entre os anos 1987-1991[660], o país levou a cabo uma pacífica transição democrática que permitiu ao cidadão eleitor referendar uma nova Constituição, eleger o Presidente da República e os deputados à Assembleia Nacional através de eleições livres e competitivas.

Durante 15 anos antes do advento da democracia (1975-1991), o MLSTP governou o país com um regime ditatorial, de partido único, autocrático com argumento baseado nos princípios e ideais marxistas-leninistas, com economia centralizada e planificada.

Compreende-se que a "onda de democracia"[661]que tomou conta do mundo nas décadas de 70 e 80, do século XX, consequência de política neoliberal praticada pelas potências ocidentais globalizantes, não deixou São Tomé e Príncipe de fora.

O país foi condicionado a proceder a mudança do Regime Democrático Socialista Monopartidário para o Regime Democrático Liberal Multipartidário, sob pena de não ter acesso a fundos internacionais que tanto necessitavam para continuar a garantir a sobrevivência da população. Convém

---

[660] GRAÇA defende: "Na reuniãso do Comité Central do MLSTP em Outubro de 1987, como consequência lógica do processo de mudança política iniciada formal e solenemente com o discurso de Pinto da Costa de 12 de Julho de 1985 no Príncipe, tomaram-se decisões que abriram a esplenderosa estrada política que nos conduziria até o regime de democracia pluripartidária. Dois anos antes da queda do muro de Berlin... E quase três anos andes de La Baule" *In*: GRAÇA, Carlos. **Memórias Políticas de Um Nacionalista São-tomense *sui generis***. União Nacional dos Escritores e Artistas São-tomenses. 1.ª ed. Lisboa, 2011. p. 161; NEVES assevera: "O ano de 1991 representa a linha divisória entre o regime ditatorial, totalitarista de um único partido e um sistema político democrático multipartidário, com as primeiras eleições multipartidárias realizadas no País." *In*: NEVES, Delfim Santiago das. **A verdade da História.**Edição Modelo Indústria Gráfica. 1.ed. São Tomé, 2016. p. 329.

[661]HUNTINGTON, Samuel P. **A Terceira Onda:** A democratização no final do século XX. Tradução de Sérgio Goes de Paula. Editora Ática S.A. São Paulo, 1994. Titulo original: *The third wave: democratization in the late ttwentieth century.* p. 34.

destacar que esses fundos foram concedidos a título de empréstimo.

A Constituição de 1990[662], ratificada por um referendo em agosto, estabeleceu um novo fundamento para a Democracia representativa, prevendo eleições diretas para o Presidente da República, para mandato de cinco anos, podendo ser reeleito para mais um mandato. As eleições legislativas destinadas a Assembleia Nacional passaram a ser realizadas de quatro em quatro anos para um parlamento de 55 deputados. O Primeiro-Ministro é nomeado em função do resultado das eleições legislativas.[663]

O Presidente da República passava a atuar como o chefe de Estado e deixa de chefiar o Governo, embora houvesse um dispositivo constitucional prevendo que o Conselho de Ministros poderia ser presidido pelo Presidente da República sempre que este bem entendesse.[664]

Em todas as eleições legislativas realizadas desde início do Processo Democrático em 1991, mais de três partidos competiram, cada qual com sua base de apoio distribuídos em âmbito nacional, bem como com argumentos focados na pessoa de cada candidato.

As primeiras eleições pluralistas foram realizadas em 20 de janeiro de 1991 (legislativas), em 3 de março de 1991 (presidenciais) e cerca de um ano depois, em 6 de dezembro de 1992 (autárquicas). As legislativas foram ganhas pelo Partido de Convergência Democrática-Grupo de Reflexão (PCD-GR)[665], o

---

[662] São Tomé e Príncipe. **Constituição da República** (Lei n.º 7/90). Diário da República n.º13, de 20 de setembro de 1990; NEVES assevera: "A Constituição semipresidencialista de 1991 representava em si várias décadas de evolução em relação à Constituição de 1975, mas continuava ferida de imperfeições que, cedo, permitiram ataques internos e conflitos interinstitucionais, que tanto puseram em causa a consistência, a credibilidade e a legitimidade do regime democrático multipartidário récém-estabelecido, como abalaram a confiança do Povo no novo regime." *In*: NEVES, Delfim. **A verdade da História.**Edição Modelo Indústria Gráfica. 1.ed. São Tomé, 2016. p. 329-330.

[663] "Artigo 98.1. O Primeiro-Ministro é designado pelo Presidente da República, tomando em consideração os resultados eleitorais." *In*: São Tomé e Príncipe. **Constituição da República** (Lei n.º 7/90). Diário da República n.º13, de 20 de Setembro de 1990.

[664] "Artigo 76.i. Presidir o Conselho de Ministros sempre que o entenda" *In*: São Tomé e Príncipe. **Constituição da República** (Lei n.º 7/90). Diário da República n.º13, de 20 de setembro de 1990.

[665] SEIBERT escreve “O MLSTP/PSD foi apanhado desprevenido quando os primeiros resultados começaram a ser anunciados pela Rádio Nacional na mesma noite. Tendo obtido apenas 21 assentos na Assembleia Nacional, foi afastado do poder pelo PCD-GR que conquistou 33 assentos. O CÓDÓ ficou com o restante lugar [...]. *In*: SEIBERT, Gerhard. **Camaradas, Clientes e Compadres.** Colonialismo, Socialismo e Democratização em São

candidato apoiado por esse partido venceu as presidenciais[666], o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social Democrata (MLSTP/PSD) ficou no segundo lugar e o Partido de Coligação Democrática (CÓDÓ) conseguiu eleger um deputado. As autárquicas[667] realizadas em 1992, foram ganhas pelo MLSTP/PSD, força política que governou o país no período de partido único.

Quando o PCD-GR vence as eleições legislativas por não ter obtido uma maioria qualificada, não foi-lhe permitido introduzir mudanças de fundo no Ordenamento Jurídico-Constitucional. Foram obrigados a governar com a Constituição e legislação que foram elaboradas e aprovadas, ainda sob o Regime Democrático Socialista Monopartidário.

Apesar do Presidente da República Miguel Trovoada ter sido eleito com apoio do PCD-GR, este não se identificava com o Programa de Governo do partido. Situação semelhante ocorreu quando em 2001, Fradique de Menezes foi eleito Presidente da República, candidato proposto pela Ação Democrática Independente (ADI).

Sem apoio estável da maioria no Parlamento, os Presidentes da República não tiveram influência política e institucional suficiente para levaram a cabo seu Manifesto Eleitoral, pelo que entraram em conflitos com o partido que governava.

Para superar esse tipo de imobilidade política, os Presidentes da República passaram a utilizar táticas políticas extralegais, orquestrando a divisão

---

Tomé e Príncipe. Tradução de Ferreira Marques et al. Coleção: Documenta Histórica. Vega e Autor, 2.ed. 2002. Título original: *Comrades, Clients and Cousins. Colonialism, Socialism and Democratization in São Tomé and Príncipe*. p. 223.

666 SEIBERT leciona "[...] a 3 de março de 1991, Miguel Trovoada foi eleito presidente com 26 604 (81, 8%) dos votos. Sessenta por cento (32 523) dos 54 168 eleitores inscritos exerceram o direito de voto."*In*: SEIBERT, Gerhard. **Camaradas, Clientes e Compadres.** Colonialismo, Socialismo e Democratização em São Tomé e Príncipe. Tradução de Ferreira Marques et al. Coleção: Documenta Histórica. Vega e Autor, 2.ed. 2002. Título original: *Comrades, Clients and Cousins. Colonialism, Socialism and Democratization in São Tomé and Príncipe*. p. 226.

667 SEIBERT defende que "Depois das legislativas de janeiro de 1991, as eleições autárquicas de dezembro de 1992 foram a segunda disputa multipartidária no país. [...] O MLSTP/PSD obteve 38 assentos nas assembleias distritais e conquistou a maioria em cinco distritos."*In*: SEIBERT, Gerhard. **Camaradas, Clientes e Compadres.** Colonialismo, Socialismo e Democratização em São Tomé e Príncipe. Tradução de Ferreira Marques et al. Coleção: Documenta Histórica. Vega e Autor, 2.ed. 2002. Título original: *Comrades, Clients and Cousins. Colonialism, Socialism and Democratization in São Tomé and Príncipe*. p. 356.

de partidos, criando novas forças políticas[668] e muitas das vezes bloqueando as ações do governo.

Desse modo, a Instabilidade Político-Institucional em São Tomé e Príncipe arrancou em 1992, com a queda do primeiro Governo democraticamente eleito, e prosseguiu com derrube do segundo Governo em 1994, ambos pelo Presidente da República. Ainda nesse ano, o Presidente da República constitui um Governo de iniciativa presidencial e convocou eleições legislativas antecipadas.

Realizadas as eleições legislativas antecipadas de 1994[669], o MLSTP/PSD que governou o país no período do partido único, vence-as com uma maioria relativa, 27 dos 55 deputados da Assembleia Nacional. Surge uma terceira força política, fruto da cisão do PCD-GR, a ADI, que ficou no segundo lugar em termos votantes, apesar de obter no Parlamento o mesmo número de deputados.[670]

Em finais de 1996, o Primeiro-Ministro Carlos Graça decide concorrer para as eleições presidenciais e demite-se das funções de chefe do Governo e da liderança do MLSTP/PSD. Com uma nova liderança, o MLSTP/PSD, com apoio do PCD-GR, aprova uma Moção de Censura contra um Governo, cujo Primeiro-Ministro pertencia ao MLSTP/PSD numa coligação com a ADI.

---

668 GRAÇA escreve: "Ao formar o seu próprio Partido, como já fizera Trovoada, para defender os seus interesses políticos pessoais ele complicou também o xadrez político e lançou mais elemento de instabilidade. Contribui para o aparecimento à luz da ribalta política de um grupo medíocre de dirigentes, as exceções confirmando a regra. E a maioria conotada pelas gentes como venal e atraída pelos dólares do Presidente." *In*: GRAÇA, Carlos. **Memórias Políticas de Um Nacionalista São-tomense *sui generis***. União Nacional dos Escritores e Artistas São-tomenses. 1.ª ed. Lisboa, 2011. p. 222; NEVES assegura: "[...] dei apoio a todos os Chefes de Estado que esse país conheceu até agora, de Miguel Trovoada a Manuel Pinto da Costa, passando por Fradique de Menezes. Todas essas personalidades traíram, não só a mim, mas também às legitimas causas do Povo, logo que assumiram o poder. De todos eles, na minha opinião, não houve poder mais nocivo e devastador do que o de Fradique de Menezes e da família Trovoada. Acho até que o mal da nossa democracia começou e mantém-se nessas pessoas." *In*: NEVES, Delfim Santiago das. **A verdade da História.**Edição Modelo Indústria Gráfica. 1.ed. São Tomé, 2016. p. 307-308.

669 São Tomé e Príncipe. Diário da República, n. 15, Suplemento, 20 de outubro de 1994.

670 SEIBERT, Gerhard. Instabilidade Política e revisão constitucional: semipresidencialismo em São Tomé e Príncipe. *In:* LOBO, Marina Costa e NETO, Octávio Amorim (org.). **O Semipresidencialismo nos Países de Língua Portuguesa.**Imprensa de Ciências Sociais. Lisboa, 2009. p. 209.

As eleições presidenciais de 1996[671] são ganhas pelo candidato Presidente da República no poder. Em 1998 realizam-se as terceiras eleições legislativas[672], em que o MLSTP/PSD, partido no poder, vence com uma maioria absoluta de 31 deputados, a ADI consolida a sua posição como a segunda força política do país, conseguindo eleger 16 deputados e o PCD-GR elege apenas 8 deputados dos 55 da Assembleia Nacional.

Em 2001, o candidato a Presidente da República apresentado pela ADI vence as eleições presidenciais[673] e, em menos de um mês depois de ser empossado, abre uma nova vaga de Instabilidade Político-Institucional. Derruba o Governo do MLSTP/PSD, que contava com uma maioria absoluta no Parlamento, quando faltavam apenas um ano para as eleições legislativas. Forma um Governo de iniciativa presidencial, marca para março de 2002 as eleições legislativas antecipadas e cria um novo partido político, o Movimento Democrático/Força da Mudança (MDFM).[674]

Nas eleições legislativas de 2002[675], o MLSTP/PSD vence com uma maioria relativa, 24 deputados, sendo que a Coligação MDFM e PCD

---

[671] São Tomé e Príncipe, Diário da República, n. 18, 6 Suplemento, 31 de dezembro de 1996.

[672] São Tomé e Príncipe, Diário da República, n. 15, 3 de dezembro de 1998.

[673]ARCHER, Maria da Graça Miragaia et TAVARES, Sonia. **Eleições da República Democrática de São Tomé e Príncipe 1990 a 2006.** (Referendo, Presidenciais, Legislativas, Autárquicas e Regionais). Soartes – Artes Gráficas, Lda. Vila Franca de Xira, 2006. p. 38-39.

[674]GRAÇA assevera: "Entramos numa era nunca vista de instabilidade, começando com uma grave violação da Constituição com consequências negativas para o povo são-tomense. Governava Guilherme Posser da Costa em 2001, com maioria absoluta obtida pelo MLSTP/PSD, sob liderança do Pinto da Costa em 1998, numa das fases mais positivas desde a independência para a economia do País, situação reconhecida pelas instituições financeiras internacionais. [...] Depois o País entrou numa vertiginosa espiral de instabilidade: Governo de iniciativa presidencial, dirigido por Evaristo Carvalho, eleições legislativas antecipadas, Governo de Unidade Nacional dirigido por Gabriel Costa, demissão de Gabriel Costa seis meses depois; Governo de Maria das Neves, demissão desta pelo Presidente por ter ganho popularidade «perigosa» para as eleições presidenciais; Governo de Damião Vaz d'Almeida, que pede demissão por não suportar as interferências «presidencialistas»; Governo de Maria do Carmo Silveira e, finalmente, eleições de 2006. Sem falar da caótica crise de janeiro de 2003 em que a Assembleia Nacional foi dissolvida, por ter feito uma revisão constitucional, iniciativa que lhe cabe constitucionalmente, e depois de alguns dias reposta após tumultuosas movimentações dos Órgãos de Soberania e Sociedade Civil. Em cinco anos, seis Primeiro-Ministros! Num país já com tantos problemas estruturais, socioeconômicos, essa instabilidade é inadmissível! Completamente inibidora de qualquer progresso socioeconômico!" *In*: GRAÇA, Carlos. **Memórias Políticas de Um Nacionalista São-tomense *sui generis***. União Nacional dos Escritores e Artistas São-tomenses. 1.ª ed. Lisboa, 2011. p. 220 e 221.

[675] ARCHER, Maria da Graça Miragaia et TAVARES, Sonia. **Eleições da República Democrática de São Tomé e Príncipe 1990 a 2006.** (Referendo, Presidenciais, Legislativas, Autárquicas e Regionais). Soartes – Artes Gráficas, Lda. Vila Franca de Xira, 2006. p.80-81.

conseguiram eleger 23 deputados, a Coligação Uê Kédadji[676] elegeu 11 deputados. O Presidente da República decide nomear um Primeiro-Ministro e chefe do Governo saído do seu partido MDFM. O Primeiro-Ministro governa durante cerca de seis meses e pede demissão, alegando demasiada interferência do Presidente da República nas ações governativas.

Um novo Governo é constituído desta feita chefiado por um dirigente do MLSTP/PSD – pela primeira vez São Tomé e Príncipe tem uma Primeira-Ministra e chefe de Governo – e composto por dirigentes de todo partido com assento parlamentar. Em finais de 2002, a Assembleia Nacional decide fazer revisão constitucional com vista a expurgar da Constituição de 1990 todas as zonas nebulosas.

Aprovada uma revisão constitucional, estabelecendo o Sistema de Governo Semiparlamentar.[677] O Presidente da República não concorda que lhe seja reduzido poder na ação governativa, emite um decreto presidencial dissolvendo o Parlamento e convocando novas eleições legislativas antecipadas.

Os parlamentares não concordam, porque estavam investidos de poder constitucional, abrindo assim um novo conflito Político-Institucional entre o Presidente da República e a Assembleia Nacional.

Com mediação da Primeira-Ministra e chefe do Governo e da Presidente do Tribunal Supremo, os órgãos Presidente da República e a Assembleia Nacional chegam a um consenso. Ficou assente que o Presidente da República deveria emitir um segundo decreto presidencial revogando, o decreto presidencial que dissolvia o Parlamento e convocava eleições antecipadas e a Assembleia Nacional na revisão feita, introduzia-se um artigo nas disposições finais remetendo a entrada em vigor do Sistema de Governo

---

[676] Coligação eleitoral formada pelo ADI, CÓDÓ, UNDP, PPP e PRD.

[677] NEVES sublinha: "Assim, em 2003, os filhos da terra corrigiram algumas fragilidades que ainda persistiam na Constituição [de 1990], eliminando a maior parte das fontes de conflito. Mas ela jamais ficou concluída nem pode ser assumida como sendo definitiva. Enquanto existir a Nação São-tomense, a Constituição do País deverá sempre ser repensada e revista para se ajustar aos diferentes momentos da nossa existência, pois ela é e será sempre o fruto do tempo e das contribuições das sucessivas gerações." *In*: NEVES, Delfim Santiago das. **A verdade da História.** Edição Modelo Indústria Gráfica. 1.ed. São Tomé, 2016. p. 330.

Semiparlamentar para início do mandato do novo Presidente da República.

Em meados do ano 2003, São Tomé e Príncipe acorda sobre um novo golpe de Estado, perpetrado por ex-membros do batalhão Bufálo[678] e pelos militares[679]. Tratava-se do segundo golpe de Estado no Regime Democrático Liberal Multipartidário. O Presidente da República que se encontrava ausente do país, regressa com apoio da comunidade internacional e o país volta à normalidade. Todavia, meses depois, a Primeira-Ministra e chefe de Governo apresenta pedido de demissão.

Um novo Governo é formado, chefiado por um dirigente do MLSTP/PSD, mas também acaba sendo "sol de pouca dura". Meses depois, o Primeiro-Ministro e chefe de Governo apresenta demissão alegando demasiada interferência do Presidente da República nas ações governativas. Forma-se um outro Governo, o segundo a ser chefiado por uma senhora, que desta feita termina a Legislatura.

No ano 2006, o país vai para as eleições gerais[680] (legislativas, presidenciais e autárquicas). A Coligação MDFM-PCD reelege o Presidente da República, Fradique de Meneses, vence as legislativas com maioria relativa de 23 deputados (12 M/DFM e 11 PCD), o MLSTP/PSD passa para segunda força política mais votada com 20 deputados, a ADI põe termo a coligação Uê Kédadji, concorre sozinha e consegue eleger 11 deputados e o Novo Rumo – uma nova força política – elege um deputado.

Nas autarquias locais, das seis câmaras distritais da ilha de São Tomé, a Coligação MDFM-PCD vence em três principais: Água Grande, Mé-

---

678 Batalhão Bufálo foi um batalhão de infantaria do exército sul-africano, do tempo do regime do apartheid, que interveio em cenário de guerra na África Austral.

679 SEIBERT escreve: "Por duas vezes – em agosto de 1995 e em julho de 2003 – o regime democrático foi abalado por um golpe militar. Contudo, em ambos os casos a ordem constitucional foi restabelecida a breve trecho, depois de negociações com os golpistas e com o apoio de mediação internacional."*In:* SEIBERT, Gerhard. Instabilidade Política e revisão constitucional: semipresidencialismo em São Tomé e Príncipe. *In:* LOBO, Marina Costa e NETO, Octávio Amorim (organizadores). **O Semipresidencialismo nos Países de Língua Portuguesa.**Imprensa de Ciências Sociais. Lisboa, 2009. p. 204.

680 ARCHER, Maria da Graça Miragaia et TAVARES, Sonia. **Eleições da República Democrática de São Tomé e Príncipe 1990 a 2006.** (Referendo, Presidenciais, Legislativas, Autárquicas e Regionais). Soartes – Artes Gráficas, Lda. Vila Franca de Xira, 2006. p. 46, 88 e 146.

Zôchi e Cantagalo e apoia a União para Mudança e Progresso do Príncipe (UMPP), que vence as eleições regionais no Príncipe.

O Primeiro-Ministro e chefe de Governo nomeado era líder do MDFM e no Parlamento contava com apoio dos deputados da Coligação MDFM-PCD, mas não foi suficiente para fazer avançar os projetos e programas apresentados. Em fevereiro de 2008, o Primeiro-Ministro e chefe de Governo apresenta seu pedido de demissão ao Presidente da República, alegando a falta de disciplina partidária no seio da Coligação, essencialmente dos deputados do seu próprio partido.

Um novo Governo é formado, na ocasião, com todos os partidos com assento parlamentar que reclamavam para si o apelido de "partido da mudança[681]: o MDFM, o PCD e a ADI formaram uma nova coligação governamental. Coube ao líder da ADI chefiar o Governo que foi o mais curto[682] na história da Democracia são-tomense. A formação desse Governo não foi pacífica, porque o Primeiro-Ministro e chefe de Governo recusou a integrar no Governo alguns dirigentes do PCD e do MDFM.

No último dia do debate parlamentar com vista a aprovação do Programa do Governo, o MLSTP/PSD apresenta uma Moção de Censura, que votada na semana seguinte foi aprovada com votos dos sociais-democratas e convergentes democratas[683]. Uma nova crise política é instalada com o Presidente da República a recusar marcar eleições legislativas, convidando, desta feita, a segunda força mais votada a formar um novo Governo.

O líder do MLSTP/PSD apresenta uma proposta de composição de

---

[681] Partidos da mudança são os partidos políticos que só surgiram depois do início do Processo Democrático.

[682] SEIBERT escreve que "[...] apesar do apoio do presidente Menezes, depois de pouco mais de três meses, em 20 de maio de 2008, o primeiro-ministro Patrice Trovoada foi demitido por uma moção de censura, submetida pelo MLSTP/PSD e apoiada pelo PCD, um dos três partidos da coligação governamental."*In:*SEIBERT, Gerhard. Instabilidade Política e revisão constitucional: semipresidencialismo em São Tomé e Príncipe. *In:* LOBO, Marina Costa e NETO, Octávio Amorim (org.). **O Semipresidencialismo nos Países de Língua Portuguesa.**Imprensa de Ciências Sociais. Lisboa, 2009, p. 221.

[683] NEVES explica: "Durante a discussão do OGE e das GOP, na Assembleia Nacional, Patrice Trovoada não foi capaz de convencer os deputados do MLSTP/PSD e do PCD sobre as razões do não cumprimento das promessas feitas. [...] Submetida à aprovação, a moção de censura foi rapidamente aprovada."*In*: NEVES, Delfim Santiago das. **A verdade da História.** Edição Modelo Indústria Gráfica. 1.ed. São Tomé, 2016. p. 248 e 250.

novo Governo, comportando dirigentes do seu partido, do PCD e do MDFM. Apenas a ADI fica de fora, decidindo fazer oposição. Esse novo Governo mantém-se no poder até as eleições legislativas de 2010.

No ano 2010, realizaram eleições[684] legislativas e autárquicas. Nas legislativas, a ADI sagra-se vencedora, embora com uma maioria relativa, 26 deputados, o MLSTP/PSD mantém como segunda força política, elegendo 21 deputados, o PCD conserva o seu lugar de terceira força política mais votada, todavia permanece em queda livre, sai de 11 deputados para 7 e o MDFM perde 11, tendo conseguido eleger apenas um deputado.

Nas autárquicas, a ADI vence as Câmaras Distritais de Água Grande e Mé-Zôchi e ainda elege vereadores nas outras quatro Câmaras.

Em 2011 realiza-se eleições presidenciais[685], a ADI – partido no poder – apresenta um candidato, mas não consegue elegê-lo. O candidato apresentado pelos partidos da oposição vence as eleições presidenciais. Em meados do ano 2012, os partidos de oposição apresentam na Assembleia Nacional uma Moção de Censura contra o Governo, que recusa aparecer ao Parlamento para prestar contas.

Para evitar a discussão da Moção de Censura, o Presidente da Assembleia Nacional, deputado eleito pela ADI, demite-se, alegando a falta de condições para trabalhar, incentivando o Presidente da República para dissolver a Assembleia Nacional. Sem o Presidente da Assembleia Nacional e estando ausentes dois vice-presidentes, os deputados evocam o artigo 27[686] do Regimento da Assembleia Nacional, elegem um novo Presidente da Assembleia Nacional e aprovam a Moção de Censura ao Governo da ADI.

A ADI organiza manifestação popular de apoio ao Governo e exigindo a dissolução da Assembleia Nacional. O Presidente da República não dá ouvidos

---

[684] Disponível em: http://www.oplop.uff.br/boletim/101/resultado-das-eleicoes-em-sao-tome-principe. Acesso 10 de jul de 2016.

[685] Disponível em: http://www.dn.pt/globo/cplp/interior/pinto-da-costa-ganha-eleicoes-em-sao-tome-1948041.html Acesso 10 de jul de 2016.

[686] "Artigo 27.º- Substituição". São Tomé e Príncipe. **Regimento da ANSTP** (Resolução n.º 27/VIII/2007).

as exigências da ADI e forma um Governo de iniciativa presidencial com alguns militantes do MLSTP/PSD, do PCD e do MDFM. A ADI decide boicotar as atividades parlamentares, mas passado cerca de seis meses retomam as suas atividades regressando à normalidade.

Dois anos após o derrube do Governo da ADI pelo MLSTP/PSD e PCD no Parlamento, em 2014, são realizadas as eleições gerais[687] (legislativas e autárquicas). A ADI volta a vencer as eleições legislativas, desta vez com uma maioria absoluta, 33 deputados. O MLSTP/PSD elege 16 deputados e conserva o lugar da segunda força política mais votada, situação que vem ocorrendo desde as eleições de 2006. O PCD, pelo que parece, ainda não aprendeu a lição, sempre que coliga, nas eleições seguintes perdem deputados. Desta feita, saíram de sete para cinco. O MDFM não conseguiu eleger um deputado sequer e, pela primeira vez, a União Democrática para Desenvolvimento e Cidadania (UDD) elege um deputado.

Nas autárquicas, a ADI vence em quatro das seis câmaras distritais de São Tomé, conseguindo eleger ainda o Presidente de Câmara Distrital de Lobata, somando assim cinco câmaras sob sua administração. Ficaram de fora da governação da ADI a Câmara Distrital de Caúe e o Governo Regional do Príncipe.

Como pode-se verificar, muito embora uma forte Instabilidade Político-Institucional, o Processo Democrático em São Tomé e Príncipe tem registrado alternância política e governativa. Os resultados eleitorais são aceitos, contudo, desde 1991 até 2012 nenhum Governo conseguiu terminar uma Legislatura, que é de quatro anos.

No 2016, disputam-se umas eleições presidenciais bastante renhidas. Tem a destacar nessas eleições presidenciais três candidatos: o chefe do Estado que concorria para sua própria sucessão, o candidato apresentado pela ADI, partido que governava, e a candidata do MLSTP/PSD, segunda força política na

[687] Disponível em: https://www.publico.pt/mundo/noticia/comissao-eleitoral-confirma-maioria-absoluta-da-adi-em-sao-tome-e-principe-1672907 Acesso 05 de jul de 2016; Disponível em: http://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2014/9/42/Sao-Tome-Principe-ADI-vence-eleicoes-legislativas-regionais,68903f46-56d6-4b01-b663-15df98a745a6.html Acesso 05 de jul de 2016.

Assembleia Nacional. Terminada a primeira volta, a Comissão Nacional Eleitoral anunciou que o vencedor das eleições teria sido o candidato da ADI. Todavia, horas depois, deu o dito por não dito, anunciado que haveria uma segunda volta entre os dois candidatos mais votados, porque nenhum dos candidatos haviam atingido 50% mais um dos votos para passarem logo na primeira volta.

Na segunda volta, o candidato que ficou no segundo lugar, o então chefe de Estado, desistiu, alegando irregularidades no apuramento dos resultados, tendo apresentando queixa ao Tribunal Constitucional. Outrossim, apresentou queixa ao Tribunal à candidata que ficou no terceiro lugar. O Tribunal Constitucional pronunciou sobre o assunto, alegando não constar nada do que os queixosos demandavam.

Participando sozinho, na segunda volta, o candidato da ADI vence as eleições presidenciais. A ADI, que já detinha o Poder Legislativo e a chefia do Governo, assume também a chefia do Estado, passando a ter Poder Executivo sem precisar de coabitação. Faltando, hoje, cerca de 15 meses para eleições legislativas, tudo leva a crer que, finalmente, São Tomé e Príncipe vai ter na sua história de Democracia e governação um Primeiro-Ministro e chefe de Governo que governou por uma Legislatura completa.

Acresce sublinhar que entre 1991 e 2016, 25 anos após a realização das primeiras eleições legislativas, São Tomé e Príncipe experimentou mais de 18 Primeiros-Ministros[688] e chefe de Governos, e perto de 25 remodelações governamentais.

> ÉVORA disserta que
>
> Para a implantação de uma verdadeira democracia é necessária não apenas o fim do regime autoritário, com a realização de eleições livres e democráticas, mas também a consolidação desse novo regime, situação que depende de muitos

[688] Daniel Daio (fevereiro de 1991), Norberto Costa Alegre (maio de 1992), Evaristo Carvalho (julho de 1994), Carlos Graça (novembro de 1994), Armindo Vaz d'Almeida (dezembro de 1995), Raul Bragança Neto (novembro de 1996), Guilherme Posser da Costa (janeiro de 1999), Evaristo Carvalho (setembro de 2001), Gabriel Costa (maio de 2002), Maria das Neves (setembro de 2002), Damião Vaz d'Almeida (setembro de 2004), Maria do Carmo (setembro 2005), Tomé Vera Cruz (maio de 2006), Patrice Trovoada (fevereiro de 2008), Rafael Branco (maio de 2008), Patrice Trovoada (setembro de 2010), Gabriel Costa (dezembro de 2012), Patrice Trovoada (novembro de 2014). *In*: ESPIRITO SANTO, Armindo Ceita. **Economia de São Tomé e Príncipe:** entre o regime de partido único e o multipartidarismo. Edições Colibri. Lisboa, 2008. p. 228-231.

fatores.[689]

Ora, no caso de São Tomé e Príncipe ter havido alternância política por via das eleições, os resultados têm sido aceitos sem grande contestação, tem havido alternância governamental quase que constante, pois os governos têm sido derrubados por Presidente da República ou Assembleia Nacional (Moção de Censura[690]), pelo que para consolidação democrática, falta a estabilidade governativa e político-institucional.

Pode-se dizer que a marca de Democracia em São Tomé e Príncipe tem sido a Instabilidade Político-Institucional. O conflito institucional no Poder Executivo (envolvido o Presidente da República, chefe de Estado, e o Primeiro-Ministro, chefe de Governo) fez parte do cenário político são-tomense. E no rol desse conflito, pelo menos três vezes, a Assembleia Nacional (partidos políticos nela representados) foi parte ativa.

Apesar de todas as conquistas da democratização institucional, São Tomé e Príncipe está longe de ser uma Democracia consolidada, em pleno funcionamento. O Processo Democrático continua tendo muitos sobressaltos. Deve-se melhorar os institutos jurídicos e estabelecer outras instituições democráticas que fiscalizem as ações da elite dirigente.

4.4.2.1. A CONSTITUIÇÃO[691]

A República Democrática de São Tomé e Príncipe é "um Estado de Direito Democrático, baseado nos direitos fundamentais da pessoa humana"[692] onde "o poder político pertence ao povo, que o exerce através de sufrágio

---

[689] PEREIRA, Ludemila Cardoso. **Cabo Verde: da Descolonização à Abertura Democrática**. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias Departamento de Ciência Política, Segurança e Relações Internacionais. Lisboa, 2013. p. 84.

[690] São Tomé e Príncipe. "Artigo 86.r. Votar moções de confiança e de censura ao Governo" **Constituição.** Lei n.º 7/90. Diário da República n.º13, de 20 de setembro de 1990; "Artigo 225. Podem apresentar moções de censura ao Governo sobre a execução do seu Programa ou assunto relevante de interesse nacional, um quarto dos Deputados em efetividade de funções ou qualquer grupo parlamentar." **Regimento da Assembleia Nacional**.Resolução n.º 29/VIII/2007.

[691] Publicado no www.emporiododireito.com.br/ com o título: «São Tomé e Príncipe: Constituições Políticas – da independência nacional a instauração da democracia liberal multipartidária» artigo do autor.

[692] São Tomé e Príncipe**. Constituição.** DR n.º 2, de 29 de janeiro de 2003.

universal, igual, direto e secreto nos termos da Constituição."[693]

Prima-se ainda pelos valores fundamentais da vida coletiva como a legalidade e a salvaguarda da justiça, onde a liberdade religiosa se faz presente, existindo a separação entre as ações do Estado e das Instituições religiosas.[694]

Com o estabelecimento do Estado de Direito Democrático, o cidadão ganhou o direito de tomar parte ativa na vida política e na administração do país, com envolvimento direto ou indiretamente por meio dos seus representantes. Estes últimos que são eleitos através do sufrágio que passou a ser universal, igual, direto e secreto, exercido por todos os cidadãos eleitores maiores de 18 anos.[695]

O Ordenamento Jurídico-Constitucional são-tomense institucionalizado após a consagração do Estado de Direito Democrático, preconizou uma economia mista, permitindo a coexistência da propriedade pública, cooperativa e privada, visando o desenvolvimento e a justiça social.[696]

A Constituição da República Democrática de São Tomé e Príncipe tem a sua gênese no modelo constitucional português do pós 25 de abril de 1974, e os constituintes são-tomenses procuraram traduzir nela a ruptura com o sistema colonial e incluir dispositivos normativos com ideais vincadamente socialistas.

A trajetória constitucional de São Tomé e Príncipe, como Estado independente politicamente, se inicia com a Lei Fundamental[697] aprovada pelo Bureau Político MLSTP[698]. Tratou-se de um instrumento jurídico com normas

---

[693]São Tomé e Príncipe**. Constituição**. DR n.º 2, de 29 de janeiro de 2003.
[694]São Tomé e Príncipe**. Constituição**. DR n.º 2, de 29 de janeiro de 2003.
[695]São Tomé e Príncipe**. Constituição**. DR n.º 2, de 29 de janeiro de 2003.
[696]São Tomé e Príncipe**. Constituição**. DR n.º 2, de 29 de janeiro de 2003.
[697] São Tomé e Príncipe. **Lei Fundamental.**Diário da República n.º 1, de 17 de julho de 1975.
[698]Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe, força política fundada em 1972, derivado do Comitê de Libertação de São Tomé e Príncipe, que tinha como objetivo principal lutar pela independência de São Tomé e Príncipe do colonialismo português. Tomou o poder em 1975 como partido único. Com a transição política do regime democrático socialista monopartidário para o regime democrático liberal multipartidário, realizaram-se as primeiras eleições multipartidárias em 1991, e o MLSTP, que se transformará no MLSTP/Partido Social Democrática saiu derrotado. O MLSTP/PSD venceu as eleições de 1994 (maioria relativa), 1998 (maioria absoluta), 2002 (maioria relativa). Nas duas Legislaturas (2006 e 2010) em que o MLSTP/PSD não ganhou as eleições, protagonizou queda do governo na Assembleia

constitucionais que visava assegurar a gestão corrente e transitória do Estado nos termos legais e até que fosse aprovada a primeira Constituição[699].

Para o período provisório, foram estabelecidos no artigo 1.º da Lei Fundamental os seguintes órgãos de soberania: a Assembleia Representativa, o Bureau Político do MLSTP, o Presidente da República, o Governo Provisório e os Tribunais.

Notadamente, a Lei Fundamental não estabelecia um Estado de Direito Democrático, mas preconizava a sua edificação, artigo 3.1."O Bureau Político[700], tendo recebido, através da Assembleia Representativa, os poderes soberanos do Estado, é o mais alto órgão político garantindo a independência e unidade nacionais, a construção do Estado democrático e a realização da política definida pelo MLSTP."[701]

Só se constrói algo que não existe, atendendo que este artigo reza "a construção do Estado democrático", quer dizer que quando São Tomé e Príncipe passou a ser um Estado independente, não transitou consequentemente para um Estado de Direito Democrático, apesar de ter a expressão "Democrática" no nome do país.

Outrossim, o artigo 4.º rezava que "O Presidente da República é escolhido pelo Bureau Político do MLSTP e responde perante a Nação." Ou seja, o Chefe de Estado é eleito por um grupo de indivíduos do partido (Bureau Político), mas não lhes deve explicações quanto a seus atos.

A Lei Fundamental consagrou a escolha do Presidente da República

---

Nacional, pelo que este partido manteve no poder cerca de 39 anos, apenas com ligeiros interregnos, nomeadamente 1991/1994, 2006/2008 e 2010/2012. Passou para oposição desde 2014.

699 São Tomé e Príncipe. "Parágrafo Segundo do Preâmbulo da Lei Fundamental: "Ao nascer este novo Estado livre e independente para o mundo político internacional e demorando ainda um período máximo de três meses a elaboração da sua Constituição, torna-se necessário desde já um mínimo indispensável de normas constitucionais, instrumento legal fundamental para se assegurar a legalidade e a eficiência do funcionamento dos Órgãos do Estado e da administração pública em geral durante o período provisório."*In*: **Lei Fundamental.** DR n.º 1, de 17 de julho de 1975.

700 São Tomé e Príncipe. "Bureau Político é a Comissão Política Permanente do MLSTP." *In*: **Lei Fundamental.** DR n.º 1, de 17 de julho de 1975.

701 São Tomé e Príncipe. **Lei Fundamental.**Diário da República n.º 1, de 17 de julho de 1975.

numas eleições aristocráticas[702] – eleito pelo Bureau Político –, e não democráticas – que seria eleito pelo povo. Quatro meses depois da independência, o Bureau Político do MLSTP e a Assembleia Constituinte adotaram a Constituição.

A Constituição de 1975, como ficou conhecida, apenas os capítulos têm epígrafes e as seções não foram numeradas. Possuía um total de 49 artigos divididos em 5 capítulos: I - Dos fundamentos e objetivos; II - Dos direitos, liberdades e deveres fundamentais do cidadão; III - Da organização do poder do Estado; IV - Da revisão constitucional; V - Disposições gerais e transitórias, e 5 seções que definem a composição e competências dos órgãos do Estado respectivamente Assembleia Popular, Comissão Permanente da Assembleia Popular, Chefe de Estado, Governo e Justiça.

Nenhum dos quatros parágrafos do preâmbulo[703] da Constituição deixou literalmente explícito qual regime político ou ideologia política o país adotou. No Capítulo I - Dos fundamentos e objetivos, o constituinte preconiza dispositivos normativos assinalando que São Tomé e Príncipe adota o Regime Democrático Socialista Monopartidário e de economia planificada, definindo no

---

[702] FINLEY defende que: "[...] as eleições são aristocráticas, não democráticas: elas introduzem o elemento da escolha reflexiva, da seleção das "melhores pessoas", os *aristoi*, em vez do governo por todos. [...] As decisões são tomadas pelos líderes políticos e não pelo voto popular, o qual, no máximo, tem apenas um eventual poder de veto depois da concretização do fato."*In:* FINLEY, Moses I. **Democracia Antiga e Moderna**. Edições Graal Lda, 1988. p. 32 e 48.

[703] Preâmbulo da Constituição de 1975: "Durante cinco séculos o Povo do Arquipélago de São Tomé e Príncipe viveu sob o domínio do colonialismo sendo vítima de todas as formas de opressão e de exploração.

Reagindo contra as arbitrariedades e humilhações impostas pelo dominador estrangeiro e decidido a conquistar a sua liberdade e dignidade humana, fundou em 1960 o Comitê de Libertação de São Tomé e Príncipe, mais tarde denominado Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe, como expressão da sua vontade em lutar por todos os meios ao seu alcance contra a dominação política, econômica, social e cultural instaurada no país pelo regime colonial português.

Foi essa luta intransigente dirigida pelo MLSTP, vanguarda revolucionária, do povo que forçou o Governo Português a celebrar e assinar com o MLSTP em 26 de novembro de 1974, o Acordo de Argel no qual se reconhecia o direito do povo de STP à autodeterminação e à independência e se previa a eleição de uma Assembleia Representativa com poderes de proclamar a independência e de elaborar a presente Constituição.

Conquistada a independência nacional a 12 de Julho de 1975, o Povo de São Tomé e Príncipe continua a sua marcha irreversível no caminho da revolução democrática e popular com o fim de alcançar os objetivos de caráter econômico social e cultural definidos no programa MLSTP, visando à edificação de uma sociedade isenta da exploração do homem pelo homem, a consolidação da unidade dos povos africanos e o fortalecimento da amizade e solidariedade com todos os povos do mundo."*In:* São Tomé e Principe. **Constituição.** Diário da República n.º 39, de 5 de dezembro de 1975.

artigo 1.1 que “A República Democrática de São Tomé e Príncipe é um Estado soberano, independente, unitário e democrático e tem como objetivo a total libertação do Povo das ilhas de São Tomé e Príncipe, pela construção do seu progresso econômico e pela edificação de uma sociedade nova baseada na justiça social”; para depois rezar no artigo 3.1 que “O MLSTP, como vanguarda revolucionária, é a força política dirigente da nação, cabendo-lhe determinar a orientação política do Estado” e o artigo 4.4 estipular que “É permitido, a propriedade privada, desde que a sua existência não vá contra os interesses gerais definidos pela política econômica do Estado.”

Os direitos fundamentais são tratados no Capítulo II. Apesar do artigo 9.1 prever que os cidadãos são iguais perante leis, independentemente da sua tendência política, o artigo 18.º consagra que “O Estado pune todos os atos praticados contra os objetivos do MLSTP”.

É importante observar que o cidadão são-tomense poderia ser privado do direito de votar e ser eleito (artigo 9.3), apesar da Constituição não especificar em que moldes isso poderia acontecer, nem tão pouco prevê a sua regulamentação num diploma infraconstitucional, como acontece com o direito de liberdade de expressão (artigo 13.º) que seria regulamentado por um diploma legislativo próprio.

No que tange à organização e poder do Estado (cap. III), o Presidente da República era Chefe de Estado (artigo 30.º), do Governo (artigo 35.º) e podia convocar as sessões da Assembleia Popular (artigo 21.º). Esta última competência atribuída ao Presidente da República, nem mesmo o Presidente da Assembleia Popular a possuía.

Durante a década de 80, foram efetuadas duas revisões e uma emenda à Constituição Política de 1975. A revisão constitucional de 1980[704] não apresenta artigos epigrafados, mantém as seções sem número e introduz um novo capítulo, o de iniciativa legislativa. Ela visou ultrapassar crise política que o país viveu no ano 1979[705].

---

[704] São Tomé e Príncipe. **Lei Constitucional n.º 1/80.**DR n.º 7, de 7 de fevereirode 1980.
[705] ESPIRITO SANTO assevera: "A 16 de agosto de 1979, as populações de várias localidades

Foi revista, corrigida e dada uma nova redação ao preâmbulo, tendo sido acrescentados 4 parágrafos. Foram incorporados mais 21 artigos na Constituição, com destaque para combate ao analfabetismo (artigo 6.º), promoção do emprego (artigo 8.º), garantia de saúde (artigo 9.º), fomentar educação (artigo 10.º), obrigatoriedade e gratuidade do ensino (11.º) e educação e formação de crianças e jovens no capítulo I - Dos fundamentos e objetivos.

Os órgãos distritais passaram a estar constitucionalizados (artigo 50.º à 58.º) e foi formalizado um capítulo com epígrafe “Da iniciativa legislativa”, trazendo como novidade a competência de iniciativa legislativa dos Tribunais – nas matérias de administração da justiça –, das Direções Nacionais de Organização de Massas. Outro destaque é a tipificação de traição à pátria, boatos e os atos contra a segurança do Estado como crimes constitucionais.

Passados perto de dois anos, uma nova revisão[706] é introduzida na lei maior, tendo sido dada a possibilidade de deputados questionarem os membros do governo (artigo 35.º), até então não era possível, foi constitucionalizado o órgão Conselho de Ministros (artigo 47.º), Comitê Executivo do Conselho de Ministros (artigo 48.º e 49.º) e a responsabilização dos dirigentes dos organismos da administração (artigo 50.º).

A emenda constitucional[707] à Constituição de 1975, ocorre depois de São Tomé e Príncipe ter vivenciado uma crise socioeconômica[708] e política[709]. Um dos parágrafos do preâmbulo diz “Considerando, entretanto, a conveniência de se proceder à reformulação imediata de algumas normas do Capítulo III da Constituição sobre a Organização do Poder do Estado”.

---

de São Tomé revoltaram-se contra as estruturas do poder, recusando-se a participar no recenseamento geral da população. Miguel Trovoada [então Primeiro-Ministro] foi acusado improcedentemente por vários intervenientes de ter liderado a insurreição contra o censo, na reunião extraordinária do Conselho Coordenador alargado do MLSTP, que teve lugar de 20 a 28 de setembro de 1979." *In*: ESPIRITO SANTO, Carlos. **A Primeira República.** Vol. 2. Edições Colibri. Lisboa, 2015. p. 29.

[706] São Tomé e Príncipe. **Lei Constitucional n.º 2/82.**DR n.º 35, de 31 de dezembro de 1980.

[707] São Tomé e Príncipe. **Lei de Emenda Constitucional n.º 1/87.** DR n.º 13, 4.º Suplemento de 31 de dezembro de 1987.

[708]Grave crise econômica nos anos de 1983 a 1985 com baixa de preços do cacau ao nível internacional. Principal produto de exportação de STP.

[709] ESPIRITO SANTO, Carlos. **A Primeira República.** Vol. 2. Edições Colibri. Lisboa, 2015. p. 141.

Tratou-se de uma emenda específica ao capítulo terceiro, reduz o poder do Presidente da República no governo, criando a figura do Primeiro-Ministro como chefe do Governo (artigo 48.2), mas mantém o Presidente da República com a competência de presidir o Conselho de Ministros conforme o artigo 42 alínea i).

Os artigos 48.º até 50.º foram modificados no sentido de responder a emenda feita, com a constitucionalização da figura do Primeiro-Ministro.

Depois das alterações constitucionais protagonizadas ao nível institucional no ano de 1987, as autoridades fomentaram uma série de conferências visando promover a abertura e mudança do Regime Democrático Socialista Monopartidário para o Regime Democrático Liberal Multipartidário e com uma economia de mercado[710].

Assim, em 1990, uma nova Constituição é submetida ao referendo. Foi a primeira e única vez, na existência do Estado/Nação são-tomense, que o cidadão eleitor participou num referendo. Em termos de estrutura formal, pela primeira vez, a Constituição vem apresentada com os artigos epigrafados e as seções enumeradas.

Além da abertura política, o fim do partido único e a liberalização da economia, destaca-se na Constituição Parte II - Dos direitos fundamentais e ordem social, com os títulos I - Princípios gerais, II - Direito Pessoal, III -Direitos sociais, ordem econômica e cultural, e IV - Direitos e deveres cívico-político.

Essa Constituição dá uma atenção especial à ilha do Príncipe elevando-a à categoria de autarquia especial (artigo 116.º), os tribunais passam a poder fiscalizar a constitucionalidade das leis (artigo 111.º), passa a existir a obrigatoriedade de cidadãos contribuírem nas despesas do país através dos

[710]Parágrafo quarto da Constituição Política de 1990: “Quinze anos depois e após análise aprofundada da experiência de exercícios legítimo do poder pelo MLSTP, o Comitê Central na sua sessão de Dezembro de 1989, fiel ao dever patriótico de promover o desenvolvimento equilibrado e harmonioso de São Tomé e Príncipe, decidiu ratificar as justas aspirações nacionais, expressas durante a Conferência Nacional, de 5 a 8 de Dezembro de 1989, no sentido da abertura do necessário espaço à participação de outras forças politicamente organizadas, com vista ao aprofundamento de democracia, em prol da modernidade em São Tomé e Príncipe." *In*: São Tomé e Príncipe. **Constituição.** Lei n.º 7/90. Diário da República n.º 13, de 20 de setembro de 1990.

impostos (artigo 64.º).

Mantêm-se os órgãos de soberania (Presidente da República, Assembleia Nacional, Governo e os Tribunais) fruto da revisão de 1987, reforçam-se os poderes do Presidente da República, que passa a "presidir o Conselho de Ministros sempre que entender"[711], consagra-se um Regime Democrático Liberal Multipartidário com um Governo Semipresidencialista.

No domínio econômico, suprimi-se o artigo 5.º "o Estado é o elemento preponderante e dinamizador da economia nacional para consagrá-lo como regulador, em que o Estado fiscaliza o respeito da lei pelas empresas privadas e protege as pequenas e médias empresas econômicas e socialmente viáveis." O Estado passa a desempenhar um papel regulador e incentivador na economia, menos interventivo e é garantido o direito à propriedade privada a todos os cidadãos.

O Governo Semipresidencialista estipulado na Constituição de 1990 introduziu a Instabilidade Político-Institucional entre Presidente da República e o Primeiro-Ministro. Obrigava esses dois autores políticos a terem de coabitar.

A impossibilidade de coabitação[712] fez com que o país vivesse num clima de permanente Instabilidade Político-Institucional, uma vez que o Poder Executivo era partilhado pelo Presidente da República e Primeiro-Ministro, tendo o primeiro com a prerrogativa de presidir o Conselho de Ministros quando bem entendesse e exonerar o segundo.

A Constituição de 1990 foi considerada de ter dispositivos constitucionais de difícil interpretação que potenciava conflitos, o que levou a

---

[711] "Artigo 76.i. Presidir o Conselho de Ministros sempre que o entenda" *In*: São Tomé e Príncipe. **Constituição**. Diário da República n.º13, de 20 de setembro de 1990.

[712] SEIBERT esclarece que: "[...] a coabitação entre um primeiro-ministro que era chefe de governo e um presidente com competências governamentais nas áreas da política externa e da defesa potenciou uma série de conflitos entre os órgãos de soberania que frequentemente resultaram na paralisação da ação do executivo. Na realidade, muitas vezes, a atuação governamental do presidente não foi complementar, mas sim competitiva, em relação ao governo e, por isso, contestada por este. Segundo o governo, o presidente não se limitava a ser árbitro de conflitos, antes fazia parte dos conflitos." *In*: SEIBERT, Gerhard. Instabilidade política e revisão constitucional: semipresidencialismo em São Tomé e Principe. *In*: LOBO, Marina Costa e NETO, Octávio Amorim (org.). **O Semipresidencialismo nos Países de Língua Portuguesa.** Imprensa de Ciências Sociais. Lisboa, 2009. p. 208.

Assembleia Nacional a proceder a sua revisão, no intuito de

> "reconfigurar o sistema constitucional são-tomense, numa perspectiva de aprofundamento e consolidação do regime democrático instaurado, salvaguardando o sistema semi-presidencialista de Governo, mas clarificando-o, expurgando dele, tanto quanto possível, as normas mais conflituosas, e definindo com maior rigor os contornos dos poderes dos diversos órgãos de soberania [...] definição mais clara do princípio da separação e interdependência dos poderes dos diversos órgãos de soberania"[713].

A Constituição, fruto da revisão de 2003, consagra um Sistema de Governo Semiparlamentar.

4.4.2.2. O SISTEMA DE GOVERNO

O Sistema de Governo vigente em STP, como ficou expresso no item anterior, é um Governo Semiparlamentar, em que o Executivo é partilhado entre o Primeiro-Ministro, que chefia o Governo, e o Presidente da República, que chefia o Estado.

No Semiparlamentarismo, o parlamento ou as assembleias representativas gozam de uma influência bastante determinante na governação, pois a duração do governo, bem como a aplicação das suas políticas, depende da maioria que o partido ou coligação no poder possui neste órgão. E em São Tomé e Príncipe não tem sido diferente, sobretudo, depois da revisão constitucional ocorrida no ano 2003.

Todavia, até que São Tomé e Príncipe chegasse ao Governo Semiparlamentarista que hoje vigora, o país experimentou nos primeiros anos da independência o Governo Presidencialista e Semipresidencialista. Deve-se ressaltar, contudo, que apesar de durante os primeiros cinco anos pós-independência ter existido de fato um Primeiro-Ministro, o Ordenamento Jurídico-Constitucional não suportava tal realidade.

Daí que, o médico e político são-tomense, GRAÇA, que desempenhou vários cargos ministeriais no período de partido único e exerceu as funções de Primeiro-Ministro no regime pluralista, assevera que “O primeiro Governo da nova República era encabeçado pelo Presidente da República,

---

[713] São Tomé e Príncipe. **Lei de Revisão Constitucional de 2003**. DR n.º 2, de 29 de janeiro de 2003.

chefe de Estado e chefe do Governo (regime presidencialista de Partido único) [...]."[714]

Situação que prevaleceu até que, em finais da década 80, em virtude de uma emenda constitucional, o país adota o Governo Semipresidencialista, consagrando constitucionalmente a figura do primeiro-ministro.

Entretanto, quando o país adota o Regime Democrático Liberal Multipartidário nos anos 90, a cultura política do país estava cristalizada em torno do Governo Presidencialista.

Apesar de se ter vivido certo período de Semipresidencialismo, porque se estava no Regime Democrático Socialista Monopartidário, em que o líder do partido único era o chefe, não obstante a existência da figura do Primeiro-Ministro entre 1975-1979 (de fato) e 1987-1990 (de fato e de direito), quem chefiava o Estado e o governo era o Presidente da República.

HABERMAS bem ensina que "A cultura política de um país cristaliza-se em torno da Constituição em vigor."[715] No caso de São Tomé e Príncipe, não foi cristalizada tão-somente em torno da "Constituição", mas inclusive do "Sistema de Governo em vigor", pelo que a elite política preservou princípios presidenciais na Constituição referendada em 1990.

Assim, o Sistema de Governo previsto e adotado pela Constituição Política de 1990 foi o Sistema de Governo Semipresidencial, em que o Primeiro-Ministro chefiava o Governo, todavia com uma dinâmica presidencialista.[716]

Devido a essa dinâmica presidencialista na governação, foram

---

[714]GRAÇA, Carlos. **Memórias Políticas de um Nacionalista Santomense *Sui Generis*.** União Nacional dos Escritores e Artistas Santomenses. 1.ª edição, Lisboa, 2011. p. 96.

[715]HABERMAS, Jürgen. O Estado nacional tem futuro? *In* HABERMAS, Jürgen. **A inclusão do outro –** estudos de teoria política. Tradução de George Sperber, Paulo AstorSoethe e Milton Camargo Mota. 2.ed. São Paulo: Loyola, 2004. p. 141. Título original: *Die Einbeziehung dês Anderen – Studienzurpolitischen Theorie*.

[716] LOBO enfatiza: "A dinâmica presidencialista: o presidente controla de tal maneira o poder executivo – o que significa a redução do premier à condição de mero chefe do estado-maior do presidente – que o regime, na prática, funciona como um sistema presidencialista puro."*In*:LOBO, Marina Costa e NETO, Octávio Amorim. Um modelo lusófono de semipresidencialismo? LOBO, Marina Costa e NETO, Octávio Amorim (organizadores). **O Semipresidencialismo nos Países de Língua Portuguesa.** Imprensa de Ciências Sociais. Lisboa, 2009. p. 273.

surgindo conflitos entre os dois órgãos que partilham o Executivo (PR e PM) e como tem-se vindo a assinalar nesta pesquisa, passou a ser uma constante a Instabilidade Político-Institucional.

No início do século XXI, no ano 2003, procedeu-se a uma alteração novamente do Sistema de Governo desta feita do Semipresidencialismo para o Semiparlamentarismo.

4.4.2.3. O SISTEMA ELEITORAL E O SISTEMA DE PARTIDOS

Quando São Tomé e Príncipe conquistou a independência em 1975, a força política que tomou poder nas mãos do governo colonial português foi o MLSTP. Conforme tem se vindo a referir nesta pesquisa, esse partido impôs o Regime Democrático Socialista Monopartidário, ou seja, o governo de partido único.

O artigo 3.1 da Constituição Política de 1975 deixava muito bem claro a partidarização do Estado, quando definia que "O MLSTP, como vanguarda revolucionária, é a força política do Estado". Nesse sentido, a intervenção do MLSTP atravessou todos os poderes de Estado, inclusive o judiciário. Reza o artigo 41.2 dessa Constituição que "Os membros do Tribunal Supremo são nomeados pela Assembleia Popular sob proposta do MLSTP."

Todos os membros do Bureau Político do MLSTP eram deputados da Nação e qualquer cidadão só seria eleito ao cargo de Chefe de Estado se o MLSTP submetesse o nome para ser votado na Assembleia Popular.[717]

No que tange à participação política dos cidadãos, o artigo 9.3. reza que "Todos os cidadãos da República Democrática de São Tomé e Príncipe, maiores de 18 anos, têm o direito de votar e de serem eleitos, com exceção dos legalmente privados destes direito.", mas não regulamenta a forma em que participação seria efetuada.

A sua regulamentação foi feita pela Lei n.º 2/80 - Lei Eleitoral[718] -,

[717] São Tomé e Príncipe**. Constituição**. DR n.º 39, de 15 de dezembro de 1975.
[718]São Tomé e Príncipe. **Lei Eleitoral.**Diário da República n.º 7, de 7 de fevereiro de 1980.

estipulando no seu artigo 2. "Todos os cidadãos são-tomenses, homens e mulheres, incluindo os membros das instituições armadas, que tenham completado 18 anos de idade têm direito a votar nas eleições de Delegado às Assembleias Distritais."

No fundo, os cidadãos participavam numas eleições indiretas, pois escolhiam o Delegado às Assembleias Distritais que por sua vez elegiam os Delegados à Assembleia Popular. Por último, cabia-lhe, órgão do poder político representativo, eleger o Presidente da República, os membros do governo e os juízes, dentre outros, sempre sob proposta do MLSTP.

O artigo 4 da Lei Constitucional de 1982[719], reforça os poderes do partido no poder. A partir desse artigo, constata-se que além de todo os órgãos políticos (Executivo e Legislativo) e jurisdicional (Tribunais) estarem vinculados ao MLSTP, passou a estar consagrado constitucionalmente que o partido era o "fiel intérprete das legítimas aspirações do povo".

O "fiel intérprete das legítimas aspirações" do são-tomense no Regime Democrático Socialista Monopartidário preconizou no artigo 15.1. da Constituição que "Todos os cidadãos são iguais perante a lei, sem distinção de origem social, raça, sexo, tendências políticas filosóficas ou confissões religiosas e gozam dos mesmos direitos e estão sujeitos ao mesmo deveres", para depois no artigo 24.2. dizer que "O Estado pune todos os atos: traição, subversão, sabotagem e, em geral, os atos praticados contra os objetivos do MLSTP e contra a ordem popular revolucionária."

Apresenta-se desde logo uma grande ambiguidade, uma vez que os cidadãos não poderiam ser descriminados em virtude de suas "tendências políticas filosóficas" mas poderiam ser punidos pelo Estado, caso praticasse ato que fosse considerado contra os objetivos do MLSTP, uma força política.

---

[719] São Tomé e Príncipe. "Artigo 4. 1. A força política dirigente da sociedade e do Estado é o MLSTP, cabendo-lhe determinar a orientação política do Estado. 2. O MLSTP, fiel intérprete das legítimas aspirações do Povo, determina a perspectiva geral do desenvolvimento da sociedade, a linha política interna e externa da República Democrática de São Tomé e Príncipe e dirige a atividade criadora das massas trabalhadoras e imprime um carácter planificado à sua luta pelo progresso e justiça social." *In*: São Tomé e Príncipe. **Lei Constitucional n.º 1/80**. Diário da República n.º 7, de 7 de fevereiro de 1980.

Só quando o país se torna num Estado de Direito Democrático, promove-se o respeito pelos direitos fundamentais, muitos deles consagrados na Constituição desde 1975, mas que o regime de partido único nunca permitiu a sua aplicabilidade.

Iniciando o Processo Democrático o país elegeu como um dos objetivos primordiais a promoção e garantia da democratização, realizável através de uma participação séria e ativa dos cidadãos na vida política e pública, por meio do sufrágio universal, direto, secreto, igual, bem como a liberdade de associação que concede aos mesmos a possibilidade de constituirem e participarem nas organizações políticas.

Assim, a partir de 1990 com a democratização do país, os legisladores aprovaram vários diplomas legislativos a saber: Lei do Direito de Sufrágio e do Recenseamento Eleitoral (Lei n.º 2/90), Lei Eleitoral (Lei n.º 11/90), Lei das Comissões Eleitorais (Lei n.º 12/90), Fixa data da realização das eleições presidenciais e legislativas (Lei n.º 3/91), Lei quadro das Autarquias Locais (Lei n.º 11/92), Lei da Autarquia Especial Região do Príncipe (Lei n.º 4/94) e Lei de Financiamento dos Partidos Políticos e das Campanhas Eleitorais (Lei n.º 9/04) que regulamentaram os dispositivos constitucionais previstos no artigo 62[720] da Constituição de 1990.

Contrariamente aos outros Estados Africanos, inclusive a Cabo Verde, São Tomé e Príncipe ainda não tem um código eleitoral, mas sim um conjunto de leis avulsas que regulamentam o Sistema Eleitoral. A falta de regulamentação das questões eleitorais num só diploma, por exemplo, faz com que todos os anos antes das eleições a Assembleia Nacional aprove altareção à Lei Eleitoral.

De se recordar, que todo o conjunto dos diplomas legislativos que compõem o Sistema Eleitoral são-tomense foram aprovados ainda no período do Regime Democrático Socialista Monopartidário, embora já se previa uma abertura política com a consequente mudança do Regime, estes instrumentos

[720] São Tomé e Príncipe. "Artigo 62. Organizações políticas.1. Todo o cidadão pode constituir ou participar em organizações políticas reconhecidas por lei que enquadram a participação livre e plural dos cidadãos na vida política. 2. Lei especial regulará a formação dos Partidos Políticos." **Constituição**. Diário da República n.º13, de 20 de Setembro de 1990.

juridícos estão carregados de regras e normas do anterior regime.

A entrada em vigor dos diplomas, deu lugar ao surgimento de várias forças políticas que foram se organizando, seguindo um dos preceitos legais em que cada partido precisaria recolher 250 assinaturas para ser reconhecido pelo Tribunal Supremo.

Assim, o MLSTP, partido único, promove um congresso que o converte em MLSTP/PSD, preparando desta forma para o multipartidarismo. O Grupo de Reflexão[721] se organiza e transforma no Partido de Convergência Democrática - Grupo de Reflexão. Registram-se ainda, antes das primeiras eleições, a Coligação de Oposição Democrática (CODO) e a Frente Democrática Cristã e Defesa Tlabadô. Quando se realizam as primeiras eleições legislativas em São Tomé e Príncipe, apenas estes partidos concorreram.

O Ordenamento Jurídico-Constitucional são-tomense permite que, além de partidos políticos, grupos organizados, ou seja, associação de cidadãos, podem apresentar candidatos independentes às eleições legislativas e autárquicas, semelhantes às apresentadas pelos partidos políticos.

O Sistema Eleitoral são-tomense quebra o paradigma de que na Democracia representativa apenas os partidos políticos têm a exclusividade de apresentar candidatos às assembleias representativas.

Outrossim, no Sistema Eleitoral são-tomense não há uma claúsula travão de conversão dos votos em mandatos. O legislador demonstrou preocupação com o ter uma assembleia muito bem representativa, pelo que estabeleceu a obrigatoriedade dos círculos eleitorais, que coincidem com os distritos, elegerem obrigatoriamente no mínimo cinco deputados.

Cerca de 14 anos depois de São Tomé e Príncipe ter realizado as primeiras eleições legislativas, a Assembleia Nacional aprova a Lei de Financiamento dos Partidos Políticos e das Campanhas Eleitorais que, segundo

[721] Tratava-se um conjunto de jovens quadros, licenciados, que reuniam para analisar e debater a situação nacional e internacional em que o mundo vivia.

alguns parágrafos do preâmbulo

> [...] A consolidação do regime democrático em São Tomé e Príncipe passa também pelo reforço das instituições democráticas, dos partidos políticos e da responsabilização cada vez maior dos cidadãos no exercício pleno dos seus direitos e deveres consagrados na Constituição.
>
> O exercício da cidadania deve ser assegurado a todos os cidadãos de forma igualitária, sobretudo nos atos eleitorais.
>
> [...]Daí a necessidade de o Estado, através de uma lei, assumir o seu verdadeiro papel, regulamentando o sistema de financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais, de modo a atribuir-lhe um maior rigor, transparência e igualdade de oportunidades.[722]

Pretendia o legislador são-tomense pôr cobro ao financiamento desregular dos partidos políticos no período das campanhas eleitorais por indivíduos, empresas, organizações ou países terceiros.

Acontece que no Sistema Eleitoral são-tomense está institucionalizado, mas não regulamentado, um fenômeno bastante inquientante que se denomina de “banho”[723] e a pretensão do legislador com a regulamentação desse diploma foi pôr fim ao mesmo.

Ainda assim, os interesses pessoais têm sobreposto, de tal maneira, aos interesses coletivos, foi-se verificando um crescimento exponencial no que concerne a partidos políticos. A cada eleição legislativa, surge uma nova força política, tendo o país atingido o ápice de 14 partidos políticos[724] numa população eleitora de 91167[725].

São Tomé e Príncipe passou a vivenciar aquilo que SARTORI[726] classifica de "sistema *partidário* de elevada fragmentação, com mais de cinco

---

[722] São Tomé e Príncipe. **Lei de Financiamento de Partidos Políticos e Campanha Eleitoral**. Diário da República do ano 2004.

[723] O candidato ou os membros do partido oferece quantias monetárias e bens materiais para que o cidadão eleitor possa votar em si ou no seu partido. Disponível em: http://m.redeangola.info/em-sao-tome-e-principe-ainda-ha-pessoas-que-votam-pelo-banho/ Acesso 9 de out 2017; http://www.telanon.info/sociedade/2011/09/19/8513/o-fenomeno-%E2%80%9Cbanho%E2%80%9D-como-instrumento-alternativo-de-acesso-aos-votos-dos-eleitores-as-caso-s-tome-e-principe/ Acesso 9 de out 2017.

[724] MLSTP/PSD, PCD-GR, ADI, MDFM/PL, UDD, PND, PPP, PTS, Plataforma Democrática, PRD, CODO, Novo Rumo, UMPP, PRS.

[725] Disponível em: https://www.dn.pt/lusa/interior/mais-de-91-mil-eleitores-recenceados-em-sao-tome-e-principe---cen-8509368.html Acesso 17 de jul 2017.

[726]BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. Tradução de Carmen C. Varriale et al. Brasília: editora Universidade de Brasília, 11.ed. 1998. Título original: Dizionario di politica. p. 1171.

partidos que apresentam uma competição centrífuga", num multipartidarismo extremo e polarizado.

Enquanto que DUVERGER[727]considera que nos países onde têm diversos partidos políticos com uma imensa diversidade de opiniões, mas que são instáveis, efêmeros, fluídos, neles, as forças políticas não correspondem à verdadeira noção de multipartidarismo, mas sim está situado na pré-história dos partidos. Em termos de multipartidarismo deve ser considerado que está em uma fase de evolução geral em que a distinção de bipartidismo e multipartidismo ainda não é aplicada, porque ainda não existem partidos verdadeiramente. Esta parece ser a realidade são-tomense, no que tange aos partidos políticos.

Segundo a Lei n.º 11/90[728] são-tomense, para a eleição do Presidente da República adota-se a fórmula majoritária, em que o mandato é atribuído ao candidato que obtiver no primeiro escrutínio a maioria absoluta dos sufrágios. Caso nenhum candidato obtenha maioria absoluta na primeira volta, um segundo escrutínio é realizado apenas com os dois candidatos que obtiveram os melhores resultados, vencendo assim o que tiver maioria absoluta.

As eleições legislativas realizadas em São Tomé e Príncipe obedecem ao princípio proporcional de apuramento de resultados eleitorais, conforme preconiza a Lei Eleitoral. Para a conversão de votos em mandatos, usa-se a média mais alta de d'Hondt.

4.4.2.4. O SISTEMA JUDICIÁRIO

A Constituição de 2003 estabelece que o cidadão são-tomense tem direito de recorrer aos tribunais para salvaguardar os seus direitos e que a justiça não lhe pode ser denegada por insuficiência de meios econômicos (artigo 20.º).

O Sistema Judiciário de São Tomé e Príncipe está consagrado na Constituição (artigos 120.º e 134.º), Estatuto dos Magistrados do Ministério

---

[727] DUVERGER, Maurice. Los Partidos Políticos. Traducción Julieta Campos, Enrique González Pedrero. Vigesimosegunda reimpresión. Sección de Obras de Política y Derecho. Fondo de Cultura Económica. México, D. F. 2012. Título original. Les Partis politiques. p. 256.

[728] São Tomé e Príncipe. **Lei Eleitoral.** Dário da República de 26 de novembro de 1990.

Público (Lei n.º 13/08)[729], Estatuto dos Magistrados Judiciais (Lei n.º 14/08)[730], Lei Orgânica do Tribunal de Conta (Lei n.º 3/99)[731], Lei base do Sistema Judiciário (Lei n.º 7/10)[732] e vários outros institutos jurídicos.

Embasado no conjunto de diplomas que regulamentam no Ordenamento Jurídico-Constitucional e no Sistema Judiciário são-tomense, verifica-se que neste Estado de Direito Constitucional os tribunais são órgãos de soberania, cabendo-lhes administrar a justiça em nome do povo, defender seus direitos e interesses conforme os instrumentos legais em vigor.

Consagrado constitucionalmente como um orgão de soberania, os tribunais são-tomenses são independentes, gozam de autonomia administrativa e financeira; os juízes são vitalícios e nas suas ações de julgamento, só devem obediência à Constituição; as leis e sua consciência são inamóveis, não podem ser responsabilizados pela sua decisão, não estão sujeitos a ordens ou instruções, salvo no que respeita às decisões emanadas pelos Tribunais Superiores por via de recurso.

São Tomé e Príncipe compõe-se de três regiões judiciais: Região de Água Grande, que inclui além do Distrito de Água Grande, os Distritos de Mé-Zóchi, Lobata, Cantagalo e Caué; Região de Lembá e a Região Autônoma do Príncipe. Fazem parte do Sistema Judiciário os seguintes tribunais: Supremo Tribunal de Justiça, Tribunal Constitucional, Tribunal de Contas e Tribunal da Primeira Instância.

O Ordenamento Jurídico-Constitucional do Estado são-tomense prevê que podem ser criados tribunais de competência especializada a saber: de instrução criminal, de família e menores, do trabalho, de comércio marítimos e de execução das penas.

---

[729] São Tomé e Príncipe. **Estatuto dos Magistrados do Ministério Público.** Diário da República n.º 64 de 7 de novembro de 2008.
[730] São Tomé e Príncipe. **Estatuto dos Magistrados Judiciais.** Diário da República n.º 65 de 10 de novembro de 2008.
[731] São Tomé e Príncipe. **Lei Orgânica do Tribunal de Contas.** Diário da República n.º 7 de 20 de agosto de 1999.
[732] São Tomé e Príncipe. **Lei base do Sistema Judiciário.** Diário da República n.º 53 de 6 de agosto de 2010.

Paralelamente ao Tribunal de Primeira Instância também existe no Ordenamento Jurídico-Constitucional são-tomense uma Justiça Militar, representada por um Tribunal Militar que funciona de forma autônoma e independente dos órgãos da justiça comum. Pode-se referir ainda, como integrantes do Sistema Judiciário de São Tomé e Príncipe, os tribunais fiscais.

Na hierarquia dos tribunais judidicais, tem-se o Supremo Tribunal de Justiça que acumula também competência do Tribunal Constitucional. Cabe ao Supremo Tribunal de Justiça entender apenas de matéria de direito. Este Tribunal é constituído por oito juízes, distribuídos por duas seções, sendo que um deles exerce a função do Juiz Inspector e o outro a de Presidente do Supremo Tribunal de Justiça.

Não obstante, estar previsto na Constituição de 2003 que uma lei própria deveria regulamentar a instalação de um Tribunal Constitucional, atualmente o Sistema Judiciário são-tomense não tem essa instituição.

A instalação do Tribunal Constitucional em São Tomé e Príncipe não tem sido pacífica, o que tem dificultado a sua instalação. Em finais do ano 2007, a Assembleia Nacional aprovou vários diplomas que visavam a instalação desse órgão: Orgânica do Tribunal Constitucional (Proposta de Lei n.º 9/VIII/06), Custas do Tribunal Constitucional (Proposta de Lei n.º 10/VIII/06), Secretaria do Tribunal Constitucional (Proposta de Lei n.º 14/VIII/06) – Alteração a Lei Base do Sistema Judiciário (Proposta de Lei n.º16/VIII/06)[733].

Todavia, depois de ser aprovado e enviado ao Presidente da República para promulgação, este não cumpriu com o dispositivo constitucional que o obriga a promulgar a lei no prazo de 15 dias (alínea e) do artigo 80.º e artigo 83.º)[734]nem tão pouco os parlamentares reapreciaram o diploma conforme manda a Constituição. E faltando dias para terminar a VIII Legislatura, inclusive com data das eleições legislativas já marcadas, o Presidente da República vetou o diploma, justificando que o país não reunia condições financeiras para arcar

[733] São Tomé e Príncipe. Diário da Assembleia Nacional n.º 4, II Série, 21 de novembro de 2007, VIII Legislatura, 4.ª Sessão Legislativa.
[734] São Tomé e Príncipe. **Constituição.**DR n.º 2, de 29 de janeiro de 2003.

com os custos da instalação de mais um tribunal.

No ano 2017, na X Legislatura, o diploma está em discussão na Assembleia Nacional e desta feita os partidos de oposição não apoiam a sua aprovação, justificando que existem questões mais pertinentes para serem resolvidas em vez de instalação de um Tribunal Constitucional, que irá ser demasiado oneroso para o erário público.

Posto tais demandas entre políticos de parte, o Sistema Judiciário são-tomense, nos termos constitucionais, conta com um Tribunal Constitucional que é exercido por acumulação pelo Supremo Tribunal de Justiça.

Deveriam compor o Tribunal Constitucional cinco juízes, designados pela Assembleia Nacional, sendo que três deles são obrigatoriamente escolhidos dentre magistrados. Os membros do Tribunal Constitucional têm um mandato de cinco anos e o seu Presidente é eleito entre os seus pares. Compete a este Tribunal administrar a justiça em matérias de natureza jurídico-constitucional, apreciar a inconstitucionalidade e a ilegalidade, verificar a impossibilidade física permanente e os impedimentos temporários do exercício da função do Presidente da República, julgar a regularidade e a validade dos atos do processo eleitoral, verificar a legalidade da constituição de partidos políticos e coligações, dentre outras competências consagradas constitucionalmente.

Com competência de controlar e julgar de forma independente as legalidades das receitas e despesas públicas, o Sistema Judiciário de São Tomé e Príncipe tem o Tribunal de Contas. Integra esse tribunal financeiro três juízes, sendo um deles o seu Presidente.

Os Tribunais Judiciais de Primeira Instância podem ser de competência especializada e de competência específica. Enquanto os tribunais de competência especializada se ocupam de determinadas matérias, não importando a forma do processo aplicável, por um lado, por outro, os tribunais de competência específica tratam de assuntos estabelecidos pela espécie de ação ou pela forma de processo aplicável.

O Conselho Superior de Magistrados Judiciais, o Conselho Superior

de Magistrados do Ministério Público, o Ministério Público e a Procuradoria-Geral da República são ainda alguns órgãos que intervêm no dia a dia da justiça são-tomense, fazendo parte do Sistema Judiciário e são nesses órgãos que se verifica a interdependência dos poderes. Pois, a nomeação do Procurador-Geral da República que dirige o Ministério Público é feita pelo Presidente da República sob proposta do Governo.

Além disso, o Presidente da República, a Assembleia Nacional e o Governo indicam membros para comporem o Conselho Superior de Magistrados Judiciais e Magistrados do Ministério Público.

O Conselho Superior de Magistrados Judiciais é um órgão superior e privativo de gestão e disciplina da magistratura judicial, tem mandato de quatro anos, não renovável, consecutivamente, e exerce também jurisdição disciplinar sobre os funcionários judiciais. Tal Conselho é presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal de Justiça e fazem parte dele dois juízes (um juiz conselheiro e outro juíz de direito) eleitos pelos seus pares e dois juristas (um designado pelo Presidente da República e outro eleito pela Assembleia Nacional).

O Conselho Superior de Ministério Público compõe-se de cinco membros a saber: o Procurador-Geral da República que o preside, um Procurador da República e um Procurador da República adjunto, ambos eleitos entre os seus pares, e dois membros (sendo que um é designado pela Assembleia Nacional e outro pelo Governo).

O Ministério Público é o órgão que representa o Estado nos tribunais, tem autonomia administrativa e financeira e é dirigido pelo Procurador-Geral da República. Exerce a ação penal, defende a legalidade democrática e os interesses que a lei prescrever, bem como participa na execução da política criminal definida pelo Estado são-tomense.

Compete ao Ministério Público promover a execução das decisões dos tribunais, dirigir a investigação criminal, promover e realizar ações de prevenção criminal, suscitar a inconstitucionalidade dos atos normativos, fiscalizar a atividade processual dos órgãos de policia criminal, dentre outras conferidas por lei.

Por fim, tem-se a Procuradoria-Geral da República que é o órgão superior do Ministério Público. Fazem parte deste órgão o Procurador-Geral da República, o Procurador-Geral Adjunto, o Conselho Superior do Ministério Público, o Gabinete de Assessoria Jurídica e Auditoria e a Secretaria-Geral.

4.4.3. SEYCHELLES: O REGIME DEMOCRÁTICO LIBERAL

As Seychelles enveredaram pelo Regime Democrático Liberal Multipartidário cerca de um ano depois das duas ilhas do Atlântico. O período de transição compreendeu a escolha de uma comissão encarregada de redigir uma nova Constituição bem como a organização das eleições gerais.

Antes das primeiras eleições multipartidárias[735] que tiveram lugar em 26 de julho 1993 e que foram ganhas pela SPPF, partido no poder, o país sufragou por referendo a nova Constituição aprovada com 73,6%.[736] A nova Constituição apresentou pouca diferença com a que vigorava anteriormente.

Participaram nas eleições três formações políticas: SPPF de France Albert René - partido no poder -, SDP de James Macham - antigo Chefe de Estado e NAP de Philipe Boullé, que obtiveram respectivamente 28, 4 e 1 mandatos na Assembleia Nacional.[737] O SDP passou a ser o principal partido político de oposição.

Tendo as eleições sido ganhas pelo SPPF, que governava, e pelo seu candidato presidencial, que chefiava o Estado e o Governo, poucas mudanças foram efetuadas no Ordenamento Jurídico-Constitucional, tendo mantido o Sistema de Governo Presidencial, inclusive todos os símbolos do país.

Faltando dois anos para eleições gerais, em 1996, a SPPF propõe e

---

[735]Disponível: https://es.wikipedia.org/wiki/Historia_de_Seychelles Acesso 05 de jul de 2016; CARPIN, Sarah. **Seychelles: Joyau né de l'Océan.**5.ed. Editions OLIZANE. Genève, 2010. p. 44.

[736]CARPIN, Sarah. **Seychelles: Joyau né de l'Océan.**5.ed. Editions OLIZANE. Genève, 2010. p. 44; GUÉBOURG, Jean-Louis. **Les Seychelles.** Éditions Karthala. Paris, 2004. p.97.

[737]GUÉBOURG, Jean-Louis. **Les Seychelles.** Éditions Karthala. Paris, 2004. p. 97.

aprova uma revisão constitucional, criando a figura do Vice-Presidente da República atribuindo-lhe dentre outras funções, essencialmente a competência na área financeira.[738]

As eleições presidenciais decorrem de cinco em cinco anos, podendo haver uma segunda volta, se não houver um vencedor na primeira volta. As eleições legislativas são realizadas a cada cinco anos, para Assembleia Nacional composta por 34 deputados, sendo 25 eleitos por maioria simples e os restantes nove eleitos por representação proporcional.

Quando as Seychelles realizam em 1998 as segundas eleições gerais pluralistas, elas voltam a ser ganhas pelo SPPF, que elege 30 deputados, a SDP cai para terceiro lugar na Assembleia Nacional, elegendo apenas um deputado, sendo ultrapassada por uma nova força política, o *Parti National Seselwa* (SNP) de Wavel Ramkalawan, antes Partido da Oposição Unido, que elege três deputados.[739]

Quando o Presidente da República decide antecipar as eleições presidenciais para 2001, a SPPF detinha a chefia do Estado e do Governo, dispunha de uma maioria qualificada na Assembleia Nacional e administrava todos os distritos inclusive a capital Vitoria.

Consideradas como terceiras eleições democráticas nos termos da Constituição referendada em 1993, na realidade seria a sexta eleição presidencial depois de 1979, o candidato presidencial do SPPF France Albert René venceu com 54,19%, registrando assim uma forte quebra no número dos apoiantes. Wavel Ramkalawan, candidato do SNP, atingiu os 44,95% e Philipe Boullé, do NAP, ficou em apenas 0,86%.[740]

Os resultados dessas eleições foram bastante contestados pelo SNP, mas as contestações foram refutadas pelo SPPF e o seu candidato, alegando que a presença dos observadores estrangeiros confirmava a transparência e a

---

[738]GUÉBOURG, Jean-Louis. **Les Seychelles.**Éditions Karthala. Paris, 2004. p. 99.
[739]CARPIN, Sarah. **Seychelles: Joyau né de l'Océan.** 5.ed. Editions OLIZANE. Genève, 2010. p. 44; GUÉBOURG, Jean-Louis. **Les Seychelles.** Éditions Karthala. Paris, 2004. p.99; Disponível em: http://www.electionguide.org/elections/id/1239/ Acesso 20 de jul de 2017.
[740]GUÉBOURG, Jean-Louis. **Les Seychelles.**Éditions Karthala. Paris, 2004. p. 100.

regularidade das eleições.[741]

Um ano depois, os seychellenses foram novamente às urnas para mais uma eleição antecipada, dessa vez, as legislativas, realizadas em dezembro de 2002. O SPPF perde alguns assentos na Assembleia Nacional, mas continua sendo o partido mais votado, detendo ainda uma maioria parlamentar qualificada. Conseguem eleger 23 deputados contra 11 do SNP, enquanto o SDP perde o seu único deputado.[742]

Em abril de 2004, depois de um quarto de século no poder, France Albert René decide ceder o poder a seu delfim, o Vice-Presidente James Michel, que prosseguiu com os objetivos políticos do SPPF, força política que em 2009 muda o nome para o *Parti du Peuple* (PP).[743]

Faltando pouco meses para eleições legislativas, o novo Chefe de Estado e de Governo, James Michel - eleito em 2006 com 53,76% -, dissolveu o Parlamento e convocou para maio de 2007 as eleições legislativas antecipadas, depois de os partidos políticos de oposição boicotarem as sessões parlamentares durante cinco meses em virtude de lhes ter sido recusada a atribuição da licença de uma estação radiofônica[744].

A composição da Assembleia Nacional que resultou dessas eleições distribuía os assentos parlamentares da seguinte forma: a SPPF, maioria absoluta, com 23 assentos, a SPN detinha os restantes, com 11 assentos. O SDP, pela segunda vez consecutiva, não conseguiu eleger qualquer deputado.

Pode-se dizer que com a esmagadora derrota do SDP nas eleições legislativas, que além de não ter conseguido eleger deputados, perdeu vários votantes, por um lado, e, por outro, foi registrando uma progressiva ascensão do SNP, o Processo Democrático na pérola do Índico começou a ganhar contornos

---

[741]GUÉBOURG, Jean-Louis. **Les Seychelles.**Éditions Karthala. Paris, 2004. p. 100.
[742] Disponível em: http://www.electionguide.org/countries/id/191/ Acesso 20 de jul 2017.
[743]CARPIN, Sarah. **Seychelles: Joyau né de l'Océan.**5.ed. Editions OLIZANE. Genève, 2010. p. 44; GUÉBOURG, Jean-Louis. **Les Seychelles.** Éditions Karthala. Paris, 2004. p. 102.
[744]Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Elei%C3%A7%C3%B5es_legislativas_nas_Seychelles_(2007); http://www.electionguide.org/countries/id/191/ Acesso 20 de jul 2017.

de bipartidarismo.[745]

Devido a uma série de irregularidades apontadas pelos partidos políticos na oposição no que tange à organização das eleições e porque não foram tidas em conta pelo partido no poder, realizaram-se diversas manifestações e por fim boicotaram as eleições legislativas de 2011.

Não obstante o boicote da oposição, as eleições foram realizadas e tanto presidenciais quanto legislativas foram ganhas pelo PP, partido no poder. Nas presidenciais, o seu candidato arrecadou 55,46% e nas legislativas conseguiu uma maioria qualificada de 33 assentos. Essas eleições foram boicotadas por todos partidos políticos na oposição, a exceção do Movimento Democrata Popular que concorreu e elegeu um deputado.

Passados cinco anos e ultrapassado as divergências a volta das eleições, os partidos políticos da oposição que boicotaram as eleições legislativas de 2011, formaram um novo partido, o *Seychellois Democratic Alliance* (LDS)[746]e concorrerem para as eleições legislativas de 2016.

Nas eleições de 2016, pela primeira vez, durante cerca 40 anos, registrou-se mudança no poder nas Seychelles, mas ainda não se pode considerar alternância política, uma vez que, o Presidente da República eleito em 2015 é líder do partido que sempre governou as Seychelles.

Nas Seychelles, o Processo Democrático permitiu o regresso de multipartidarismo, das eleições livres, mas não permitiu ainda que houvesse uma alternância política entre o partido que governa e a oposição. A falta de alternância governamental tem deixado o Processo Democrático no arquipélago bastante tenso, mas nada que ponha em causa a estabilidade política.

Apesar de ainda não se registrar alternância governamental nas Seychelles nos últimos 25 anos do Regime Democrático Liberal Multipartidário,

---

[745]Disponível em: http://www.larousse.fr/encyclopedie/pays/Seychelles/144043Acesso 05 de jul de 2016.

[746] LDS é composta por: Partido Nacional das Seicheles (SNP), Lalyans Seselwa (Seychelloise Alliance), Partido das Seicheles para a Justiça e a Democracia Sociais (SPSD) e Partido das Seychelles (SUP). Disponível em: http://www.electionguide.org/countries/id/191/ Acesso 20 de jul 2017.

a Democracia chegou para ficar e está se consolidando.

4.4.3.1. A CONSTITUIÇÃO

A mudança do Regime Democrático Socialista Monopartidário ocorrida nas Seychelles para o Regime Democrático Liberal Multipartidário não proporcionou grandes alterações no Ordenamento Jurídico-Constitucional.

Muito embora se verificou alteração ao regime político, não houve alternância política. Permaneceram no poder os dirigentes do SPPF, que têm estado a governar o país desde o golpe do Estado de 1977.

Dois anos antes da independência das Seychelles, em Abril de 1974, registaram nesse país eleições gerais, em que concorreram duas forças políticas: a SPUP e a SDP. Foram umas eleições bastante disputadas, com a SDP que preconizava integração das Seychelles na Grã Bretanha a sagrar-se vencedora, diante do SPUP que exigia a independência e instauração do Regime Democrático Socialista Monopartidário.

Face aos resultados eleitorais, bastante renhidos, as autoridades da Grã Bretanha viram-se obrigadas a negociar com essas duas forças políticas, no sentido de apresentar uma Constituição que pudesse albergá-las na governação deste país que se preconiza tornar independente.

Sendo assim, procedeu-se as negociações constitucionais, tendo sido acordado a independência do país, a institucionalização da forma de governo republicano, do Sistema de Governo Semipresidencial e a formação de um governo de coligação entre as duas principais forças políticas.

Prontificada a Constituição, em 29 de junho de 1976, a Grã Bretanha concedeu independência às Seychelles. Além dos dispositivos normativos constitucionais referidos no parágrafo anterior, a Constituição de 1976 estabeleceu preceitos constitucionais que concediam amplos poderes ao Presidente da República.

O Presidente da República era chefe de Estado, responsável pela condução da política externa, defesa e segurança interna; poderia prorrogar,

dissolver e convocar a Assembleia Nacional; tinha competências para designar qualquer membro do Governo seu substituto durante a sua ausência do país, presidir o Conselho de Ministros, dentre outras atribuições. Por sua vez, o Primeiro-Ministro era membro do Governo e poderia dirigir um ministério.

Para o poder legislativo, a Constituição previa uma Assembleia Nacional de 25 deputados eleitos a cada 5 anos. Por outro lado, previa um poder judicial independente. Porém, o Juiz Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, bem como o Presidente da Corte de Recurso, deveriam ser nomeados unicamente pelo Presidente da República.

Analisando a Constituição de 1976, vê-se que não conseguiu traduzir as esperanças e os sonhos das duas principais forças políticas das Seychelles. Enquanto SPUP pretendia instalar um regime de modelo socialista, voltado para URSS, China e Correia do Norte, a SPD pretendia uma maior aproximação ao Ocidente. Defendendo ideologias completamente antagônicas, num governo de coligação, o seu fim estava declarado desde o começo.[747]

Assim sendo, em meados de 1977, o Primeiro-Ministro e líder do SPUP, aproveitando a ausência do Presidente da República no país, protagonizou um golpe de Estado. O novo Presidente da República pôs fim à coligação governamental, suspendeu a Constituição, findou o multipartidarismo, extinguiu o cargo do Primeiro-Ministro e instaurou o Regime Democrático Socialista Monopartidário. Durante dois anos, Albert France René governou as Seychelles através de decretos presidenciais.

Em 1979, dois anos após o golpe de Estado, as Seychelles aprovava uma nova Constituição. A Constituição de 1979 refletia os sonhos e as ambições do líder da SPUP que depois de um congresso transformou em SPPF e declarou seu principal objetivo como a criação de "um estado socialista em que todos os cidadãos, independentemente da cor, raça, sexo ou credo, devem ter oportunidades iguais e ter as necessidades básicas da vida numa sociedade

[747]THOMEY, Mathilda. **Legal Metissage in Micro-Jurisdiction: The Mixing of Common Law and Mixing of Common Law and Civil Law in Seychelles.** City Print. Wellington, 2017. p. 25.

moderna"[748].

Após a instauração do Regime Democrático Socialista Monopartidário, as atividades políticas no país só poderiam ser realizadas sob auspícios da SPPF e Seychelles foi declarada República Soberana Socialista.

A Constituição de 1979 foi declarada lei suprema da Nação e nenhuma lei aprovada poderia ser incompatível com ela, do contrário considerada automaticamente inválida e ineficaz. Nela procedeu-se a ajustes no Poder Judicial, mormente no Supremo Tribunal de Justiça e no Tribunal de Recurso.

Cerca de quinze anos no poder, face às mudanças que ocorriam no mundo como o desmoronamento da URSS, a pressão das instituições financeiras internacionais e dos países Ocidentais, a crise econômica e financeira em que Seychelles vivia e a pretensão de integrarem a *Commonwealth*, as autoridades das Seychelles procederam uma revisão constitucional.[749]

Em 6 de abril de 1991, o SPPF anuncia que aceita a organização de um referendo sobre a mudança do regime. Em 4 de dezembro do mesmo ano, o Presidente da República France Albert Réné informa a Nação e ao mundo do seu projeto de transição do Regime Democrático Socialista Monopartidário para o Regime Democrático Liberal Multipartidário.[750]

Assim, em abril de 1992 foi criada na Assembleia Nacional uma Comissão Constitucional encarregada de conceber uma nova Constituição que fosse democrática e pluralista. Tomaram parte dessa Comissão representantes de apenas 2 dos 8 partidos políticos seychellenses, nomeadamente a SPPF e a

---

[748]THOMEY, Mathilda. **Legal Metissage in Micro-Jurisdiction: The Mixing of Common Law and Mixing of Common Law and Civil Law in Seychelles.** City Print. Wellington, 2017. p. 27.

[749]THOMEY, Mathilda. **Legal Metissage in Micro-Jurisdiction: The Mixing of Common Law and Mixing of Common Law and Civil Law in Seychelles.**City Print. Wellington, 2017. p. 26.

[750] Seychelles. **Rapport Specifique de la Delegation Francophone dans le Cadre de la Mission Exploratoire Conjointe Francophone-Commonwealth en vue des Elections Presidentielles et Legislatives.** Vitoria, p. 3.

DP, cada um com 14 e 8 membros, respectivamente.

Aprovado pela Assembleia Nacional, o projeto da Constituição foi submetido ao referendo e foi rejeitada por não ter obtido os 60% necessários para sua adoção. Os votos a favor ficaram nos apenas 53,7%.

Porque os dirigentes estavam determinados na mundança do regime, em 1993, a Comissão retomou os seus trabalhos e propôs um novo projeto de Constituição, que, submetido a um referendo em 18 de junho 1993, foi adotado por 73,9% dos votos expressos.[751]

A Constituição de 1993 prevê uma República soberana, democrática, liberal, multipartidária, tendo o Presidente da República como chefe de Estado, chefe de Governo e Comandante das Forças Armadas, que é diretamente eleito pelo cidadão eleitor para um mandato de cinco anos. A Assembleia Nacional conservou o poder de legislar, fiscalizar e representar o povo das Seychelles, passando a estar composta por 25 deputados eleitos por maioria simples e até 10 eleitos na fórmula proporcional. O Poder Judiciário compreende Tribunal de Recurso, Supremo Tribunal Justiça e várias outras categorias de tribunais.

A Constituição de 1993 foi revista em 1996, tendo sido criado a função de Vice-Presidente da República. Das alterações marcantes nessa Constituição, consta-se "Carta das Seichelles dos Direitos e Liberdades Fundamentais"[752] com a abolição da pena de morte, a consagração do Regime Eleitoral e as modificações introduzidas no Poder Judiciário.

A Constituição de 1993 estipula no seu Capítulo I - República - que "Seychelles é uma República soberana". Define o espaço territorial, trata dos símbolos e línguas nacionais. Ainda neste capítulo está consagrado os principios de interpretação da Constituição.

O Capítulo II - Cidadania - é todo ele dedicado as matérias relativas à

---

[751] Seychelles. **Rapport Specifique de la Delegation Francophone dans le Cadre de la Mission Exploratoire Conjointe Francophone-Commonwealth en vue des Elections Presidentielles et Legislatives.** p. 3.

[752] Seychelles. **Constituição de 1993.** Disponível: http://aceproject.org/ Acesso: 18 mai 2016

cidadania seychellense.

Em seguida vem o Capítulo III, que tem 5 Partes. Parte I - Carta dos Direitos e Liberdades Fundamentais das Seychelles, II - Deveres Fundamentais, III - Estado de Urgência, IV - Recursos, V - Regras de Interpretação.

Importa frisar que Carta dos Direitos e Liberdades Fundamentais das Seychelles é uma cópia autêntica da Convenção sobre Direitos Humanos. A Carta é progressiva ao preconizar a aplicação dos direitos de primeira geração (liberdade de expressão e direito a um julgamento justo), direitos de segunda geração (direitos de trabalho e cuidados de saúde) e até direitos de terceira geração (direitos sobre ambiente seguro, vida cultural, etc.)

Nos capítulos que se seguem, a Constituição descreve as atribuições do Poder Executivo e do Poder Legislativo. Os Capítulos IV e V contêm disposições extensivas relativas ao Presidente da República e do Governo, enquanto o Capítulo VI descreve as regras relativas ao Parlamento. A Parte I - Assembleia Nacional, II - Poder Legislativo e seu exercício, III- Modificação a Constituição, IV - Funcionamento da Assembleia Nacional e V - Sessões e Dissolução da Assembleia Nacional.

O Regime Eleitoral está constitucionalmente consagrado e vem previsto no Capítulo VII.

O Capítulo VIII trata do Poder Judicial das Seychelles, onde é estabelecido a estrutura organizacional e categorias dos tribunais e ainda refere como devem ser feitas a nomeação e os mandatos dos juízes. Tem Parte I - Disposições gerais, II - Tribunal de Recurso, III - Supremo Tribunal, VI - Assuntos Constitucionais, V - Magistratura Judicial.

No Capítulo IX da Constituição os legisladores seychellenses institucionalizaram a Comissão de Nomeação Constitucional que é um órgão encarregado da nomeação de várias autoridades públicas importantes.

Os restante capítulos X, XI, XII, XIII, XIV, XV tratam respectivamente do Provedor de Justiça, do Serviço Público Conselho de Apelação, das Finanças, da Força de Polícia, das Forças de Defesa e vários outros institutos.

No ano 2011 houve a necessidade de se proceder a alteração da Constituição de 1993. Essa alteração deveu-se a necessidade de implementar reforma eleitoral após as eleições gerais de 2007 e 2011, que foram bastante contestadas pela oposição, as quais visaram sobretudo substituir o cargo de Comissário Eleitoral por uma Comissão Eleitoral.

4.4.3.2. O SISTEMA DE GOVERNO

Muito embora as Seychelles tenham sido um Protetorado Britânico, quando conquistaram a independência em 1976, este arquipélago adotou o Sistema de Governo Semipresidencialista, contrário ao que vigorava na potência colonizadora. Isso deveu-se ao fato de, na altura, os atores políticos terem procurado conciliar no poder os dois principais partidos seychellenses.

Todavia, com o derrube, por golpe de Estado do primeiro Presidente da República, bem como instauração do Regime Democrático Socialista Monopartidário, institucionalizou-se o Sistema de Governo Presidencialista. A reintrodução do Regime Democrático Liberal Multipartidário não foi suficiente para proceder alteração ao Sistema de Governo Presidencial.

O Presidente da República das Seychelles é o chefe de Estado, chefe de Governo e Comandante em chefe das Forças Armadas, de acordo com o artigo 50.º da Constituição. É o garante da unidade nacional, da independência e da integridade do território nacional e deve assegurar o respeito pelos tratados e acordos internacionais.

Cabe ao Presidente da República das Seychelles assegurar a continuidade do Estado, para isso, é investido com o Poder Executivo que o exerce em conformidade com a Constituição e as leis das Seychelles (artigo 66.º da Constituição). Preside as reuniões do Governo (artigo 67.2 da Constituição), nomeia Ministros e solicita ratificação da Assembleia Nacional para os mesmos.

Assim sendo, as Seychelles é um Estado de Direito Constitucional com o Sistema de Governo Presidencialista.

4.4.3.3. O SISTEMA ELEITORAL E O SISTEMA DE PARTIDO

Como se tem visto, as Seychelles tornaram-se num Estado de Direito Constitucional com uma Democracia multipartidária no início dos anos 90, do século XX, tendo adotado uma nova Constituição em 1993.

O Sistema Eleitoral e o Sistema de Partido nas Seychelles encontram-se regulamentados na Constituição[753](artigo 112.º a 118.º), na Lei Eleitoral 1995[754], na Lei de Partidos Políticos 1991[755] e na Lei de Ordem Pública 1959[756].

Para além destes diplomas, o Sistema Eleitoral nas Seychelles dispõe de outros regulamentos que se ocupam de questões específicas no âmbito eleitoral, como por exemplo, a liquidação da comissão eleitoral consultivo de 2010 e os regulamentos eleitorais de 2006, que lidam com a identificação de problemas e o uso de veículos do governo como parte das atividades eleitorais.

Os dispositivos constitucionais são a fonte da Comissão Eleitoral e fornecem detalhes sobre as eleições presidenciais e legislativas. Por seu turno, a Lei Eleitoral 1995 define os parâmetros do registro dos eleitores, refere sobre a organização de eleições presidenciais e legislativas e as modalidades do referendo.

A Lei dos Partidos Políticos de 1991 confere ao Comissário Eleitoral (Presidente da Comissão Eleitoral) a responsabilidade de efetuar o registo dos partidos políticos, dentre outras questões, enquanto que a Lei de Ordem Pública de 1959, na sua Seção 3, trata do controle das reuniões públicas, incluindo as convenções e reuniões públicas de partidos políticos.

Ora, a mudança do Regime Democrático Socialista Monopartidário para o Regime Democrático Liberal Multipartidário, culminou em alterações constitucionais que veio permitir a criação e instalação da Comissão Eleitoral. Trata-se de um órgão independente, com responsabilidade de estabelecer e manter fronteiras eleitorais, supervisionar as campanhas eleitorais, promover a

---

753 Seychelles. Constituição de 1993.

754 Disponível em: http://aceproject.org/ace-fr/topics/em/electoral-management-case-studies/seychelles-a-new-electoral-commission Acesso 11 de out 2017.

755 Disponível em: http://aceproject.org/ace-fr/topics/em/electoral-management-case-studies/seychelles-a-new-electoral-commission Acesso 11 de out 2017.

756 Disponível em: http://aceproject.org/ace-fr/topics/em/electoral-management-case-studies/seychelles-a-new-electoral-commission Acesso 11 de out 2017.

organização de eleições, bem como o registro de partidos políticos.

De acordo com a Lei de Partidos, estes deverão respeitar o Regime Democrático Liberal Multirpartidário, contribuir para estabilidade democrática e o respeito ao Ordenamento Jurídico-Constitucional. A abertura política permitiu o surgimento de vários partidos políticos que se dispuseram a brigar pela alternância político e governativa nas Seychelles.

Além do PP[757], partido no poder desde 1977, reapareceu a SDP, e surgiram várias forças políticas a saber: a UO, NAP, SNP, MDP e LDS. O grande número de partidos políticos, digladiando pelo poder, tem feito da oposição nas Seycchelles um conjunto de forças políticas bastante dividida e fragilizada.

Somando a divisão e a fragilidade da oposição ao Sistema Eleitoral na fórmula da maioria simples e proporcional praticado nas Seychelles, têm feito com que os partidos da oposição tenham perdido todas eleições legislativas e presidenciais desde a adoção do Regime Democrático Liberal Multipartidário. A exceção ocorreu no ano 2016 quando, pela primeira vez, um partido na oposição, o LDS, venceu as eleições legislativas.

Porque no ano 2015, o candidato ao cargo de Presidente da República do PP havia ganho as eleições presidenciais, pela primeira vez, em quarenta anos, as Seychelles passam a ter uma coabitação política e governativa entre Poder Legislativo e o Poder Executivo.

4.4.3.4. O SISTEMA JUDICIÁRIO

O Sistema Judiciário das Seychelles encontram definidos na Constituição (artigos 119.º a artigo 138.º) e demais normas do Ordenamento Jurídico-Constitucional. Assim sendo, o Poder Judiciário é composto pelo Tribunal de Recurso, Supremo Tribunal de Justiça, que age também como Tribunal Constitucional, Tribunais Regulares e tribunais especializados em matéria administrativa, fiscal e laboral.

Fazem parte ainda desse Sistema Judiciário a Magistratura Judicial,

[757] O SPPF passa ser PP (Partido Popular).

os tribunais de menores, tribunais de família e o conselho de autoridades públicas que exercem funções quase-judiciais.

No Sistema Judiciário das Seychelles, o conceito de separação de poderes, conforme definido pela Constituição, garante a independência do Poder Judiciário e esse fato é enfatizado no artigo 119.2 da Constituição que estabelece que "o poder judiciário deve ser independente e estar sujeito somente a Constituição e as demais leis das Seychelles". Os juízes são nomeados pelo Presidente da República, sob proposta da "Constitutional Appointments Authority", órgão composto por membros designados pelo líder da oposição e Presidente da República.

O Supremo Tribunal tem jurisdição própria e supervisiona todos os tribunais. Compõe-se de um ou mais juízes de acordo com a lei. Tem plena jurisdição do Tribunal de Primeira Instância e ainda atua como Tribunal Constitucional. Enquanto estiver nas vestes do Tribunal Constitucional, o Supremo Tribunal da Justiça deve obrigatoriamente no âmbito da sua jurisdição e poderes ser exercido por pelo menos dois juízes.

Como Tribunal Constitucional compete-lhe garantir o cumprimento da Constituição e demais leis, evitar o abuso de poder, bem como verificar o cumprimento das competências dos poderes executivo e legislativo.

O Tribunal de Recurso das Seychelles é composto por um presidente, dois ou mais juízes de Recurso e outros juízes que são membros ex offício do Supremo Tribunal. Compete ao Tribunal de Recurso verificar as decisões do Supremo Tribunal (enquanto Tribunal de Primeira Instância) em matéria civil e criminal, dos outros tribunais, assim como as decisões do Tribunal Constitucional.

Por fim, tem-se a Magistratura Judicial que é um tribunal consagrado na Constituição e tem os seus procedimentos estipulados por uma legislação própria, podendo ter na sua composição um ou mais magistrados judiciais, que devem ser juristas. Cabe a este órgão tratar dos processos civis e penais menos graves.

Fechando este capítulo, sublinha-se que embora os critérios para definir os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, à partida não satisfez todos os envolvidos, ainda assim, os eleitos beneficiaram de um amplo consenso. Que na África existe cinco Pequenos Estados Insulares. Que Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Seychelles são Estados de Direito Constitucional desde a década de 90. Que o Sistema de Governo nas Seychelles é presidencialista, enquanto que em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe vigora o semiparlamentarismo. Que não obstante nestes PEIA ter havido contestação aos resultados eleitorais, felizmente não gerou conflito bélico.

Que tem havido alternância governativa, com partidos no poder, passando para oposição e vice-versa em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, enquanto que nas Seychelles não tem havido, a exceção foi em 2016, quando a oposição venceu as eleições legislativas. Entretanto, o Poder Executivo permaneceu com o partido que sempre esteve na governação. Que Cabo Verde é conhecida como uma das democracias mais bem sucedidas na África. Que Cabo Verde tem praticamente consolidado o bipartidarismo. Que a Instabilidade Político-Institucional é a marca da Democracia em São Tomé e Príncipe. Que nas Seychelles não tem havido alternância no Poder Executivo.

CONCLUSÕES

A presente tese procurou reunir elementos para uma contribuição teórica sobre o estudo do Processo Democrático na África, enfatizando três Pequenos Estados Insulares Africanos. Propôs-se analisar de forma contextuala relação entre o Regime Democrático Liberal, o Ordenamento Jurídico-Constitucional e a Instabilidade Político-Institucional.

O problema da pesquisa é caracterizado pelo seguinte questionamento: "Quais são as causas de Instabilidade Político-Institucional em São Tomé e Príncipe e quais elementos presentes nas Seychelles e em Cabo Verde que poderiam proporcionar uma maior Estabilidade Político-Institucional a São Tomé e Príncipe?"

Nesta altura, conjecturava-se que o Presidencialismo seria a solução para a Instabilidade Político-Institucional que São Tomé e Príncipe vinha atravessando desde o alvor da Democracia pluralista.

Com base nessa concepção, na premissa foram elencados quatro hipóteses. Na primeira delas, sustentava-se que "O Regime Democrático Liberal Multipartidário em Estados que têm uma cristalização em torno do Presidencialismo, quando modificado para Semiparlamentarismo, torna instável."

Demonstrou-se no terceiro capítulo, que as mudanças governamentais, as revisões constitucionais e a alteração ao sistema político constitucional e institucional geram Instabilidade Político-Institucional. Comprovou-se que qualquer uma dessas modificações brigam com a redução ou aumento do poder de um ou outro órgão.

Ainda no terceiro capítulo, pode-se apresentar evidências para a

segunda hipótese "A governação no Estado de Direito Democrático é influenciada pelo Ordenamento Jurídico-Constitucional." Realmente o Ordenamento Jurídico-Constitucional determina o rumo que a governação vai seguir num Estado. Distinguiu-se que o Sistema Eleitoral, como um instituto jurídico inserido no Ordenamento Jurídico-Constitucional, influencia permanentemente o Sistema de Partido que consequentemente estabelece dispositivos para o Sistema de Governo acabando por forçar, inclusive, a orientação política do regime democrático.

A terceira hipótese "As causas da Instabilidade Político-Institucional em São Tomé e Príncipe são: a Constituição, a legislação e a elite político" ficou devidamente patenteada no quarto capítulo. Tanto Cabo Verde quanto São Tomé e Príncipe passaram para a Democracia pluralista e representativa no mesmo período, efetuando modificações ao Ordenamento Jurídico-Constitucional.

Constata-se que Cabo Verde fez reformas de fundo ao Ordenamento Jurídico-Constitucional, enquanto que São Tomé e Príncipe limitou-se apenas a expurgar algumas incompatibilidades, convivendo numa Democracia pluralista com instrumentos jurídicos aprovados no regime de partido único. Por outro lado, a elite política cabo-verdiana soube gerir as crises de modo que nenhuma deu lugar à Instabilidade Político-Institucional.

A quarta hipótese "A adopção de um Sistema de Governo em que não há partilha de poder no Executivo, proporcionaria maior Estabilidade Político-Institucional em São Tomé e Príncipe". Verificou-se no segundo, terceiro e quarto capítulo, que apesar do Presidencialismo estar cristalizado em grande parte dos Estados Africanos e bastante enraizado nos atores políticos são-tomenses, a transição para o Sistema de Governo Presidencial não estancaria a Instabilidade Político-Institucional.

Ficou plasmado, que os Estados Africanos onde têm o Presidencialismo como Sistema de Governo ainda assim são bastantes instáveis, e que a Instabilidade Político-Institucional em São Tomé e Príncipe faz parte da realidade sócio-histórico[758] deste Pequeno Estado Insular Africano.

[758] SEIBERT afirma "Os primeiros três séculos foram marcados por tensões políticas constantes.

Entretanto, ficou provado que a cristalização do presidencialismo no homem são-tomense não tem permitido que houvesse uma coabitação pacífica no Poder Executivo (Presidente da República, chefe de Estado e Primeiro-Ministro, chefe de Governo).

No primeiro e segundo capítulo, comprovou-se que a Democracia e o Estado de Direito Constitucional podem ser consolidados na África, não obstante alguns condicionantes e constrangimentos que estiveram na Formação do Estado/Nação e do Processo Democrático. Ficou patente que os conflitos fazem parte integrante da história contemporânea da África, assumindo a forma de resistência contra o império colonial e regime ditatorial e, na Democracia pluralista, de lutas e tensões dentro do partido político, entre diversas tendências políticas, baseados na luta pelo poder.

Por fim, destaca-se contribuições da experiência de Cabo Verde e Seychelles que poderiam ajudar a colmatar a Instabilidade Político-Institucional em São Tomé e Príncipe:

- adotar medidas legislativas e constitucionais no sentido de que as eleições legislativas deixem de ser a cada quatro (4) anos e passe a ser a cada cinco (5) anos, preferentemente no mesmo ano das eleições presidenciais. Essa alteração ao Ordenamento Jurídico-Constitucional proporcionaria e ajudaria a manter uma estabilidade governativa, uma vez que tanto o Presidente da República quanto o Governo seriam escrutinados no mesmo ano;

- adotar medidas legislativas que visam transformar as circunscrições eleitorais em círculos eleitorais, ou seja, distribuindo mandatos por círculo eleitoral. Assim, deixa-se de apurar mandato por distrito administrativo. Com essa alteração, reduziria-se a dispersão dos votos por vários partidos num distrito administrativo, o que aumentaria a chance de alcançar uma maioria

---

A distância do governo central em Lisboa, o frequente vácuo de poder causado pela morte prematura dos funcionários, a fragmentação do poder político local em Coroa, a Igreja e a câmara municipal, e a heterogeneidade duma Sociedade híbrida, facilitavam toda espécie de conflitos. [...] No séc. XVII o governo local mudou 46 vezes por morte, renúncia ou demissão". *In*: SEIBERT, Gerhard. **Camaradas, Clientes e Compadres.** Colonialismo, Socialismo e Democratização em São Tomé e Príncipe. Tradução de Ferreira Marques et al. Coleção: Documenta Histórica. Vega e Autor, 2.ed. 2002. Título original: *Comrades, Clients and Cousins. Colonialism, Socialism and Democratization in São Tomé and Príncipe*.p. 42 e 43.

absoluta por um partido político e contribuiria para manter a estabilidade governativa;

- adotar medidas legislativas no sentido de se estabelecer uma porcentagem mínima que um partido político precisava obter numa eleição legislativa para poder continuar a permanecer como força política. Essa alteração poderia contribuir para estabilidade governativa, uma vez que proporcionaria uma redução de partidos políticos concorrentes às eleições legislativas e autárquicas.

REFERÊNCIAS DAS FONTES CITADAS

AGUIRRE, Pedro (coord) *Alemania*. Instituto Federal Electoral. Colección Sistemas Políticos y Electorales Contemporáneos Número 3. México, 2001.

AÏVO, F. J. **La crise de normativité de la Constitution en Afrique.**RDP, n.º 1, janvier-février 2012.

ALESINA, Alberto; OZLER, Sule; ROUBINI, Nouriel; SWAGEL, Phillip; (1992); *Political Instability and Economic Growth;* Working Paper series Vol. Nº W4173; National Bureau of Economic Research Cambridge, Massachusetts, *In:* PACHECO, Carlos. **Avaliação das consequências da instabilidade político e econômica na imagem de Portugal** – Dissertação de Mestrado. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 2012.

ARCHER, Maria da Graça Miragaia et TAVARES, Sonia. **Eleições da República Democrática de São Tomé e Príncipe 1990 a 2006.** (Referendo, Presidenciais, Legislativas, Autárquicas e Regionais). Soartes – Artes Gráficas, Lda. Vila Franca de Xira, 2006.

AUGUSTO, Nuno. **Um Mundo a Descobrir: Cabo Verde.** Tradução de Adam Prus. Edição Printer Portuguesa. Lisboa, 2009. Título original: *A World to Discover: Cape Verde*

AVRIL, P. et GICQUEL, J. **Lexique de droit constitutionnel.** Paris: PUF, 2003.

BADIA, Juan Ferrando (Coordinador). **Regimes Políticos Actuales.** Editora Tecnos. 3. Edición, Madrid, 1995.

BALDINI, Giafranco y PAPPALARDO, Adriano. **Sistemi elettorali e partiti nelle democrazie contemporanee.** Editori Laterza. Roma, 2004.

BARROS, Simão. **Origens da colónia de Cabo Verde.** Cadernos Coloniais Nº 56.Edições COSMOS. Lisboa, 1939.

BARUS-MICHEL, Jacqueline. A democracia ou a Sociedade sem Pai.*In:* ARAÚJO, José Newton; SOUKI, Léa Guimarães; FARIA, Carlos A. Pimenta de. **Figura Paterna e Ordem Social:** tutela, autoridade e legitimidade nas sociedades contemporâneas. Belo Horizonte: Autêntica/PUC Minas, 2001.

BASEDAU, Matthias. **Princípios básicos e fórmulas de diferentes sistemas eleitorais: funções e efeitos teóricos e práticos.***In*: Sistemas e Processos Eleitorais: Funções, Implicações e Experiências. Editor Universidade Católica de Angola. Faculdade de Direito/Fundação Friedrich Ebert, Representação em Angola. Luanda, 2002.

BASS, Stephen & Barry Dalal-Clayton (1995), **"Small Islands States and Sustainable Development: Strategic Issues and Experience"**, Environmental Planning Issues, nº 8.

BAUDE, F. **Droit constitutionnel**. Foucher. 3ème éd. Paris. Édition Foucher, 2015.

BAYART, Jean-François, CONSTANTIN, François, COULON, Christian et MARTIN, Denis. **Par le canal du scrutin. Comment dépouiller les élections africaines?***In*: Aux Urnes l'Afrique! Elections et pouvoirs en Afrique noire. Institut d'Études Politiques de Bordeaux. Centre d'Étude d'Afrique Noire. Éditions A. Pedone. Paris, 1978.

BERCOVICI, Gilberto. As possibilidades de uma Teoria do Estado. *In* LIMA Martonio Mont'Alverne et ALBUQUERQUE, Paulo Antônio de Menezes. (org.). **Democracia, Direito e Política:** estudos internacionais em homenagem a Friedrich Müller. Florianópolis: Fundação Boiteux/Conceito Editorial, 2006.

BOAHEN, Albert Adu. Africa sob dominação colonial, 1880-1935. *In:* **História geral da África,** VII. 2.ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010. Título original: *General History of Africa, VII: Africa under colonial domination, 1880-1935*

BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo, Sociedade: por uma teoria geral da política.** Tradução: Marco Aurélio Nogueira. 1.ed.1986. Rio Janeiro: Paz e Terra, 1987. Título original: *Stato, governo, società: per una teoria generale della politica.*

_____. **La teoría de las formas de gobierno en la historia del pensamiento político. Año académico 1975-1976.** trad. de José F. Fernández Santillán. 2.ed. México: FCE, 2001. Título original: *La teoria delle forme di overno nella storia del pensiero político.*

_____. **Liberalismo e Democracia.** Tradução: Marco Aurélio Nogueira. 6.ed. 1994. 4.reimp. 2000. São Paulo: Brasiliense, 2000. Título original: *Liberalismo e democrazia.*

_____. **Teoria do Ordenamento Jurídico.**Tradução de Maria Celeste Cordeiro Leite dos Santos. Brasília: editora Universidade de Brasília, 6.ed. 1995. Título original: *Teoria dell 'ordinamentogiuridico.*

_____. **Teoria Geral da Política: a filosofia política e as lições dos clássicos.** 9. tiragem. Tradução: Daniela Beccaccia Versiani. Rio de Janeiro: Editora Elvesier, 2000. Título original: *Teoria generale della politica.*

_____; Mario Bussi (org.). **Qual democracia?** Tradução de Marcelo Perine. 2.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013. (Coleção leituras filosóficas) Título original: *Quale democrazia?*

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política.** Tradução de Carmen C. Varriale et al. Brasília: editora Universidade de Brasília, 1.ed. 1998. Título original: *Dizionario di politica*

BOBBIO, Norberto; PONTARA, Giuliano y VECA, Salvatore. **Crisis de la Democracia**. Traducción de Jordi Marfa. 1.ed. Editorial Ariel, S.A. Barcelona, 1985. Título original: *Crisi dela democrazia e neocontattualismo.*Disponível em: http://scribd.com/Insurgencia Acesso 01 de maio de 2014.

BOLLE, S. **Des Constitutions "made in" Afrique.**Disponível em: http://droitConstitutionnel.org/congresmtp/textes7/BOLLE.pf Acesso 20 jan 2015

BONAVIDES, Paulo. Ciência Política.10.edição, revista e atualizada. 9 tiragem. Malheiros Editora, 2000.

BOTTOMORE, Tom; HARRIS, Laurence; KIERNAN, V.G.; MILIBAND, Ralhp. **Dicionário do Pensamento Marxista**. editora ZAHAR. p. 433. Sem título original.

BOURGI, A. **Les chemins difficiles de la démocratie en Afrique de l'Ouest.** La Revue Socialiste, n.º 35, L'Afrique en question, 3ème trimestre 2009.

_____. **L'évolution du constitutionnalisme en Afrique:** du formalisme à

l'effectivité. RFDC, n.º 52. Paris, 2002.
BRANCO MADEIRA, João Paulo Carvalho e. **Nação e Identidade: A Singularidade de Cabo Verde.** Tese de Doutoramento em Ciências Sociais. Universidade de Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Lisboa, 2015.
BRETON, J.M. **Trente ans de Constitutionalisme d'importantion dans les pays d'Afrique noire francophone entre mimétisme et réception critique: cohérences et incohérences.** L'Harmattan. Paris, 2002.
BRITO, Brigida Rocha e outros. **Turismo em meio insular africano. Potencialidade, Constrangimentos e Impactos.** Edição GERPRESS. Lisboa, 2010.
BRITO, Brígida Rocha. **Turismo Ecológico: Uma Via para o Desenvolvimento Sustentável em São Tomé e Príncipe.** Tese de Doutoramento em Estudos Africanos Interdisciplinares em Ciências Sociais. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Lisboa, 2004.
CABANIS, A. et MARTIN, M.L. **Les Constitutions d'Afrique francophone. Évolutions récentes.** Karthala. Paris, 1999; BOURGI, A. **L'évolution du constitutionnalisme en Afrique:** du formalisme à l'effectivité. RFDC n.º 52, 2002/4.
Cabo Verde. **Código Eleitoral.**Lei n.º 92/V/99. Boletim Oficial n.º 2, I Série. 8 de Fevereiro de 1999
_____. **Constituição**. Boletim Oficial, I Série, n. º 17 de 3 de Maio de 2010
_____.**Constituição.** Boletim Oficial n. 41, de 13 de Outubro de 1980.
_____.**Constituição.** Boletim Oficial n.º 12, I Série. Sup., de 25 de Set de 1992.
_____. **Constituição.** Boletim Oficial n.º 7, 3.º Suplemento, de 14 de Fevereiro de 1981.
_____. **Lei Constitucional 1/VII/2010**. Boletim Oficial n.º 17, I Série, 3 de maio de 2010
_____. **Lei Constitucional n.º 1/IV/92.** Boletim Oficial n.º 12, I Série. Sup., de 25 de Setembro de 1992.
_____. **Lei Constitucional n.º 1/VII/10**. Boletim Oficial n.º 17, I Série, de 3 de Maio de 2010.
_____.**Lei de Revisão Constitucional n.º 1/IV/95**. Boletim Oficial n.º 39, I Série, de 13 de Novembro de 1995.
_____.**Lei n.º 2/81.** Boletim Oficial n.º 7, 3.º Suplemento, de 14 de Fevereiro de 1981.
_____. **Lei sobre a Organização Política do Estado**. Boletim Oficial, número 1, Cidade da Praia, 5 de Julho de 1975.
_____.**Regime Jurídico de Partidos Políticos.**
_____.**Termos de Proclamação do Estado Soberando de Cabo Verde.** Boletim Oficial n.º 1, de 5 de Julho de 1975.
CABRAL, Iva; SANTOS, Maria Emília Madeira e al. **Cabo Verde, uma experiência colonial acelerada (séculos XVI-XVII).**
CANOTILHO, J.J. Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. 7.ed.5.reimp. Edições Almedina Coimbra Portugal, 2003.
CARPIN, Sarah. **Seychelles: Joyau né de l'Océan.** 5.éme. Editions OLIZANE. Genève, 2010.
CARREIRA, António. **Cabo Verde: Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1878)**. Instituto Cabo-verdiano do Livro. Praia, 1983.

CARVALHO, Manuel Proença de. **Manual de Ciência Política e Sistemas Políticos e Constitucionais.** 2.ed. atual. e ampl. Lisboa: Quid Juris - Sociedade Editora, 2008. p. 71

CAZES-DUVAT, Virginie. **Les Littoraux des Iles Seychelles.** Editions L'Harmattan. Paris, 1999.

CEITA, J. Guadalupe Viegas de. **Memórias e Sonhos Perdidos de um Combatente pela Libertação e Progresso de São Tomé e Príncipe.**Edição Tipografia Lousanense. Lisboa, 2012.

CHARVIN, R. **Le droit de suffrage, stade suprême de la démocracie?.** In: Études offertes à MOURGEON, J. Pouvoir et liberté. Bruylant. Bruxeles, 1998.

CHEVALIER, J. et LOSCHAK, D. **Science administrative,** I - Théorie générale de l'institution administrative, L.G.D.J., Paris, 1977.

CICCO, Cláudio de e GOZANGA, Alvaro de Azevedo. **Teoria Geral do Estado e Ciência Política.** 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

CINTRA, Antônio Octávio. **Majoritário ou Proporcional? Em busca do equilíbrio na construção de um sistema eleitoral.** *In:***O sistema político brasileiro:** continuidade ou reforma? João Paulo Saraiva Leão Viana e Gilmar dos Santos Nascimento (org.) Porto Velho: Edufro, 2008.

CONAC, G. **Démocratie et élections.***In:* VETTOVAGLIA, J. P. et autres. Démocratie et élections dans l'espace francophone. Bruylant. Bruxelles, 2010.

_____. **Quelques réflexions sur le nouveau Constitutionnalisme africain.**Economica. Paris, 2001.

COSTA, Daniel Henrique. O papel do chefe de Estado no semipresidencialismo cabo-verdiano, 1991-2007. *In:*LOBO, Marina Costa e NETO, Octávio Amorim (organizadores). **O Semipresidencialismo nos Países de Língua Portuguesa.** Imprensa de Ciências Sociais. Lisboa, 2009. p. 113.

COSTA, Fernando Marques da. **Sistemas Eleitorais, Legitimidade e Participação.***In:***Sistemas e Processos Eleitorais:** Funções, Implicações e Experiências. Editor Universidade Católica de Angola. Faculdade de Direito/Fundação Friedrich Ebert, Representação em Angola. Luanda, 2002.

CRUZ, Paulo Márcio e BODNARD, Zenildo. **Globalização, Transnacionalidade e Sustentabilidade.** Itajaí: UNIVALI, 2012. *e-book* http://www.univali.br

CRUZ, Paulo Márcio. **Parlamentarismo em Estados Contemporâneos:** os modelos da Inglaterra, de Portugal, da França e da Alemanha. 2.ed. rev. Itajaí: UNIVAL; Blumenau: FURB, 1999.

CTA Note Politique n.º 8, Novembro 2012. Disponível www.cta.int Acesso 20 de dez de 2014.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado.** 2. Edição, atualizada. Editora Saraiva, 1998.

DAHL, Robert A. **A Democracia e seus Críticos.**Tradução: Patrícia de Freitas Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 2012. Título original: *Democracy and its critics.*

_____.**Poliarquia: Participação e Oposição.** Tradução: Celso Mauro Pacionik. 1. ed. 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005. p. 31. Título original: *Polyarchy: Participation and Opposition.*

_____.**Sobre a Democracia**.Tradução de Beatriz Sidou. Brasília: editora Universidade de Brasília, 2001.Título original: *On democracy.*

DAHRENDORF, Ralf, FURET, François et GEREMEK, Bronislaw. **A Democracia na Europa.** Tradução de Maria Jorge Vilar de Figueiredo. Coleções Incursões.

Editorial Presença, 1.ed. Lisboa, 1993. Título original: *La Democracia in Europa.*

DEBBASCH, Charles; PONTIER, Jena-Marie; BOURDON, Jacques et RICCI, Jean-Claude. **Droit Constitutionnel et Institutions Politiques.** Paris: Editora Economica, 1983.

DIARRA, S. **Les faux complots d'Houphouë-Boigny.** Karthala. Paris, 1997. p. 174; MUASE, K. **Syndicalisme et démocratie en Afrique noire:** l'expérience du Burkina Faso (1936-1988). Editions Karthala. Paris, 1989. p. 69.

DUHAMEL, O. et MÉNY, Y. **Dictionnaire constitutionnel**. Paris: PUF, 2003.

DUSSEL, Enrique. **El nacionalismo.** Sobre la condicionesde su aparición (hacia una teoría general). Madrid, 1992.

DUVERGER, Maurice. **Los Partidos Políticos.** Traducción Julieta Campos, Enrique González Pedrero. 22. reimpresión. Sección de Obras de Política y Derecho. Fondo de Cultura Económica. México, D. F. 2012. Título original. *Les Partis politiques.*

DWORKIN, Ronald. **Freedom's Law The Moral Reading of the American Constitution.** Cambridge: Harvard University Press, 1996.

DWORKIN, Ronald. **A Virtude Soberana: A Teoria e a Prática da Igualdade.** São Paulo: Martins Fontes, 2005.

Enciclopedia del Diritto X, Giuffrè Editore, 1962.

ESPIRITO SANTO, Armindo Ceita. **Economia de São Tomé e Príncipe:** entre o regime de partido único e o multipartidarismo. Edições Colibri. Lisboa, 2008.

ESPIRITO SANTO, Carlos. **A Primeira República.** Vol. 2. Edições Colibri. Lisboa, 2015.

ESTÊVÃO, João (2000) **Pequenos Estados Insulares**, Conferência proferida em 25 de Fevereiro de 2000, Lisboa, Instituto de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE)/Centro de Estudos Africanos (CEA)

ÉVORA, Roselma. **Cabo Verde: A abertura política e a transição para a democracia.**Spleen Edições. Cidade de Praia, 2004.

FALL, A.B. **La Charte africaine des droits de l'Homme et des peuples:** entre universalisme et régionalisme. Pouvoir, n.º 129, 2 trimestre, 2009.

FALL, I. **Esquisse d'une théorie de la transition: du monopartisme au multipartisme en Afrique.***In:* CONAC, Y. L'Afrique en transition vers le pluralisme politique, Eonomica. Paris, 2002.

FERRAJOLI, Luigi. **Democracia y Garantismo.** Tradução de Perfecto A. Ibáñes et al. Edicion Miguel Carbonell. Madrid: Editorial Trotta, 2008. (Sem o título original no exemplar utilizado)

FINLEY, Moses I. **Democracia Antiga e Moderna.** Tradução: Waldéa Barcellos. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. Título original: *Democracy ancient and modern.*

FISICHELLA, Domenico. **Elezioni e democracia**: Un'analisi comparata. Società Editrice il Mulino Bologna. Bologna, 1982.

FONTAINE, Guy. **Geographies, Iles et Monde.** Université de La Réunion, 2004. *Apud* GUILCHER A – **Colloque Territoires et Insularité** – Brest – 1989

FONTES, José. **Teoria Geral do Estado e do Direito.** Coimbra Editora. Coimbra, 2006.

FREIRE, André; ARAÚJO, António; LESTON-BANDEIRA, Cristina; LOBO, Marina Costa et MAGALHÃES, Pedro. **O Parlamento Português:** uma reforma necessária. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

e Assembleia da República, Lisboa, 2002.

GALLET, Dominique. **São Tomé et Príncipe: Les îles du milieu du monde.**Éditions Karthala. Paris, 2001.

GAUDUSSON, J. **Défense et illustration du constitutionnalisme en Afrique après quinze ans de pratique du pouvoir.**Paris, 2002.

GELLNER, Ernest. **Naciones y nacionalismo.**Version Espanhola de Javier Seto. Alianza Editorial, S. A., Madrid 2001. Título original: *Nations and Nationalism.*

GEORGOPOULOS, Constantin L. **Contribution a la Classification des Regimes Politiques.** Paris: Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, 1987.

GIDDENS, Anthony. **Mundo em Descontrole**: o que a globalização está fazendo de nós.Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. 4.ed. Rio de Janeiro: Record, 2005. Título original: *Runaway World.*

GONIDEC, Pierre-François. **Les Systèmes Politiques Africains.** Bibliothéque Africaine et Malgache. Tome XXVII. Deuxiéme Édition, entièrement refondue. Paris: Libraire Générale de Droit et de Jurisprudence, 1978.

_____. **Les Systèmes Politiques Africains: Les nouvelles démocraties.** Libraire Générale de Droit et de Jurisprudence, EJA. Paris, 1997.

GRAÇA, Carlos. **Memórias Políticas de um Nacionalista Santomense Sui Generis.** União Nacional dos Escritores e Artistas Santomenses. 1.ª edição, Lisboa, 2011.

GUÉBOURG, Jean-Louis. **Les Seychelles.** Éditions Karthala. Paris, 2004.

GUÈYE, B. **Les coups d'État en Afrique entre légalité et légitimité.** Droit sénégalais, n.º 9, novembre 2010.

_____. **La démocratie en Afrique: succès et résistances.** Paris, 2007

HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia: Entre facticidade e validade**. Vol. 2. Tradução: Flávio BenoSiebeneichler. 4. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. Título original: *Faktizitãtund Geltung. Beiträgezur Diskurstheorie des Rechitsund des demokratische Rechistaats.*

_____. **Direito e Democracia: Entre facticidade e validade**, Vol 1. Tradução: Flávio Beno Siebeneichler. 4. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. Título original: *Faktizitãtund Geltung. Beiträgezur Diskurs theorie des Rechitsund des demokratische Rechistaats.*

_____. **O Estado nacional tem futuro?** In HABERMAS, Jürgen. **A inclusão do outro – estudos de teoria política.** Tradução de George Sperber, Paulo AstorSoethe e Milton Camargo Mota. 2.ed. São Paulo: Loyola, 2004, especificamente p. 127 a 190. Título original: *Die Einbeziehung dês Anderen – StudienzurpolitischenTheorie*.

HAURIOU, M. **Précis de droit administratif et de droit public**. 8ème éd. L. Lorese et L. Tenin (dir.). Librairie de la société du recueil Sirey, 1914.

HELLER, Hermann. **Teoria do Estado.**Tradução de Lycurgo Gomes da Motta. São Paulo: Mestre Jou, 1968. Título original: *Staatslehre.*

HOBSBAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780:** programa, mito e realidade. Tradução de Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. Título original: *Nations and Nationalism since 1780 - Programme, myth, reality.*

HOLO, T. **La Constitution, garante de l'alternance démocratique, Actes de la conférence internationale**. «Les défis de l'alternance démocratique en Afrique» Cotonou, 2008.

_____.**L'emergence d'une justice constitutionnelle.** Pouvoirs, n.º 129, 2009/2.
http//:afrilex.u-bordeaux4.fr>Doctrine>Articles>Afrilex. Acesso 20 janeiro 2015.
http:// www.onu.org.br/rio20/agenda21 Acesso 15 de fev de 2015.
http://aceproject.org/ace-fr/topics/em/electoral-management-case-studies/seychelles-a-new-electoral-commission Acesso 11 de out 2017
http://anphlac.fflch.usp.br/redemocratizacao-apresentacao Acesso 04 de jul de 2016
http://m.redeangola.info/em-sao-tome-e-principe-ainda-ha-pessoas-que-votam-pelo-banho/ Acesso 9 de out 2017;
http://www.telanon.info/sociedade/2011/09/19/8513/o-fenomeno%E2%80%9Cbanho%E2%80%9D-como-instrumento-alternativo-de-acesso-aos-votos-dos-eleitores-as-caso-s-tome-e-principe/ Acesso 9 de out 2017.
http://perspective.usherbrooke.ca/bilan/servlet/BMEve?codeEve=342 Acesso 07 de jul de 2016
http://thecommonwealth.org/our-member-countries/seychelles Acesso 05 de jul de 2016.
http://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2014/9/42/Sao-Tome-Principe-ADI-vence-eleicoes-legislativas-regionais,68903f46-56d6-4b01-b663-15df98a745a6.html Acesso 05 de jul de 2016
http://www.dn.pt/globo/cplp/interior/pinto-da-costa-ganha-eleicoes-em-sao-tome-1948041.html Acesso 10 de jul de 2016.
http://www.droit-afrique.com/upload/doc/guinee-equatoriale/GE-Constitution-2012-ESP.pdf Acesso 01 de jul 2016.
http://www.dw.com/pt/cronologia-1974-2002-das-independ%C3%AAncias-ao-fim-da-guerra-em-mo%C3%A7ambique-e-angola/a-17280940 Acesso 07 de jul 2016
http://www.electionguide.org/countries/id/191/ Acesso 20 de jul 2017
http://www.electionguide.org/elections/id/2514/ Acesso 21 de jul 2017
http://www.expressodasilhas.sapo.cv/politica/item/45863-a-abertura-politica-chegou-tarde-e-foi-um-parto-dificil Acesso 05 de jul de 2016;
http://www.juspoliticum.com/Jean-Marie-Denquin-Situation.html Acesso 20 jan 2015
http://www.larousse.fr/encyclopedie/pays/Seychelles/144043Acesso 05 de jul de 2016
http://www.oplop.uff.br/boletim/101/resultado-das-eleicoes-em-sao-tome-principe. Acesso 10 de jul de 2016.
http://www.pordentrodaafrica.com/cultura/o-kongo-vivia-em-democracia-quando-osportugueseschegaram-no-seculo-xv-diz-patricio-batsikama Acesso 30 de maio 2016
http://www.refworld.org/docid/3ae6a80d4.html Acesso 07 de jul de 2016
http://www.unifor.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6875&Itemid=1847&limitstart=1
http://www.wipo.int/edocs/lexdocs/laws/fr/ga/ga002fr.pdf Acesso 01 de jul 2016.
https://es.wikipedia.org/wiki/Historia_de_Seychelles Acesso 05 de jul de 2016
https://grupoafricanidade.wordpress.com/2014/04/10/golpe-de-estado-na-africa-ocidental/ Acesso 5 de jul de 2016.
https://pt.wikipedia.org/wiki/Presidencialismo Acesso 04 de jul de 2016
https://pt.wikipedia.org/wiki/Rep%C3%BAblica_popular Acesso 01 de jul de 2016

https://www.dn.pt/lusa/interior/mais-de-91-mil-eleitores-recenceados-em-sao-tome-e-principe---cen-8509368.html Acesso 17 de Jul 2017
https://www.publico.pt/mundo/noticia/comissao-eleitoral-confirma-maioria-absoluta-da-adi-em-sao-tome-e-principe-1672907 Acesso 05 de jul de 2016
https://au.int/en/constitutive-act Acesso 12 abril de 2017
http://pgl.gal/a-monarquia-em-bodino-e-rousseau/ Acesso 12 abril de 2017
https://pt.wikipedia.org/wiki/Monarquia_eletiva Acesso 12 abril de 2017
https://www.meusdicionarios.com.br/monarquia Acesso 12 abril de 2017
https://pt.wikipedia.org/wiki/Sistema_diretorial#Su%C3%AD%C3%A7a Acesso 12 abril de 2017
https://www.eda.admin.ch/aboutswitzerland/pt/home/politik/uebersicht/politisches-system-der-schweiz---fakten-und-zahlen.html Acesso 12 abril de 2017
HUNTINGTON, Samuel P. **A Terceira Onda:** A democratização no final do século XX. Tradução Sérgio Goes de Paula. Editora Ática S.A., 1994. Título original: *The thirdwave: democratization in the late twenteith*century.
JESUS, Nilton Jorge Mendes de**. Impacto Socio-Económico da Abolição da Escravatura na Sociedade Cabo-Verdiana.** Universidade de Cabo Verde: Departamento das Ciências Sociais e Humanas. Praia, 2010.
JUNIOR, Cezar Saldanha Souza. **A Crise da Democracia no Brasil:** aspectos políticos. Rio de Janeiro: Forense, 1978.
KELSEN, Hans. **A Democracia**. Tradução de Vera Barkow et al. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. Títulos originais: *Vom wesen un wert demokratie; Des problem des parlamentarismus; Foudations of democracy; Der begriff des staates um die sozialpsychologie, mit besonderer berücksichtigung von freuds, theorie der masse; Absolutisme and relativism in philosophy and politics.*
_____. **Teoria geral do Direito e do Estado.** Tradução de Luís Carlos Borges. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.Título original: *General theory of law and state.*
KERR, Gordon. **Uma Breve História de África:** Das origens da raça humana à primavera árabe. Tradução de Pedro Carvalho. 1 ed. Bertrand Editora, Lisboa 2013. Título original: *A Short History of Africa – From the Origins of the Human Race to the Arab Spring*;
KOKOROKO, K.D. **L'apport de la jurisprudence constitutionnelle africaine à la consolotation des acquis démocratiques. Le cas du Bénin, du Mali, du Sénégal et du Togo.** RBSJA, n.º 18, juin 2007.
LAUVAUX, Philippe et LEPETIT, Jean-Paul. **Les grandes démocraties contemporaines.** Collection Droit Fondamental. Classiques. 3e édition. Paris: Presses Universitaires de France, 2004.
Les Regimes Politiques Occidentaux. Paris: Éditions du Seuil, 1986.
LIJPHART, Arend. **Modelos de Democracia.** Formas de gobierno y resultados em treinta y seis países. Traducción de Carmen Castellnou. 1.ed. Editorial Ariel, SA. Barcelona, 2000. Título original: *Patterns of Democracy.*
LIMA, António Germano**. A problemática do descobrimento e do povoamento das Ilhas de Cabo Verde.** Disponível em: Acesso 29 de jun 2017
LINZ, Juan. Democracia Presidencial o Parlamentaria: ¿Qué diferencia implica? In: LINZ, Juan J. y VALENZUELA, Arturo (comps.) **Las crisis del presidencialismo.** Perspectivas comparativas. Alianza Universidad.
LISSOUCK, F.F. **Le discours de la Baule et le pluralisme en Afrique noire francophone. Essai d'analyse d'une contribution à l'instauration de la**

démocratie dans les États d'Afrique noire d'expression française.D.E.A. Science politique. IEP-Lyon, 1994.

LOBO, Marina Costa e NETO, Octávio Amorim (org.). **O Semipresidencialismo nos Países de Língua Portuguesa.** Imprensa de Ciências Sociais. Lisboa, 2009.

LOPES, José Vicente. **Aristides Pereira: Minha Vida, Nossa História**. 2.ed. Edições Spleen. Cidade da Praia, 2012.

_____. **Cabo Verde: As causas da independência.** 2.ª ed. Spleen Edições. Cidade de Praia, 2012. p. 39.

LOUDE, Jean-Yves. **Coupe de théâtre à São Tomé: Carnet d'enquête aux îles du milieu du monde.** Éditions Actes Sud. Paris, 2007.

MAINWARING, Scott y SUGHART, Matthew Soberg. **Presidencialismo y democracia en América Latina.**Traducción de María Inês Pousadela. 1.ed. Paidós, Buenos Aires, 2002. Título original: *Presidentialism and Democracy in Latin America*.

MARITAIN, J. **Cristianismo e democrazia.**Milano, 1977.

MARTINS, Amarilis Barbosa. **Relações entre Portugal e Cabo Verde: Antes e Depois da Independência**. Dissertação de Mestrado em Espaço Lusófono. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa, 2009.

MAZRUI, Ali. A. e WONDJI, Christophe. África desde 1935. *In:* **História geral da África,** VIII. Tradução de Luís Herman de Almeida Prado Mendoza. Brasília: UNESCO, 2010. Título Original: *General History, VIII: Africa since 1935*.

MBATA, Betukumesu Mangu A. **Perspectives du constitutionalisme et de la démocratie en République démocratique du Congo sous l'empire de la constitution du 18 février 2006.***In:* SAYEMAN BULA-BULA, (dir.). Pour l'épanouissement de la pensée juridique congolaise, (Liber Amicorum Marcel Antoine Lihau). Bruxelles-Kinshasa: Bruylant PUK, 2006.

MBATA, Betukumesu Mangu A. **Suprématie de la constitution, indépendance du pouvoir judiciare et gouvernance démocratique en RDC.***In:* Bakandeja wa Mpungu G. Mbata Betukumesu Mangu A. et Kienge Kienge Intudi R. (Dir.). Participation et responsabilité des acteurs dans un contexte d'émergence démocratique en République Démocratique du Congo (Actes des Journées scientifiques de la Faculté de Droit de l'UNIKIN 18-19 juin 2007). Kinshasa: PUK, 2007.

M'BODJ, E.H. **La sucession du chef d'État en droit constitutionnel africain. Analyse juridique et impact politique.** Thèse pour le Doctorat d'Ètat en Droit. Université Cheick Anta Diop, Dakar, 1991

MELEDJE, DJ. F. **Principe majoritaire et constitutionnalisme en Afrique.**Revue Ivorienne de Droit, n.º 39, 2008.

MENESES, Aires Bruzaca de, Fernando Bessa Ribeiro e Artur Cristóvão. **Estados insulares, agendas políticas e políticas públicas: Os casos de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe.** Configurações [Online], 10 | 2012. Disponível: http://configuracoes.revues.org/1338 Acesso 28 de jan de 2015.

MESCHÉRIAROFF, S. **Le multipartisme en Afrique francophone, illusion ou solution?** dans: Conac G. L'Afrique en transition vers le pluralisme politique. Eonomica. Paris, 2002.

MIGLINO, Arnaldo. **A Cor da Democracia**. Coleção Jacinto Nelson de Miranda Coutinho. São Paulo: Editorial Conceito. Centro de Estudos Jurídicos, 2010.

MORAL, EricGarcia. **Breve historia del África Subsahariana.** Madrid: Ediciones Nowtilus, 2016.

MÜLLER, Friedrich. **Quem é o Povo?** A questão fundamental da democracia**.** Tradução de Peter Naumann. 3.ed. São Paulo: Editora Max Limonad, 2003. p. 118. (Sem o título original no exemplar utilizado).

Nações Unidas. Assembleia Geral. **Declaração Universal da Democracia:** resolução A/62/7 da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas – ONU, setembro de 2007. – Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2012.

NAVRETE, Donato Fernández et EGEA, Rosa María Fernadez (Colaboración). **Historia de la Unión Europea:** España como Estado Miembro. Editora Delta Publicaciones Universitarias. 2.ed. Madrid, 2013.

NETO, Daena Menezes da Costa. **O Impacte do Petróleo nas Economias de Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento e a Segurança Alimentar: O Caso de São Tomé e Príncipe.** Dissertação em Estudos Africanos. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Lisboa, 2011.

NEVES, Delfim Santiago das. **A verdade da História.** Edição Modelo Indústria Gráfica. 1.ed. São Tomé, 2016.

NOHLEN, Dieter. **Elecciones y Sistemas Electorales.** Fundación Friedrich Elbert. Editorial Nueva Sociedad. 3. edición. Caracas, 1995

_____. **Presidencialismo VS. Parlamentarismo en America Latina.** (notas sobre el debate actual desde una perspectiva comparada). *In*: Revista de Estudios Políticos (Nueva Epoca) Núm. 74, Octubre-Deciembre 1991.

_____. **Sistema de Gobierno, Sistema Electoral y Sistema de Partidos Políticos:** opciones institucionales a la luz del enfoque histórico-empírico. México: Tribunal Electoral del Poder Judiciario de la Federación: Instituto Federal Electoral: Fundación Friedrich Nauman. México, DF. 1999

_____. **Sistema Electoral en su contexto.** 1. edición. Universidad Autónoma de México. Suprema Corte de Justicia de la nación. Benemérita Universidad Autónoma de Puebla. México, D.F., 2008.

_____. **Sistemas Electorales y Partidos Políticos.** Sección de Obras de Política y Derecho. 1. édicion. Universidad Nacional Autónoma de México. Fondo de Cultura Económica. México, D.F. 1994.

O'DONNELL, Guilhermo y SCHMITTER, Philippe. **Transiciones desde gobierno autoritário: Conclusiones tentativas sobre las democracias inciertas.**1. reimpressão. Ediciones Paidós Ibérica, S.A., Barcelona 1994.

ONDO, T. **L'autorité des décisions des juridictions constitutionnelles en Afrique noire francophone.**RJPIC, n.º 4, 2012.

PAPADOPOULOS, Yannis. **Démocratie Directe**. Editora Economica, 1998.

PASOLD, Cesar Luiz. **Função Social do Estado Contemporâneo.**4.ed.rev. e amp. Itajaí/SC: UNIVALI, 2013.

_____. **Metodologia da Pesquisa Jurídica.** 13.ed.rev.atual. e ampl. Florianópolis: Conceito Editorial, 2015.

PASTOR, Roberto Viciano et DALMAU, Rubén Martínez. O Processo Constituinte Venezuelano no Marco do Novo Constitucionalismo Latino-Americano**.***In*: LUNO, António Henrique Pérez. **Perspectivas e Tendências Atuais do Estado Constitucional**. Tradução de José Luís Bolzan de Morais e Valéria Ribas do Nascimento. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012. (Sem o título original no exemplar utilizado)

PECES-BARBA, Gregorio. **Cursos de Derechos Fundamentales:** teoría general. Madrid: Universidad Carlos III de Madrid, 1995.

PEREIRA, Daniel A. **Das Relações Históricas Cabo Verde/Brasil.** Fundação Alexandre de Gusmão. Brasília, 2011.

PEREIRA, Daniela de Almeida e Enrique Martínez Galán, **A Vulnerabilidade dos Pequenos Estados em Desenvolvimento: O caso particular dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento.** Lisboa: Centro de Documentação e Informação do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, 2009. ISBN 978-972-8975-13-5.

PEREIRA, Ludemila Cardoso. **Cabo Verde: da Descolonização à Abertura Democrática.** Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias Departamento de Ciência Política, Segurança e Relações Internacionais. Lisboa, 2013

PHILIP, X. **La spécificité du droit de transition dans la construction des États démocratiques:** l'exemple de l'Afrique du Sud. *In:* SERMET L., (sous la direction de), Droit et Démocratie en Afrique du Sud. L'Harmattan, Paris, 2001.

POIRMEUR, Y. et ROSENBERG, D. **La doctrine constitutionnelle et le constitutionnalisme français.***In:* Centre Universitaire de Recherches Administratives et Politiques de Picardie. Les usages sociaux du droit. PUF, Paris, 1989.

QUERMONNE, J.L. **Les régimes politiques occidentaux.** Collection Points Essais, 5ème édition. Paris, 2006.

RANCIÈRE, Jacques. **O Ódio à Democracia**. Tradução de Mariana Echalar. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2014. Título original: *La haine de la démocratie.*

RAWLS, Jonh. **Justiça e Democracia.** Tradução do original em francês: Irene A. Paternot .1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

RAYNAL, J. J. **Conférence nationale, État de droit et Démocratie. Quelques réflexions sur une occasion manquée.***In:* GAUDUSSON J (dir.) **La création du droit en Afrique.** Éditions Karthala. Colection Hommes et Societes. Paris, 1997.

Relatório final **"Estudo sobre a Insularidade e os custos da insularidade em São Tomé e Príncipe"** Ogimatech Portugal, Consultoria Empresarial e Institucional, SA. Banco Africano de Desenvolvimento, junho 2010.

ROSSEAU, D. **Droit du contentieux constitutionnel.** Montchrestien, Paris, 2010.

ROSSEAU, Jean-Jacques. **O Contrato Social.** Princípios de Direito Político.Tradução de Antônio de P. Machado. 19.ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999. Título original: *Du Contrat Social*.

ROUQUIÉ, Alain. **La Dynamique des Élections sans risque ou la voie africaine de l'État.***In:***Aux Urnes l'Afrique! Elections et pouvoirs en Afrique noire.** Institut d'Études Politiques de Bordeaux. Centre d'Étude d'Afrique Noire. Éditions A. Pedone. Paris, 1978.

SACCO, Rodolfo, GUADAGNI, Marco e outros. **Trattato di Diritto Comparato: Il Diritto Africano.**UTET.

SAINT-JAMES, Virginie. **Droit constitutionnel.** 5ème éd. Collection Lexifac Droit. Paris: Édition Bréal, 2014.

SALCEDO, C. **La transition démocratique sud-africaine.** LGDJ, Fondation Varenne, Collection de thèses. Paris, 2011. p. 18-20.

SANTOS, Aquiles Celestino Vieira Almada e. **A Insularidade e as suas consequências econômicas: O caso dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento.** Tese de Doutoramento em Geografia Humana. Universidade de Lisboa, 2011.

SANTOS, Wanderley G. **O cálculo do conflito:** estabilidade e crise na política brasileira. Belo Horizonte: Editora UFMG, Rio de Janeiro: Iuperj, 2003.

São Tomé e Príncipe. Diário da República, n. 15, 3 de dezembro de 1998.

_____. Diário da República, n. 18, 6 Sup., 31 de dez. de 1996.

_____. Diário da Assembleia Nacional n.º 4, II Série, 21 de Novembro de 2007, VIII Legislatura, 4.ª Sessão Legislativa.

_____. Boletim Oficial n.º 51, 21 de Dezembro de 1974.

_____. **Constituição** (Lei n.º 7/90). Diário da República n.º13, de 20 de Setembro de 1990

_____. **Constituição**. Diário da República n.º 2, de 29 Jan2003

_____. **Constituição**. Diário da República n.º 2, de 29 Jan 2003

_____. **Constituição**. Diário da República n.º 39, de 15 Dez1975

_____. **Lei de Emenda Constitucional n.º 1/87**. Diário da República n.º 13, 4.º Suplemento, de 31 de Dezembro de 1987.

_____. **Estatuto dos Magistrados do Ministério Público.** Diário da República n.º 64 de 7 de Novembro de 2008

_____. **São Tomé e Príncipe em Números.**Instituto Nacional de Estatística. Edição GAERE. Lisboa, 2000.

_____. **Lei base do Sistema Judiciário.** Diário da República n.53 de 6 de Agosto de 2010.

_____. **Lei Constitucional n.º 1/80.** Diário da República n.º 7, de 7 de Fevereiro de 1980

_____. **Lei Constitucional n.º 2/82.** Diário da República n.º 35, de 31 de Dezembro de 1980

_____. **Lei de Emenda Constitucional n.º 1/87.** Diário da República n.º 13, 4.º Suplemento de 31 de Dezembro de 1987

_____. **Lei de Financiamento de Partidos Políticos e Campanha Eleitoral**. Diário da República do ano 2004.

_____. **Lei de Revisão Constitucional de 2003**. Diário da República n.º 2, de 29 de Janeiro de 2003.

_____. **Lei Eleitoral.** Diário da República n.º 7, de 7 de Fevereiro de 1980.

_____. **Lei Fundamental.** Diário da República n.º 1, de 17 de Julho de 1975.

_____. **Lei Orgânica do Tribunal de Contas.** Diário da República n.º 7 de 20 de Agosto de 1999.

_____. **Regimento da ANSTP**. Resolução n.º 27/VIII/2007.

SARTORI, Giovani. **Partidos e Sistemas Partidários.** Tradução Waltensir Dutra. Edição Brasileira rev. e ampl. Rio de Janeiro: Zahar: Brasilia: Editora Universidade de Brasília, 1982. p. 146. Título original: *Parties and party system.*

_____. **Ingeniería Constitucional comparada**. Una investigación de estruturas, incentivos y resultados.Tradução de Roberto Reyes Mazzoni. 2 ed. Fondo de Cultura Economica, México 2001. Título original: *Comparative Constitucional eginering an inquiry into structure, incentives and outcomes.*

SCHMITT, Carl. **O Conceito do Político.** Tradução: Alexandre Franco de Sá. Lisboa: Edições 70, 2015. p. 41. Título original: *Der Begriffdes Politischen.*

SCHUMPETER, J. A. **Capitalismo, Socialismo y Democracia II**. Barcelona: Ediciones Folio, 1996. Título original: *Capitalism, Socialism and Democracy.*

SEIBERT, Gerhard. **Camaradas, Clientes e Compadres.** Colonialismo,

Socialismo e Democratização em São Tomé e Príncipe. Tradução de Ferreira Marques et al. Coleção: Documenta Histórica. Vega e Autor, 2.ed. 2002. Título original: *Comrades, Clients and Cousins. Colonialism, Socialism and Democratization in São Tomé and Príncipe*.

_____. Instabilidade Política e revisão constitucional: semipresidencialismo em São Tomé e Príncipe. *In:* LOBO, Marina Costa e NETO, Octávio Amorim (org.). **O Semipresidencialismo nos Países de Língua Portuguesa.**Imprensa de Ciências Sociais. Lisboa, 2009.

SELLER, Daniel-Louis. **Les partis politiques**. 2ème éd. Armand Collin. Paris, 2000.

SELLIER, Jean. **Atlas dos Povos de África.** Tradução de Isabel Gentil. Lisboa: Editora Campo da Comunicação, 2004. p. 30. Título original. *Atlas des Peuples d'Africa*.

Seychelles. Constituição de 1993. Disponível: http://aceproject.org/ Acesso: 18 mai 2016

Seychelles. **Rapport Specifique de la Delegation Francophone dans le Cadre de la Mission Exploratoire Conjointe Francophone-Commonwealth en vue des Elections Presidentielles et Legislatives.** Vitoria, 2017.

SEYDOU, Madani. **L'alternance politique au Sénégal em mars 2000 et la Constitution du 22 janvier 2001.***In:* Mélanges en l'honneur de Lavroff D.G. La Constitution et les valeurs. Dalloz, Paris, 2005.

SINDJOUN L. **Les grandes décisions de la justice constitutionnelle africaine. Droit constitutionnel jurisprudentiel et politiques constitutionnelles au prisme des systèmes politiques africains.** Bruylant. Bruxeles, 2009.

SOUARÉ, I. **Guerres civiles et coups d'État en Afrique de l'Ouest: comprendre les causes et identifier des solutions possibles.**L'Harmattan. Paris, 2007.

SOUSA JR., Fernando. **O Nacionalismo Africano no Caminho para a Democracia: A Transição do Poder Colonial para o Partido Único nos PALOP**. Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento. Instituto Superior de Economia e Gestão. WP119/2013.

STEVENS, Jacques. **Les Seychelles: Iles de Rêve et de Lumière.**Editora FOT. Paris, 1983.

TELES, Edson. O discurso dos direitos humanos e a governança do sofrimento social.*In:*PHILIPI, JeanineNicolazzi (Coordenação Científica). **Direito e Democracia**. Florianópolis: PET/DIREITO/UFSC, 2013. p. 9.

THOMEY, Mathilda. **Legal Metissage in Micro-Jurisdiction: The Mixing of Common Law and Mixing of Common Law and Civil Law in Seychelles.**City Print. Wellington, 2017. p. 25.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A Democracia na América.** Livro 1 Leis e costumes. Tradução de Eduardo de Brandão. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. Título original: *Dela Démocratie em Amérique*

VAN BINSBERGEN, W. **Aspects of Democracy and Démocratisation in Zambia and Botswana: Exploring African Political Culture at the Grassroots.**Journal of Contemporary Studies. Vol. 13, 1. Gaborone, 1995.

VEIGA DOS SANTOS, Danilo de Jesus da. **O Cabo-verdiano através dos olhos de forasteiros: representações nos textos portugueses (1784-1844).** Universidade de Lisboa. Faculdades de Letras: Departametno de História. Lisboa, 2011.

VENGROFF, R. **The Impact of the Electoral System on the transition in Africa: the Case of Mali.**Electoral Studies, Vol. 13, no. 1, 1994.

VISCONTI, Ximena Picallo. **Identidades narradas: las redes textuales del nacionalismo afrikáner.** Estudios de Asia y África, vol. XXXVI, núm. 2, mayo-agosto, 2001, pp. 251-271,El Colegio de México.

VISENTINI, Paulo Fernandes, TEIXEIRA RIBEIRO, Luiz Dario et PEREIRA, AnalúciaDanilevicz. **História da África e dos africanos.** 2 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

WOLKMER, António Carlos e MELO, Milena Petters (org.) **Constitucionalismo Latino-Americano.** Tendências Contemporâneas. Curitiba: Juruá, 2013.